

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL



2012-2015



“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tão pouco sem ela a sociedade muda.”

Paulo Freire

Índice

1.	Introdução	12
1.1.	As competências dos municípios na educação	14
1.1.1.	Educação e Municipalismo em Portugal	14
1.1.2.	O Município de Santo Tirso e a Educação	17
1.2.	Conselho Municipal de Educação, articulação com os Projetos Educativos das Escolas/Agrupamentos de Escolas e articulação outros instrumentos de planeamento	22
1.2.1.	Conselho Municipal de Educação e Carta Educativa	22
1.2.2.	Articulação do Projeto Educativo Municipal com os Projetos Educativos de Escolas/Agrupamentos de Escolas	24
1.2.3.	Articulação do Projeto Educativo Municipal com projetos socioeducativos e outros instrumentos de planeamento	26
1.3.	Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal	27
1.3.1.	Constituição da equipa	27
1.3.2.	Estratégia metodológica	28
2.	Contexto e diagnóstico	32
2.1.	Caracterização do município de Santo Tirso	32
2.1.1.	Enquadramento e localização	32
2.1.2.	Caracterização sociodemográfica	36
2.1.3.	Caracterização económica	48
2.1.4.	Caracterização cultural	54
2.2.	Rede escolar, oferta formativa, ação social escolar e acessibilidades	64
2.2.1.	Equipamentos escolares	64
2.2.1.1.	Educação Pré-Escolar	66
2.2.1.2.	1º Ciclo do Ensino Básico	67
2.2.1.3.	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	68

2.2.1.4.	Ensino secundário.....	69
2.2.1.5.	Ensino profissional	69
2.2.1.6.	Cursos de Educação e Formação (CEF)	70
2.2.1.7.	Reorganização da Rede Escolar: os Mega Agrupamentos.....	71
2.2.1.8.	Centros de formação profissional.....	71
2.2.1.9.	Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	72
2.2.1.10.	Ensino Superior.....	73
2.2.1.11.	Educação e Formação de Adultos	74
2.2.1.12.	Universidade Sénior de Santo Tirso.....	75
2.2.2.	Evolução da População Estudantil	76
2.2.2.1.	Educação Pré-escolar	76
2.2.2.2.	1º Ciclo do Ensino Básico	77
2.2.2.3.	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	79
2.2.2.4.	Ensino secundário.....	80
2.2.3.	Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)	83
2.2.4.	Oferta Formativa.....	88
2.2.5.	Ação social escolar.....	90
2.2.5.1.	Refeições escolares.....	90
2.2.5.2.	Subsídio para livros, material escolar e alimentação	91
2.2.5.3.	Subsídio de transporte escolar.....	93
2.2.5.4.	Atividades de apoio à família	94
2.2.5.4.1.	Prolongamento de horário.....	95
2.2.5.4.2.	Atividades de enriquecimento curricular (AEC).....	96

2.2.6.	Transportes e acessibilidades	98
2.3.	Indicadores Educativos	106
2.3.1.	Taxa real de escolarização	106
2.3.2.	Taxa bruta de escolarização	106
2.3.3.	Taxa de transição de ano e taxa de conclusão de ciclo	107
2.3.4.	Taxa de retenção e desistência	109
2.3.5.	Taxa de abandono escolar	110
2.3.6.	Taxa de abandono escolar precoce.....	111
2.3.7.	Resultados Académicos	113
2.3.8.	Taxa de analfabetismo.....	119
2.4.	Os projetos educativos das escolas e sua articulação	124
2.4.1.	Análise/diagnóstico dos Projetos Educativos de Escola.....	125
2.4.2.	Visão estratégica revelada pela análise realizada aos projetos educativos	129
2.5.	Estruturas locais/municipais de apoio e redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no Município	141
2.5.1.	Santo Tirso Cidade Educadora.....	141
2.5.2.	Projetos Socioeducativos dinamizados pela Autarquia	143
2.5.2.1.	Projetos socioeducativos – Educação.....	143
2.5.2.2.	Projetos socioeducativos – Ação social	144
2.5.2.3.	Projetos socioeducativos – Saúde, desporto e estilo de vida saudável	146
2.5.2.4.	Projetos socioeducativos – Cultura e património	147
2.5.2.5.	Projetos socioeducativos – Ambiente e desenvolvimento sustentável	149
2.5.2.6.	Projetos socioeducativos – Urbanismo e qualidade de vida	152
2.5.2.7.	Projetos socioeducativos – Empreendedorismo e inovação	154
2.6.	Projetos Socioeducativos dinamizados por outros Agentes de Desenvolvimento Local	157

2.6.1.	Agrupamento de Centros de Saúde (ACES)	158
2.6.2.	Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe (AMCHR)	159
2.6.3.	Associação de Solidariedade de Santo Tirso (ASAS)	160
2.6.4.	Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)	161
2.6.5.	Guarda Nacional Republicana (GNR)	161
2.6.6.	Polícia de Segurança Pública (PSP)	162
2.6.7.	Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	163
2.6.8.	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)	164
2.6.9.	Conclusões da análise aos projetos socioeducativos	165
2.7.	Auscultação de outros agentes educativos concelhios através de entrevistas	167
2.8.	Conclusões / Análise SWOT	170
3.	Plano de ação	176
3.1.	Linhas orientadoras do projeto educativo	176
3.2.	Plano de Ação por eixos estratégicos de intervenção	181
4.	Execução do plano de ação	217
5.	Avaliação do projeto educativo	217
6.	Glossário	220
7.	Bibliografia	233
8.	Anexos	236

Índice de Figuras

- Figura 1 – Articulação entre Projetos Educativos e Projeto Educativo Municipal
- Figura 2 – Documentos estratégicos e respetiva articulação e sobreposições
- Figura 3 – Esquema metodológico de construção do PEM de Santo Tirso. Metodologia Investigação/Ação.
- Figura 4 – Mapa do enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso
- Figura 5 – Mapa da nova reorganização administrativa do território das freguesias do concelho de Santo Tirso
- Figura 6 – Densidade populacional da NUT III - Ave
- Figura 7 – População residente nos concelhos da NUT III- Ave
- Figura 8 – Taxa de variação da população (%) nos concelhos da NUT III-Ave
- Figura 9 – Carta da população residente do concelho de Santo Tirso, 2011
- Figura 10 – Carta da densidade populacional do concelho de Santo Tirso, 2011
- Figura 11 – Carta da população residente no concelho de Santo Tirso, 2011
- Figura 12 – Variação da população residente nas freguesias do concelho de Santo Tirso, 2001 a 2011
- Figura 13 – População residente por freguesia de Santo Tirso e por sexo, 2011
- Figura 14 – Nível de escolaridade mais elevado completo por freguesia de Santo Tirso, 2011
- Figura 15 – População residente por freguesia de Santo Tirso e por grupo etário, 2011
- Figura 16 – Evolução da população residente por grupos etários e por freguesia, em Santo Tirso, 2001 a 2011
- Figura 17 – Pirâmide etária da população residente em Santo Tirso, 2011
- Figura 18 – Índice de envelhecimento e sua evolução por freguesia, em Santo Tirso, 2011
- Figura 19 – Famílias Clássicas por freguesia, em Santo Tirso, 2011
- Figura 20 – Evolução das famílias clássicas por freguesia (%), em Santo Tirso, de 2001 a 2011.
- Figura 21 – População empregada por setor de atividade económica, na NUT III - Ave, 2011
- Figura 22 – Taxa de desemprego (%) nos municípios da NUT III - Ave, em 2011.
- Figura 23 – Distribuição da população empregada (%) no concelho de Santo Tirso por sector de atividade, em 2011
- Figura 24 – Distribuição da população empregada no concelho de Santo Tirso por sector de atividade, por freguesia, em 2011
- Figura 25 – População desempregada por sexo (%), no concelho de Santo Tirso, 2011
- Figura 26 – População desempregada por grupo etário (%) no concelho de Santo Tirso, 2011
- Figura 27 – População desempregada por nível de escolaridade (%), no concelho de Santo Tirso, 2011.
- Figura 28 – População desempregada por nível de escolaridade detalhada (%), no concelho de Santo Tirso, 2011
- Figura 29– Taxa de desemprego por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2011.
- Figura 30 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino da rede pública no concelho de Santo Tirso, segundo o nível de ensino ministrado, no ano letivo 2011/2012
- Figura 31 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino da rede privada e solidária no concelho de Santo Tirso, segundo o nível de ensino ministrado, no ano letivo 2011/2012
- Figura 32 - Variação da % do número de alunos a frequentar o ensino secundário, segundo o tipo de cursos, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012
- Figura 33 - Caracterização dos alunos NEE por tipo de deficiência e nível de ensino – ano letivo 2009/2010

- Figura 34 - Caracterização dos alunos NEE por tipo de deficiência e nível de ensino – ano letivo 2010/2011
- Figura 35 - Caracterização dos alunos NEE por tipo de deficiência e nível de ensino – ano letivo 2011/2012
- Figura 36 - Evolução da percentagem de alunos com necessidades educativas especiais por nível de ensino
- Figura 37 - Evolução da percentagem de alunos abrangidos pela ação social escolar afetos à educação pré-escolar
- Figura 38 - Evolução da percentagem de alunos abrangidos pela ação social escolar afetos ao 1.º ciclo
- Figura 39 - Evolução do n.º de alunos transportados por ano letivo
- Figura 40 - Evolução do investimento em transportes escolares por ano letivo
- Figura 41 - % de crianças a frequentar o prolongamento de horário por agrupamento
- Figura 42 - Distribuição dos alunos por agrupamento e atividade
- Figura 43 - Vias rodoviárias e ferroviária do concelho de Santo Tirso
- Figura 44 - Enquadramento do percurso dos Transportes Urbanos de Santo Tirso no perímetro urbano do concelho
- Figura 45 - Rede dos Transportes Urbanos de Santo Tirso
- Figura 46 - Fluxos de origem dos alunos para as escolas do 2.º ciclo localizadas no concelho de Santo Tirso
- Figura 47 - Fluxos de origem dos alunos para as escolas do 3.º ciclo localizadas no concelho de Santo Tirso
- Figura 48 - Fluxos de origem dos alunos para as escolas secundárias localizadas no concelho de Santo Tirso
- Figura 49 - Variação da taxa real de pré-escolarização segundo o nível de ensino, entre 2006/07 e 2009/10
- Figura 50 - Variação da taxa bruta de escolarização segundo o nível de ensino, entre 2008/09 e 2010/11
- Figura 51 - Taxa de conclusão de ciclo em Portugal e em Santo Tirso, no ano letivo 2011/12
- Figura 52 - Variação da taxa de conclusão do 1.º ciclo por setor de ensino, entre os anos letivos 2009/10 e 2011/12
- Figura 53 - Taxa de retenção e desistência, por unidade territorial, no ano letivo 2010/11
- Figura 54 - Taxa de Abandono Escolar (indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola), no ano letivo 2010/11
- Figura 55 - Taxa de abandono escolar precoce
- Tabela 23- Variação da Taxa de Sucesso nas provas de avaliação externa – Ensino Básico
- Figura 56 - Taxa de Sucesso nas provas de avaliação externa do ensino básico (2011/2012) Vs. Metas 2015
- Figura 57 - Taxa de sucesso exames nacionais de matemática do 4.º ano - ano letivo 2011/2012
- Figura 58 - Taxa de sucesso exames nacionais de português do 4.º ano - ano letivo 2011/2012
- Figura 59 - Média das classificações nas provas de avaliação externa, 6.º e 9.º anos de escolaridade – ano letivo 2011/2012
- Figura 60 - Variação das médias das classificações obtidas nos exames nacionais do 11.º ano, num total de 6 disciplinas, entre os anos letivos 2009/10 e 2011/12
- Figura 61 - Média classificações exames nacionais do 12.º ano - português e matemática - ano letivo 2011/2012
- Figura 62 - Média exames nacionais do 9.º e 12.º ano durante o ano letivo 2011/2012 - Valor Observado VS. Valor Esperado
- Figura 63 - Média das classificações internas VS Média das classificações obtidas nos exames nacionais do 9.º ano (Português e Matemática) – 2011/2012
- Figura 64 - Média das classificações internas (CIF) Vs. Média das classificações obtidas nos exames nacionais do 12.º ano a português e matemática - ano letivo 2011/2012
- Figura 65 - Taxa de analfabetismo (%) por local de residência, 2011, na NUT III Ave.

Figura 66 - Taxa de analfabetismo (%) por freguesia no concelho de Santo Tirso, 2011.

Figura 67 – Taxa de analfabetismo nos concelhos da NUT III -Ave, 2001 e 2011

Figura 68 – Variação (%) da taxa de analfabetismo nos concelhos da NUT III -Ave, 2001 a 2011

Figura 69 – Taxa de analfabetismo por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2001 e 2011

Figura 70 – Variação (%) da taxa de analfabetismo por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2001 a 2011

Figura 71 – Eixos de análise aos projetos educativos de escolas/agrupamentos de escolas

Figura 72 – Denominadores comuns retirados da análise realizada aos projetos educativos das escolas/agrupamentos de escolas

Figura 73 - Objetivos estratégicos organizados por dimensão da análise-diagnóstico

Figura 74 - Objetivos estratégicos organizados por dimensão da análise-diagnóstico

Figura 75 – Eixos Estratégicos Prioritários – Auscultação dos Agentes Educativos

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos equipamentos de educação pré-escolar das redes pública, privada e de solidariedade social, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Tabela 2 - Distribuição dos equipamentos do 1.º ciclo do ensino básico das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012.

Tabela 3 - Distribuição dos equipamentos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Tabela 4 - Distribuição dos equipamentos do ensino secundário das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Tabela 5 - Distribuição dos equipamentos do ensino profissional das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Tabela 6 - Distribuição dos equipamentos com Cursos de Educação e Formação das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Figura 7 - Desenho organizacional que resultou do processo de agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas.

Tabela 8 – Dados referentes aos Centros Novas Oportunidades

Tabela 9 - Variação do número de alunos matriculados na educação pré-escolar no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Tabela 10 - Variação percentual do número de alunos matriculados na educação pré-escolar no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Tabela 11 - Variação do número de alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Tabela 12 - Variação percentual do número de alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Tabela 13 - Variação do número de alunos matriculados nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Tabela 14 - Variação percentual do número de alunos matriculados nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Tabela 15 - Variação do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Tabela 16 - Variação percentual do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Tabela 17- Variação do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, segundo o tipo de cursos, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Tabela 18 - Variação percentual do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, segundo o tipo de cursos, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Tabela 19 - Oferta formativa no concelho de Santo Tirso, nos anos letivos 2012/13 e 2013/14

Tabela 20 - Indicadores do plano de transportes escolares da Câmara Municipal de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Tabela 21 - Variação da taxa de transição de ano e da taxa de conclusão de ciclo, entre 2008/09 e 2010/11

Tabela 22 - Variação da taxa de retenção e desistência, entre 2009/10 e 2011/12

Tabela 23 – Conclusões das dimensões de análise dos projetos educativos de escolas

Tabela 24 – Metas 2015 para as classificações avaliação externa, de Português e Matemática

Tabela 25 – Metas 2015, taxa de retenção por ano de escolaridade

Tabela 26 – Metas 2015, taxa de desistência por dos 14 aos 16 anos

Tabela 27 – Valor esperado e observado, por escola

Tabela 28 – Valor esperado e observado exames nacionais, por escola

Tabela 29 – Pontuações obtidas nas linhas estratégicas

Índice de Anexos

Anexo I – Constituição da equipa técnica municipal do PEM

Anexo II – Apresentação pública de lançamento do PEM - PowerPoint

Anexo III – Apresentação pública de lançamento do PEM – entidades convidadas e presentes

Anexo IV – Apresentação pública de lançamento do PEM – Notícia Jornal de Santo Thyrsó

Anexo V – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas EB1/Jardins de Infância

Anexo VI – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas EB2/3

Anexo VII – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas Secundárias

Anexo VIII – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas Profissionais

Anexo IX – Questionário de recolha de dados para o PEM – IPSS / Escolas privadas

Anexo X – Questionário de recolha de dados para o PEM – Centros de Formação

Anexo XI – Guião entrevista semiestruturada à Vereadora da Educação da CMST

Anexo XII – Guião entrevista semiestruturada ao Diretor do IEFP

Anexo XIII – Guião entrevista semiestruturada à Gestora da Escola Básica da Ponte

Anexo XIV – Grelhas síntese dos projetos socioeducativos

Anexo XV – Apresentação do Diagnóstico do PEM e Construção do Plano de Ação_PowerPoint

Anexo XVI – Apresentação do Diagnóstico do PEM e Construção do Plano de Ação_Grelha Apoio

Anexo XVII – Apresentação do Diagnóstico do PEM e Construção do Plano de Ação_Calendarização Focus Group

1. Introdução

A Educação tem um papel determinante no desenvolvimento local, da cidade e do país, sendo um principais fatores para uma melhor qualidade de vida, atratividade e competitividade.

O Projeto Educativo Municipal do concelho de Santo Tirso (2013-2015), doravante designado por PEM, foi elaborado entre novembro de 2012 e julho de 2013 e emergiu da necessidade de compilar e refletir sobre os indicadores educativos no concelho, com o intuito de definir um compromisso em termos de políticas e estratégias educativas locais que correspondam aos desafios que atualmente se colocam nesta área.

Revelou-se essencial o envolvimento da comunidade nesta reflexão e nas tarefas educativas que se pretendem implementar. A concretização do plano de ação que deriva deste PEM, embora tenha maior preponderância no seio da comunidade escolar, onde o aluno – a sua educação e formação – tem o papel principal, envolve toda a comunidade educativa pela forma como a implica: quer na construção dos objetivos, quer na sua concretização.

Não existe projeto sem pessoas. Um projeto é feito por pessoas e para pessoas. Quando falamos em projeto educativo falamos de uma multiplicidade de atores sociais, agentes e destinatários envolvidos na longa e intensa travessia que é a educação. O ser humano não vive isolado e a realidade social é muito complexa, dado que abrange um enorme conjunto de indivíduos e grupos em permanente interação. A sociedade é um tecido com várias células ou núcleos que não existem à margem uns dos outros, embora dotados de especificidades e de dinâmicas próprias, estes são interdependentes e integram um todo que se pretende coeso para ser gerador de sinergias. É neste sentido que tanto se apela à entrada da comunidade na escola, através das famílias, e, simultaneamente, à saída da escola para outras esferas, nomeadamente para as empresas e outros organismos. Apesar de complexa, a realidade social é una e indivisível, constituindo um todo que não é igual à soma das partes, e sim algo mais. Da mesma forma, o ser humano é também um ser indivisível, uma unidade biopsicossocial cujo desenvolvimento se processa a vários níveis, nomeadamente, físico, mental, cultural, espiritual e social. Esta abordagem exige uma significativa mudança não apenas nas práticas, mas também nos próprios valores organizacionais, nas políticas e formas de atuação e materializa-se numa visão e intervenção estratégicas, nomeadamente ao nível educativo.

Ao velho ditado africano de que é necessária toda uma aldeia para educar uma criança, diríamos que a educação deve ser responsabilidade de todos e para todos. Esta corresponsabilidade não pode nem deve excluir ninguém. Antes de mais a educação é um direito social fundamental e a sua garantia proporciona maiores e melhores índices de qualidade de vida. Neste sentido, a educação deve ser entendida como um continuum transversal e infinito, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida e numa correlação estreita com a cidadania, a coesão social e o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Um desenvolvimento humano global e sustentado, pressupõe uma aposta estratégica na educação-formação ao longo da vida. É há muito conhecido que o investimento em educação e formação produz efeitos significativos em diversos domínios de organização da vida social. A promoção de dinâmicas de participação social mais intensas, a tolerância social, a inovação, a promoção da igualdade de género são exemplos de ganhos sociais que podem ser gerados e/ou potenciados por via do investimento na educação e formação das pessoas.

A UNESCO tem alertado que a promoção do acesso à educação contribui para proporcionar melhores níveis de participação cívica, política e cultural. Traduzida em maior igualdade de oportunidades para todos, o acesso à educação contribui para dissipar mecanismos de segregação social, promovendo uma maior igualdade social na aquisição de condições de bem-estar social, de uma maior tolerância às diferenças sociais e raciais e, simultaneamente, geradores de sentimentos de maior segurança. A educação é também uma importante condição do desenvolvimento pessoal. Com efeito, o nível de escolaridade e a literacia são fatores decisivos para a capacidade de aprofundar trajetórias de aprendizagem e de maximizar a eficácia de investimentos formativos.

Investir em educação corresponde a aprender mais hoje mas, também, a criar melhores condições para dar continuidade a trajetórias de aprendizagem ao longo da vida, desenvolvendo, simultaneamente, elevados níveis de empregabilidade e, por sua vez, um melhor nível de vida.

Um quarto de século depois de Aprender a Ser, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI declarou que o "conceito de aprendizagem ao longo da vida" é a chave que dá acesso ao século XXI. Neste contexto, foi acentuada a importância dos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver em comum, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas e, finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes". É neste contexto que ganha acuidade a aquisição e o desenvolvimento de competências de vida ou competências-chave que permitam às pessoas compreender e participar na sociedade do conhecimento, mobilizando através delas o saber, o ser e o saber resolver os problemas com que o mundo atual em mudança as confronta constantemente.

1.1. As competências dos municípios na educação

1.1.1. Educação e Municipalismo em Portugal

Ao contrário do que se verificou nos países da Europa de Norte, na Europa Central e do Sul o desenvolvimento do sistema educativo ocorreu sob o controlo apertado do Estado. Numa breve resenha histórica sobre o papel dos municípios portugueses na educação, observa-se que este foi muito escasso nos últimos dois séculos, ainda que se verifique a emergência isolada de alguns ensaios legislativos que valorizam a intervenção dos municípios (Neto-Mendes, 2007).

Na literatura consultada, é recorrente a associação entre a participação dos municípios na educação e a história do municipalismo, sendo de destacar o seu desenvolvimento a partir da criação do sistema público de ensino, iniciado no século XIX. Nesta altura, com a reforma da instrução primária, assiste-se à primeira grande experiência descentralizadora do ensino, enquadrada pela Reforma de António Rodrigues Sampaio (Lei de 2 de maio de 1878). Contudo, a experiência do município de Lisboa contrastava bem com a de outros municípios, destituídos de uma elite política forte e de recursos financeiros (Baixinho, 2011; Silva, 2012). A reforma de 1882 transferia para os municípios a construção e manutenção das escolas, a realização de cursos de alfabetização, a nomeação e pagamento dos professores e a atribuição de subsídios aos alunos. Cabia ao Estado as competências pedagógicas, curriculares e inspetivas (Baixinho, 2011; Cerca, 2007). Com a implantação da República, continuaram as propostas de descentralização administrativa da educação, mas problemas nas devidas comparticipações financeiras do Estado e atrasos no pagamento salarial aos professores geraram diversas contestações.

Durante o Estado Novo, as autarquias estavam totalmente subordinadas ao governo devido ao autoritarismo, centralização e impossibilidades financeiras existentes, ao ponto dos próprios presidentes de câmara serem nomeados pelo Governo e não pela população local (Baixinho, 2011; Cerca, 2007).

Com o 25 de Abril de 1974, começam a observar-se no Estado “centralizado” processos de descentralização administrativa que, por vezes, são confundidos com medidas de carácter descentralizador” (Baixinho, 2011, p. 82). Após este período, Fernandes (2004 *in* Neto-Mendes, 2007) sugere que se considerem três fases distintas no que se refere à participação dos municípios na educação:

a) O município como um serviço periférico de apoio à educação infantil e básica obrigatória. Com o Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março, as câmaras têm como atribuições as construções escolares, equipamento e manutenção dos estabelecimentos de ensino, residências e transportes escolares, ação social e equipamentos para a educação de adultos;

b) O município como parceiro privado com uma função supletiva em relação ao sistema educativo público. Neste domínio verificam-se dois aspetos novos: i) a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 1986) reconhece ao município um papel educativo em áreas ou modalidades em que o ensino regular não dava resposta cabal (educação pré-escolar, formação profissional, educação especial, ocupação de tempos livres, etc.); e ii) a legislação estabelece os municípios como parceiros sociais na definição e gestão da política educativa nacional e local. Refira-se, a título complementar, que é com a LBSE que emerge a ligação da escola à comunidade educativa, o novo paradigma de gestão e administração escolar e a reforma curricular (Baixinho, 2011).

c) O município como participante público na promoção e coordenação local da política educativa. Algumas políticas, a partir de 1995, reforçam o papel do município como parceiro educativo local, nomeadamente na promoção do sucesso educativo no âmbito dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), na expansão da rede de estabelecimentos da educação pré-escolar e na participação nos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino.

Nos últimos anos a responsabilidade dos municípios tem vindo a aumentar no campo da educação e, hoje em dia, debate-se a eventual transferência de mais competências. A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) vem defendendo a transferência de competências como uma forma de ultrapassar os malefícios do centralismo, mas de modo contratualizado, gradual e acompanhado do respetivo pacote financeiro (Alpoim, 2000). A crescente descentralização corresponde a uma vontade expressa de fomentar sistemas educativos mais eficientes, com maior qualidade e assentes nos princípios da justiça social e equidade (OEI, 1994 *in* Louro, 1999).

De acordo com a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, são competências dos municípios: construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; assegurar os transportes escolares; assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar; comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar; apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico; participar no apoio à educação extraescolar; gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico (Art. 19.º).

Em 2008, o Decreto-Lei n.º 144, de 28 de Julho desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, nos seguintes âmbitos: a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar; c) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do

ensino básico; d) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; e) Ação social escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; f) Transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico.

A intervenção dos municípios entrou numa nova fase no início do século XXI e é certo que o município adquire um novo protagonismo, como autor e intérprete das suas próprias políticas educativas, o que se poderá traduzir na definição de um projeto educativo local. Para tal muito contribuiu a criação, do Conselho Municipal de Educação e da Carta Educativa (Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro); a generalização do ensino do inglês (Despacho nº 14753/2005, de 5 de julho), e as atividades de enriquecimento curricular (Despacho nº 12591/2006, de 16 de junho, alterado pelos Despachos n.º 14460/2008, de 26 de maio e n.º 8683/2011, de 28 de junho).

Atualmente vários políticos locais reclamam para o seu município o estatuto de “cidade educadora”, sendo esta uma forma de sensibilizar para a importância dos projetos educativos locais (Neto-Mendes, 2007). No entanto, um estudo de caso levado a cabo no município de Vila Nova de Gaia revela que “o local ainda é muito limitado a cada escola e à sua comunidade educativa específica e não numa perspetiva mais abrangente, tendo em conta o município no seu todo”, pois “as escolas evidenciam um certo individualismo no desempenho da sua função, o que constitui uma resistência ao desenvolvimento de uma política local de educação” (Rosário, 2009, p. 119).

Diversos autores defendem que a intervenção municipal na educação vai para além da legislação existente, embora se assista a um esforço por parte dos legisladores de acompanhar a realidade no terreno. Assiste-se a um novo desafio, considerando que o aumento de competências obriga a mudar a escola e a mudar o município (Alpoim, 2000).

Na sua grande maioria, os municípios fazem muito mais do que as competências que lhe estão atribuídas (Alpoim, 2000; Marques, 2000), mas assiste-se também a uma grande diversidade na intervenção das autarquias em matéria educativa, em que algumas dirigem-se fundamentalmente para as suas competências legais e outras direcionam-se já para aspetos pedagógicos (Louro, 1999).

Ainda que a intervenção em educação dos municípios seja orientada por normas gerais, cada vez mais os municípios são sensíveis às necessidades e interesses da comunidade educativa local, pelo que Marques (2000) chega mesmo a sugerir a criação de estruturas administrativas e organizativas específicas que auxiliem os municípios a enfrentar as crescentes solicitações no campo da educação, fazendo uma boa gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis. De acordo com Ruivo (2000, p.16, In Rosário, 2009) “é ao nível local que se interfere de forma marcante no processo de produção da multiplicidade ou pluralidade de políticas”. Silva (2012), do estudo que realizou sobre os primeiros passos da descentralização, salienta o enorme potencial da gestão local da educação para a inovação.

1.1.2. O Município de Santo Tirso e a Educação

A Câmara Municipal de Santo Tirso considera a Educação como uma área de intervenção prioritária e os seus responsáveis têm-na assumido como essencial para o desenvolvimento local.

Tendo por base a legislação existente mas assumindo que o município de Santo Tirso, como aliás a generalidade dos municípios, assume mais competências do que as suas obrigações, detalha-se de seguida a intervenção municipal segundo os diferentes níveis de ensino:

Educação Pré-escolar

Em 1997, a regulamentação da Lei-Quadro da Educação Pré-escolar cria um novo panorama de atuação. O Estado comparticipa a intervenção dos municípios nos seguintes domínios:

- Construção e remodelação de infraestruturas;
- Apetrechamento de mobiliário e equipamentos;
- Construção e montagem de cantinas;
- Criação de novos espaços para desenvolver as componentes de apoio à família (refeição e prolongamento de horário);
- Ação Social.

Para além destas competências, a Câmara Municipal de Santo Tirso assegura também:

- Pagamento das despesas correntes (eletricidade, água, gás, telefone e internet);
- Reparações no mobiliário e equipamentos;
- Cedência e encargo de transportes para visitas de estudo e transporte escolar;
- Colocação de pessoal auxiliar e encargo das respetivas remunerações quando não é afeto ao Ministério da Educação;
- Através da transferência de verbas para as juntas de freguesia, assegura:
 - A manutenção dos edifícios;
 - O pagamento do expediente e material de limpeza.
- Regime de fruta escolar.

1.º Ciclo do Ensino Básico

A legislação existente prevê que, ao nível do 1.º ciclo, o Estado participe a intervenção dos municípios nos seguintes domínios:

- Construção e remodelação de infraestruturas;
- Equipamentos dos estabelecimentos de ensino;
- Ação Social Escolar;
- Transportes escolares;
- Organização de atividades para ocupação dos tempos livres;

Para além destas competências, a Câmara Municipal de Santo Tirso assegura também:

- Pagamento das despesas correntes (eletricidade, água, gás, telefone e internet);
- Reparações no mobiliário e equipamentos;
- Cedência e encargo de transportes para visitas de estudo e transporte escolar;
- Através da transferência de verbas para as juntas de freguesia, assegura:
 - A manutenção dos edifícios;
 - O pagamento do expediente e material de limpeza;
- Regime de fruta escolar.

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Nestes ciclos, o município tem competência no que se refere aos transportes escolares, mas a Câmara Municipal de Santo Tirso intervém ainda em:

- Cedência de espaços camarários para atividades diversas;
- Participação e envolvimento em projetos.

Ensino Secundário

Ao nível do secundário, o município tem competência no que se refere aos transportes escolares, comparticipando 50% do seu custo. No entanto, a Câmara Municipal de Santo Tirso apoia ainda em:

- Cedência de transporte para visitas de estudo;
- Cedência de espaços camarários para atividades diversas;
- Apoio logístico, participação e envolvimento em projetos.

Ensino Profissional

Ainda que a legislação não atribua competências diretas aos municípios no que se refere ao ensino profissional, a Câmara Municipal tem apoiado as escolas profissionais do concelho, nomeadamente no/a:

- Envolvimento dos alunos e professores em atividades municipais que favoreçam os objetivos da formação;
- Cedência de transporte para visitas de estudo;
- Cedência de espaços camarários para atividades diversas;
- Apoio logístico, participação e envolvimento da Câmara em projetos das escolas.

Educação e Formação de Adultos

Desde cedo, a Câmara Municipal de Santo Tirso compreendeu a importância da educação de adultos no combate às fragilidades territoriais, nomeadamente na área do emprego e da qualificação profissional. A este nível, o município tinha como competência assegurar instrumentalmente o funcionamento do ensino recorrente, afetando a estas instalações e equipamentos. No entanto, a sua intervenção foi muito além do ensino recorrente de adultos e passou também pelos seguintes domínios de intervenção:

- Ensino Profissional de Adultos – A criação, em 1996, do Gabinete de Emprego e Formação Profissional (GEFP) da Câmara Municipal, abriu a porta para um conjunto de iniciativas relacionadas com o emprego, que passaram também pela realização de cursos de formação profissional dirigidos a adultos desempregados, com o apoio e parceria de empresas locais, de instituições educativas e sociais e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).
- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – Em 2004, o município de Santo Tirso foi o segundo município a criar um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), posteriormente denominado Centro Novas Oportunidades e que esteve em funcionamento até fevereiro de 2012. Durante esse período certificou 2 334 adultos (1 919 de nível básico e 415 de nível secundário).
- Literacia informática – Em 2006, a Câmara Municipal levou a cabo o projeto TII (Tecnologia, Inovação e Iniciativa), fruto da parceria com o Citeve e a Microsoft, dirigido a cerca de 3 000 desempregados da indústria têxtil e vestuário, com baixa escolaridade, idade inferior a 45 anos e sem conhecimentos de informática.
- Outros Cursos e Formação de Adultos – A Câmara Municipal tem desenvolvido, em parceria com empresas de formação certificadas, outros projetos de formação, dos quais se destacam as Formações Modulares Certificadas, criadas um pouco por todo o concelho entre 2010 e 2011, e o Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA) de nível secundário em Técnico de Ação Educativa, ocorrido em 2011/2012.

O comprometimento da Câmara Municipal com a educação está também patente na estrutura organizacional dos serviços camarários e no investimento financeiro da autarquia nesta área.

Sabe-se que a estrutura e composição dos serviços de educação diferem de autarquia para autarquia, em função das prioridades definidas por cada município e das necessidades locais. No caso de Santo Tirso existe atualmente o Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social, que engloba a Divisão de Educação, inteiramente dedicada a esta área. Refira-se, contudo, que esta divisão não é autossuficiente para levar a cabo a totalidade das suas atividades, pelo que se suporta noutras divisões e serviços camarários, nomeadamente, na Divisão de Empreitadas, Divisão de Recursos Humanos, na Divisão de Ação Social, na Divisão da Cultura e Turismo, no Serviço de Desporto, entre outras.

De acordo com a ANMP (Fernandes, 1999, citado em Marques, 2000), os municípios investem, em média, 10% do seu orçamento anual em educação. No caso da Câmara Municipal de Santo Tirso, o investimento em educação é significativo no orçamento camarário, quer considerando o investimento de capital de requalificação do parque escolar; quer a despesa corrente, que representa o investimento da Câmara Municipal em refeições escolares, com o complemento de horário do pré-escolar, em atividades de enriquecimento curricular, em transportes escolares, com o regime de fruta no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico; em despesas com o pessoal não docente, na gestão do parque escolar e noutras atividades desenvolvidas pela Divisão de Educação.

A autarquia de Santo Tirso, pese embora a importância que reconhece à educação como garante do desenvolvimento local, encara o futuro com algumas reservas e preocupações. De acordo com o executivo camarário auscultado no âmbito do PEM, estas derivam sobretudo das políticas a que se tem vindo a assistir nos últimos meses, na ausência de uma transferência de competências do Estado para as Autarquias coerente, estratégica e com o devido reforço financeiro. Assiste-se sim ao atropelo à autonomia autárquica.

Atento ao desenvolvimento de novas políticas educativas, o município assume-se plenamente consciente do seu papel agregador e catalisador, com legitimidade política para fazer a gestão integrada de todas as instituições educativas que operam no seu território. Consequentemente, a autarquia não deverá relegar o seu importante contributo enquanto parceiro privilegiado das escolas e restantes instituições sociais, culturais, económicas e desportivas, no âmbito das responsabilidades e atribuições que lhe são conferidas nas mais diversas áreas de atuação municipal. Considerando que o município constitui-se estrategicamente como agente de desenvolvimento territorial, mobilizando fatores económicos e sociais, articulando parcerias e estimulando a cooperação, deverá ser este a assumir “as rédeas” e a impulsionar esta concertação e articulação em rede.

No planeamento estratégico do território, e no que às políticas educativas diz respeito, há que ter presente qual a matriz a seguir, de modo a conferir importância e coerência aos diferentes projetos educativos desenvolvidos

na cidade. Por um lado, esta unidade na ação irá evitar a fragmentação e a duplicação de redes de serviços e de recursos e a dispersão de iniciativas e de projetos. Por outro, a territorialização e a contextualização de projetos e de programas parcelares já existentes irão conferir uma maior eficiência e eficácia à ação educativa. A construção do PEM visa precisamente auxiliar esta articulação assumindo-se como um documento importante para o planeamento educativo à escala do território municipal.

1.2. Conselho Municipal de Educação, articulação com os Projetos Educativos das Escolas/Agrupamentos de Escolas e articulação outros instrumentos de planeamento

1.2.1. Conselho Municipal de Educação e Carta Educativa

O Conselho Municipal de Educação surge da necessidade de se concretizar o processo de descentralização da política educativa e da respetiva transferência de competências educativas para as autarquias. O Decreto-Lei 159/99 de 14 de Outubro já tinha anunciado esse objetivo, contudo o seu impacto foi meramente teórico, sem efeitos ao nível da intervenção. Com efeito, o Decreto-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro veio suprir essa lacuna, instituindo, por obrigatoriedade legal, o Conselho Municipal de Educação (CME) e a elaboração da Carta Educativa.

A Carta Educativa constitui um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Em termos gerais, o presente decreto regulamenta competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, referindo-se ainda à gestão não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

Embora se reconheça que o processo de descentralização é um processo evolutivo, este documento constitui uma nova visão estrutural do sistema educativo português e um passo decisivo para uma maior aproximação entre cidadãos e o sistema educativo. Neste seguimento, o Conselho Local de Educação passa a designar-se Conselho Municipal de Educação. E a Carta Escolar a designar-se Carta Educativa.

O Conselho Municipal de Educação trata-se do órgão essencial para a institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível concelhio. Neste sentido, entende-se por Conselho Municipal de Educação a instância de coordenação e consulta da política educativa, cujo principal objetivo é a articulação educativa a nível municipal e a intervenção no âmbito do sistema educativo dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados. É competência deste órgão analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo, propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

O CME assume um papel fundamental na descentralização, uma vez que lhe compete deliberar sobre:

- Coordenação do sistema educativo e a articulação da política educativa com outras políticas sociais em particular nas áreas da saúde, ação social, formação e emprego;
- Elaboração e atualização da Carta Educativa;
- Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos nos artigos 47º e seguintes do Decreto- Lei n.º 115ª/98, de 4 de Maio.

- Elaboração de projetos educativos a desenvolver no município;
- Adequação das diferentes ações escolares às necessidades locais, apoios socioeducativos, rede de transportes escolares e alimentação;
- Medidas de desenvolvimento educativo no âmbito do apoio às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas e de iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;
- Ações de prevenção e segurança dos espaços escolares e dos acessos;
- Qualificação e requalificação do parque escolar.

Compete ainda ao CME analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino no que respeita às características e à adequação das instalações, ao desempenho do pessoal docente e não docente, à assiduidade e sucesso escolar dos alunos, assim como refletir sobre as causas dos problemas que afetam o contexto escolar e propor ações que produzam efeitos positivos ao nível do sistema educativo. Assim como, potenciar uma relação estreita entre o ministério da educação e os órgãos municipais que o integram para, desta forma, assegurar as necessidades adequadas ao ordenamento da rede educativa a nível nacional e municipal.

Integram o Conselho Municipal de Educação os seguintes representantes:

- O Presidente da Câmara Municipal (que o preside);
- O Presidente da Assembleia Municipal;
- O Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal;
- O Representante da Direção de Serviços da Região Norte/DGEEste;
- Um representante de cada instituição de ensino superior público e privado;
- Um representante do pessoal docente pré-escolar, básico, secundário;
- Um representante dos estabelecimentos de ensino básico e secundário privados;
- Dois representantes das Associações de Pais/Encarregados de Educação;
- Um representante das Associações de Estudantes;
- Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Um representante dos Serviços Públicos da Saúde;
- Um representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional;
- Um representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto;
- Um representante das Forças de Segurança.

Santo Tirso não tem ainda constituído o seu Conselho Municipal de Educação, mas tal é reconhecido por diversos agentes educativos e pela própria Câmara Municipal como uma das principais atividades a integrar o plano de ação deste projeto educativo municipal.

No que se refere à elaboração da Carta Educativa, a mesma foi homologada em 2007 considerando-se que, atualmente se encontra 100% concretizada. Contudo, tal significa que é necessário proceder à sua atualização. Esta, aliás, tem sido apontada pela Divisão de Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, como uma atividade prioritária.

1.2.2. Articulação do Projeto Educativo Municipal com os Projetos Educativos de Escolas/Agrupamentos de Escolas

Para a elaboração do diagnóstico de educação concelhio e para a definição das linhas estratégicas daí emanadas, muito contribuiu a informação retirada dos projetos educativos das escolas e agrupamentos de escolas. Partindo da sua análise, foi possível realizar, numa “primeira pincelada”, uma visão holística das linhas orientadoras da ação educativa priorizadas pelas diferentes escolas, tendo, porém, já no horizonte a necessidade de estas serem devidamente articuladas, integradas e concertadas.

No decorrer da análise realizada foi notória a existência de denominadores comuns, mas emergiu também a necessidade de imprimir uma perspetiva integradora aos diferentes projetos, visando eliminar ineficiências e redundâncias e para potenciar e conferir uma maior eficácia e eficiência à ação educativa. Ainda que esta visão integradora possa ser, seguramente, uma das maiores mais-valias da existência do PEM, não se pretende com isto dizer que os projetos educativos de escolas deverão ser anulados em prol deste projeto de âmbito mais alargado. O quadro geral de intervenção possibilitado pela elaboração do PEM é suficientemente amplo para que cada escola possa ter a sua própria orientação pedagógica, mantendo a sua identidade e marca distintivas.

O que se verifica é que os projetos delineados poderão, agora, adquirir uma outra relevância e impacto, potenciando as oportunidades educativas que já lhes são reconhecidas, mas que, porque isoladas e fechadas, ficam aquém dos resultados que seriam desejáveis. Pretende-se, assim, construir, de uma forma participada, um novo patamar de uma ação educativa mais integrada e articulada, superando uma visão individualista e, por isso, redutora, em que cada um trabalha isoladamente visando objetivos e interesses próprios. Só será possível atingir melhores resultados, se o processo de elaboração do PEM for encarado numa lógica de complementaridade, subsidiariedade e corresponsabilização. Esta lógica deverá estar subjacente logo desde a fase do diagnóstico. A reflexão conjunta, a partilha e racionalização de recursos e a articulação em rede permitirão assegurar a adoção de soluções mais integradas e eficazes face às áreas de melhoria

diagnosticadas. O projeto educativo municipal deverá assim ser perspectivado como um projeto comum, gerador de implicações e cumplicidades, compensadores de desigualdades, promotores de cidadania e participação (Vieira, 2013).

No que concerne às linhas orientadoras refletidas nos diferentes projetos educativos de escola, estas servirão de mote para a elaboração dos futuros planos de ação, favorecendo a definição de objetivos e estratégias que consigam responder às dificuldades/constrangimentos efetivamente sentidos pela comunidade. A articulação entre este documento e os projetos educativos das escolas é assim transversal (cf. Figura 1).

Figura 1 - Articulação entre Projetos Educativos e Projeto Educativo Municipal



Para facilitar esta articulação e assegurar que o projeto educativo municipal efetivamente vai ao encontro das metas prioritizadas nos diferentes projetos educativos das escolas, foi realizada uma análise de conteúdo aos mesmos, cuja informação foi estrategicamente organizada em torno de 3 eixos de análise:

- Análise/Diagnóstico (partindo do conceito importado da análise SWOT, focando, em particular, os pontos fracos e fortes);
- Visão estratégica (princípios/objetivos estratégicos privilegiados na formulação dos planos de ação);
- Objetivos específicos (áreas de intervenção prioritárias).

O desenvolvimento desta análise qualitativa e principais conclusões daí decorrentes encontram-se explanadas em pormenor no ponto 2.4., incluído no capítulo referente ao Contexto e Diagnóstico.

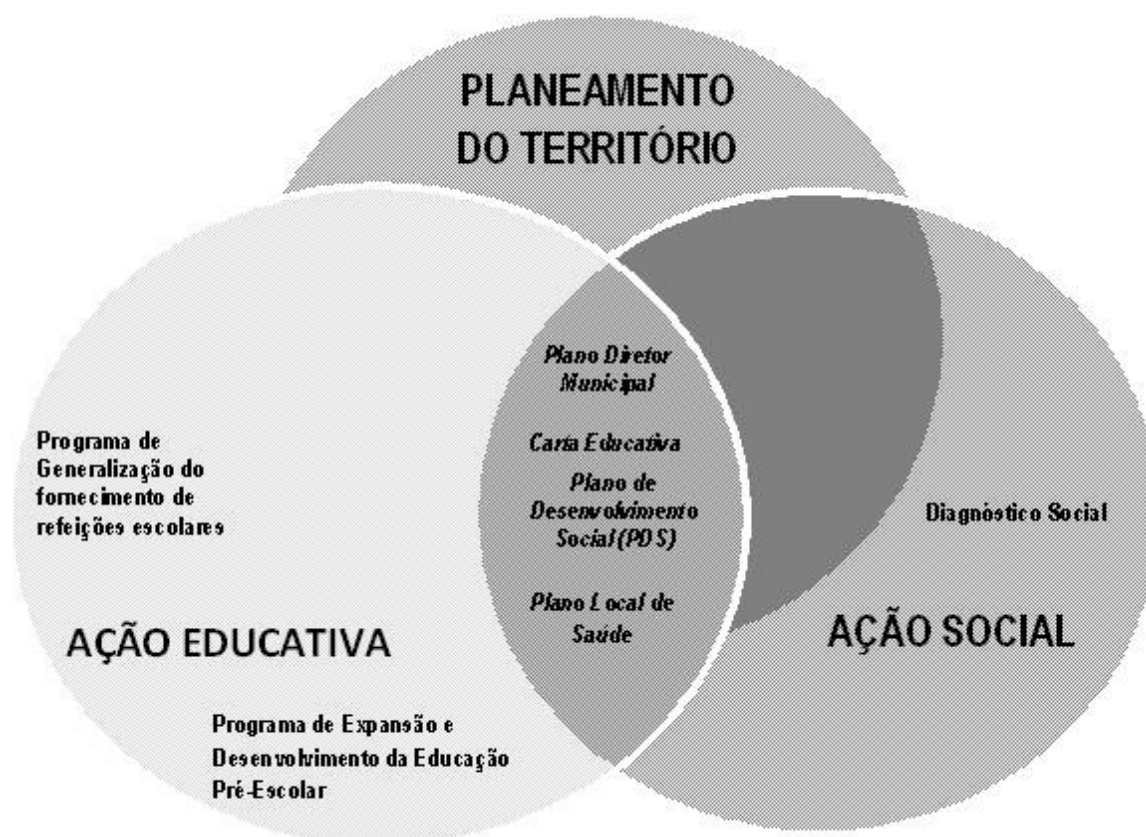
1.2.3. Articulação do Projeto Educativo Municipal com projetos socioeducativos e outros instrumentos de planeamento

No quadro geral de centralização e esvaziamento das atribuições e responsabilidades até aqui exercidas pelas extintas Direções Regionais de Educação, urge encontrar novas formas de possibilitar o desenvolvimento de dinâmicas de proximidade e de apoio à ação educativa e formativa. Este contexto poderá perspetivar-se como uma oportunidade para revestir as políticas educativas de uma componente mais interventiva e mais dirigida às características e problemas concretos da comunidade local. É assim cada vez mais reconhecida a importância da intervenção local levar em linha de conta os contextos de inserção sócio territorial, sob pena de perda de eficiência e eficácia da ação (Amor, 2003, p.18). A territorialização e contextualização de projetos e programas parcelares já existentes irão permitir revestir a ação educativa de uma maior eficiência e eficácia. Daqui resulta a necessidade de articulação do projeto educativo municipal com outros instrumentos de planeamento e programas de âmbito local, regional e nacional.

Por outro lado, só será possível atingirmos melhores resultados educativos para toda a população, se existir esta simbiose em termos de planeamento estratégico do território. A complexidade dos desafios da sociedade atual impõe, assim, a existência de uma estratégia de intervenção muito mais integrada e concertada, adquirindo relevância a partilha e racionalização de sinergias e recursos no encalce de soluções e respostas mais diferenciadas e eficazes na resolução dos problemas pessoais, sociais e institucionais.

É assim denunciada e pronunciada a necessidade de se delinearem grandes linhas orientadoras do planeamento estratégico, que possam nortear e fundamentar a elaboração do projeto educativo municipal. Nesta linha, serão analisados diversos projetos socioeducativos de diversas instituições do concelho e outros documentos estratégicos (cf. Figura 2). Esta análise aparece detalhada no ponto 2.5., incluído no capítulo referente ao Contexto e Diagnóstico.

Figura 2 - Documentos estratégicos e respetiva articulação e sobreposições



1.3. Estratégia metodológica para a construção do projeto educativo municipal

1.3.1. Constituição da equipa

A Câmara Municipal, responsável pela elaboração do PEM de Santo Tirso, constituiu uma equipa de técnicos municipais para a execução das diferentes fases do PEM, com o apoio de consultadoria da Universidade Católica Portuguesa.

Fazem parte da Equipa Municipal do PEM a Diretora do Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social, a diretora do Departamento de Planeamento e Ambiente, o chefe de Divisão da Cultura e Turismo, o chefe do Serviço de Desporto, a técnica responsável pela biblioteca municipal, o técnico responsável pelo Centro Cultural de Vila das Aves, uma técnica da Divisão dos Recursos Humanos, duas técnicas da Divisão de Educação e um técnico da Divisão de Ação Social (cf. Anexo I).

A constituição de uma equipa multidisciplinar teve como pressuposto o envolvimento de serviços e divisões que disponibilizam e dinamizam projetos educativos dirigidos, quer às escolas, quer à comunidade, permitindo igualmente a obtenção de diferentes visões sobre a educação na equipa.

Sempre que se justificou, os técnicos da equipa municipal do PEM solicitaram o apoio e colaboração dos estabelecimentos de ensino e de outras instituições do concelho, quer para a elaboração do diagnóstico, quer para a construção do Plano de Ação. Este apoio foi essencial para a realização do PEM.

1.3.2. Estratégia metodológica

A construção do PEM de Santo Tirso obedece a quatro fases distintas, ainda que complementares:

- 1) Diagnóstico;
- 2) Plano de Ação;
- 3) Intervenção/execução;
- 4) Avaliação.

A metodologia de base é a investigação-ação, que pode ser entendida como uma “família de metodologias de investigação que incluem ação (ou mudança) e investigação (ou compreensão) ao mesmo tempo, utilizando um processo cíclico ou em espiral, que alterna entre ação e reflexão crítica” (Coutinho *et al.*, 2009). Esta metodologia, que começa a ganhar visibilidade a partir de um artigo de Kurt Lewin de 1946, caracteriza-se sobretudo por ser participativa e colaborativa, ao envolver e implicar todos os intervenientes no processo; prática e interventiva, ao associar ação à mudança; e cíclica, por envolver uma espiral de ciclos, em que as descobertas iniciais geram possibilidades de mudança que são implementadas e avaliadas como introdução do ciclo seguinte (Coutinho *et al.*, 2009). Muito utilizada no campo da educação, a metodologia investigação-ação assenta no paradigma sócio crítico, que contém em si uma clara intenção de mudança, colocando um maior dinamismo na forma de encarar a realidade e uma maior proximidade do real pela predominância da praxis, da participação e da reflexão crítica, contendo uma intensidade transformadora (Coutinho *et al.*, 2009).

Para que a mudança seja efetiva, Bogdan e Biklen (1994, *in* Sanches, 2005) sugerem que se compreenda a forma como os indivíduos envolvidos vivenciam a situação e implicá-los nessa mesma mudança. A investigação ação obriga a que os próprios grupos-alvo assumam a responsabilidade de decidir quais as mudanças necessárias (Ainscow, 2000 *in* Sanches, 2005).

É neste contexto que se salientam os seguintes aspetos no processo de construção do PEM de Santo Tirso:

- É participativo. Após a apresentação à comunidade educativa do desafio de construção do PEM (cf. Anexos II, III e IV), foram envolvidos os estabelecimentos de ensino, a comunidade escolar, as instituições e as associações locais, os parceiros sociais, as autarquias e todos os interessados. Todos os envolvidos influenciam e controlam conjuntamente iniciativas, decisões e recursos que, de forma mais ou menos direta, os afetam;
- Assenta nas potencialidades e recursos do território e nas suas lacunas;
- É um processo inacabado, considerando que se trata de um documento dinâmico assente em diferentes fases, ciclos e técnicas de investigação. A sua monitorização, ao longo do tempo, pressupõe reformulações que o ajustem à realidade e às necessidades educativas locais.

Considerando as diferentes fases de construção do PEM, é então privilegiada uma abordagem eclética, rentabilizando as vantagens que cada técnica pode transportar para a investigação-ação que se pretende empreender. As técnicas quantitativas e qualitativas estão, pois, interligadas, na estratégia definida para a prossecução dos objetivos propostos. De acordo com Moraes e Neves (2007, p. 76), “diferentes métodos de análise são úteis porque se dirigem para diferentes tipos de questões”.

Por conseguinte, na construção do PEM foram utilizadas as principais técnicas de investigação que se seguem, por se revelarem as mais adequadas aos objetivos pretendidos:

1) Inquérito por questionário

Com o objetivo de perceber a realidade da educação no concelho, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, passando pelo ensino profissional e pela educação de adultos, foram construídos questionários de recolha de dados que foram enviados a todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, e a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho (cf. Anexos V, VI, VII, VIII, IX e X). Este levantamento, que também será útil para a atualização da Carta Educativa, permitiu um diagnóstico detalhado da educação em Santo Tirso.

2) Levantamento e análise da informação estatística disponível

Foram consultadas as principais fontes estatísticas disponíveis e extraída a informação considerada necessária para a elaboração do diagnóstico. O Instituto Nacional de Estatística e a PORDATA foram as fontes de referência online para esse efeito, sem descurarmos, naturalmente, outras fontes igualmente importantes. A consulta a efetuar teve na sua base uma bateria de indicadores previamente definida, sendo necessária a sua permanente atualização ao longo dos anos.

3) Análise documental

Foram analisados os mais recentes documentos de diagnóstico e planeamento existentes no concelho. A panóplia de documentos estratégicos concelhios – desenvolvidos e a desenvolver – no campo do diagnóstico e do planeamento, poderá traduzir uma sobreposição de esforços por parte dos vários técnicos e instituições, que, na prática, se encontram a produzir documentos de trabalho muito semelhantes, ainda que sirvam objetivos diferentes. Com esta análise documental, tentou-se extrair de outros documentos informação útil ao diagnóstico.

Foram ainda analisados os seguintes documentos estratégicos no campo da educação: a legislação específica, as normas nacionais e internacionais, os projetos educativos dos estabelecimentos de ensino do concelho e os relatórios de avaliação, interna e externa, das escolas e agrupamentos de escolas.

4) Entrevistas a informantes privilegiados

Foram desenhados guiões de entrevista para agentes educativos e/ou sociais do concelho, portadores de informação privilegiada e particularmente útil para o conhecimento da realidade concelhia. As entrevistas conduzidas foram semiestruturadas, com o fim de se conseguir alcançar os objetivos definidos, mas também de se promover outros patamares discursivos, dando a possibilidade aos interlocutores de se pronunciarem sobre informação não questionada mas que poderão considerar de interesse para o PEM (cf. Anexos XI, XII e XIII).

5) Reuniões Coletivas de Trabalho (steering groups)

Considerando a encruzilhada de documentos de diagnóstico e planeamento concelhios promovidos recentemente ou a serem desenvolvidos em simultâneo ao projeto que é aqui apresentado, foi necessário estreitar a articulação com os seus responsáveis, num esforço concertado para a definição de um documento compilador das várias temáticas, nomeadamente com a Carta Educativa, o Diagnóstico Social e o Plano Local de Saúde, entre outros.

Por outro lado, foram levadas a cabo reuniões coletivas de trabalho (*steering groups*), com técnicos e dirigentes de diferentes áreas e instituições, numa tentativa de se reunirem saberes e competências que enriqueçam o diagnóstico, nomeadamente para o levantamento dos projetos socioeducativos que existem no concelho, quer dirigidos à comunidade escolar, quer à comunidade em geral, promovendo a sua articulação e rentabilização de recursos materiais e humanos.

6) Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats)

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para analisar uma determinada situação, muito utilizada no planeamento estratégico. O termo SWOT é uma sigla oriunda do inglês, sendo um acrónimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

Esta estratégia foi muito utilizada para a elaboração do PEM, permitindo refletir sobre a educação no concelho.

7) Grupos temáticos de trabalho (focus-groups)

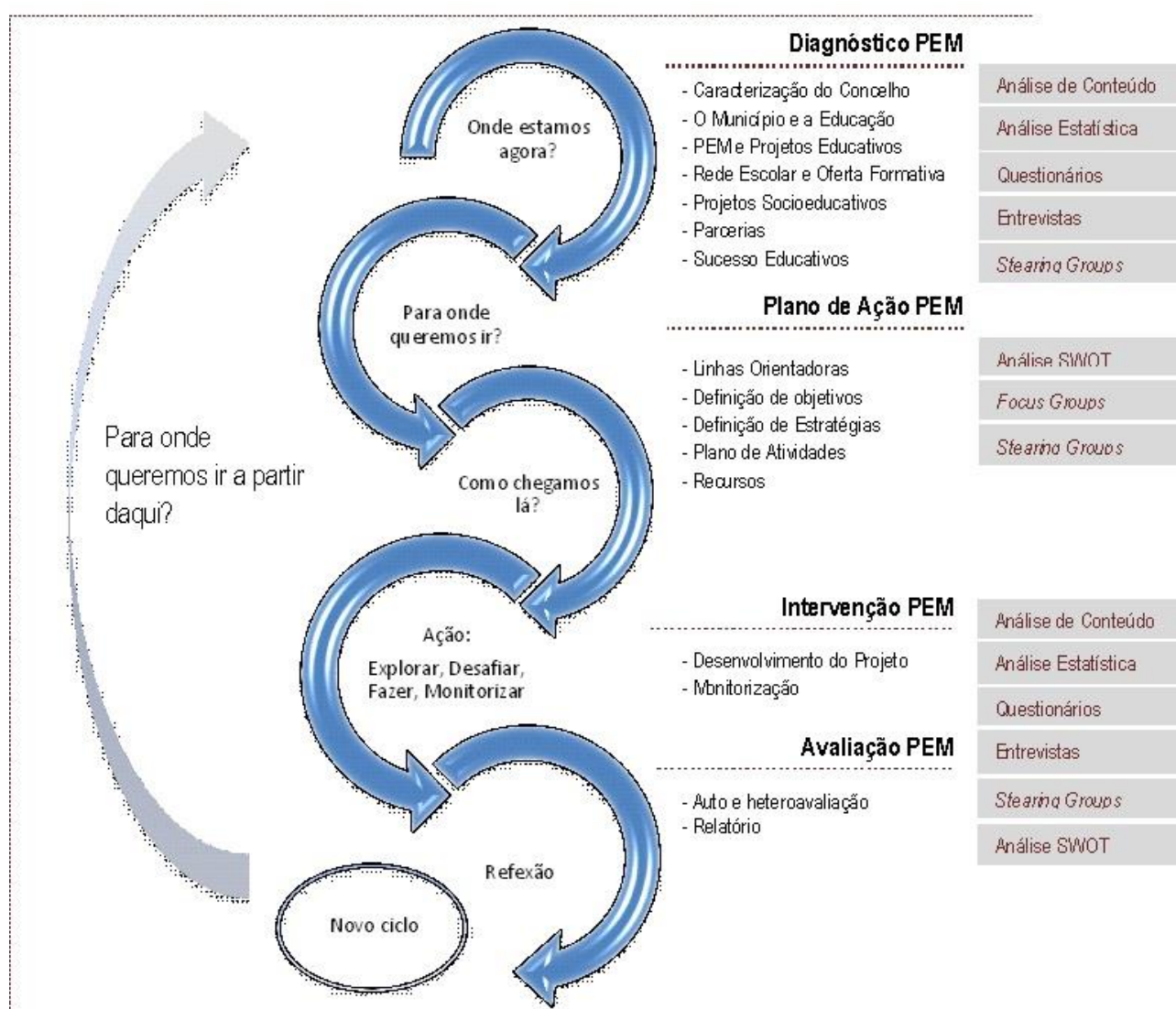
De acordo com Morgan (1998, p. 9) *focus group* é “essencialmente uma forma de escutar as pessoas e aprender com elas”, criando canais de comunicação. (sem parágrafo)

Esta técnica revelou-se particularmente útil após o diagnóstico, pois permitiu reunir diferentes grupos para a definição do Plano de Ação do PEM. Esta reflexão conjunta é crucial e deve ocorrer ciclicamente. Estes grupos temáticos de reflexão envolveram responsáveis pelas instituições de ensino, professores, formadores, encarregados de educação, alunos, técnicos sociais, políticos, responsáveis por instituições sociais e

empresários, entre outros (cf. Anexos XV, XVI e XVII). Sempre que se julgue necessário, em função do desenvolvimento do PEM, serão auscultados estes grupos de trabalho temáticos, por área de atividade, que permitirão aprofundar informação que pode ser vital para o alcance dos objetivos propostos.

Todo este encadeamento metodológico (cf. Figura 3) foi sendo supervisionado pela consultora da Universidade Católica Portuguesa e pela Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Santo Tirso, através de reuniões de trabalho periódicas.

Figura 3 - Esquema metodológico de construção do PEM de Santo Tirso. Metodologia Investigação/Ação.



2. Contexto e diagnóstico

“Se a Educação sozinha não transforma a Sociedade, tão pouco sem ela a Sociedade muda”

Paulo Freire

2.1. Caracterização do município de Santo Tirso

2.1.1. Enquadramento e localização

Situado no Norte do país, Santo Tirso é considerado um concelho de charneira entre o Grande Porto, o Tâmega e o Ave. Pertence ao distrito do Porto e esteve, durante um longo período de tempo, integrado na Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) III do Ave, que englobava ainda os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela. Em 2008 foi aprovada a sua transição para a NUT III do Grande Porto, devido à sua recente integração na Área Metropolitana do Porto (AMP). No entanto, para efeitos estatísticos, continua a ser considerado nas NUT I Portugal Continental; NUT II Região Norte e NUT III Ave.

Santo Tirso é, conjuntamente com Vila Nova de Famalicão e Guimarães, município fundador da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), criada em 1984 e inicialmente designada por Terra Verde. Razões geográficas, históricas e culturais, fazem com que Santo Tirso se mantenha ainda nesta associação, tendo sempre sido parte fundamental e integrante das estratégias desenvolvidas para a região do Ave. As afinidades refletem-se e constroem-se ainda a partir das atividades económicas, que entre pontos altos e depressões, constroem cenários e contextos idênticos nos concelhos fundadores da AMAVE e lhe dão coerência e identidade enquanto região. Grandes projetos de infraestruturas intermunicipais, como são o SIDVA, as políticas de recolha e tratamento de resíduos sólidos, o abastecimento de água (este extravasando a AMAVE), a construção de vias estruturantes com funções regionais (VIM) e mais recentemente a concertação de políticas intermunicipais direcionadas para o conhecimento e inovação e para a coesão social, constituem o motor e a razão do associativismo municipal. A gestão dos fundos comunitários, a criação da Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) do Ave e o desenvolvimento dos dois Planos Estratégicos, consolidam afinidades e geram relações e experiências que não podem ser indiferentes a qualquer cenário de associativismo futuro. As duas décadas de integração na AMAVE e posteriormente na NUT III - Ave, consolidaram a identidade do município enquanto parte integrante da região do Ave.

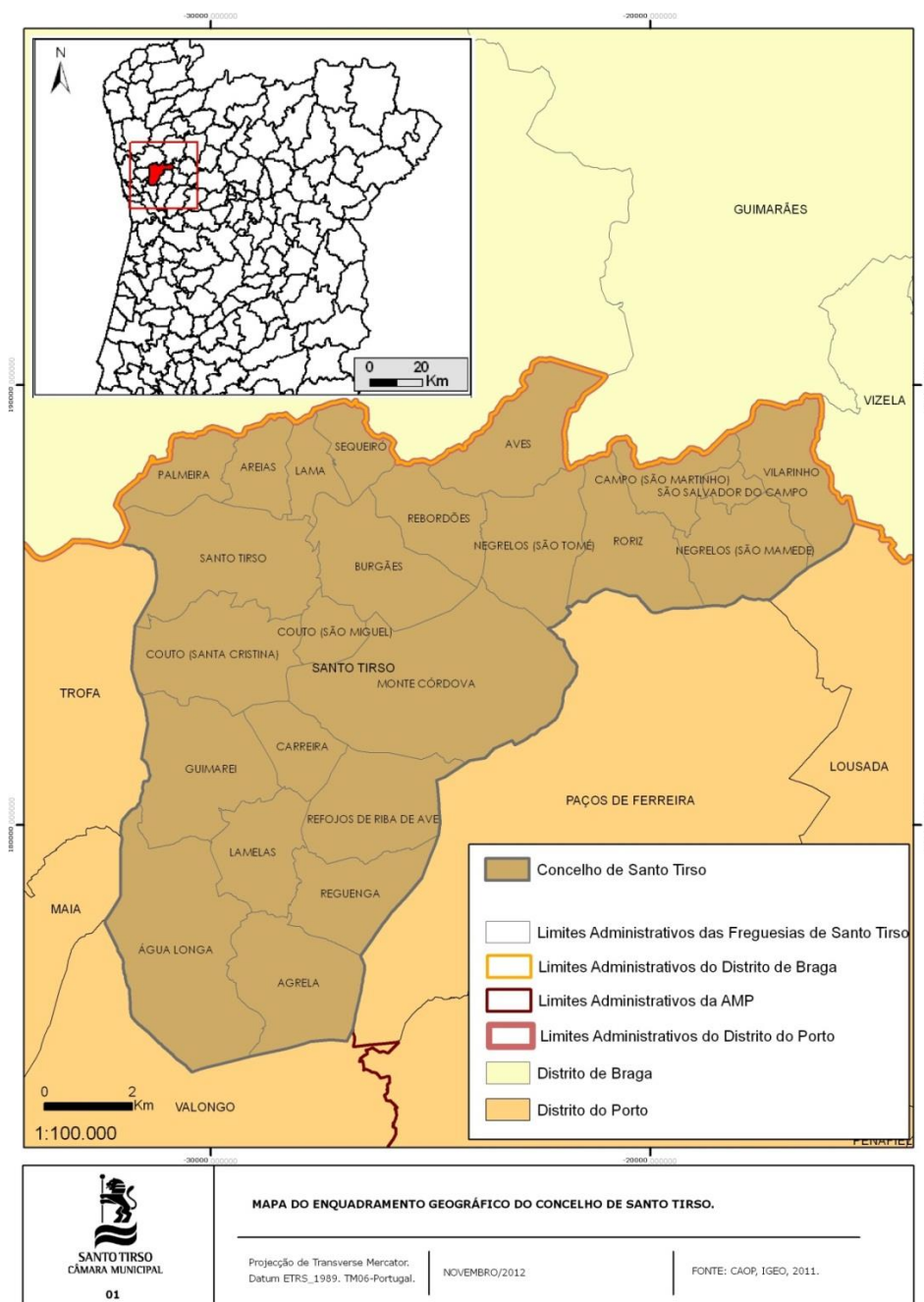
A criação do Município da Trofa, em 1998, alterou o território municipal. As oito freguesias de Santo Tirso, que deram origem ao novo município, eram todas pertencentes à bacia hidrográfica do Ave, daqui resultando uma

diminuição de peso desta em relação à bacia hidrográfica do Leça. A realidade do Leça, com características de povoamento e atividades económicas distintas das do Ave e com uma forte ligação a sul, veio reforçar a atratividade do Grande Porto em desfavor das relações com os principais núcleos urbanos do Ave, Vila Nova de Famalicão e Guimarães. A construção da A3 e, mais recentemente, da ligação do IC24 a Água Longa contribuiu para acentuar ainda mais essa tendência.

Em 27 de Fevereiro de 2004 a Assembleia Municipal aprovou a proposta de adesão do município de Santo Tirso à AMP, que veio a ser formalmente aceite em reunião da Assembleia Metropolitana de 28 de Janeiro de 2005. Em 4 de Março o Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso tomou posse como membro da Junta Metropolitana. Posteriormente, na sequência dos trabalhos de preparação do QREN, foi proposto ao município de Santo Tirso a sua integração na NUT III, Área Metropolitana do Porto. Esta integração, aceite e confirmada pelo Conselho da Região, implica a formulação de um Plano de Ação, comum aos vários municípios que integram a AMP, para candidatura aos fundos comunitários.

O município de Santo Tirso reflete hoje características da Área Metropolitana do Porto e do Vale do Ave, integrando políticas comuns a estas duas regiões. Territorialmente é delimitado a Norte pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, a Nordeste por Vizela e Lousada, a Este por Paços de Ferreira, a Sul pelo concelho de Valongo e a Oeste pelos concelhos da Trofa e Maia (cf. Figura 4).

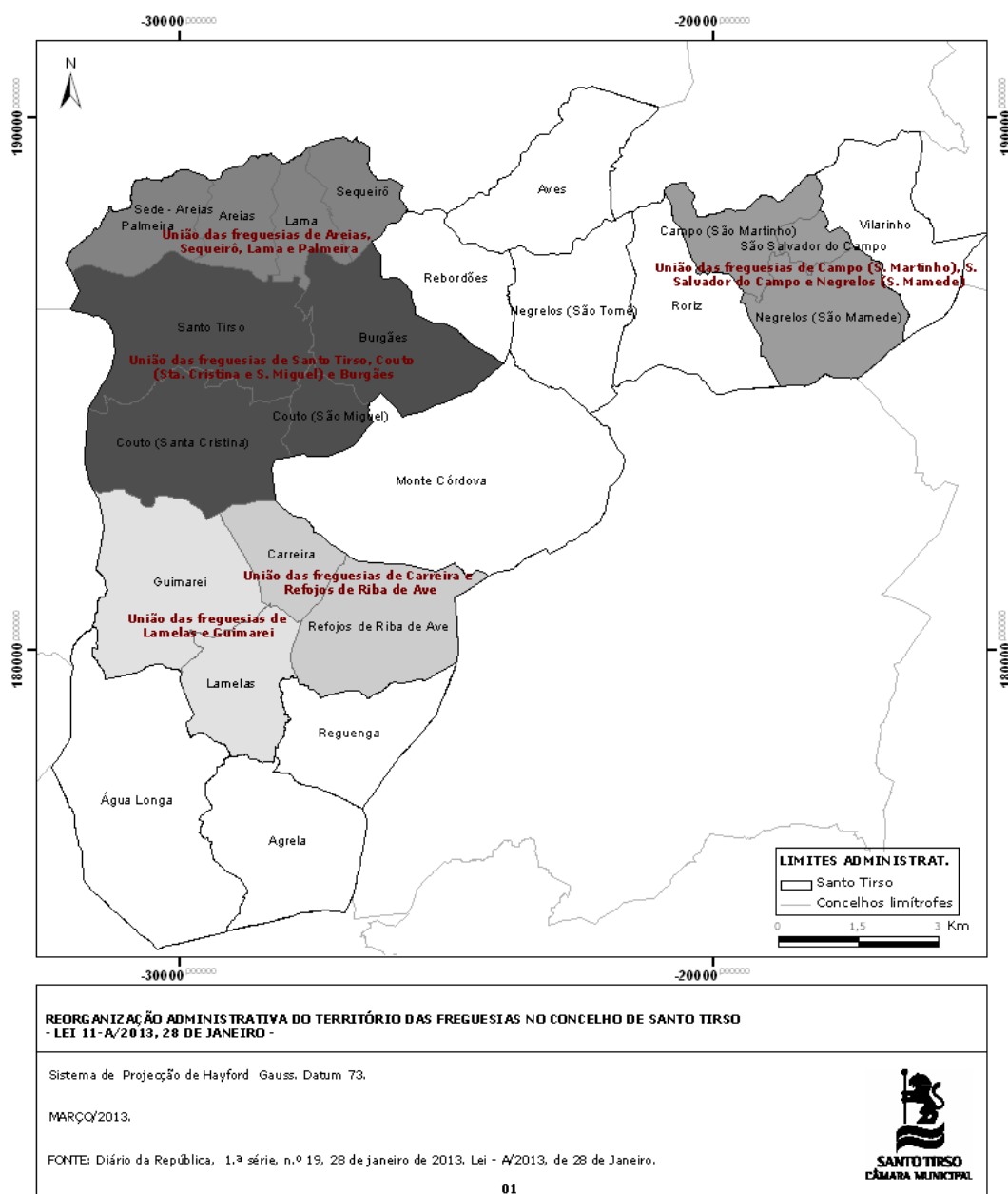
Figura 4 – Mapa do enquadramento geográfico do concelho de Santo Tirso.



Possui uma área de cerca de 140 Km² e é composto por 24 freguesias: Agrela, Água Longa, Areias, Vila das Aves, Burgães, São Tiago da Carreira, Guimarei, Lama, Lamelas, Monte Córdova, Palmeira, Rebordões, Refojos de Riba d'Ave, Reguenga, Roriz, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso, São Mamede Negrelos, São Martinho Campo, São Miguel do Couto, São Salvador do Campo, São Tomé Negrelos, Sequeirô e Vilarinho.

O Concelho tem vindo a assistir a alterações no seu território. Em 2008, passou de 32 para 24 freguesias. Atualmente, com a nova reorganização administrativa do território das freguesias, espelhada na Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, passou para 14 freguesias, conforme designadas na Figura 5. No entanto, na caracterização do concelho, tendo por base as principais fontes estatísticas disponíveis (INE e PORDATA), serão ainda consideradas as 24 freguesias, tendo em linha de conta que essa era a divisão territorial à data dos últimos censos (2011).

Figura 5 – Mapa da nova reorganização administrativa do território das freguesias do concelho de Santo Tirso.



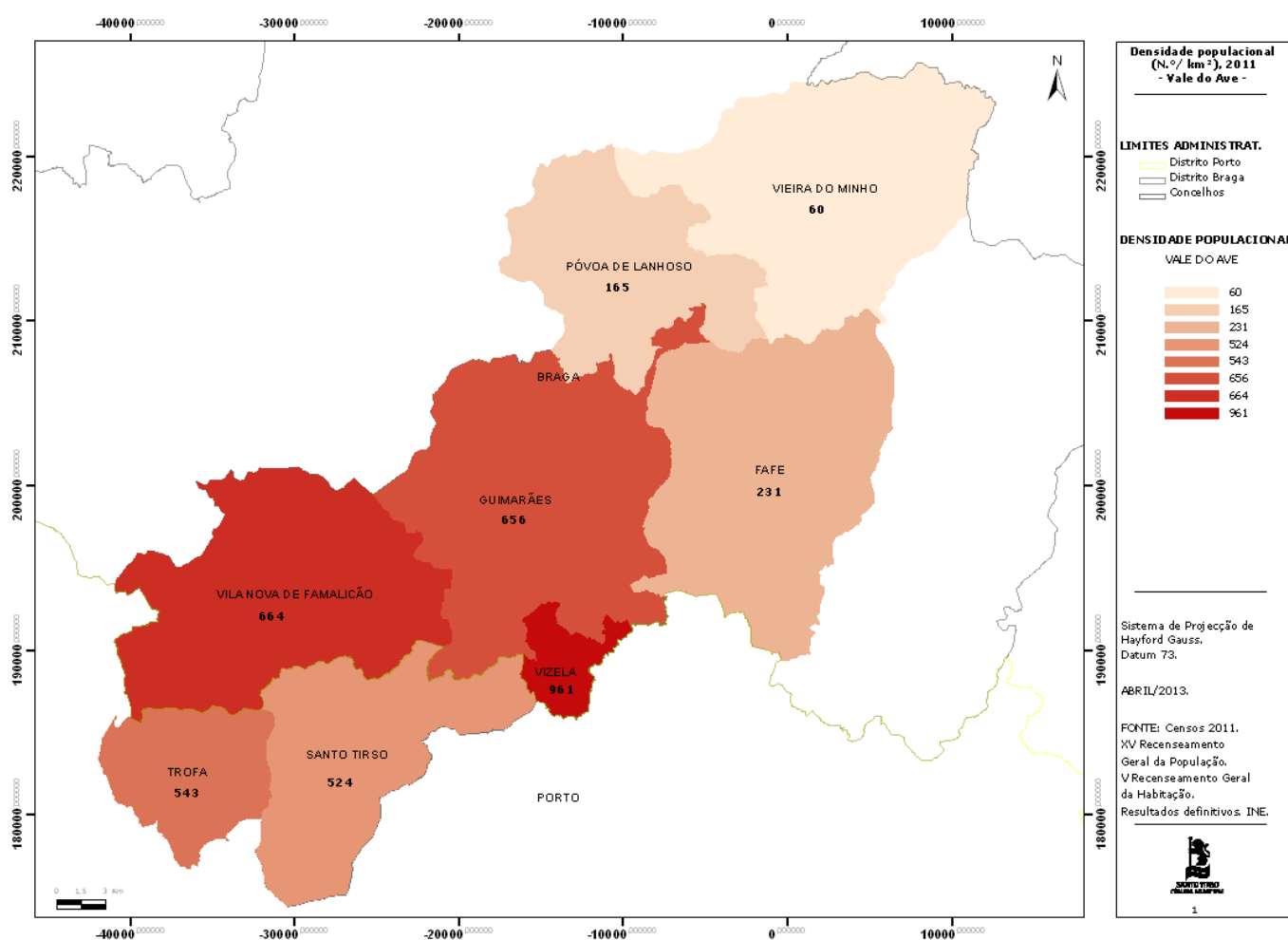
2.1.2. Caracterização sociodemográfica

Nesta caracterização sociodemográfica global do município de Santo Tirso, considera-se, sempre que possível e desejável, a devida contextualização no panorama regional e nacional. São considerados parâmetros como a população residente e suas características (sexo, idade e escolaridade), a densidade populacional, a variação de população na última década e o número de famílias.

De acordo com os últimos Censos (INE, 2011), Portugal tem uma população residente de 10.562.178 habitantes. Destes, 3.689.682 residem na zona Norte, sendo que 511.737 estão dentro da NUT III Ave. Santo Tirso tem uma população residente constituída por 71.530 habitantes.

Analisando a densidade populacional do Vale do Ave (cf. Figura 6), verifica-se que esta é mais elevada nos concelhos de Vizela, Vila Nova de Famalicão e Guimarães e mais reduzida nos concelhos de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Fafe.

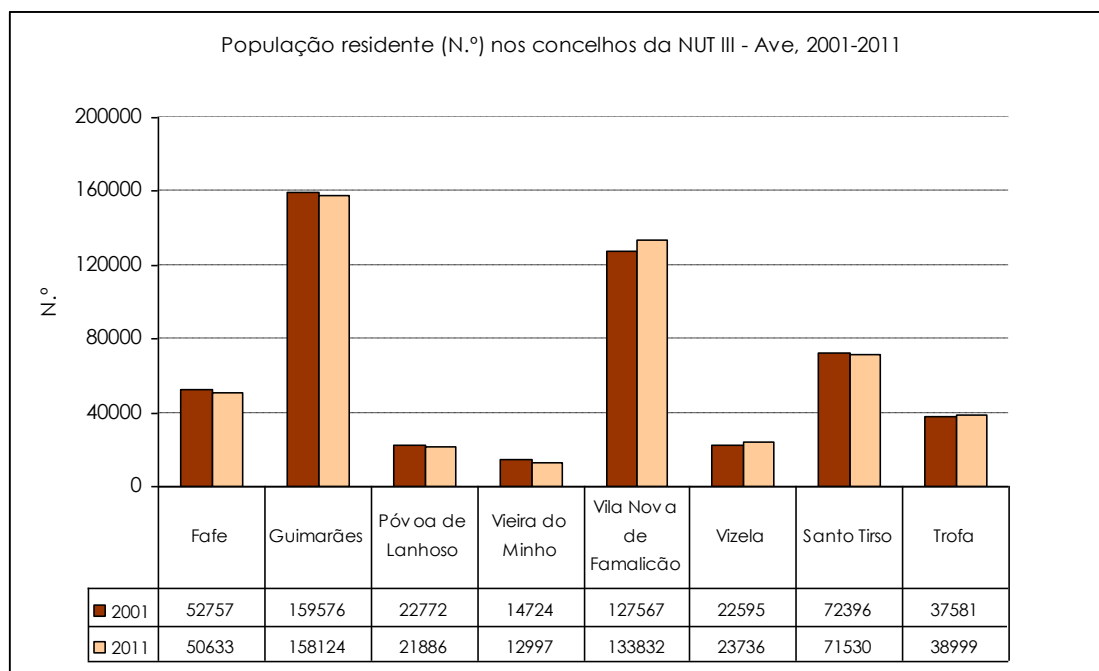
Figura 6 – Mapa da densidade populacional na NUT III Ave.



Santo Tirso é o 3º município do Ave com maior número de habitantes (71.530), depois de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão. Os municípios com menor número de habitantes são: Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Vizela (cf. Figura 7).

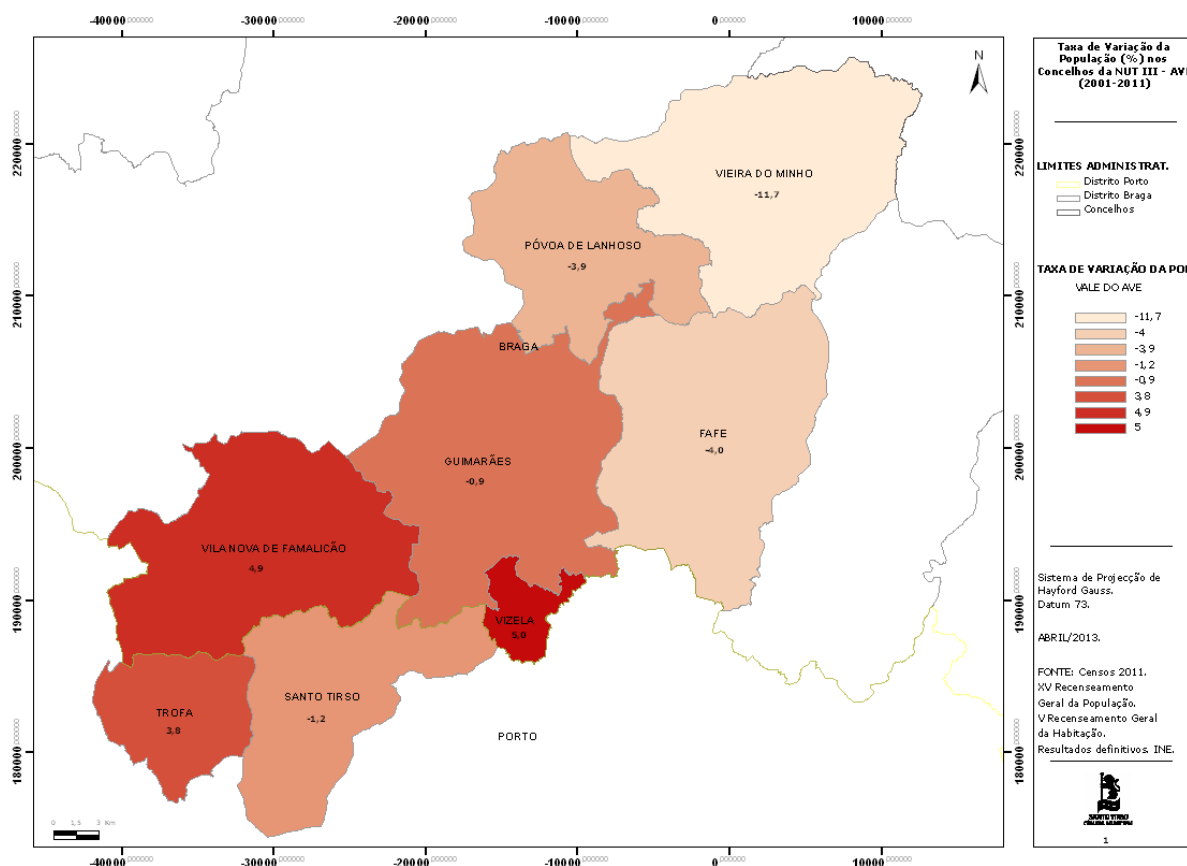
Figura 7 – População residente nos concelhos da NUT III Ave, em 2001 e 2011.

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



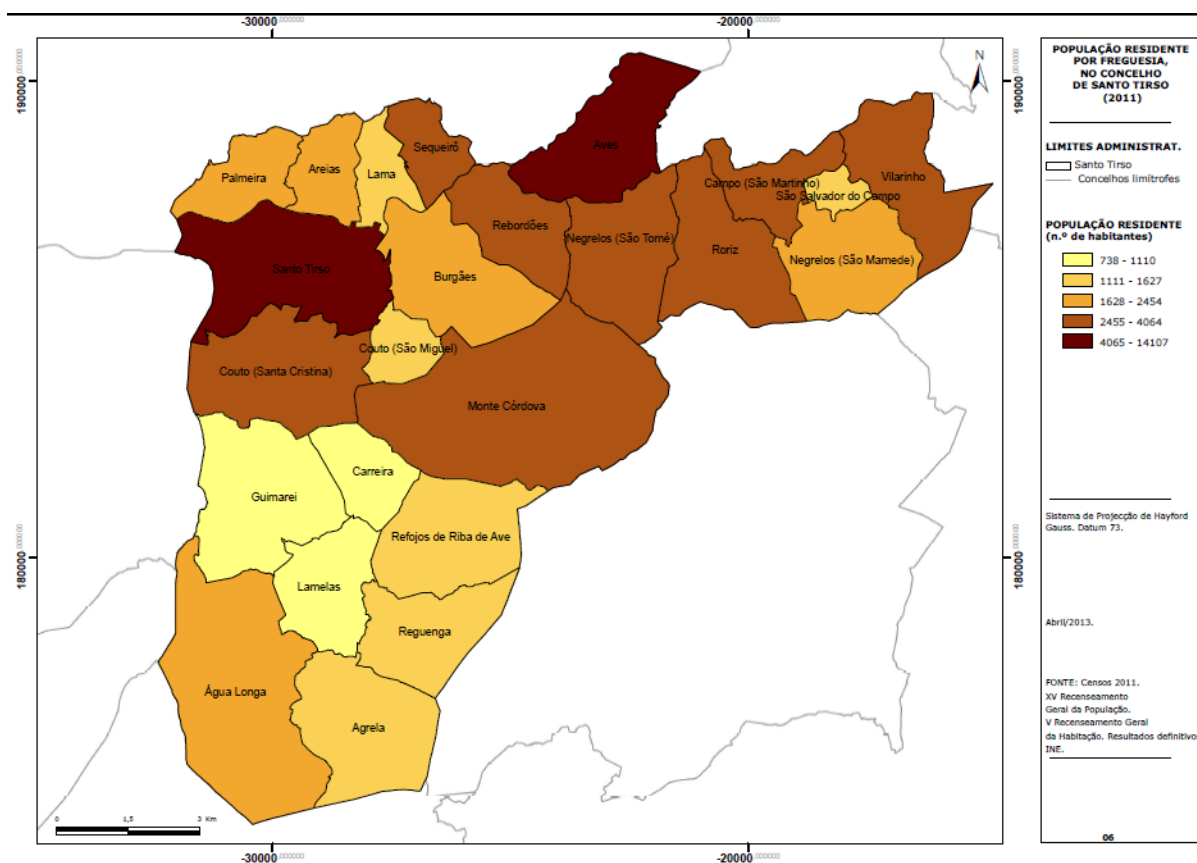
Considerando os dados dos censos de 2001 e 2011, a taxa de variação populacional permite analisar o crescimento percentual da população entre estes dois momentos. Assim sendo, a evolução nesta década revela que os municípios de Vizela (5%), Vila Nova de Famalicão (4,9%) e Trofa (3,8%) viram aumentar a sua população residente. Pelo contrário, nos municípios de Vieira do Minho (-11,7%), Fafe (-4%), Póvoa de Lanhoso (-3,9%), Santo Tirso (-1,2%) e Guimarães (-0,9%) assistiu-se à diminuição do número de habitantes (cf. Figura 8).

Figura 8 – Taxa de variação da população (%) nos concelhos da NUT III Ave, entre 2001 e 2011



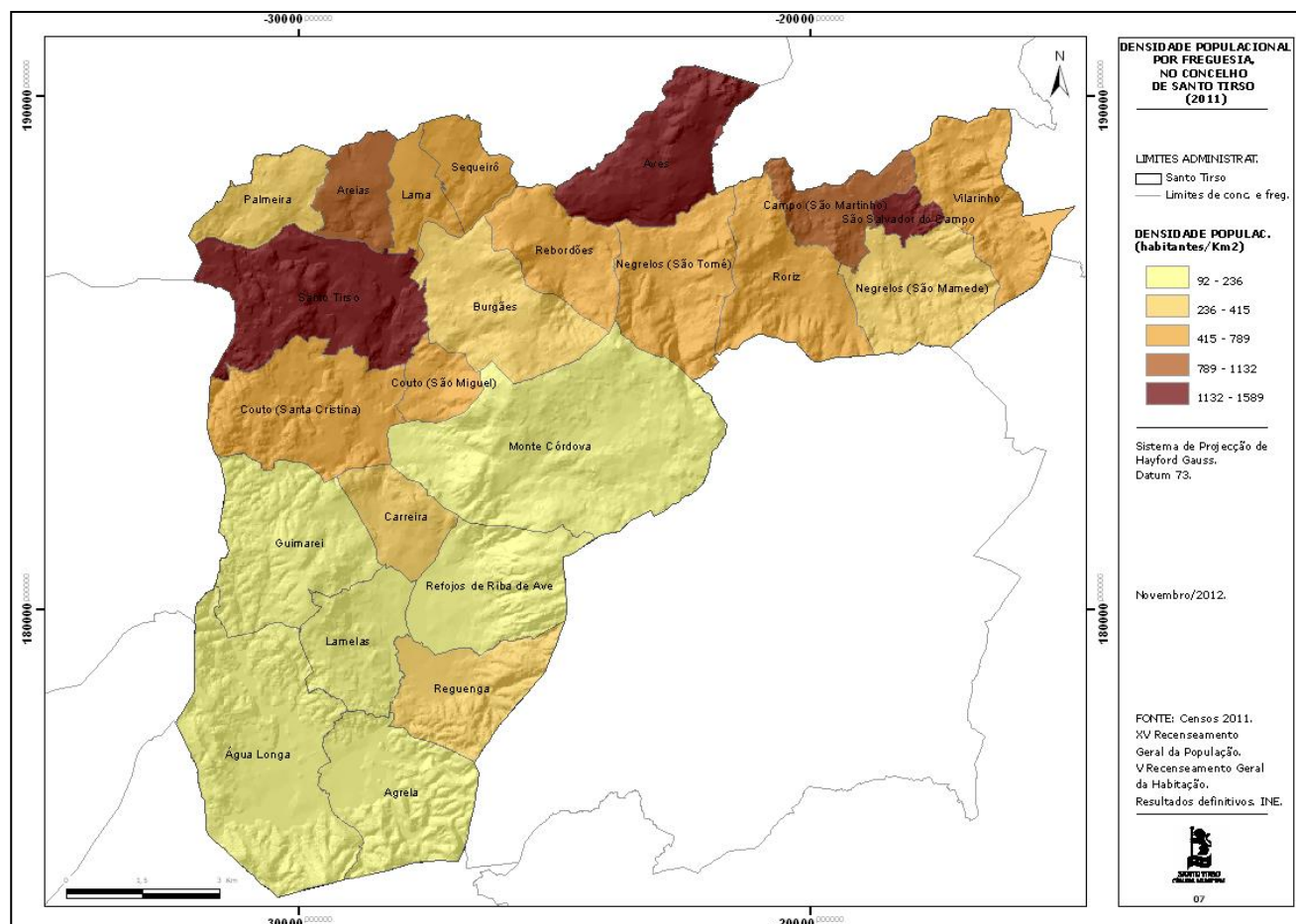
Com uma população residente de 71.530 habitantes, o concelho de Santo Tirso apresenta uma distribuição populacional por freguesias algo assimétrica, visto que um elevado número de habitantes concentra-se nas freguesias de Santo Tirso e Vila das Aves (mais de 8 000 habitantes, em 2011) e, contrariamente, as freguesias de Guimarei, Lamelas e Refojos de Riba de Ave têm um reduzido número populacional (em 2011 não ultrapassavam os 1 000 indivíduos). Esta população parece privilegiar a sua fixação no Norte do concelho em oposição a uma área Sul, e especialmente, Este. A forma como esta população se distribui pelo território parece assim desenhar uma distinção entre um Norte do concelho mais populoso, e um Sul e Este com menos habitantes (cf. Figura 9).

Figura 9 - Carta da População Residente do Concelho de Santo Tirso, 2011.



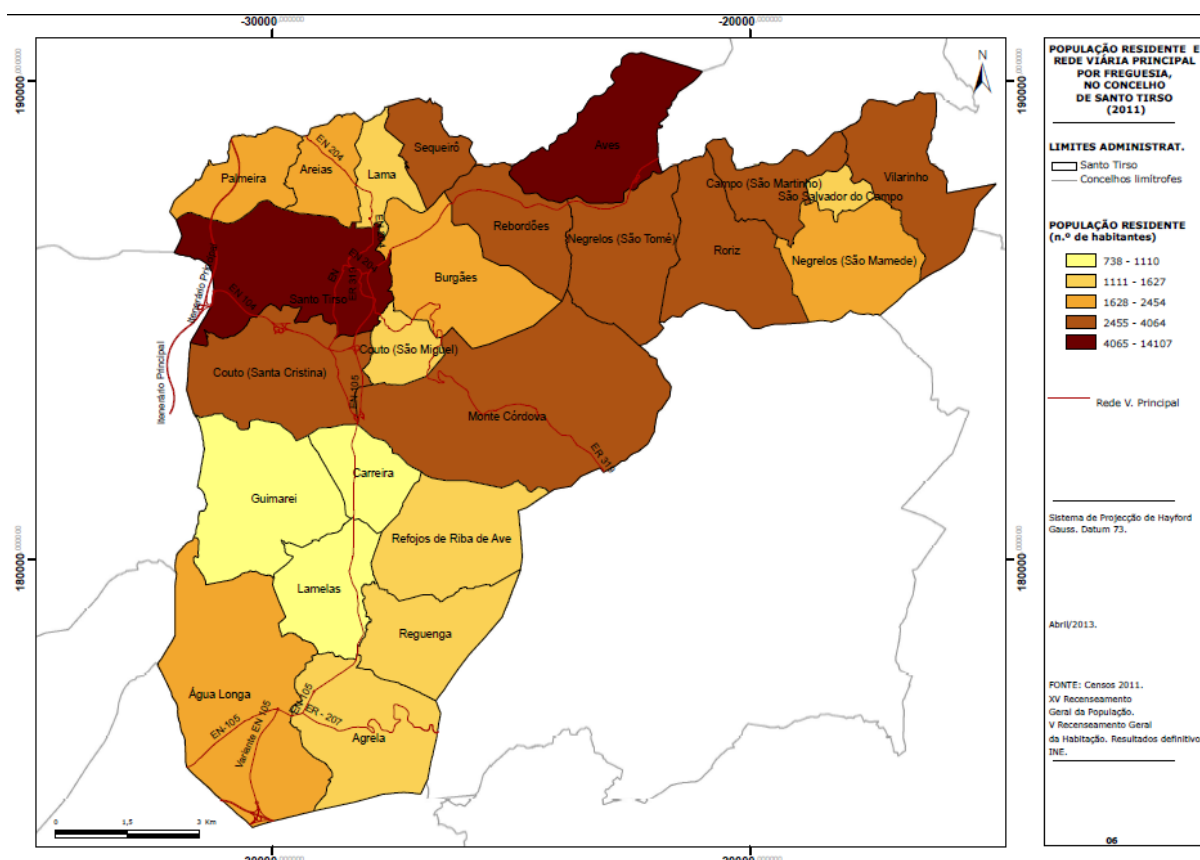
Segundo os censos de 2011, as freguesias com uma densidade populacional mais elevada são Santo Tirso (com 1 589 habitantes/km²), seguida da de Vila de Aves (1 373,2 habitantes/Km²), S. Salvador do Campo (1 250,4 habitantes/Km²) e S. Martinho do Campo (1 133,6 habitantes/Km²), as únicas com mais de mil habitantes por Km². Do lado contrário encontramos as freguesias de Guimarei (92,3 habitantes/Km²), Refojos (147,9 habitantes/km²) e Água Longa (171,4 habitantes/Km²) (cf. Figura 10).

Figura 10 - Carta da Densidade Populacional do Concelho de Santo Tirso, 2011.



Considerando a assimetria na distribuição populacional, considerou-se pertinente cruzar este indicador com a rede viária principal existente no concelho (cf. Figura 11). Trata-se de uma rede viária de estrutura radial, distribuída a partir da cidade de Santo Tirso para a periferia. Verifica-se que as lacunas da escassa rede viária principal são supridas, em grande parte do território, pela rede viária da responsabilidade da autarquia. Saliente-se que, no ponto 2.2.2 “Transportes e acessibilidades”, apresenta-se uma análise mais detalhada das acessibilidades no concelho aos equipamentos escolares.

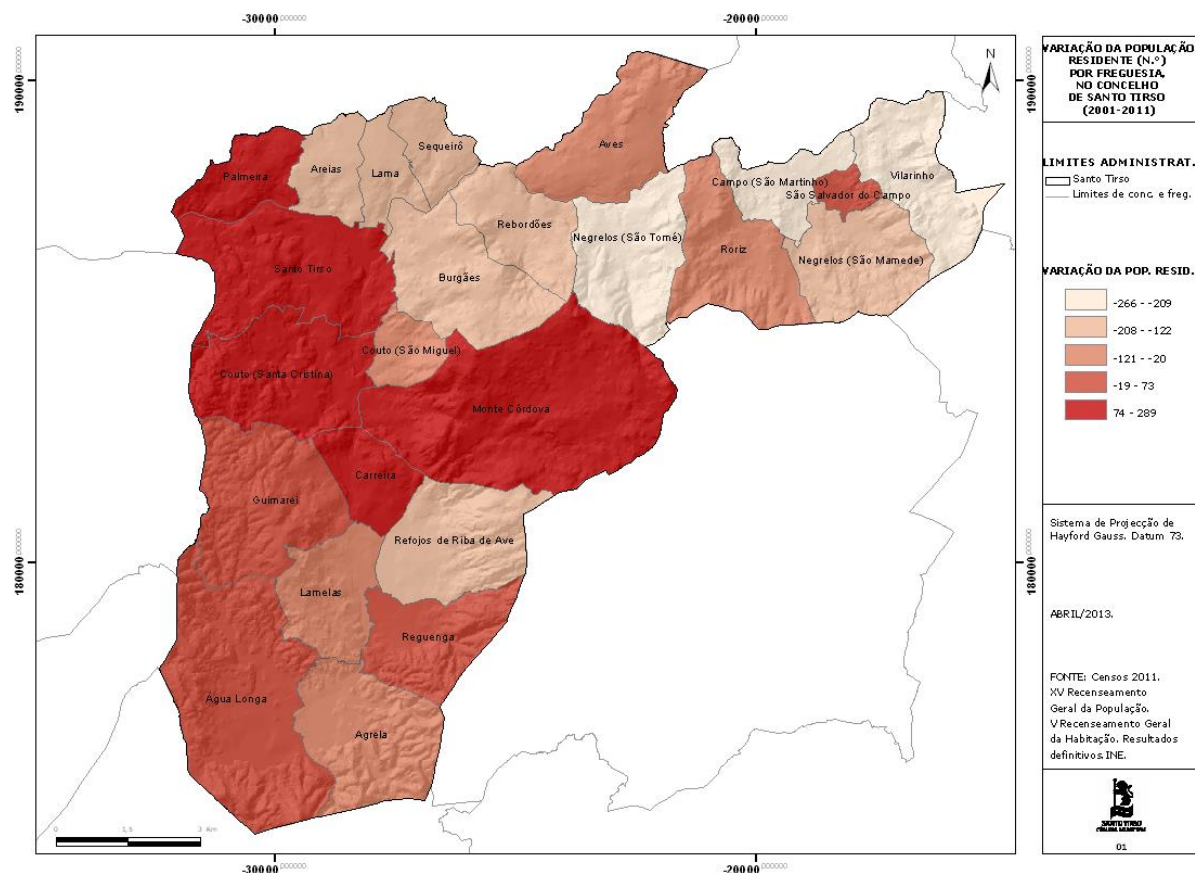
Figura 11 - Carta da população residente do concelho de Santo Tirso e rede viária principal, 2011.



A evolução demográfica da última década (2001 a 2011) demonstra que o município de Santo Tirso perdeu população (cf. Figura 8), ao contrário da tendência de crescimento no Vale do Ave, na região Norte e no país.

Da análise da figura 12, conclui-se que nove freguesias do concelho aumentaram a sua população residente, sendo nas freguesias de Palmeira (19,66%), Carreira (13,03%) e S. Salvador do Campo (5,29%) onde se verifica um maior crescimento populacional. Pelo contrário, as freguesias de Refojos de Riba de Ave (-13,02%), Lama (-8,05%) e Sequeirô (-8,03%) são as que perderam mais população.

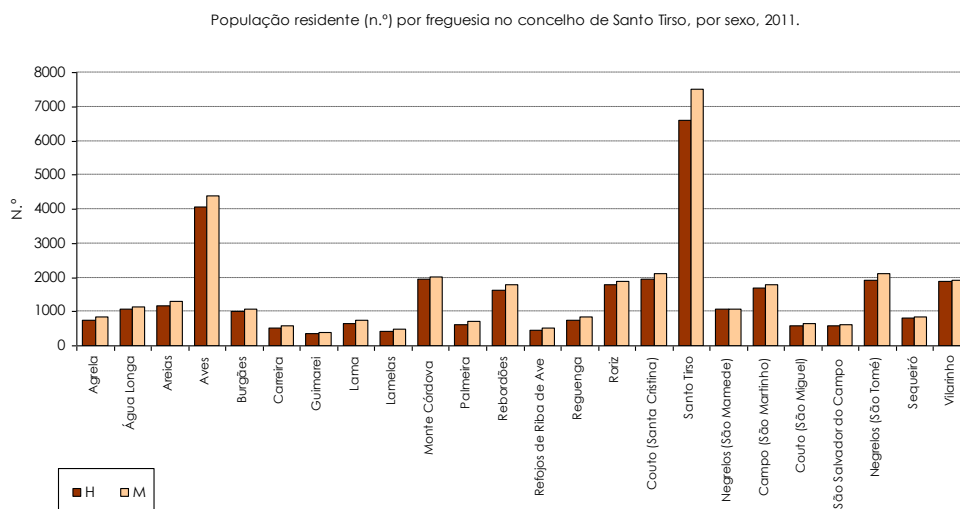
Figura 12 – Variação da população residente nas freguesias de Santo Tirso, 2001 a 2011.



Caracterizando a população residente por sexo, verifica-se que há mais mulheres do que homens a residir em Portugal (52%), tendência também observada na região Norte (52%), na NUT III Ave (52%) e no Concelho de Santo Tirso (52%). Numa análise mais detalhada por freguesia, as mulheres continuam em maior número (cf. Figura 13).

Figura 13 - População residente por freguesia de Santo Tirso e por sexo, 2011.

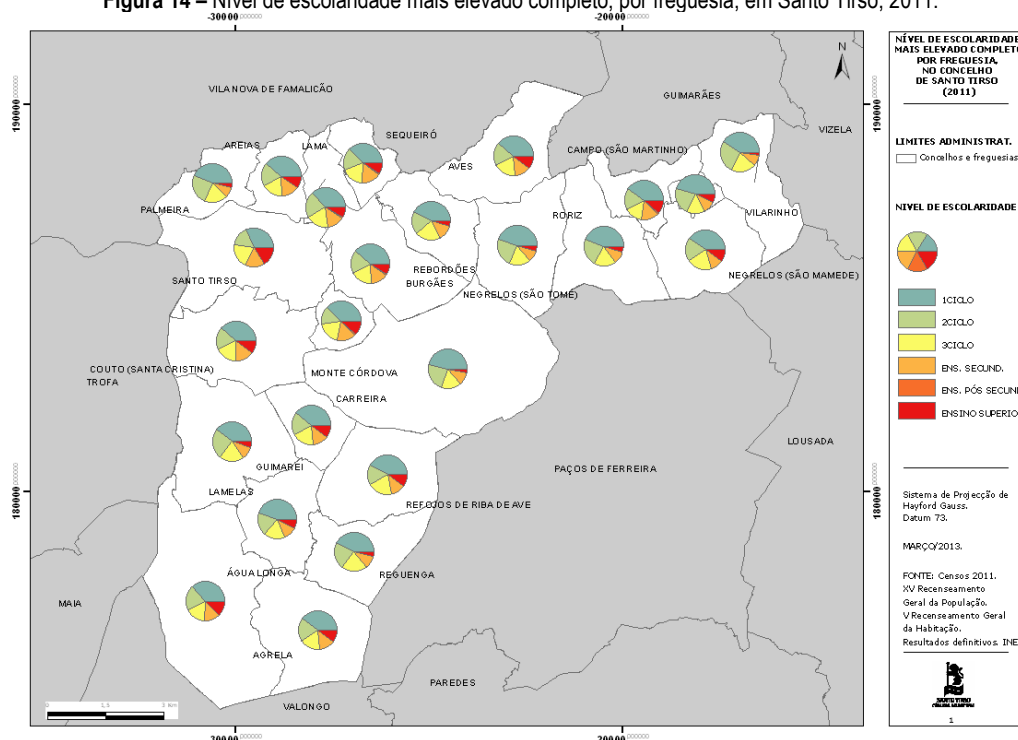
Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



Caracterizando a população por nível de escolaridade mais elevado concluído, no concelho de Santo Tirso, verifica-se que, em 2011, o 1º ciclo do ensino básico é o mais representativo (39%), seguido do 2º ciclo (20%), do 3º ciclo (19%), do ensino secundário (13%), do ensino pós secundário (1%) e do ensino superior (9%).

Numa análise por freguesia, compreende-se que em todas, é o 1º ciclo o mais preponderante, sendo a frequência do ensino superior ainda residual em algumas freguesias, nomeadamente em Monte Córdova, Vilarinho, Roriz e Palmeira (cf. Figura 14).

Figura 14 – Nível de escolaridade mais elevado completo, por freguesia, em Santo Tirso, 2011.

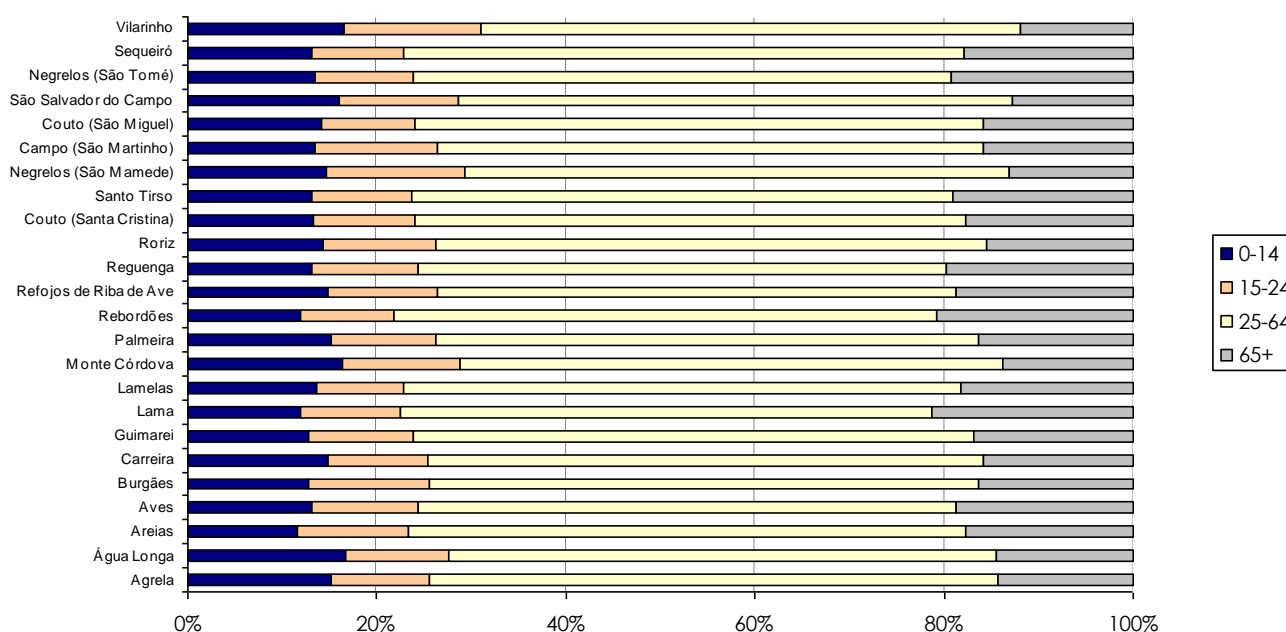


No que se refere à caracterização da população por idade, verifica-se que, em Portugal, a maior fatia da população tem entre 25 e 64 anos (55,22%), situação também verificada na zona Norte (56,24%), no Vale do Ave (57,47%) e em Santo Tirso (57,54%). No concelho, a menor fatia da população tem entre 15 e 24 anos (11,35%). Na figura 15 é possível analisar a população das diferentes freguesias por grupos etários, sendo notória a existência de um maior número de habitantes entre os 25 e os 64 anos.

Figura 15 - População residente por freguesia em Santo Tirso e por grupos etários, em 2011.

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.

População residente segundo os grupos etários por freguesia no concelho de Santo Tirso, 2011

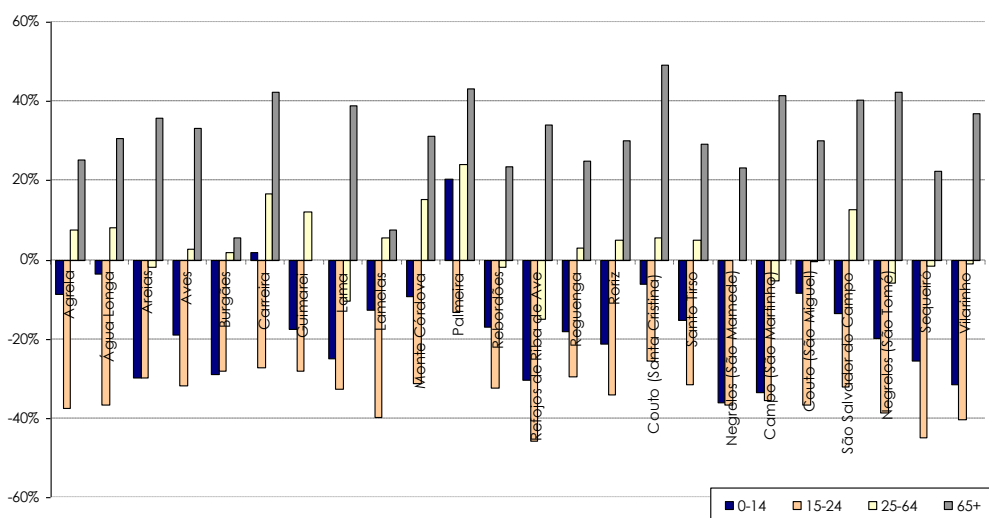


Considerando a evolução da população residente por grupos etários nas diferentes freguesias (cf. Figura 16), em todas elas aumentou a população com mais de 65 anos. A população dos 25 aos 64 anos aumentou em 14 freguesias. Em todas as freguesias diminuiu a população dos 15 aos 24 anos. Por último, a população dos 0 aos 14 anos, sofreu uma redução na grande maioria das freguesias, tendo apenas aumentado em duas delas.

Figura 16 – Evolução da população residente por grupos etários e por freguesia, em Santo Tirso, 2001 a 2011.

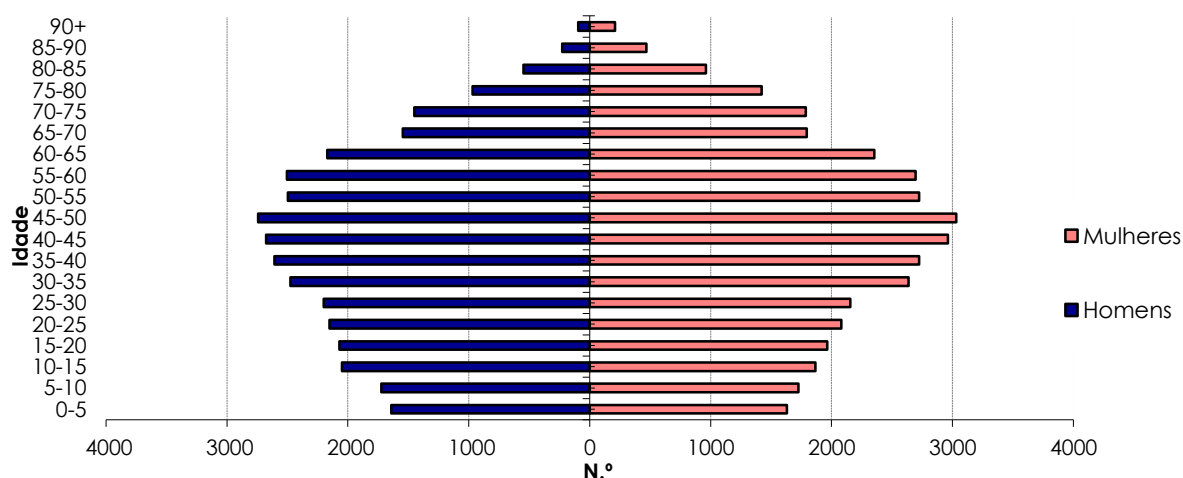
Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.

Evolução (%) da População Residente por grupos etários, por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2001-2011.



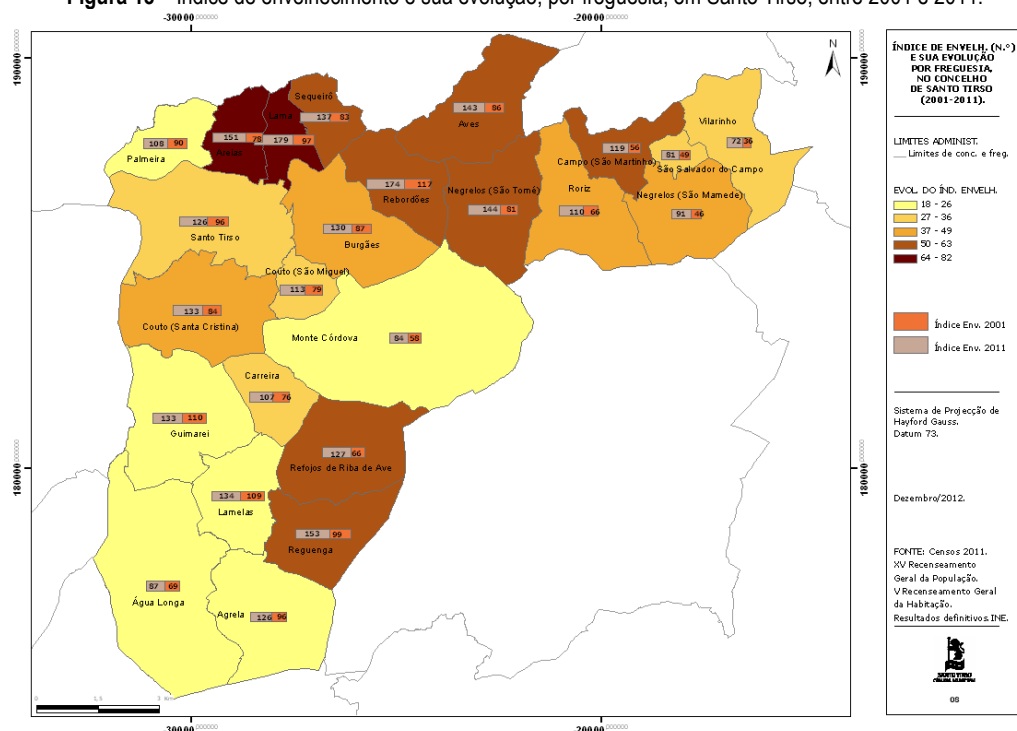
O envelhecimento da população verifica-se quer nos homens, quer nas mulheres (cf. Figura 17).

Figura 17 – Pirâmide etária da população de Santo Tirso, 2011.



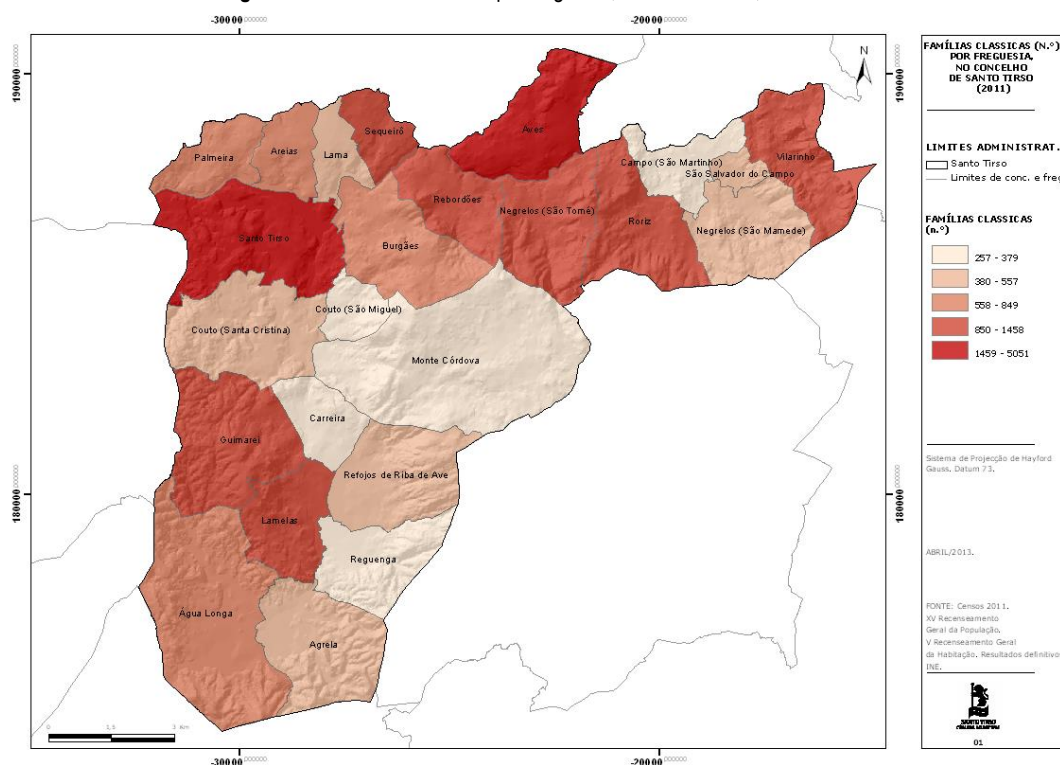
Analisando o índice de envelhecimento da população e a sua evolução, nas diferentes freguesias do concelho de Santo Tirso (cf. Figura 18), verifica-se que em todas houve um aumento do índice de envelhecimento, sendo mais acentuado nas freguesias da Lama e Areias. Pelo contrário, as freguesias onde o envelhecimento foi menos acentuado são: Água Longa, Agrela, Guimarei, Monte Córdova e Palmeira.

Figura 18 – Índice de envelhecimento e sua evolução, por freguesia, em Santo Tirso, entre 2001 e 2011.



Numa análise da agregação populacional por núcleos familiares, os censos em 2011 revelam a existência de 4.043.726 famílias clássicas em Portugal, 1.330.892 na zona Norte, 174.493 na NUT III Ave e 24.958 em Santo Tirso. Estas últimas distribuem-se de forma heterogénea pelas freguesias do concelho de Santo Tirso, sendo nas freguesias de Santo Tirso e de Vila das Aves onde existem em maior número (cf. . Figura 19).

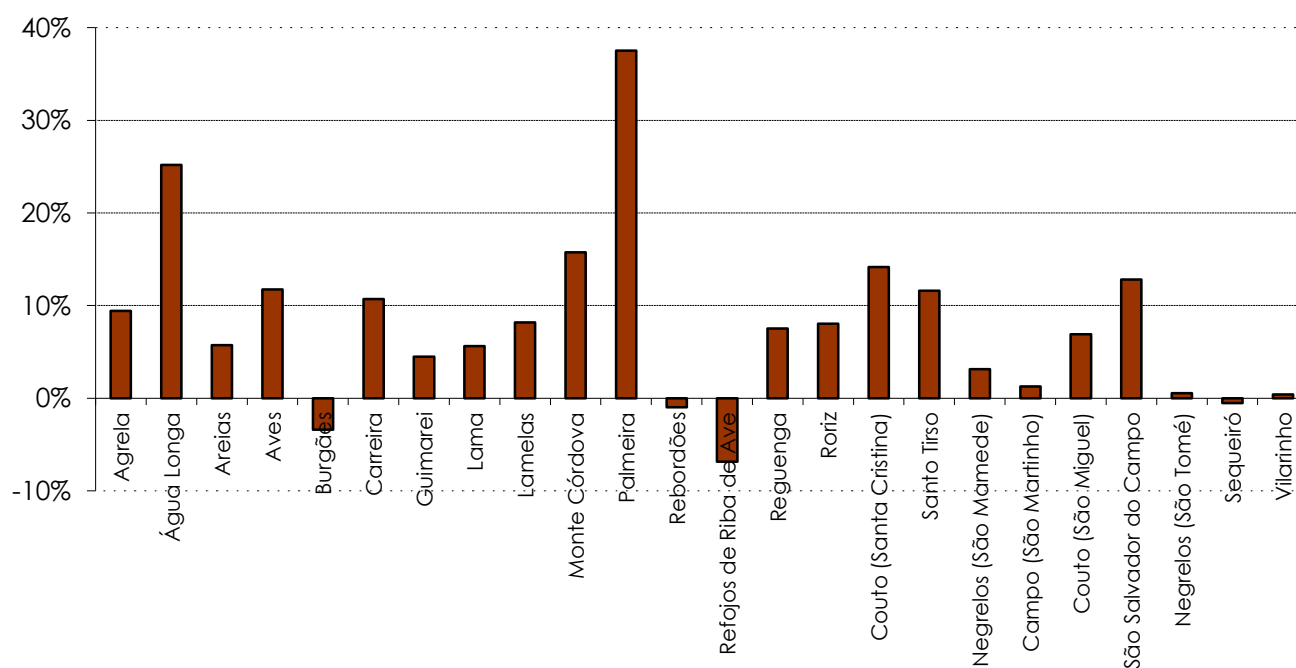
Figura 19 – Famílias clássicas por freguesia, em Santo Tirso, em 2011.



Na última década, de 2001 a 2011, o número de famílias aumentou na grande maioria das freguesias do concelho de Santo Tirso, tendo reduzido apenas nas freguesias de Refojos de Riba de Ave, Burgães, Rebordões e Sequeiró (cf. Figura 20).

Figura 20– Evolução das famílias clássicas por freguesia (%), em Santo Tirso, de 2001 a 2011.

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



2.1.3. Caracterização económica

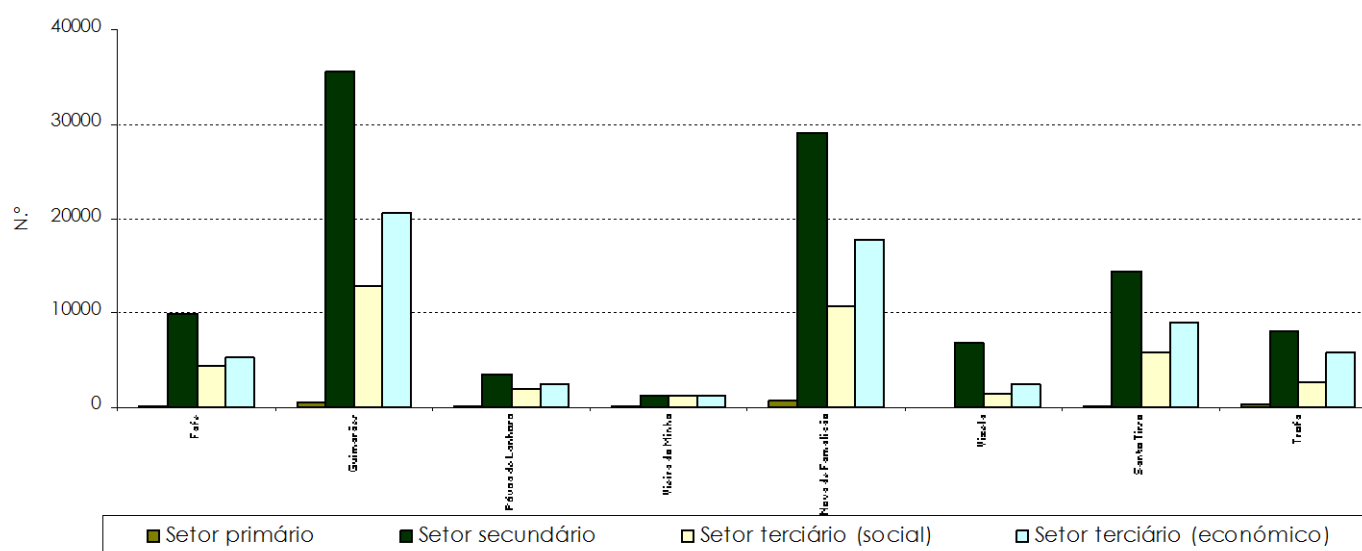
Atendendo aos eixos produtivos a nível concelhio, vários são os indicadores que permitem traçar o perfil de Santo Tirso no âmbito dos recursos e atividades económicas.

Num primeiro enquadramento, analisa-se a taxa de atividade e desemprego no país, na zona Norte, na Nut III Ave e no concelho de Santo Tirso. À data do último censo, Portugal apresentava uma taxa de atividade de 47,56% e uma taxa de desemprego de 13,18%. Na zona Norte, a taxa de atividade é de 47,59% e a taxa de desemprego é de 14,47 %. Na Nut III Ave, a taxa de atividade é de 50,04% e a taxa de desemprego é de 15,13 %. No concelho de Santo Tirso, a taxa de atividade é de 50,03% e a taxa de desemprego é de 17,37 %.

As figuras 21 e 22 representam a realidade dos concelhos da NUT III Ave no que se refere à distribuição da atividade económica pelos três setores de atividade e à taxa de desemprego.

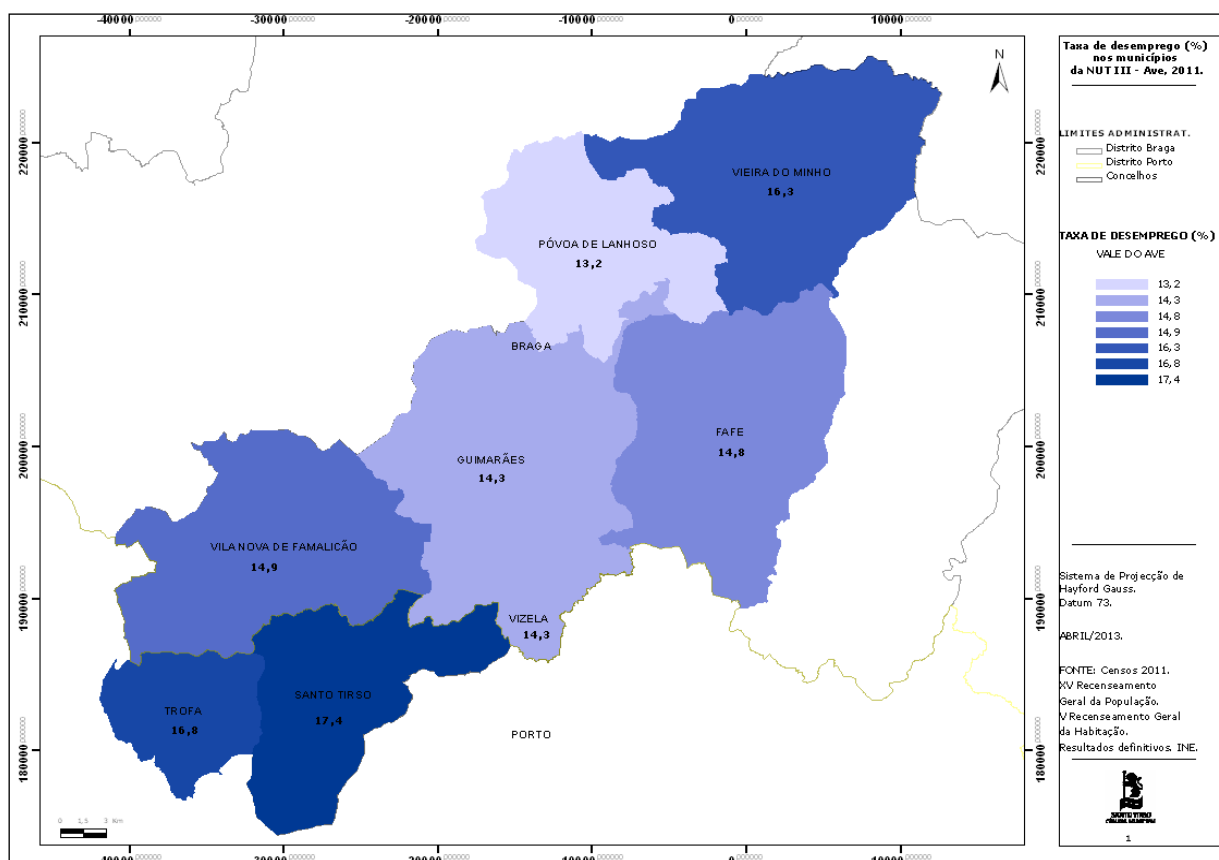
Figura 21 – População empregada por setor de atividade económica, na NUT III - Ave, 2011

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



Relativamente à população empregada por setor de atividade económica (cf. Figura 21) verifica-se que o setor secundário é o preponderante em todos os municípios que fazem parte da NUT III – Ave. Contrariamente, o setor primário é o menos expressivo em todos os concelhos do Ave.

Figura 22 – Taxa de desemprego (%) nos municípios da NUT III - Ave, em 2011.

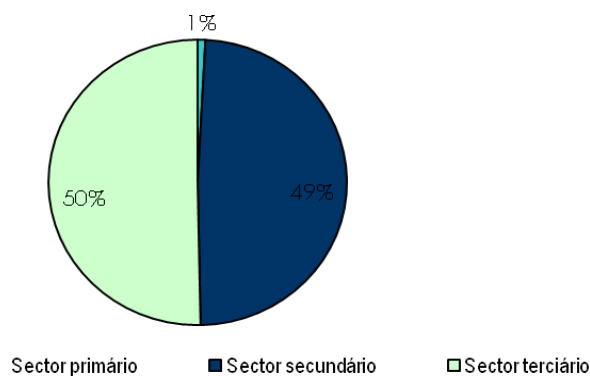


A taxa de desemprego nos municípios da NUT III – Ave é maior no concelho de Santo Tirso (17,4%), seguindo-se os concelhos da Trofa e de Vieira do Minho. Antagonicamente são os concelhos de Póvoa de Lanhoso, Guimarães e Vizela os que possuem menos desempregados (taxas de desemprego de 13,2 e 14,3, respetivamente) (cf. Figura 22).

No concelho de Santo Tirso, a distribuição dos indivíduos empregados pelos setores de atividade é agora bastante distinta da situação verificada há dez anos, pois o setor terciário tem vindo a ganhar terreno e, em 2011, é o que tem maior afluência de trabalhadores (50%), quando era de apenas 35,1% em 2001. O setor secundário engloba 49% da população de trabalhadores, evidenciando ainda o peso da tradição da indústria, ainda que agora mais enfraquecida, pois em 2001 representava 63,6%. O sector primário continua a ser aquele onde as pessoas menos investem a sua profissão, com apenas 1% da população empregada (cf. Figura 23).

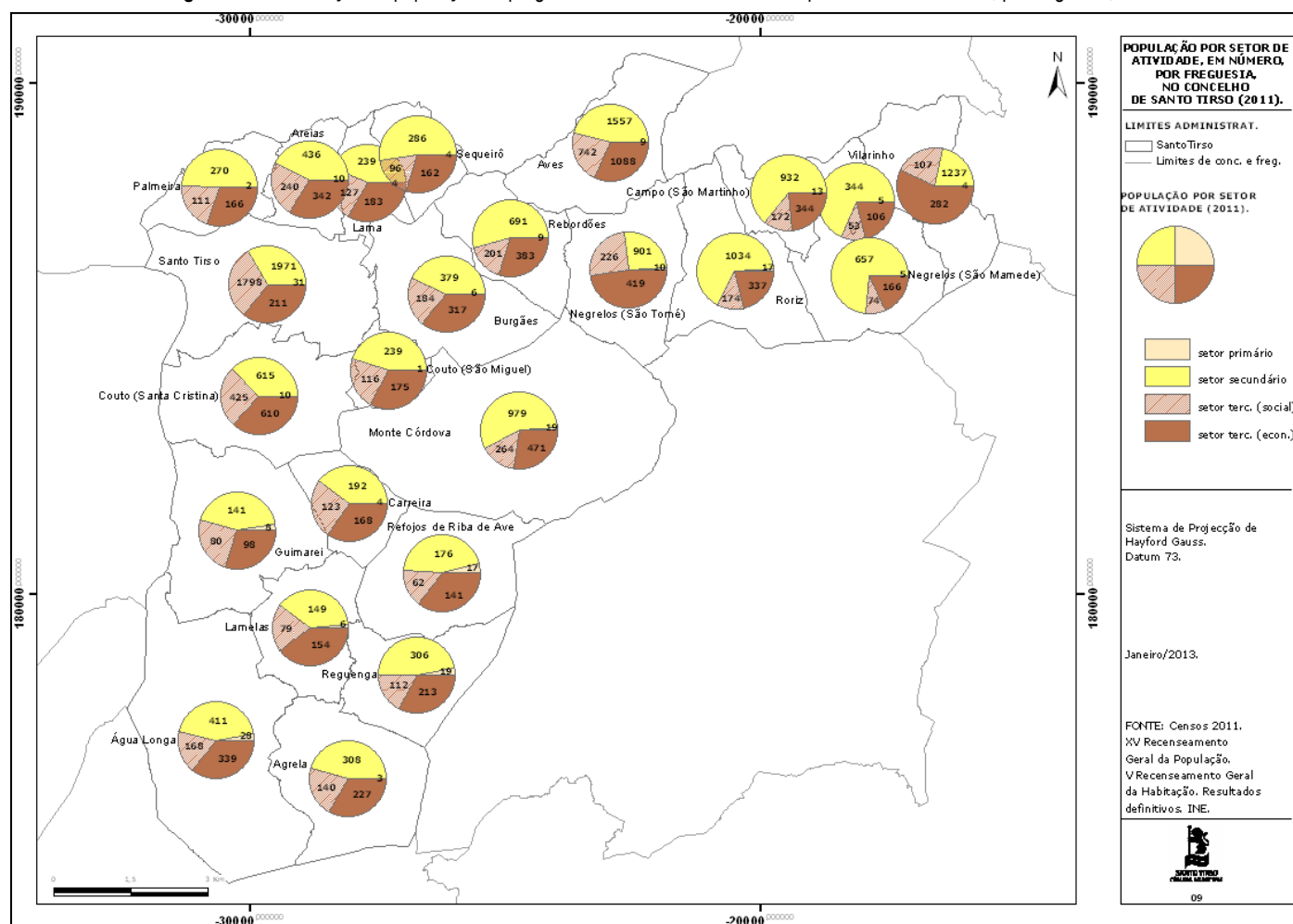
Figura 23 – Distribuição da população empregada (%) no concelho de Santo Tirso por sector de atividade, em 2011

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



A figura 24 mostra esta realidade a um nível micro territorial. Pode-se constatar o predomínio do sector terciário, em todas as freguesias.

Figura 24 – Distribuição da população empregada no concelho de Santo Tirso por sector de atividade, por freguesia, em 2011.



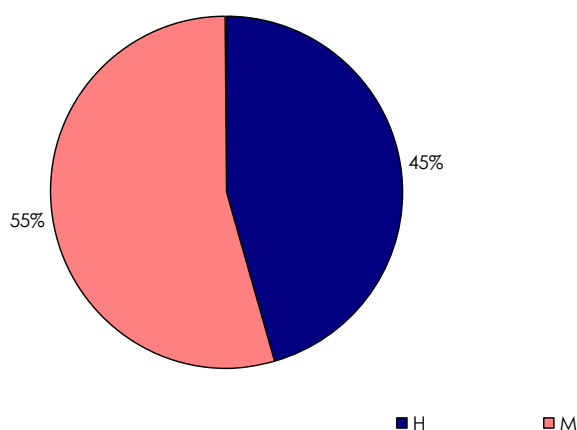
Da análise da figura 24 sobressai a importância crescente da economia social, com o peso significativo do setor terciário social nas diferentes freguesias, sobretudo em Santo Tirso, Couto (Santa Cristina) e Negrelos (S. Tomé). O diagnóstico social concelhio já em 2004 alertava para o peso crescente da economia social no seio das sociedades desenvolvidas e referia o seu aparecimento “como uma reação ao modelo económico capitalista, procurando combinar eficiência económica e eficácia social” (Diagnóstico Social, 2004). Não se pode descurar o facto da economia social empregar hoje uma percentagem considerável da população dos países desenvolvidos, o que se verifica também a nível local, nomeadamente ao nível de serviços de proximidade (creches, infantários, lares de terceira idade, lares de acamados, entre outros). Os principais objetivos da economia social são: a) ser parte integrante e criativa de uma economia dual; b) criar emprego; c) reformular o Estado-Previdência; d) desenvolver a cidadania; e e) estimular a aprendizagem contínua. O seu impacto observa-se a três níveis: no desenvolvimento local, na cidadania empresarial e na satisfação das novas necessidades pessoais e comunitárias, sendo um setor de grande importância estratégica (Diagnóstico Social, 2004).

Considerando os dados referentes ao desemprego no concelho de Santo Tirso, de acordo com os censos 2011, caracteriza-se a população desempregada em função do sexo, da idade e da escolaridade.

No que diz respeito à População desempregada por sexo (%), no concelho de Santo Tirso, 2011 pode-se aferir que existem mais mulheres desempregadas do que homens (55% e 45%, respetivamente) (cf. Figura 25).

Figura 25 – População desempregada por sexo (%), no concelho de Santo Tirso, 2011

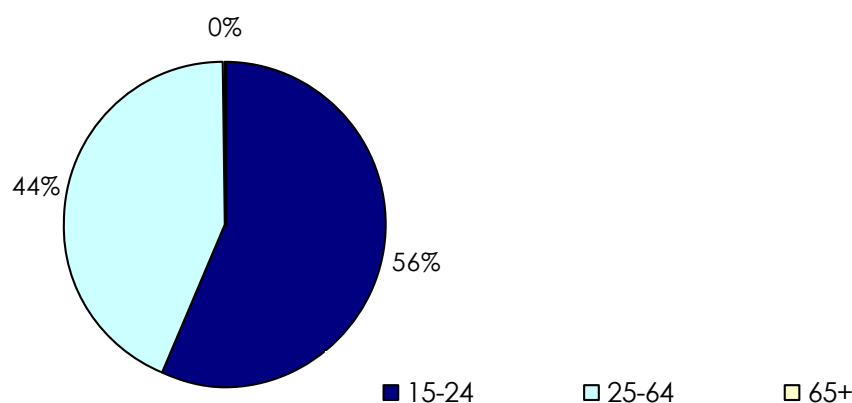
Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



O maior número de desempregados ocorre no grupo etário dos 15 aos 24 anos (56%) (cf. Figura 26).

Figura 26 – População desempregada por grupo etário (%) no concelho de Santo Tirso, 2011

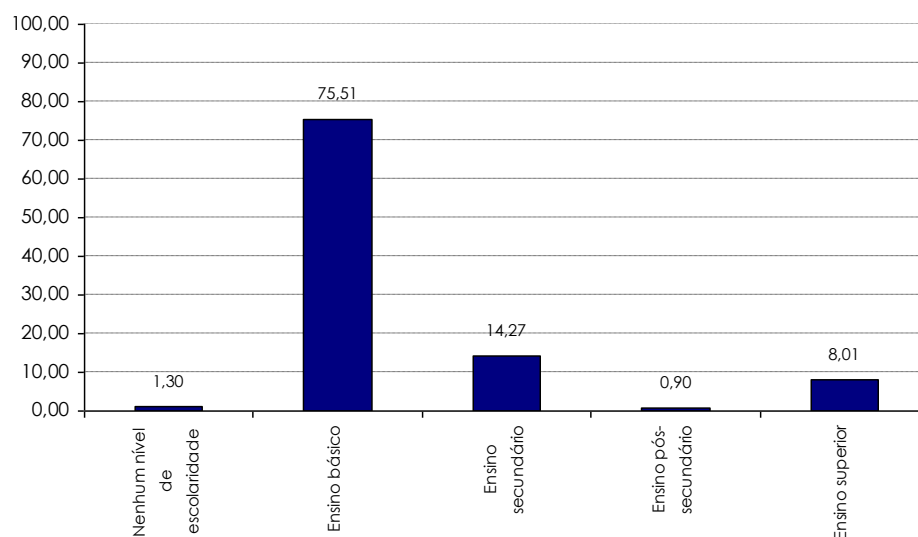
Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



Por último, a grande maioria da população desempregada tem apenas o ensino básico (75,51%), seguindo-se o ensino secundário (14,27%). De realçar, ainda, que 8,01% tem o ensino superior e que apenas 1,3% dos desempregados não têm nenhum nível de escolaridade (cf. Figura 27).

Figura 27 – População desempregada por nível de escolaridade (%), no concelho de Santo Tirso, 2011.

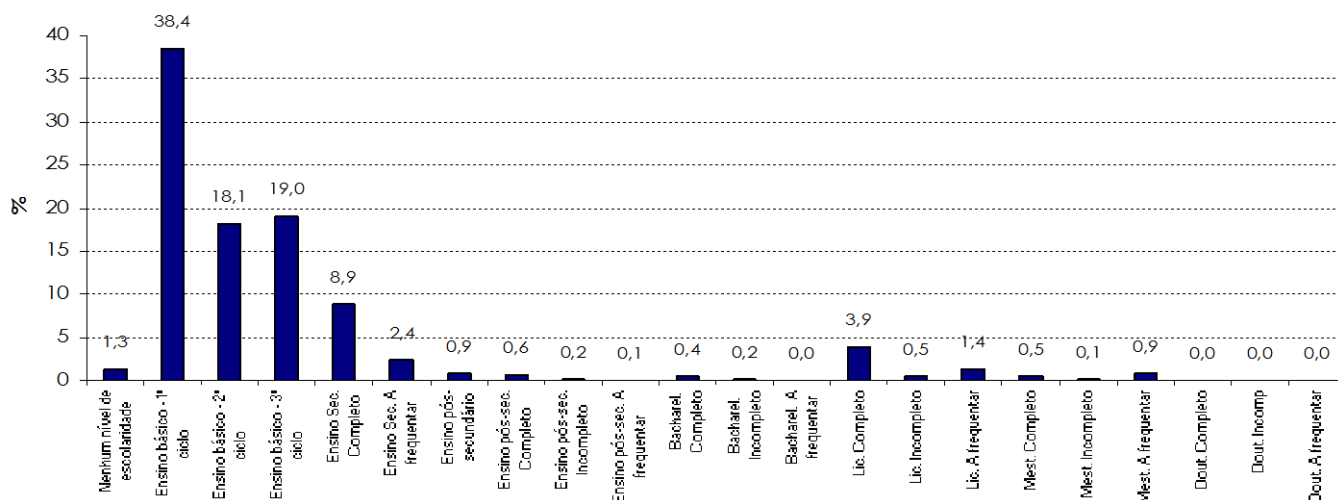
Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011



Numa análise mais detalhada dos níveis de ensino da população desempregada do concelho, verifica-se que a maioria possui apenas o 1.º ciclo (38,4%). Uma fatia ainda significativa da população tirsense desempregada possui uma licenciatura (completa) (3,9%) (cf. Figura 28).

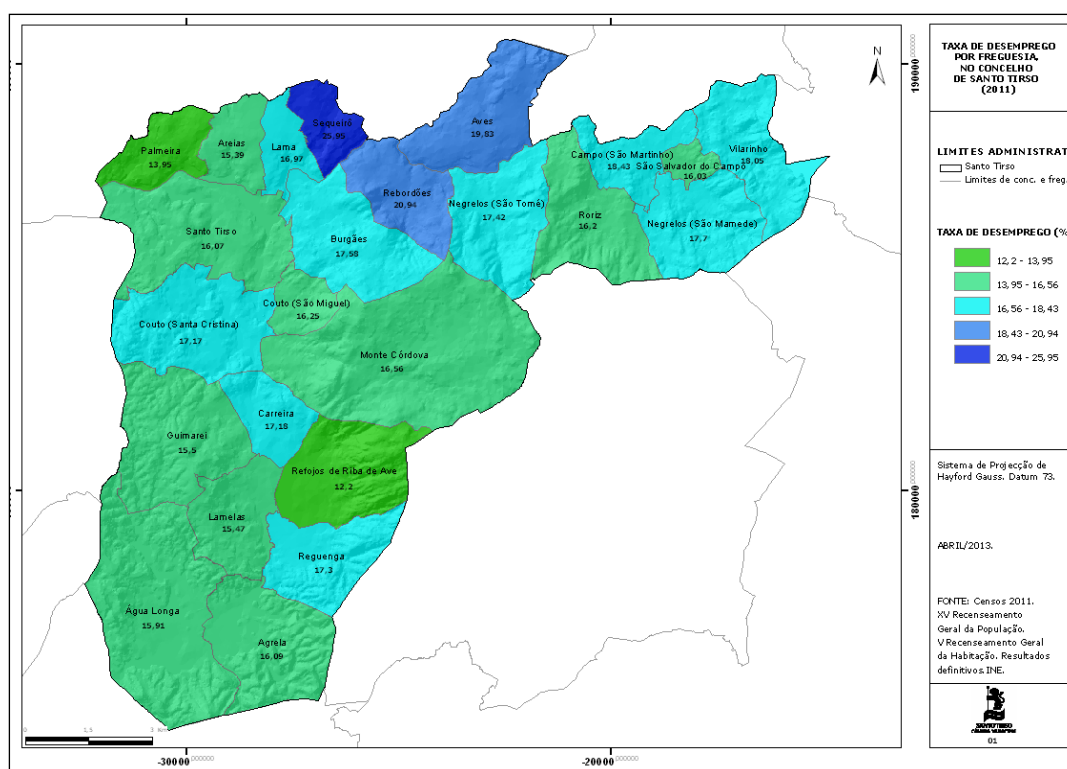
Figura 28 – População desempregada por nível de escolaridade detalhada (%), no concelho de Santo Tirso, 2011

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População, 2011.



A população desempregada no concelho, distribuiu-se de forma heterogênea: Sequeirô com a maior taxa de desemprego (25,92%), e Refojos de Riba de Ave (12,2%) com a menor (Cf. Figura 29).

Figura 29– Taxa de desemprego por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2011.



2.1.4. Caracterização cultural

Santo Tirso tem vindo a desenvolver uma política consolidada no que se refere à valorização do património cultural, que testemunha uma ocupação secular do território, em articulação com um progressivo desenvolvimento económico a que se associam dinâmicas sociais e práticas culturais consolidadas.

O “Património Cultural” é hoje entendido como uma expressão intemporal, de pensar, sentir e agir, que sendo apreendida e partilhada define a estrutura identificadora da coletividade e a sua inserção no tecido social.

A ação do município neste domínio pauta-se não só pela preservação das marcas históricas que definem o seu carácter e identidade, mas, fundamentalmente, pela projeção no futuro, da sua capacidade criadora e interventiva do presente. Assim sendo, esta caracterização do património cultural assenta quer nos monumentos/ infraestruturas culturais, quer nos eventos culturais de relevo.

Monumentos/Infraestruturas culturais de Santo Tirso

Salientam-se, de seguida, os monumentos e infraestruturas culturais com maior destaque em Santo Tirso, acompanhados de uma breve descrição.

1. MOSTEIRO BENEDITINO DE SANTO TIRSO

O mosteiro foi fundado por Dona Unisco Godiniz e seu marido Aboazar Lovesendes, em 978. O Couto do mosteiro foi instituído e doado em 1097 pelos condes D. Henrique e D. Teresa a Soeiro Mendes da Maia, que, por sua vez, o doaram, em 1098, ao D. Abade do mosteiro, Gaudemiro, tornando o mosteiro num dos mais poderosos do país, tendo, inclusive, obtido Bulas de proteção dos Papas Inocêncio III e Honório III. Em 15 de outubro de 1385, e em 6, 7, 8 de agosto de 1409 o mosteiro recebeu a visita de D. João I.

Ao mosteiro pertenceram as terras do couto até ao século XIX, quando se deu a expropriação dos bens das ordens religiosas em 1834. Em 11 de maio desse ano, 46 dias após a retirada dos monges de S. Bento, após a secularização o mosteiro é dividido; uma parte foi vendida em hasta pública, outra foi destinada a repartições públicas (Câmara Municipal, Tribunal e Administração do Concelho), e uma última parte para residência paroquial. O mosteiro está classificado como Monumento Nacional desde 1910.

Atualmente fazem parte do complexo do Mosteiro:

a) A IGREJA MATRIZ E CLAUSTROS. No século XV foi edificada a igreja monástica por benemerência de Martim Gil, conde de Barcelos. Desta igreja restam alguns vestígios arqueológicos. A atual igreja matriz foi construída entre 1659-79, com projeto de Frei João Turriano, filho de um arquiteto milanês, Leonardo Turriano.

Possui planta de cruz latina de uma só nave. A fachada possui três nichos em que estão alojadas as esculturas de Santo Tirso ao centro, ladeado por S. Bento e Santa Escolástica. No tímpano encontra-se inscrita a data de 1679 que, hipoteticamente, representa o termo da construção da igreja.

b) MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA. Instalado na ala conventual do antigo mosteiro de S. Bento, o Museu tem origem num conjunto de materiais arqueológicos recolhidos pelo Abade Pedrosa. A partir de 1984 a Câmara Municipal promoveu a sua definitiva instalação, que conta hoje com quatro salas de exposição permanente dedicadas à arqueologia do concelho - Pré-história, Proto-história, Romanização e Idade Média -, dispondo ainda de uma galeria onde se realizam exposições temporárias e um pequeno auditório.

c) ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE S. BENTO. Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o Mosteiro e as suas terras passaram para o Estado, que as vendeu a José Pinto Soares. Este conjunto foi, em 1882, adquirido pelo então Visconde de S. Bento, elevado a Conde em 1886 – Manuel José Ribeiro.

Este pretendia que, nas denominadas Quintas do Mosteiro, fosse criada uma Escola Asilo Agrícola, o que o seu sobrinho, José Luís de Andrade, usufrutuário dos seus bens, realizou em 21 de Fevereiro de 1894, cedendo à Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso o usufruto da Quinta de Dentro e de Fora e da Coutada de Burgães, para aí se criar a Escola Asilo Agrícola do Conde de S. Bento que visava receber órfãos e abandonados do concelho, aos quais seria ministrado o ensino primário agrícola.

Em 1911, a Misericórdia cedeu o usufruto ao Estado que, interessado em desenvolver o ensino agrícola, se compromete a respeitar determinadas cláusulas, entre elas, a conservação da lápide existente na entrada.

2. MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA

Inaugurado em 1997, o Museu Internacional de Escultura Contemporânea é constituído por um conjunto de obras da autoria de artistas de grande prestígio internacional, implantadas nos espaços públicos do município, transformando-os em espaços de comunicação, onde se estabelece uma relação privilegiada entre a arte, o meio envolvente e o público.

3. CENTRO INTERPRETATIVO DO MONTE PADRÃO

Localiza-se junto à estação arqueológica que lhe dá o nome e tem como objetivo a estruturação de um programa vocacionado para o apoio sustentável às atividades relacionadas com o Monte Padrão:

desenvolvimento disciplinar da Arqueologia, divulgação dessa memória arqueológica junto da comunidade, intervenção que foi complementada pela requalificação do último tramo do percurso de acesso ao castro que é a extensão final de diversos percursos lúdicos constituintes de uma rota de fruição paisagística de toda a envolvente e que culmina junto da capela do Monte Padrão.

4. MONTE PADRÃO

O Monte Padrão localiza-se no monte com o mesmo nome e ocupa um esporão rochoso do maciço montanhoso conhecido por Monte Córdova, correspondendo a um dos relevos mais significativos da sua vertente oeste, dominando para noroeste o vale do rio Sanguinhedo e da ribeira do Matadouro, ambos afluentes do rio Ave, na sua margem esquerda. A face sul projeta-se sobre a veiga de Refojos que integra a bacia hidrográfica do Rio Leça. As características topográficas do monte conferem ao povoado excecionais condições naturais de defesa.

O castro estrutura-se a partir de uma plataforma superior, a acrópole do povoado, de planta oval, cerca de 1,7 ha de área, integralmente circundada por uma muralha. As plataformas adjacentes e respetivos taludes, perfeitamente demarcados na topografia, permitem admitir a existência de mais duas linhas de muralhas.

A estação possui um conjunto muito significativo de ruínas exumadas ao longo de várias campanhas arqueológicas que documentam uma extensa ocupação que abarca um amplo período cronológico com início no Bronze Final à Baixa Idade Média.

As intervenções realizadas nas duas últimas décadas incidiram essencialmente no tabuleiro superior da estação e tiveram como principal objetivo compreender a sua estrutura crono-estratigráfica e definir a amplitude espacial da ocupação romana.

5. NAVE CULTURAL

Localizada na antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso, a Nave Cultural e Industrial, inaugurada a 25 de outubro de 2012, é um espaço destinado a acolher atividades como concertos, festivais, teatro, dança, performances, exposições, instalações, feiras, eventos sociais e eventos técnico e científicos (conferências, seminários e workshops). Outras valências/áreas completam a Nave Cultural: espaços de restauração, espaços comerciais e sanitários públicos, arruamentos e parque de estacionamento.

6. CENTRO INTERPRETATIVO FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE SANTO THYRSO

A criação de um espaço interpretativo no âmbito do projeto de desenvolvimento do Quarteirão Cultural e Criativo em torno do setor Moda, designado “Fábrica de Santo Thyrsó”, resultou da necessidade e do interesse de preservar a memória da “Fábrica”, assim como de uma realidade socioeconómica, tecnológica e cultural profundamente relacionada com a identidade coletiva da comunidade tirsense, que, em grande medida, reflete a história da indústria têxtil algodoeira da região.

O conteúdo programático é de natureza interpretativa e pedagógica estruturado em duas áreas fundamentais, nas quais se abordam temáticas relacionadas com a história da fábrica e os novos desígnios da indústria têxtil, nomeadamente ao nível das novas tecnologias, matérias-primas, moda e design.

7. CENTRO CULTURAL DE VILA DAS AVES

O Centro Cultural de Vila das Aves foi inaugurado a 3 de Julho de 2005 e é constituído por um conjunto de espaços destinados à promoção de atividades culturais. Tem um auditório com a capacidade de 160 lugares, bem como outras valências, distribuídas pelos seus dois pisos. No primeiro piso situa-se uma sala polivalente, que pelas suas características, adapta-se à realização de atividades culturais e recreativas. O mesmo piso alberga uma sala de exposições temporárias, quatro ateliês, uma área de bar e o pátio interior. O piso superior destina-se aos serviços administrativos, gabinetes de trabalho e sala de reuniões. Neste piso encontram-se ainda vários serviços do Centro Cultural, como a biblioteca, a sala de leitura infantil, a sala multimédia e o acesso ao auditório.

8. BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

A Biblioteca Municipal de Santo Tirso, inaugurada no dia 18 de Novembro de 2000, integra a Rede Nacional de Leitura Pública desde 1992. O projeto de arquitetura, da autoria de Pedro Mendo e Maria Manuel Oliveira, privilegia a luz natural e a utilização da pedra de xisto, característica desta região. Organizado em dois pisos o edifício dispõe de espaços atraentes, amplos e funcionais que permitem uma plena fruição dos serviços disponibilizados.

Prevê-se que, em breve, seja criado dentro da Biblioteca Municipal uma sala para apresentação do espólio do Padre Doutor Francisco Carvalho Correia.

9. SANTUÁRIO DE N^a SENHORA DA ASSUNÇÃO

Situado no alto do monte da Assunção, numa área arborizada, com uma excelente vista panorâmica sobre a cidade de Santo Tirso. Este templo foi projetado pelo arquiteto Korrodi em 1919 para substituir a capela velha de Nossa Senhora da Assunção. O Santuário é composto pela igreja e capelas envolventes, inspirado em motivos de arte romano-gótica (visível nos contrafortes, arcos de volta perfeita e rosáceas), que num complexo jogo de volumes, dá vida a um templo majestoso com planta de cruz grega. A fachada é ladeada por duas torres, uma quadrangular e outra poligonal. O pórtico é composto por três arcos de volta perfeita, sobrepujado por um frontão triangular.

10. IGREJA DE S. PEDRO DE RORIZ – antigo MOSTEIRO

A igreja de S. Pedro de Roriz fez parte de um importante mosteiro cuja fundação pode atribuir-se a D. Toure Sarnão durante a segunda metade do século XI. O primeiro documento conhecido referente a este mosteiro data de 1096, no qual se dá notícia de uma permuta de propriedades. Em 1173 D. Afonso Henriques fez a doação do mosteiro aos Padres Crúzios que teriam contribuído decisivamente para o enriquecimento e transformação do edifício. A sua construção, algo atribulada, decorreu entre os finais do séc. XII e o último quartel do século seguinte. Foram efetuadas profundas obras de restauro em 1938 pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

11. “LOGGIA” QUINHENTISTA

A Loggia encontra-se adossada à nave da igreja paroquial de S. Tomé de Negrelos, voltada para o respetivo adro. Possui planta quadrangular e dois pisos com sete esbeltas colunas de capitéis compostos, assentes num murete com cerca de metro e meio de altura. O piso inferior é totalmente vazado, à exceção do pequeno volume resultante da escada de acesso ao andar superior. Tratar-se-á, provavelmente, de uma obra de D. Miguel da Silva, reputado humanista e abade do mosteiro na centúria de Quinhentos.

12. IGREJA DE S. MIGUEL DE VILARINHO

A igreja de Vilarinho pertenceu ao Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, tendo sido construído entre 1070 e 1074 por fidalgos da geração dos Fafes. Com a extinção das ordens religiosas o templo passou de novo ao seu antigo estatuto de igreja paroquial. A atual igreja é de traça românica atribuível ao séc. XII.

13. FRESCO DO SÉC. XV

A capela de Santa Maria de Negrelos que foi outrora Igreja Paroquial da extinta freguesia com o mesmo nome localiza-se na freguesia de Roriz. Em 1955, durante os trabalhos de restauro da capela, foi descoberta, na parede da capela-mor uma pintura a fresco que se encontrava coberta por um retábulo em talha barroca. A pintura foi executada diretamente sobre uma base de argamassa ainda fresca, tendo sido utilizadas três cores: o negro para os contornos, o ocre nas auréolas e um tom violeta nas túnicas. Do conjunto original apenas se observam vestígios de seis figuras: quatro anjos e os apóstolos S. Pedro e S. Paulo, para além de alguns motivos florais. A pintura de Santa Maria de Negrelos, única do género em todo o concelho, é atribuível à segunda metade do século XV e, apesar de bastante mutilada, parece representar a Assunção de Nossa Senhora.

No âmbito da intervenção cultural e preservação do património, a Câmara Municipal tem ainda em desenvolvimento dois importantes projetos, nomeadamente, a candidatura do Mosteiro de Santo Tirso a Património da Humanidade e Requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa.

Eventos Culturais em Santo Tirso

Do conjunto de eventos culturais que regularmente se realizam no município, pela projeção que dão ao concelho, destacam-se os seguintes:

1. FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA DE SANTO TIRSO

O Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso (FIGST) teve início em 1994 com o propósito de criar um evento musical com periodicidade anual que desenvolvesse a área específica da música clássica, promovendo um dos mais característicos instrumentos, a guitarra clássica.

A Câmara Municipal assumiu a proposta procurando, mais tarde, reforçar o projeto através do estabelecimento de uma parceria com o Centro de Cultural Musical / ARTAVE, com sede nas Caldas da Saúde, Areias – Santo Tirso. Desde então, o FIGST ganhou uma nova dimensão, tornando-se a nível internacional num dos mais conceituados festivais de música do género. Durante algumas edições contou mesmo com o alto patrocínio do Ministério da Cultura, mas, ultimamente, por força das circunstâncias económico-financeiras, a Câmara

Municipal é o seu único mecenas que, no entanto, mantém a sua dinâmica e, sobretudo, a qualidade artística identitária deste certame.

Nos últimos anos a organização tem implementado um conjunto de atividades paralelas de natureza pedagógica, entre masterclasses, cursos e concertos comentados para o público escolar, contribuindo para a criação de públicos.

Este ano celebram-se os 20 anos do FIGST, encontrando-se, a esse propósito, patente no Museu Municipal Abade Pedrosa uma exposição comemorativa. Por esse motivo, têm-se realizado e realizarão, ao longo deste ano, diversas iniciativas de carácter musical, em diversos locais do concelho.

2. TEMPORADA DE MÚSICA DE SANTO TIRSO

A Temporada de Música de Santo Tirso foi criada em 2000 à luz do protocolo de colaboração assinado entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e o Centro de Cultura Musical / ARTAVE, com sede nas Caldinhas, Areias – Santo Tirso, para a realização conjunta do Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso.

Com uma periodicidade anual, a rubrica veio colmatar uma lacuna na promoção dos eventos musicais de âmbito concelhio. Neste enquadramento, as referidas instituições lançaram, em conjunto, um programa anual de concertos, abrangendo dois circuitos específicos, por um lado, a comunidade escolar, procurando levar concertos às escolas, e, por outro, o público de todas as freguesias do concelho de Santo Tirso, proporcionando recitais em diversos espaços, de que a rubrica “Música no Património”, realizada em igrejas, é exemplo.

A Temporada de Música de Santo Tirso tem desenvolvido os seus programas em torno de concertos comemorativos como o Dia Mundial da Música, a celebração da elevação de Santo Tirso a cidade, o Concerto de Natal, entre outros momentos que promove vários instrumentos musicais e alunos em formação musical ou recentemente formados e que iniciam uma carreira musical a partir da sua base formativa desenvolvida no CCM/ARTAVE.

3. SEIS CORDAS SEIS MOMENTOS

“Seis Cordas/Seis Momentos” é a mais recente rubrica musical criada em Santo Tirso, resultando de uma parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a LEGATO – Associação de Arte e Música Portuguesa.

Iniciada em 2008, tendo por temática central a guitarra, a denominação do certame partiu deste instrumento musical constituído por 6 cordas, propondo-se a realização de 6 concertos por ano, cujo programa termina sempre com um concurso de promoção às suas variantes.

O evento decorre no auditório do Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, que assim diversifica a sua oferta cultural e contribui para a formação de públicos.

4. A POESIA ESTÁ NA RUA

“A POESIA ESTÁ NA RUA”, iniciativa que assume em cada edição uma temática própria, procurando sempre surpreender e enquadrar a poesia nas cenas do quotidiano tirsense, dando uma expressão festiva à palavra poética e fazendo-a comungar da vida comunitária do concelho, tirando-a dos lugares convencionais e trazendo-a para a rua, escolas, instituições, cafés, jardins, praças, mercados e feiras.

A partilha da poesia faz-se numa estreita ligação com os diferentes agentes culturais concelhios que participam ativamente em todo o processo, desde a conceção até à sua execução prática. Toda a comunidade é chamada a envolver-se nesta “maratona”, professores, alunos, membros das coletividades, músicos, poetas e escritores contribuem para um projeto integrado que procura, antes de mais, estimular a criatividade, o sentido de pertença e os valores das identidades locais.

5. FEIRA DE ARTESANATO

Realiza-se há 27 anos, promovida pela Câmara Municipal, durante o mês de Agosto. Na Feira de Artesanato de Santo Tirso é possível ver trabalhos de cestaria, olaria, tecelagem, bordados, tapeçaria e escultura. Muitos dos artesãos presentes na iniciativa executam trabalhos ao vivo, de forma a mostrarem ao público todos os pormenores envolvidos nas suas áreas. O evento apresenta também uma zona dedicada aos amantes das iguarias regionais, com queijos e enchidos, compotas, licores e doces conventuais.

6. EXPOCAMÉLIA

Este ano realiza-se a X edição da Expocamélia de Santo Tirso.

Caraterística desta região, a camélia é um arbusto formado por uma folhagem brilhante que se mantém verde inclusive no Inverno, daí ser chamada a flor da fidelidade. As suas flores são exuberantes e ao contrário da

maior parte das flores, elas impõem a sua beleza numa época do ano em que as condições climáticas se apresentam menos favoráveis, oferecendo nas estações frias do outono e inverno uma flor de incrível beleza que pode ser de cor branca, rosa, vermelha e matizadas de branco, amarelo e vermelho, como se testemunha nos jardins adjacentes do Museu Municipal e um pouco por toda a cidade e concelho de Santo Tirso.

Importadas do oriente, a flor depois de apanhada pode durar vários dias dentro de uma jarra com água, e as folhas, sendo muito resistentes e brilhantes, são muito decorativas e excelentes para arranjos florais. É dentro deste cenário que convidamos o público em geral a observar de perto os vários géneros desta espécie e os criativos arranjos florais a concurso.

A expocamélia de Santo Tirso é demonstrativa do apego da cidade e do concelho à flor que, por excelência, a simboliza no interior dos seus apaixonados seguidores.

7. FESTA DAS ROSAS

Esta iniciativa da Escola Agrícola Conde S. Bento realiza-se de dois em dois anos pela. O principal objetivo do certame é a abertura da escola à comunidade.

A Festa das Rosas serve de 'montra' daquilo que de melhor se faz na Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento. Ao longo de dois dias os alunos, professores e funcionários da escola tudo fazem para 'bem receber' todos os visitantes.

Durante a festa estão à venda diversos produtos fabricados na escola como vinho, chás, roseiras, compotas, bolachas, licores de variados sabores, incluindo um Licor de Rosas, feito na adega da escola. Para além disto, os visitantes podem passear pelo espaço escolar e usufruir dos seus jardins e recantos históricos.

A festa inclui ainda uma exposição de rosas que se realiza nos claustros, ora dispostas de uma forma artística ora expostas de forma individual com a respetiva identificação botânica.

8. FEIRA DAS TASQUINHAS

Anualmente, a Praça do Município acolhe, habitualmente, a Feira das Tasquinhas de Santo Tirso. Este evento gastronómico tem como objetivo divulgar e promover a gastronomia da região, os restaurantes e os bons vinhos do concelho, sendo já uma referência a nível nacional.

A gastronomia de Santo Tirso é característica do Minho e Douro Litoral, região onde se integra, tendo a capacidade de atrair não só os seus apreciadores, como também aqueles que associam a boa mesa ao conhecimento do património cultural e natural. São inúmeros os restaurantes que bem confeccionam as iguarias tradicionais, como o cozido à portuguesa, com vários tipos de carnes e enchidos, o cabrito e vitela assada no forno, os saborosos rojões, a feijoada, o arroz “pica no chão” e os mais variados pratos de bacalhau. De referir o famoso vinho verde da região para acompanhar. Mas Santo Tirso destaca-se na sua doçaria tradicional: os famosos pastéis jesuítas e limonetes e as bolachas do Mosteiro de Santa Escolástica. De referir o afamado licor do Mosteiro de Singeverga, preparado por destilação direta de plantas aromáticas de reconhecidas propriedades balsâmicas e terapêuticas.

Este certame anual inclui outras iniciativas complementares, das quais se destacam: um programa de animação musical, uma mostra de vinhos verdes do concelho, uma mostra de apicultura e, ainda, o concurso concelhio de vinho verde engarrafado e de produtor, aberto aos vitivinicultores do concelho.

9. FESTAS DE S. BENTO

As Festas de São Bento são uma romaria pagã, de raízes muito profundas, que chamam anualmente à cidade de Santo Tirso devotos de todos os cantos do país. O programa das festas desenrola-se em Julho e as suas atividades aliam o sagrado e o profano.

10. FEIRA INTERNACIONAL DE PRESÉPIOS

Decorre anualmente, no átrio da Câmara Municipal de Santo Tirso, uma feira de presépios que acolhe artesãos de todo o mundo. É uma excelente forma de conhecer presépios de todas as cores e feitios, valorizando o património artístico e cultural.

2.2. Rede escolar, oferta formativa, ação social escolar e acessibilidades

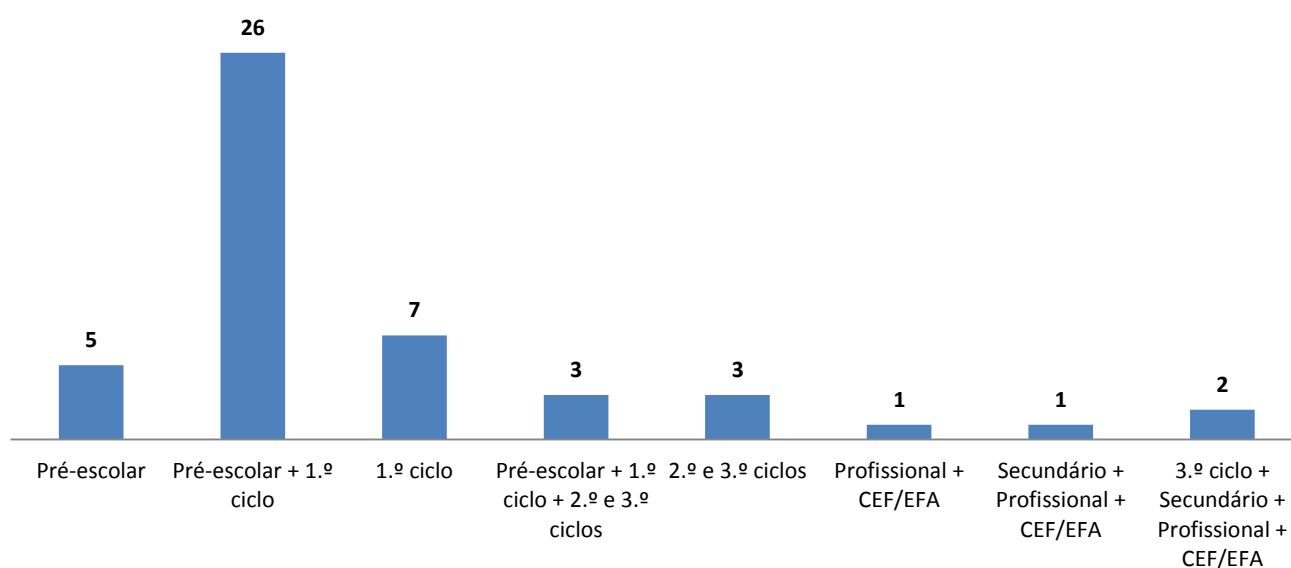
2.2.1. Equipamentos escolares

No quadro educativo do concelho, Santo Tirso conta com uma vasta rede de equipamentos escolares, desde a educação pré-escolar ao secundário e profissional. E se a essa rede se juntar as creches dos setores solidário e privado, conclui-se que o concelho proporciona as condições necessárias para um sistema de ensino que pode servir de rampa de lançamento para o ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho.

No total, são 65 os equipamentos onde a aprendizagem e a educação constituem palavras de ordem. A figura que se segue mostra a sua distribuição segundo o nível de ensino e o setor em que operam, com um evidente relevo para a rede pública, conforme explanado no gráfico a seguir apresentado.

Figura 30 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino da rede pública no concelho de Santo Tirso, segundo o nível de ensino ministrado, no ano letivo 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Educação e Divisão de Ação Social.



Assim, dos 64 edifícios escolares existentes, 48 compõem a rede pública, equivalendo a 75% do total da rede escolar concelhia. No que se refere às ofertas por estes disponibilizadas, assinala-se o facto de que, ao nível da educação pré-escolar, 34 estabelecimentos proporcionam este tipo de resposta. Este número aumenta para 36 quando se fala do 1.º ciclo do ensino básico.

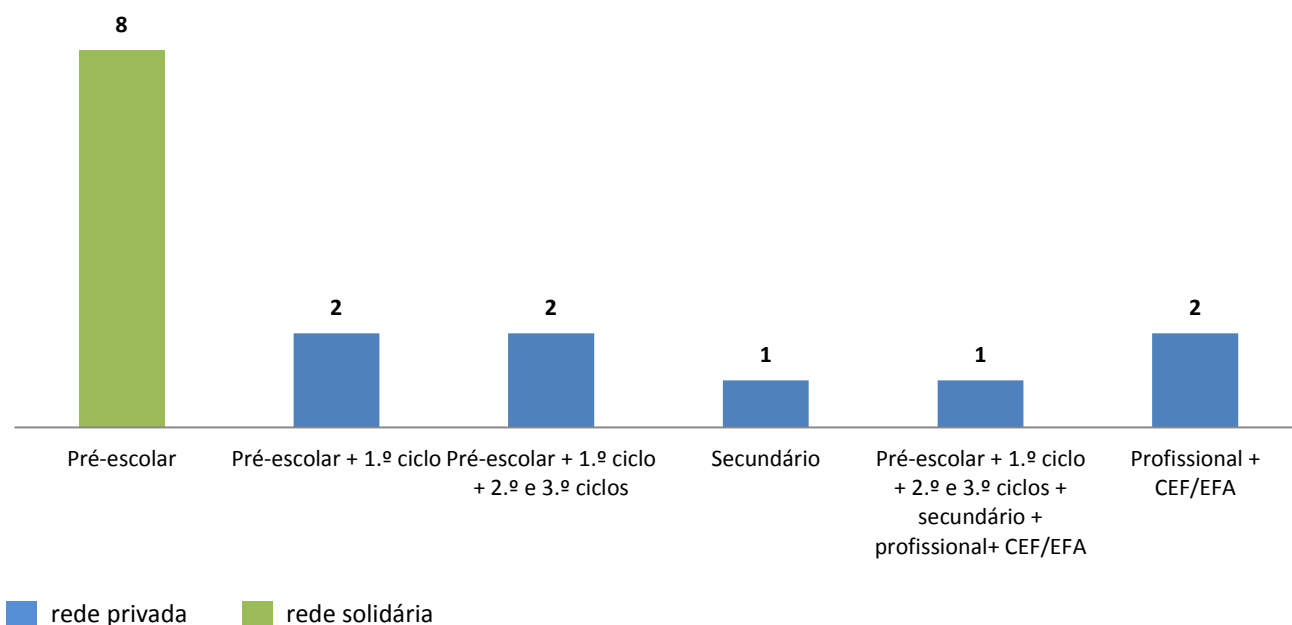
Tendo presente a importância da educação básica para o desenvolvimento integral e para a qualidade e sucesso educativos, há que não descuidar o investimento da câmara na requalificação do parque escolar a este nível, com a construção/requalificação de 6 centros escolares e de uma nova escola básica, esta última integra desde o pré-escolar até ao 3.º ciclo do ensino básico.

A renovação e requalificação da rede escolar concelhia permite hoje afirmar que, no que diz respeito à educação pré-escolar, o desiderato de se atingir os 100% de cobertura é já uma realidade. O mesmo é dizer que se dispõe de equipamentos em número e qualidade suficientes para acolher a totalidade de população concelhia em idade pré-escolar, pretensão do município já há alguns anos.

Não obstante a cobertura ao nível dos estabelecimentos de ensino que integram a rede pública concelhia, esta não deixa ainda de ser reforçada pelo conjunto de respostas disponibilizadas pelos estabelecimentos de ensino privados e de solidariedade social.

Figura 31 - Distribuição dos estabelecimentos de ensino da rede privada e solidária no concelho de Santo Tirso, segundo o nível de ensino ministrado, no ano letivo 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Educação e Divisão de Ação Social.



2.2.1.1. Educação Pré-Escolar

Como previamente referido, a educação pré-escolar está presente nas redes pública, privada e de solidariedade social. A tabela que se segue enumera os 64 equipamentos disponíveis no concelho, segundo a freguesia onde se localizam. Nela é possível observar que todas as freguesias têm equipamentos de educação pré-escolar da rede pública, havendo, pelo contrário, pouca representatividade da rede privada, que conta apenas com 4 jardins-de-infância. Destaque, porém, para a rede solidária, que acaba por assumir neste domínio um papel de elementar importância, sobretudo para as famílias com maiores dificuldades económicas, ao representar 17% dos jardins-de-infância (num total de 8).

Tabela 1 - Distribuição dos equipamentos de educação pré-escolar das redes pública, privada e de solidariedade social, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Educação e Divisão de Ação Social.

Estabelecimento de ensino			
Freguesia	Rede pública	Rede privada	Rede solidária
Agrela	Campinhos		
Água Longa	Arcozelo		
Areias	Igreja	A Torre dos Pequenos	Associação Pro-Infância Nun'Alvres
Burgães	Vinha		
Guimarei	Igreja		
Lama	Igreja		
Lamelas	Sobrecampos		
Monte Córdova	Quinchães Santa Luzia		Associação de Solidariedade Humanitária de Monte Córdova
Palmeira	Quintão		
Rebordões	Ribeiro		
Refojos	S. José		
Reguenga	Cantim		
Roriz	Costa Ribeira		
S. Mamede Negrelos	Rechã		
S. Martinho Campo	S. Martinho do Campo		Casa de Beneficência Dias Machado
S. Miguel Couto	Areal		
S. Salvador Campo	Quelha		
S. Tiago da Carreira	Parada		
S. Tomé Negrelos	S. Tomé de Negrelos		Ass. do Infantário de S. Tomé de Negrelos
Santa Cristina Couto	Ermida Merouços Tarrio	Colégio de Lourdes	
Santo Tirso	S. Bento da Batalha Foral Centro Infantil de Santo Tirso*	Colégio Santa Teresa de Jesus	Jardim-Escola João de Deus Irmandade e Santa Casa da Misericórdia
Sequeirô	Sequeirô		
Vila das Aves	Quintão Fontainhas		Associação do Infantário de Vila das Aves Associação de Moradores do Complexo

	Bom Nome Cense		Habitacional de Ringe
Vilarinho	Lage Paradela		

* Entidade sob a gestão do Instituto de Segurança Social.

2.2.1.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

No que respeita ao primeiro ciclo do ensino básico, a rede escolar é unicamente representada pelas esferas pública e privada. Na tabela 2 pode-se constatar, uma vez mais, a presença do ensino público em todas as freguesias, mantendo-se a existência de algumas entidades privadas. Ao todo são 41 os estabelecimentos que ministram o 1.º ciclo do ensino básico.

Tabela 2 - Distribuição dos equipamentos do 1.º ciclo do ensino básico das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012. Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Educação.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	
	Rede pública	Rede privada
Agrela	Campinhos	
Água Longa	Arcozelo	
Areias	Igreja	A Torre dos Pequenos Instituto Nun'Alvres
Burgães	Ramada	
Guimarei	Igreja	
Lama	Igreja	
Lamelas	Sobrecampos	
Monte Córdova	Quinchães Santa Luzia Cabanais	
Palmeira	Quintão	
Rebordões	Quintão Aldeia Nova	
Refojos	S. José	
Reguenga	Cantim	
Roriz	Costa Ribeira	
S. Mamede Negrelos	Olival	
S. Martinho Campo	S. Martinho do Campo	
S. Miguel Couto	Areal	
S. Salvador Campo	Quelha	
S. Tiago da Carreira	Parada	
S. Tomé Negrelos	S. Tomé de Negrelos	
Santa Cristina Couto	Ermida Merouços Tarrio	Colégio de Lourdes

Santo Tirso	Santo Tirso S. Bento da Batalha Foral	Colégio Santa Teresa de Jesus Jardim Escola João de Deus
Sequeirô	Sequeirô	
Vila das Aves	Quintão Ponte Bom Nome Cense	
Vilarinho	Lage Paradela	

2.2.1.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

São sete as freguesias contempladas com estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, tal como referido na tabela n.º 3. Não obstante, são apenas cinco as que são servidas pela rede pública, ainda que o Instituto Nun'Alvres mantenha um protocolo com o Ministério da Educação que permite aos alunos residentes na freguesia de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira a frequência gratuita destes níveis de ensino.

Saliente-se a especificidade da Escola da Ponte, que não leciona de acordo com os ciclos de ensino tradicionais. Esta encontra-se, antes, organizada segundo uma lógica de projeto e de equipa, estruturando-se a partir das interações entre os seus membros. Tem subjacente a ideia de ritmos diferenciados de aprendizagem, privilegiando a autonomia de cada um na procura do saber e revestindo o processo de aprendizagem de uma componente mais dinâmica, ativa e individualizada. Não existem salas de aula, no sentido tradicional, mas sim espaços de trabalho, onde são disponibilizados diversos recursos, tais como: livros, dicionários, gramáticas, internet, vídeos... ou seja, várias fontes de conhecimento. Os contactos são feitos, sempre que necessário, através do professor tutor, que acompanha, orienta e avalia diariamente as atividades realizadas pelos seus tutorados. A estrutura de ensino tradicional correspondente aos anos de escolaridade regulares dá lugar a uma organização pelos designados núcleos de projeto: Iniciação, Consolidação e Aprofundamento. Estes núcleos assentam em diferentes dimensões (desenvolvimento linguístico, lógico-matemático, naturalista, identitário, e artístico), numa lógica de trabalho horizontal. A transição de núcleo poderá ocorrer em qualquer momento, fruto de uma avaliação global das competências desenvolvidas pelo aluno e da ponderação do seu estágio de desenvolvimento e dos seus interesses e expectativas.

Referira-se também que as escolas secundárias D. Dinis e Tomaz Pelayo, da freguesia de Santo Tirso, no ano letivo 2012/2013 apenas ministravam o 3.º ciclo, tal como, de resto, assinalamos na tabela. No entanto, observamos desde já que a partir do no letivo subsequente, este cenário irá sofrer alterações em resultado da constituição dos designados mega agrupamentos de escolas, situação detalhada mais à frente.

Tabela 3 - Distribuição dos equipamentos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso: Divisão de Educação.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	
	Rede pública	Rede privada
Agrela	Escola Básica da Agrela	
Areias		Instituto Nun'Alvres
S. Martinho Campo	Escola Básica de S. Martinho do Campo	
S. Tomé Negrelos	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos	
Santa Cristina Couto		Colégio de Lourdes
Santo Tirso	Escola Básica de S. Rosendo Escola Secundária D. Dinis (3.º ciclo) Escola Secundária Tomaz Pelayo (3.º ciclo)	Colégio Santa Teresa de Jesus
Vila das Aves	Escola Básica de Vila das Aves Escola Básica da Ponte	

2.2.1.4. Ensino secundário

Relativamente ao ensino secundário, o concelho conta com três escolas do ensino público, nos dois principais polos urbanos do concelho (Santo Tirso e Vila das Aves), e, na vertente privada, com o Instituto Nun'Alvres, ainda que mais uma vez se deva fazer referência à gratuitidade deste nível de ensino para os alunos residentes nas freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira na sequência do protocolo atrás mencionado (cf. Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição dos equipamentos do ensino secundário das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso: Divisão de Educação.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	
	Rede pública	Rede privada
Areias		Instituto Nun'Alvres
Santo Tirso	Escola Secundária D. Dinis Escola Secundária Tomaz Pelayo	
Vila das Aves	Escola Secundária D. Afonso Henriques	

2.2.1.5. Ensino profissional

O ensino profissional está presente no concelho através das três escolas secundárias da rede pública, de uma escola da rede privada e em escolas profissionais (Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, a Escola de

Serviços CIDENAI e a OFICINA). A sua distribuição geográfica é feita por três freguesias, conforme se pode atestar pela leitura da tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição dos equipamentos do ensino profissional das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso: Divisão de Educação.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	
	Rede pública	Rede privada
Areias		Instituto Nun'Álvres OFICINA – Escola Profissional do Instituto Nun'Álvres ARTAVE
Santo Tirso	Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento Escola de Serviços CIDENAI Escola Secundária D. Dinis Escola Secundária Tomaz Pelayo	
Vila das Aves	Escola Secundária D. Afonso Henriques	

2.2.1.6. Cursos de Educação e Formação (CEF)

Considerando a oferta existente ao nível dos Cursos de Educação Formação, verifica-se que os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada representados na tabela anterior se mantêm, sendo acrescidos das escolas básicas da Agrela e Vale do Leça e de Vila das Aves. Os alunos podem optar, portanto, por frequentar estes cursos numa das seis freguesias do concelho apresentadas na tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição dos equipamentos com Cursos de Educação e Formação das redes pública e privada, segundo a freguesia de localização, no ano letivo 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso: Divisão de Educação.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	
	Rede pública	Rede privada
Agrela	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça	
Areias		Instituto Nun'Álvres Oficina
S. Martinho Campo	Escola Básica de S. Martinho do Campo	
S. Tomé Negrelos	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos	
Santo Tirso	Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento Escola Básica de S. Rosendo Escola Secundária D. Dinis Escola Secundária Tomaz Pelayo	
Vila das Aves	Escola Básica de Vila das Aves Escola Secundária D. Afonso Henriques	

2.2.1.7. Reorganização da Rede Escolar: os Mega Agrupamentos

Conforme atrás afluído, não se poderia deixar de fazer referência ao processo iniciado no ano letivo 2012/2013 relacionado com a reorganização das unidades orgânicas em unidades administrativas de maior dimensão. Esta agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas, resultou, no caso de Santo Tirso, na junção de três agrupamentos de escolas às três escolas secundárias, daqui resultando o desenho organizacional refletido na figura 7, por nível e ciclo de ensino:

Esta reorganização da rede escolar irá acarretar importantes desafios colocados ao nível da gestão administrativa escolar, aos quais será importante uma atenção vigilante, no sentido de se afastar possíveis efeitos nefastos no que concerne à qualidade do ensino e das respostas educativas proporcionados aos alunos e à comunidade em geral.

Tabela 7 - Desenho organizacional - processo de agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas. Fonte: CMST

Processo de agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas			
Agrupamentos de Escolas	Escolas Secundárias	Designação das agregações formadas	Níveis de ensino ministrados
Agrupamento de Escolas d'Agrela e Vale do Leça	Secundária D. Dinis	Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Do pré-escolar ao E. secundário
Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo		Este agrupamento não foi agregado, mantendo-se a sua designação anterior	Do pré-escolar ao 3.º CEB
Agrupamento de Escolas de Santo Tirso	Secundária Tomaz Pelayo	Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Do pré-escolar ao E. secundário
Agrupamento de Escolas do Ave	Secundária D. Afonso Henriques	Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Vila das Aves, Santo Tirso	Do pré-escolar ao E. secundário

2.2.1.8. Centros de formação profissional

As crescentes exigências e competitividade do mercado de trabalho remetem-nos para necessidade de cada vez mais se dever investir na aprendizagem ao longo da vida. Há que flexibilizar e diversificar a oferta de formação profissional, de forma a melhorar continuamente o nível de qualificação profissional que, face às constantes mudanças, se torna rapidamente obsoleto e desatualizado.

Uma das formas de melhor responder às necessidades de um mercado de trabalho fortemente competitivo reside no aperfeiçoamento de conhecimentos e competências possibilitado pela formação dinamizada pelos designados centros de formação profissional.

Com vista ao complemento e à construção progressiva de uma qualificação profissional, estes centros promovem ações de reciclagem e reconversão profissional, incidindo na formação em áreas especializadas de saber.

Para exemplificar essa forma de intervenção especializada ao nível local, pode-se referir a existência do MODATEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios. Criado em 2011, com base num protocolo celebrado entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.), a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção (ANIVEC/APIV) e a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios (ANIL), este centro de abrangência nacional objetiva contribuir para a melhor coordenação estratégica e operacional da formação no setor, responder mais eficazmente às necessidades de qualificação, aperfeiçoamento e reconversão das pessoas e das organizações, bem como, apoiar tecnicamente e de forma próxima todos os players da Indústria Têxtil e Vestuário, de tanta tradição na zona do Vale do Ave, na qual Santo Tirso também está inscrito.

2.2.1.9. Cursos de Especialização Tecnológica (CET)

No sentido de elevar os níveis de qualificação e escolarização dos jovens, foram criados os designados cursos de especialização tecnológica (CET). Regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio, estes conferem uma qualificação de nível 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). Visando suprir as necessidades verificadas, no tecido empresarial, ao nível de quadros intermédios, permitem melhor responder aos desafios colocados por um mercado de trabalho em permanente mudança e acentuado desenvolvimento, constituindo-se como uma alternativa válida para a profissionalização de técnicos especializados e competentes.

Esta aposta assume hoje especial relevância, nomeadamente, atendendo a que, apesar dos progressos registados neste domínio nas últimas décadas, os baixos níveis de escolarização e qualificação profissional continuam a caracterizar a grande maioria da nossa população em idade ativa.

Por outro lado, não podemos também negligenciar o elevado índice de abandono escolar precoce verificado no nosso concelho, que nos remete para a importância de cada vez mais procurarmos conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada. Neste quadro, este tipo de oferta assume-se como uma oportunidade evidente de alargar a oferta de formação ao

longo da vida e para novos públicos e envolver as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária.

Reportando-nos à rede de cursos qualificantes concelhia, observamos que estes também integram as ofertas desenvolvidas pelas nossas escolas, em particular, no que se refere à Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, estabelecimento já com tradição a este nível, ao desenvolver no ano letivo 2012/2013, pelo 5.º ano consecutivo, dois tipos de cursos de especialização tecnológica:

- Cuidados Veterinários (em parceria com a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança);
- Técnicas de Biotecnologia em Plantas Aromáticas e Medicinais.

2.2.1.10. Ensino Superior

Como se verá no ponto dedicado às acessibilidades, a proximidade de Santo Tirso às cidades do Porto e de Braga favorece o ingresso, frequência e conclusão de cursos superiores. Não sendo determinante, acredita-se que essa constatação se reflete, entre outros factores, no aumento do número de diplomados observado no espaço intercensitário.

Mas atualmente o concelho deu um passo importante a este nível, através da celebração de um protocolo com a Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos, do qual resultará a transferência, para Santo Tirso, da pós-graduação em Design de Moda. Trata-se de uma formação superior que funcionará na incubadora de negócios criativos IMOD – Inovação, Moda e Design, projetada para a Fábrica de Santo Thyrsos.

Destaque-se o facto de o design ser hoje-em-dia uma área cultural crescentemente interdisciplinar, geradora de novas soluções no que toca ao empreendedorismo urbano e à dinamização comercial. Esta poderá ser vista, portanto, como uma oportunidade para os jovens com potencial interesse nesta área do conhecimento, ao mesmo tempo que poderá constituir um fator de atração ao concelho, na medida em que tem subjacente o objetivo de dinamizar o tecido empresarial associado ao mercado têxtil e da moda, através da promoção de atividades criativas, capazes de qualificar e de reforçar a notoriedade da cidade. Este projeto conta ainda com outros parceiros de elevado relevo, a saber: i) Fundação Santo Thyrsos; ii) Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e dos Vestuário de Portugal (CITEVE); iii) Associação Têxtil e Vestuário de Portugal.

Ao abrigo deste protocolo, e tendo em conta a crescente importância das artes e do design nas economias modernas associadas ao universo da moda, serão programadas e realizadas outras ações de formação que possam, porventura, ter repercussões no desenvolvimento empresarial e industrial, que associado às chamadas indústrias tradicionais, quer às emergentes indústrias criativas.

2.2.1.11. Educação e Formação de Adultos

A Educação e Formação de Adultos tem sido uma prioridade do concelho, desde há anos, fruto do implícito reconhecimento de que há ainda um longo caminho a percorrer no campo da qualificação da população adulta, considerando o baixo índice de escolaridade prevalente.

Essencial no combate às fragilidades territoriais, a educação e formação de adultos foi tendo expressão em algumas escolas do concelho, nomeadamente na Escola Secundária Tomaz Pelayo, através dos cursos do Ensino Noturno. Mas cedo o município foi além do ensino recorrente de adultos e passou também a disponibilizar o Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), com a abertura do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) da Câmara Municipal de Santo Tirso, em 2004.

Com a Iniciativa Novas Oportunidades, lançada em 2007, a educação e formação de adultos ganha outra visibilidade, nomeadamente no concelho, e outras instituições, para além da Câmara Municipal, passam a dispor de um Centro Novas Oportunidades (CNO): Escola Secundária Tomaz Pelayo (ESTP), CITEX (atualmente designado de MODATEX) e Escola Secundária D. Afonso Henriques (ESDAH). Assim passam a existir dois CNO em Santo Tirso e dois em Vila das Aves, dando resposta cabal a todas as freguesias do concelho e outras entidades interessadas.

Santo Tirso chegou mesmo a constituir a Rede de Centros Novas Oportunidades intitulada “Santo Tirso dá Oportunidade ao Saber”, em 29 de novembro 2010, que articulava o trabalho dos CNO’s e a oferta no campo da educação e formação de adultos. Com a Declaração de Princípios resultante desta Rede, os CNO’s propunham-se dinamizar, em conjunto, diversos dispositivos e atividades com vista a reforçar a resposta organizada, integrada e estruturada na orientação dos adultos para a sua qualificação escolar e profissional.

Sob o lema “Aprender compensa”, a iniciativa Novas Oportunidades envolveu milhares de adultos do concelho (cf. Tabela 8) e contribuiu de forma significativa para a qualificação da população com mais de 18 anos.

Tabela 8 – Dados dos Centros Novas Oportunidades

	CNO CMST	CNO ESTP	CNO ESDAH	CNO CITEX/ MODATEX	Total
Nº de Adultos Inscritos	6968	4813	1660	2620	16061
Nº de Adultos Certificados	2334	709	481	1257	4781

No entanto, em 2012, fruto de uma estratégia nacional da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP), todos os CNO's foram encerrados. Aguarda-se, ao momento, por novas orientações políticas nacionais que promovam uma resposta cabal e eficaz no campo da educação e formação de adultos. É inegável o papel essencial da qualificação da população adulta, nomeadamente da população desempregada, no combate à exclusão e desigualdade social e no fomento económico da região e do país.

2.2.1.12. Universidade Sénior de Santo Tirso

A Universidade Sénior Tirsense, criada em 2005, surgiu do esforço e da colaboração estreita entre vários professores e a Câmara Municipal de Santo Tirso, atentos aos movimentos culturais contemporâneos e às necessidades locais.

Vários estudos comprovam que o saber, o convívio e o interesse pelo mundo que nos rodeia, contribuem para o aumento da qualidade de vida, a saúde e a felicidade em todas as etapas da vida.

A UST para além dos objetivos inerentemente pedagógicos desenvolve um papel fundamental no desenvolvimento de uma cidadania ativa e sem idades, promovendo espaços de convívio e participação social que ajudam no combate ao sedentarismo e ao isolamento social. Para além do seu alcance cultural, a UST desenvolve uma função social importante na vida da cidade. Esta dirige-se a todos os interessados em aprender sempre, independentemente da idade, grau académico ou habilitações literárias.

A UST promove o ensino e as práticas em várias áreas: Informática, Saúde, Pintura, Canto, Yoga, Línguas, Poesia, Literatura, Música. A UST possuiu um corpo docente devidamente qualificado responsável pelas disciplinas de: Inglês, Oficina de Poesia, Informática, Educação para a Saúde, Oficina de Cavaquinho, História da Cultura e das Artes, Oficina de Artes Decorativas, Cultura Contemporânea, Oficina de Pintura, Oficina de Imagem Digital, Canto Coral, Yoga Tibetano. A UST promove também visitas de índole cultural e fomenta o contacto com as mais importantes realizações culturais realizadas no nosso país, quer em museus, salas de teatro ou de música. No ano letivo de 2012/2013 inscreveram-se na UST 100 alunos.

2.2.2. Evolução da População Estudantil

Para efeitos do Projeto Educativo Municipal foram considerados os anos letivos 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. Com efeito, de seguida, procede-se à descrição da variação do número de alunos por nível de ensino, relativamente ao número total de estabelecimentos acima referidos, para cada um destes anos letivos¹.

Antes, porém, refira-se a preponderância da rede pública face à rede privada a partir do primeiro ciclo do ensino básico, inclusive, não esquecendo o peso da rede solidária na educação pré-escolar, que, não chegando ao patamar da rede pública, não deixa de acolher um significativo número de alunos, por referência ao total global.

Saliente-se, ainda que esta análise só é possível devido ao enorme contributo dos estabelecimento de ensino do concelho que, através do preenchimento de um inquérito, disponibilizaram, detalhadamente, estes e outros dados relevantes.

2.2.2.1. Educação Pré-escolar

Provavelmente reflexo da variação populacional, a educação pré-escolar tem registado uma diminuição do número de alunos ao longo dos três anos letivos enunciados na tabela 8. Esta descida acontece nos três setores – público, privado e solidário – sendo mais constante e acentuada no ensino público.

Já no que respeita a cada uma das salas, as variações não são idênticas. Assim, e tendo por base os valores totais, na sala dos 3 anos, o número de alunos desce em 2010/2011 para voltar a subir no ano letivo seguinte.

¹ Uma análise mais profunda da variação do número de alunos ao longo dos últimos anos pode ser consultada na Carta Educativa do Concelho, que se encontra, no momento da redação deste relatório, em fase de revisão.

Na sala dos 4 anos, a descida tem sido permanente. Por fim, na sala dos 5 anos, apenas em 2011/2012 se nota um decréscimo.

Tabela 9 - Variação do número de alunos matriculados na educação pré-escolar no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

	2009/2010				2010/2011				2011/2012			
	3 anos	4 anos	5 anos	Total	3 anos	4 anos	5 anos	Total	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Público	359	339	367	1065	248	366	393	1007	253	315	382	950
Privado	57	60	67	184	58	56	70	184	63	59	51	173
Solidário	165	175	160	500	165	147	168	480	181	157	130	468
Total	581	574	594	1749	471	569	631	1671	497	531	563	1591

Também a variação percentual do número de alunos matriculados na educação pré-escolar reflete este decréscimo progressivo da população estudantil, com maior incidência no momento correspondente à sua entrada no sistema de ensino (3 anos), facto que pode ser explicado pelo declínio verificado ao nível de nascimentos registados no concelho. Pode-se ainda verificar que esta diminuição é transversal a todas as idades, afetando mais acentuadamente o setor público, o que seria de alguma forma expectável, dada o peso deste setor em detrimento dos restantes. Assim, e no que se refere ao último ano analisado – 2011/2012 – 59,7 % das crianças a frequentar a educação pré-escolar estão inseridos em estabelecimentos de ensino da rede pública.

Tabela 10 - Variação percentual do número de alunos matriculados na educação pré-escolar no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Setor de Ensino	Taxa de Variação 2009-2012			
	3 anos	4 Anos	5 anos	Total
Público	-29,5%	-7,1%	+4,1%	-10,8%
Privado	+10,5%	-1,7%	-23,9%	-6,0%
Solidário	+9,7%	-10,3%	-18,8%	-6,4%
Total	-14,5%	-7,5%	-5,2%	-9,0%

2.2.2.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

O panorama verificado no 1.º ciclo do ensino básico é ainda mais acentuado do que o do pré-escolar, com maior incidência de variações negativas do número de alunos. Uma vez mais, o ensino público assinala uma descida

constante ao longo dos três anos letivos. Já no que se refere ao setor privado, a análise não é assim tão linear, registando-se a maior queda de alunos ao nível do 1.º ano de escolaridade.

Tabela 11 - Variação do número de alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Setor Ensino	2009/2010					2010/2011					2011/2012				
	Ano de escolaridade				Total	Ano de escolaridade				Total	Ano de escolaridade				Total
	1.º	2.º	3.º	4.º		1.º	2.º	3.º	4.º		1.º	2.º	3.º	4.º	
Público	624	662	743	751	2780	580	652	667	762	2661	525	638	604	629	2396
Privado	139	133	120	128	520	113	140	132	119	504	112	114	131	139	496
Total	763	795	863	879	3300	693	792	759	881	3125	637	752	735	768	2892

Em termos de variação percentual, as taxas apuradas revelam que, no geral, este nível de ensino registou um decréscimo mais acentuado de número de alunos quando comparado com a educação pré-escolar. Tal poderá estar relacionado com o facto da educação pré-escolar estar associada a uma frequência ainda considerada facultativa, embora nos últimos anos a taxa de pré-escolarização (total de crianças entre os 3 e os 5 anos de idade a frequentar a educação pré-escolar) ter evoluído muito positivamente. Este dado indicia que, efetivamente, há um reconhecimento crescente da importância deste tipo de oferta, logo desde a primeira infância, na promoção do desenvolvimento integral da criança.

Tabela 12 - Variação percentual do número de alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Setor de Ensino	Taxa de Variação 2009-2012				
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total
Público	-15,9%	-3,6%	-16,2%	-16,2%	-13,8%
Privado	-19,4%	-14,3%	+9,2%	+8,6%	-4,6%
Total	-16,5%	-5,4%	-14,8%	-12,6%	-12,3%

2.2.2.3. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Uma primeira abordagem evidencia uma redução pouco significativa do número de alunos matriculados, registada, em particular, na transição do ano letivo 2010/2011 para 2011/2012 e quando se considera o ensino público e o privado associados. Contudo, esta conclusão é quase exclusivamente fruto de um decréscimo constante de alunos matriculados no ensino privado, já que no público não se observam grandes variações. E este é um cenário válido para uma análise desagregada por ciclos de ensino, ainda que com algumas oscilações, como é o caso do 7.º ano de escolaridade do ensino público, que sofre uma redução em 2010/2011, para aumentar novamente no ano letivo seguinte.

Através da análise global por ano de escolaridade, conseguem-se observar variações distintas, na medida em que não se vislumbra qualquer tendência significativa, havendo diferentes variações entre anos letivos e anos de escolaridade.

Tabela 13 - Variação do número de alunos matriculados nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Setor de	2009/2010						2010/2011						2011/2012					
	Ano de escolaridade						Ano de escolaridade						Ano de escolaridade					
	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	Total	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	Total	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	Total
Ensino																		
Público	602	686	770	661	623	3342	680	709	732	682	647	3450	705	713	751	669	629	3467
Privado	291	288	241	231	218	1269	288	288	241	226	233	1276	256	281	241	232	219	1229
Total	893	974	1011	892	841	4611	968	997	973	908	880	4726	961	994	992	901	848	4696

Avançando-se para a análise da variação percentual, calculada tendo por base os valores registados nos anos letivos 2009/2010 e 2011/2012, embora esta também corrobore a existência das referidas oscilações, tal não invalida que não seja possível conceber uma linha de tendência geral de sentido positivo, motivada pelo verificado acréscimo de número de alunos no que se refere ao ensino público, valores estes que contrastam e que, de alguma forma, anulam, os resultados negativos registados ao nível do ensino privado.

Numa análise diferenciada por ano de escolaridade, constata-se que, associando os ensinos público e privado, apenas se verifica uma variação negativa de alunos ao nível do 7.º ano de escolaridade. Tal evidência é imputada ao ensino público que, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012 regista um decréscimo de 2,5 % de alunos matriculados. Contudo, esta perda não conduz, como se poderia pensar, a um aumento dos alunos deste ano de escolaridade a optarem pelos estabelecimentos de ensino privado, já que a este nível a variação percentual é nula. Assim, e correspondendo o 7.º ano ao início de um novo ciclo de ensino, tal poderá estar mais relacionado com o facto de uma parte dos alunos, após conclusão do ciclo de ensino anterior, ter decidido

interromper o seu percurso escolar ou ter enveredado por outro tipo de ofertas qualificantes, como é o caso dos cursos de educação e formação.

Tabela 14 - Variação percentual do número de alunos matriculados nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Setor de Ensino	Taxa de Variação 2009-2012					
	5.º ano	6.º ano	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total
Público	+17,1%	+3,9%	-2,5%	+1,2%	+1,0%	+3,7%
Privado	-12,0%	-2,4%	0%	-0,4%	+0,5%	-3,2%
Total	+7,6%	+2,1%	-1,9%	+1,0%	+0,8%	+1,8%

2.2.2.4. Ensino secundário

No que respeita ao ensino secundário, os valores apresentados correspondem à informação recolhida junto das três escolas públicas e do Instituto Nun'Álvres. No global, os dados mostram uma variação positiva na transição de 2009/2010 para os anos letivos seguintes.

Considerando a interpretação dos valores por ano de escolaridade, observa-se uma variação linear positiva entre os três anos letivos no que refere ao 10.º e 11.º ano, mas que não é acompanhada pelo 12.º ano de escolaridade no caso do ensino público, já que este regista um decréscimo do número de alunos em todos os anos escolares em análise.

Tabela 15 - Variação do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Setor de Ensino	2009/2010				2010/2011				2011/2012			
	Ano de escolaridade			Total	Ano de escolaridade			Total	Ano de escolaridade			Total
	10.º	11.º	12.º		10.º	11.º	12.º		10.º	11.º	12.º	
Público	789	589	623	2001	784	664	535	1983	797	654	593	2044
Privado	345	289	253	887	376	346	305	1027	358	320	320	998
Total	1134	878	876	2888	1160	1010	840	3010	1155	974	913	3042

A mesma leitura ocorre quando se observa a variação percentual do número de alunos que, entre os anos A mesma leitura ocorre quando se observa a variação percentual do número de alunos que, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012, frequentou o ensino secundário. Neste caso, ainda se torna mais evidente o desvio verificado ao nível do 12.º ano ministrado em estabelecimentos de ensino públicos, única situação em que se verifica uma evolução negativa. Uma possível causa para esta situação, poderá ser o facto de, neste ano de escolaridade, muitos alunos optarem por mudar de escola, nomeadamente, transitando da rede pública para a

rede privada, por questões de melhoria de resultados académicos, a fim de possibilitar o acesso a determinado curso do ensino superior.

Tabela 16 - Variação percentual do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, do ano letivo 2009/2010 para 2011/2012

Setor de Ensino	Taxa de Variação 2009-2012			
	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
Público	+1,0%	+11,0%	-4,8%	+2,1%
Privado	+3,8%	+10,7%	+26,5%	+11,1%
Total	+1,9%	+10,9%	+4,2%	+5,3%

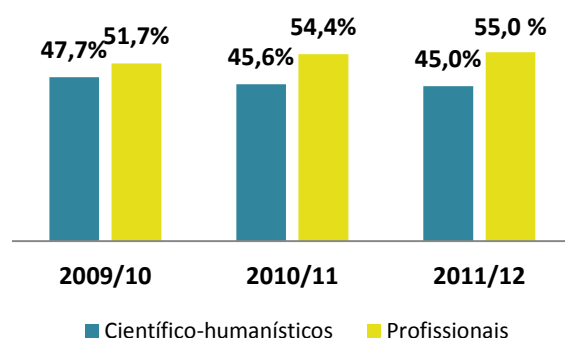
Pode-se também afinar esta leitura, analisando a variação do número de alunos que frequentaram o ensino secundário, por tipo de cursos: científico-humanísticos e profissionais. A tabela seguinte reflete essa análise detalhada por ano de escolaridade e tipo de curso, revelando a existência de diferentes variações em função da leitura realizada. Assim, se forem considerados os valores globais por tipo de curso frequentado, verifica-se que existem duas tendências inversas de crescimento: no que se refere aos cursos científico-humanísticos, há uma perda progressiva do número de alunos no período em análise, realidade que contrasta com a dos cursos profissionais, onde se regista uma tendência de crescimento positivo do número de alunos, ainda que, no que se refere à transição do ano letivo 2010/2011 para 2011/2012, se verifique uma ligeira quebra ao nível progressão registada no ano anterior. No entanto, tal não invalida que a frequência dos cursos profissionais supere a frequência dos cursos científico-humanísticos, situação que se repete ao longo dos três anos letivos em análise.

Tabela 17 - Variação do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, segundo o tipo de cursos, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Setor de Ensino	Tipo de curso	2009/2010				2010/2011				2011/2012			
		Ano de escolaridade				Ano de escolaridade				Ano de escolaridade			
		10.º	11.º	12.º	Total	10.º	11.º	12.º	Total	10.º	11.º	12.º	Total
Público	Científico-humanístico	394	299	355	1048	383	345	296	1024	378	345	321	1044
	Profissional	395	290	252	937	401	321	239	961	419	309	272	1000
Privado	Científico-humanístico	136	92	102	330	135	124	92	351	108	103	115	326
	Profissional	209	197	151	557	21	222	413	656	250	217	205	672
Subtotal	Científico-humanístico	530	391	457	1378	518	469	388	1375	486	448	436	1370
	Profissional	604	487	403	1494	642	543	652	1837	669	526	477	1672
Total		1134	878	860	2872	1160	1012	1040	3212	1155	974	913	3042

O gráfico abaixo vem corroborar a conclusão atrás avançada, remetendo para a importância crescente do ensino profissional no concelho de Santo Tirso, que adquire ainda maior relevância considerando as suas características socioeconómicas, nomeadamente, a correlação estabelecida entre a elevada taxa de desemprego e a necessidade de se investir na qualificação da população. Para a delineação de uma estratégia de intervenção nessa área, a forte incidência da oferta formativa a este nível deverá também ser analisada enquanto potencialidade no sentido de fazer corresponder as competências a fomentar e as competências que são efetivamente priorizadas pelo tecido empresarial.

Figura 32 - Variação da % do número de alunos a frequentar o ensino secundário, segundo o tipo de cursos, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012



Também a leitura em termos de variação percentual remete para as supra mencionadas conclusões. Verifica-se que, ainda que haja uma evolução positiva do número de alunos a frequentar o ensino secundário, afunilando essa leitura por tipo de curso e natureza do estabelecimento de ensino frequentado, constata-se que esse crescimento se deve em larga medida ao crescente número de alunos matriculados em cursos profissionais e em estabelecimentos de ensino privados. A este nível, assinala-se uma variação percentual positiva de 20,6%. Estes números remetem também para a forte atratividade exercida pelas escolas profissionais do concelho, evidenciada pela elevada percentagem de alunos provenientes de concelhos limítrofes.

Tabela 18 - Variação percentual do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho de Santo Tirso, segundo o tipo de cursos, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Setor de Ensino		Taxa de Variação 2009-2012			
		10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
Público	Científico-humanístico	-4,1%	+15,4%	-9,6%	-0,4%
	Profissional	+5,7%	+6,6%	+7,9%	+6,7%
Privado	Científico-humanístico	-20,6%	+12,0%	+12,7%	-1,2%
	Profissional	+19,6%	+10,2%	+35,8%	+20,6%
Subtotal	Científico-humanístico	-8,3%	+14,6%	-4,6%	-0,6%
	Profissional	+10,8%	+8,0%	+18,4%	+11,9%
Total		+1,9%	+10,9%	+6,2%	+5,9%

2.2.3. Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)

Considerando a importância do valor da igualdade na constituição de uma sociedade que se pretende cada vez mais democrática e solidária, urge que esta se torne efetivamente uma realidade em todas as suas dimensões. Para tal, é inegável o papel que a escola poderá e deverá assumir. Afinal, uma escola inclusiva é também favorecedora de uma sociedade inclusiva. Ao se possibilitar a igualdade no acesso a uma educação de qualidade, está-se também a gerar oportunidades idênticas no acesso à informação, ao trabalho e aos restantes direitos consignados na constituição da república portuguesa.

Hoje é impossível conceber uma educação de qualidade sem, antes, se atender se esta efetivamente promove respostas educativas verdadeiramente integradoras e inclusivas. Esse é o pressuposto veiculado pelo decreto-lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, ao referir que *“um aspeto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens”*. Tal remete para a necessidade da escola, desde logo, dever procurar delinear estratégias educativas diferenciadas e adequadas às necessidades e interesses específicos revelados por cada aluno, ideia também preconizada no referido diploma: *“a escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos”*.

Esta mudança de perspetiva vem, conforme disposto na citada lei, acarretar uma mudança do próprio contexto escolar, envolvendo a organização de dinâmicas que irão pressupor o envolvimento e empenho de todos na sua concretização. Assim sendo, não se deve ficar alheio à importância assumida por estas questões no encalce de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, importância esta que vem sendo reforçada pelo crescente espaço que a sua discussão tem vindo a merecer na agenda nacional, europeia e internacional. Exemplo disso é a recente designação do ano de 2013 como o ano da inclusão laboral de pessoas com deficiência pela XXII Cúpula Ibero-americana de Cádiz de chefes de Governo e de Estado da Península Ibérica e da América Latina.

O Município de Santo Tirso reconhece também a importância de serem criadas iguais oportunidades no acesso à qualidade e sucesso escolares, procurando, em parceria com as escolas, possibilitar a oferta de respostas educativas integradoras e inclusivas. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é assim uma preocupação partilhada por todos os agentes educativos locais, estando transversalmente refletida nos projetos educativos das escolas concelhias.

Visando contribuir para uma melhor análise das situações consideradas quando se fala de alunos com necessidades educativas especiais, refira-se a definição legitimada pelo mencionado diploma legal (n.º 1, artigo 1.º do capítulo I), que refere são *“alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente,*

resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

No intuito de se conhecer melhor a incidência destes alunos nas escolas do município, para assim melhor se adequarem as estratégias a definir, começa-se por fazer a caracterização destes alunos por nível de ensino/tipo de deficiência, nos seguintes anos letivos: 2009/2010; 2010/2011 e 2011/2012.

Da leitura e análise da figura 33, verifica-se que os alunos sinalizados no âmbito das necessidades educativas especiais encontram-se, em maior número, a frequentar o ensino básico (29,7% - 1.º ciclo; 26,5% - 2.º ciclo e 26,4% - 3.º ciclo). Tal pode estar relacionado com o facto destes níveis corresponderem à escolaridade que estava consignada como obrigatória.

Por outro lado, no que se refere ao tipo de limitação apresentada por estes alunos, constata-se uma maior prevalência das deficiências inscritas no domínio cognitivo, facto que poderá estar relacionado com a natureza diversa dos problemas diagnosticados.

Figura 33 - Caracterização dos alunos NEE por tipo de deficiência e nível de ensino – ano letivo 2009/2010

Fonte: Questionários preenchidos pelos estabelecimentos de ensino do concelho

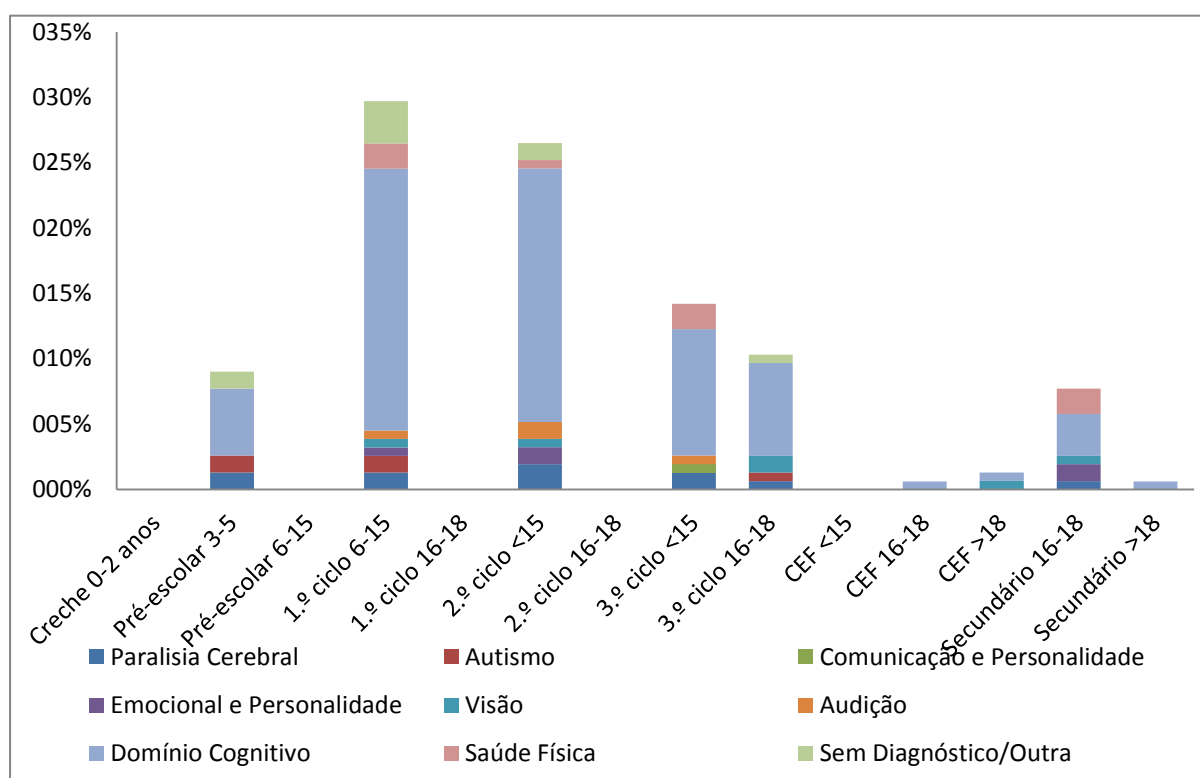
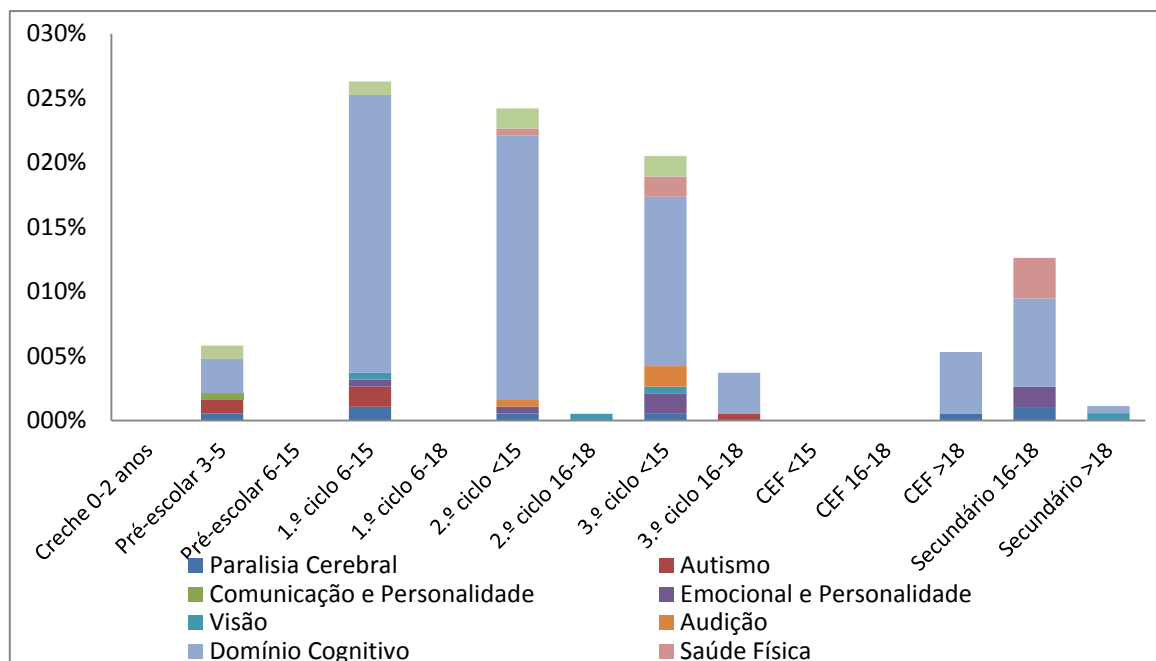
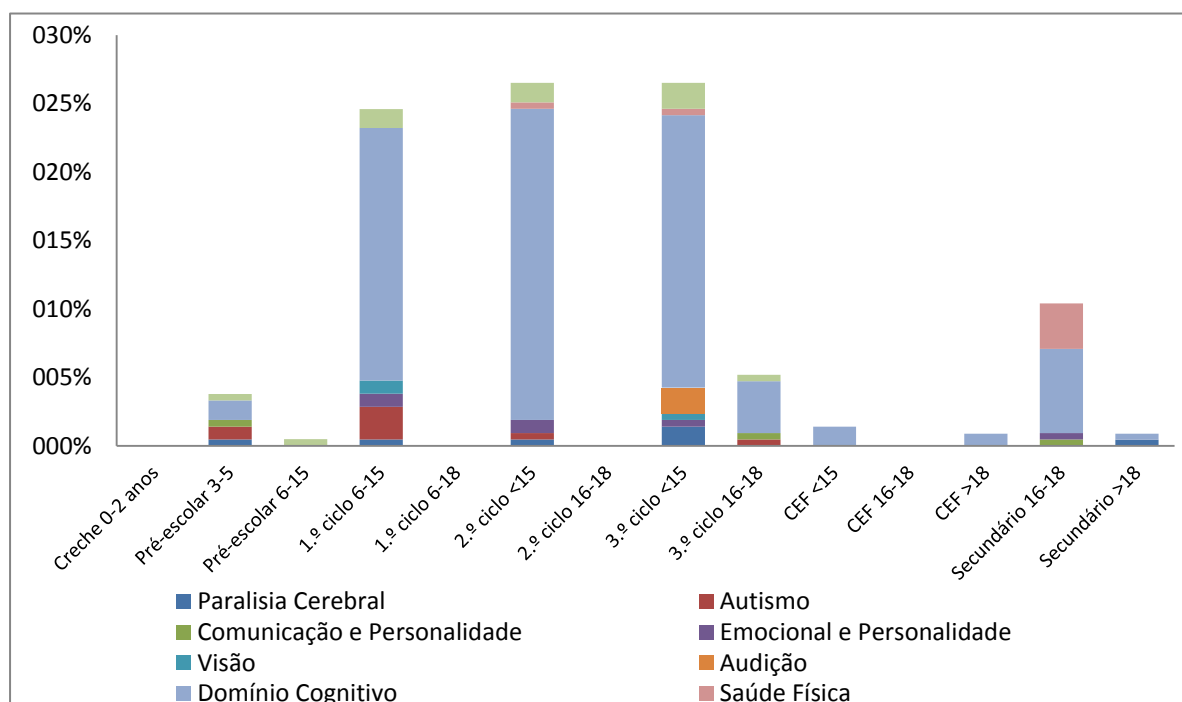


Figura 34 - Caracterização dos alunos NEE por tipo de deficiência e nível de ensino – ano letivo 2010/2011
Fonte: Questionários preenchidos pelos estabelecimentos de ensino do concelho



As mesmas constatações podem ser extrapoladas para a análise da informação relativa ao ano letivo 2010/2011. De relevar ainda o ligeiro acréscimo de alunos diagnosticados com necessidades educativas especiais ao nível do 3.º ciclo do ensino básico – 29,5%.

Figura 35 - Caracterização dos alunos NEE por tipo de deficiência e nível de ensino – ano letivo 2011/2012
Fonte: Questionários preenchidos pelos estabelecimentos de ensino do concelho

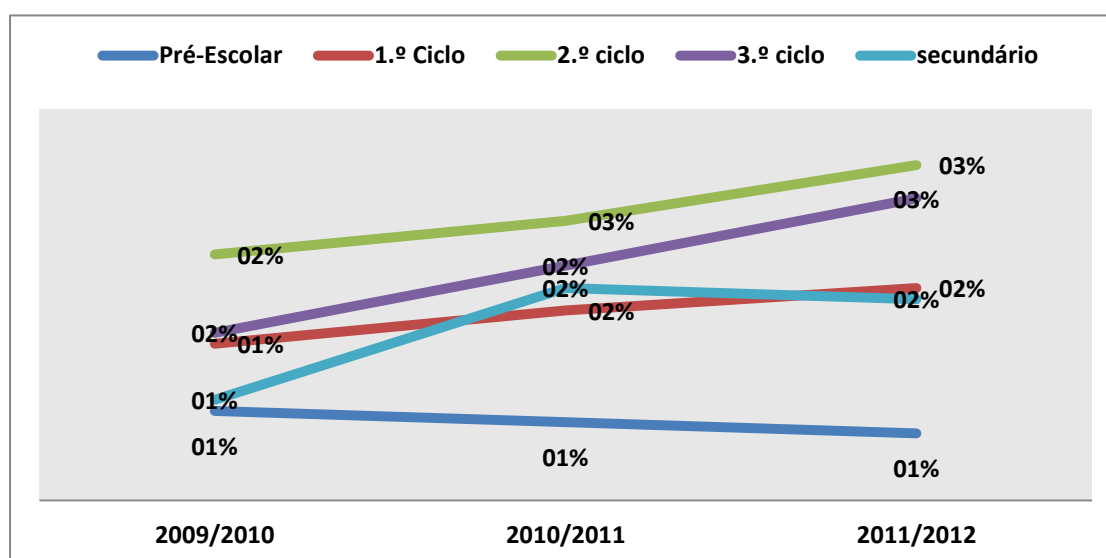


No que se refere ao ano letivo 2011/2012, há já a registar a existência de algumas variações. Assim, o 3.º ciclo do ensino básico, refletindo já a tendência revelada pela análise dos dados relativos ao ano letivo anterior, passa a integrar manifestamente o maior número de alunos com necessidades educativas especiais, observando-se, em contraposição, um ligeiro decréscimo no que se refere ao peso assumido pelo 1.º ciclo.

No sentido de se aferir qual a proporção de alunos com necessidades educativas especiais integrados no sistema regular de ensino, relaciona-se o n.º total de alunos afetos àqueles níveis de ensino e o n.º total de alunos diagnosticados com necessidades educativas especiais. O gráfico a seguir apresentado permite realizar uma análise evolutiva destes dados, integrando os três anos letivos anteriormente considerados.

Figura 36 - Evolução da percentagem de alunos com necessidades educativas especiais por nível de ensino

Fonte: Questionários preenchidos pelos estabelecimentos de ensino do concelho



Numa análise por ciclo e nível de ensino, verifica-se que há uma maior preponderância de alunos com necessidades educativas especiais a frequentar o 2.º e 3.º ciclos, constatação esta que é extensiva aos três anos letivos em análise.

Por outro lado, e partindo desses resultados, verifica-se que existe alguma inconsistência, quanto aos resultados apurados, quando se recua para os níveis mais básicos de escolaridade: pré-escolar e 1.º ciclo. A explicação para o facto de, nestes níveis de ensino, a percentagem de alunos com necessidades educativas especiais ser menor poderá estar relacionada, por um lado, com a dificuldade revelada pelas instituições e técnicos em diagnosticarem, sinalizarem e identificarem estes casos logo desde a primeira etapa do desenvolvimento destas crianças e, por outro, com a resistência manifesta pelas famílias em aceitarem e reconhecerem a presença destas necessidades especiais.

No entanto, é cada vez mais reconhecida a importância que um correto e precoce diagnóstico destas necessidades pode ter para o crescimento e desenvolvimento destas crianças. No decreto-lei n.º 3/2008 de 17 de janeiro, alterado pela redação conferida pelo decreto-lei n.º 281/2009 de 6 de outubro, é expressa essa preocupação ao afirmar que *“quanto mais precocemente forem acionadas as intervenções e as políticas que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas, mais capazes se tornam as pessoas de participar autonomamente na vida social e mais longe se pode ir na correção das limitações funcionais de origem”*

A importância de se intervir ao nível da educação especial sai também reforçada ao se aceder às principais conclusões retiradas do estudo desenvolvido pelo Conselho Local de Ação social do concelho de Santo Tirso (CLAS), no período compreendido entre os anos de 2009 e 2011. Envolvendo uma diversidade de entidades e parceiros sociais locais, este estudo permitiu a sinalização de 477 situações de deficiência no concelho, com a ressalva de que não foram aqui contemplados indivíduos com um grau de deficiência que lhes permitisse realizar uma vida plena de autonomia sem recurso a apoio institucional ou ajuda técnica. Tendo este pressuposto subjacente, e considerando as idades abrangidas pela escolaridade obrigatória, 88 % destes indivíduos encontram-se integrados no sistema de ensino regular, frequentando desde a creche até ao ensino secundário.

Uma das grandes lacunas comumente observadas ao nível do tratamento dado a estas questões está relacionada com a necessidade de precocemente dever ser realizado um diagnóstico destas necessidades que permita uma intervenção logo desde a primeira infância. A promulgação do Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de outubro vem, de alguma forma, contribuir para a superação desta dificuldade ao instituir a criação de um sistema nacional de intervenção precoce na infância (SNIPI).

Espera-se, assim, que este novo sistema venha permitir identificar situações até aqui desconhecidas, quer pelo facto das famílias não sinalizarem as entidades de apoio social, quer por questões de confidencialidade mantida pelos respetivos estabelecimentos de saúde.

É necessário que a educação especial passe a prever a referenciação das crianças e jovens que eventualmente dela necessitem, devendo ocorrer o mais precocemente possível, de forma a permitir a deteção dos fatores de risco associados às limitações ou incapacidades (decreto-lei n.º 3/2008), sendo necessário, para uma maior eficácia, uma reflexão integrada e uma estratégia municipal articulada. O próprio decreto-lei n.º 3/2008 remete para esta questão ao mencionar que escolas ou agrupamentos de escolas deverem, isolada ou conjuntamente, desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, centros de recursos especializados, ou outras (artigo 30.º do cap. VI).

2.2.4. Oferta Formativa

Durante o processo de diagnóstico e até mesmo durante a auscultação dos diferentes agentes educativos, a oferta formativa existente no concelho constitui motivo de forte preocupação, no que ao seu futuro diz respeito. De facto, trata-se dum concelho que, ao longo de muitos anos, dedicou uma grande parte da sua atividade económica ao sector secundário, havendo agora – sobretudo em resultado da atual conjuntura e do aumento exponencial do desemprego observado no concelho – a necessidade de definir o sentido da formação a prestar, não apenas aos novos ativos, mas também a uma boa fatia da população desempregada que se caracteriza por uma baixa qualificação escolar e profissional e que, por isso mesmo, se vê incapaz de alcançar novos horizontes profissionais e de responder aos desafios que o quotidiano lhes coloca.

Com efeito, disponibiliza-se, de seguida, uma tabela onde se pode observar, de uma forma global, a oferta formativa do concelho no ano letivo 2012/13, acrescida já da oferta concertada para o ano 2013/14, ainda em candidatura. A informação apresentada reúne as redes pública, privada e cooperativa.

A informação constante na tabela abaixo encontra-se dividida em quatro prioridades, a terceira das quais emerge da concertação efectuada para o ano letivo 2013/14. Com efeito, verifica-se que, apesar dos cursos terem mudado, mantém-se em 4 o número de ofertas existentes de maior prioridade no ano letivo que se avizinha, com uma clara aposta no comércio, indo ao encontro da crescente importância que o setor terciário tem vindo a assumir no concelho de Santo Tirso.

Já no que toca aos cursos cuja oferta se situa no segundo patamar de prioridade, observa-se uma redução de 50% do número de cursos previstos para 2013/14, em relação ao ano letivo anterior. Do mesmo modo, é possível apurar-se uma alteração das áreas do conhecimento de cada um dos 7 novos cursos, com exceção da restauração, cujos conteúdos programáticos passaram a incluir restaurante e bar.

Para o próximo ano letivo foi criada uma nova prioridade – prioridade 3 – que nos remete para a retração da oferta, isto é, para um grupo de cursos de formação cuja oferta deverá, tendencialmente, desaparecer.

Por último, denota-se um aumento do número de cursos a eliminar, facto que remete para a necessidade da concertação existente ser aprimorada e sustentada quer nas necessidades do tecido empresarial, quer na realidade social do concelho, quer, ainda, em potenciais estudos de mercado ou de diagnóstico efetuados pelas entidades competentes. A título ilustrativo, parece importante referir os cursos de turismo, cuja inclusão no conjunto de cursos a eliminar não deixa de causar alguma estranheza, dado que esta é uma área de aposta consensual, não apenas no município, mas até mesmo no país.

Tabela 19 - Oferta formativa no concelho de Santo Tirso, nos anos letivos 2012/13 e 2013/14

Prioridade da aposta formativa	Curso	N.º de cursos	
		2012/13	2013/14
1 (Potencial crescimento)* 2012/13 – 4 cursos 2013/14 – 4 cursos	Técnico de Gestão	1	
	Técnico de Receção	1	
	Técnico de Eletrotecnia	1	
	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	1	
	Técnico de Comércio 3		3
	Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica		1
2 (Manutenção da oferta)** 2012/13 – 14 cursos 2013/14 – 7 cursos	Técnico de Audiovisuais	1	
	Técnico de Comércio	1	
	Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1	
	Técnico de Design	1	
	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	1	
	Técnico de Produção Agrária	1	
	Técnico de Restauração	2	
	Técnico de Secretariado	2	
	Técnico de Turismo	1	
	Técnico de Turismo Ambiental e Rural	1	
	Técnico de Gestão Ambiental	1	
	Técnico de Viticultura e Enologia	1	
	Técnico de Manutenção Industrial/Eletromecânica	1	
	Técnico de Restauração, Restaurante e Bar		3
	Técnico de Eletrotecnia		1
	Técnico de Serviços Jurídicos		1
3 (Retração da oferta)*** 2013/14 – 5 cursos	Técnico de Animação Sociocultural		1
	Técnico de Design – Design de Interiores/Exteriores		1
	Técnico de Gestão		1
	Técnico de Apoio Psicossocial		1
	Técnico de Secretariado		1
4 (Oferta a eliminar)**** 2012/13 – 7 cursos 2013/14 – 10 cursos	Técnico de Análise Laboratorial	2	
	Técnico de Gestão e Programação de Equipamentos Informáticos	1	
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	2	3
	Técnico de Informática de Gestão	1	
	Técnico de Multimédia	1	1

	Técnico Auxiliar de Saúde		1
	Técnico de Turismo		1
	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva		1
	Técnico de Termalismo		1
	Técnico de Audiovisuais		1
	Técnico de Comunicação/Marketing/ Relações Públicas e Publicidade		1

* Cursos com Potencial de Crescimento. Nesta prioridade integram-se os cursos relativamente aos quais a estrutura da oferta e as dinâmicas do mercado de trabalho recomendam que se considere a possibilidade de incremento da oferta atualmente existente ou a constituição de nova oferta, caso ela não exista no território em causa.

** Cursos de Manutenção de Oferta. Nesta prioridade integram-se os cursos relativamente aos quais a estrutura da oferta e as dinâmicas do mercado de trabalho recomendam que se privilegie a manutenção do atual volume de oferta ou a sua não constituição, nos casos em que não exista. Integram-se ainda nesta prioridade, devidamente identificados, os cursos em relação aos quais os dados disponíveis não permitem concluir com segurança acerca do respetivo nível de prioridade.

*** Cursos de Retração de Oferta. Nesta prioridade integram-se os cursos relativamente aos quais a estrutura da oferta e as dinâmicas do mercado de trabalho recomendam que se considere a possibilidade promover alguma redução da oferta, caso exista, reorientando-a para cursos com um nível superior de prioridade.

**** Cursos de Oferta a Eliminar. Nesta prioridade integram-se os cursos relativamente aos quais a estrutura da oferta e as dinâmicas do mercado de trabalho recomendam que se considere a possibilidade eliminar a oferta, reorientando-a para cursos com um nível superior de prioridade.

Para além da oferta visível na tabela anterior, importa ainda destacar a especificidade da Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, que tem previsto para 2013/14 um curso de “Técnico de produção agrícola” e um curso de “Técnico de turismo ambiental e rural”, bem como a da Escola Profissional Artística do Vale do Ave, que prevê a realização do curso de “Instrumentalista de cordas e de teclas”.

2.2.5. Ação social escolar

2.2.5.1. Refeições escolares

A alimentação é um fator de importância fulcral no desenvolvimento da criança e a Câmara Municipal de Santo Tirso não poderia demitir-se da sua responsabilidade educativa. Neste sentido, trilhou-se um longo e árduo caminho mas que, hoje, permite a esta autarquia afirmar, orgulhosamente, que assegura refeições escolares à totalidade dos alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, garantindo, assim, a estes níveis de ensino, uma taxa de cobertura de 100%.

Neste enalço, tem sido fundamental o envolvimento e empenho revelado pelas associações de pais e encarregados de educação. Não obstante, a Câmara Municipal tem vindo a procurar reforçar e estreitar esta relação de parceria, sempre com a preocupação de contribuir para a melhoria das condições socioeducativas proporcionadas aos seus educandos. A este nível, assinala-se o estabelecimento de protocolos com as Associações de Pais, que vêm possibilitar uma gestão mais próxima e direta dos refeitórios escolares.

No ano letivo 2012/2013, são 25 as Associações de Pais que, voluntariamente, se disponibilizaram para gerir os refeitórios. Há ainda uma junta de freguesia a assumir também esta responsabilidade. Por outro lado, para conseguir fazer às necessidades emergentes verificadas ao nível do fornecimento de refeições escolares, a Câmara tem também recorrido à contratação de serviços de uma empresa externa devidamente certificada, atualmente responsável pela gestão concessionada de 14 refeitórios escolares.

2.2.5.2. Subsídio para livros, material escolar e alimentação

A Câmara Municipal de Santo Tirso, consciente de que, para promover uma efetiva igualdade de oportunidades, é necessário também assegurar a implementação de apoios sociais que ajudem a suprir as crescentes dificuldades vividas por muitas famílias, resultantes da atual conjuntura de crise económica e social, tem vindo a reforçar as suas competências no âmbito da ação social escolar.

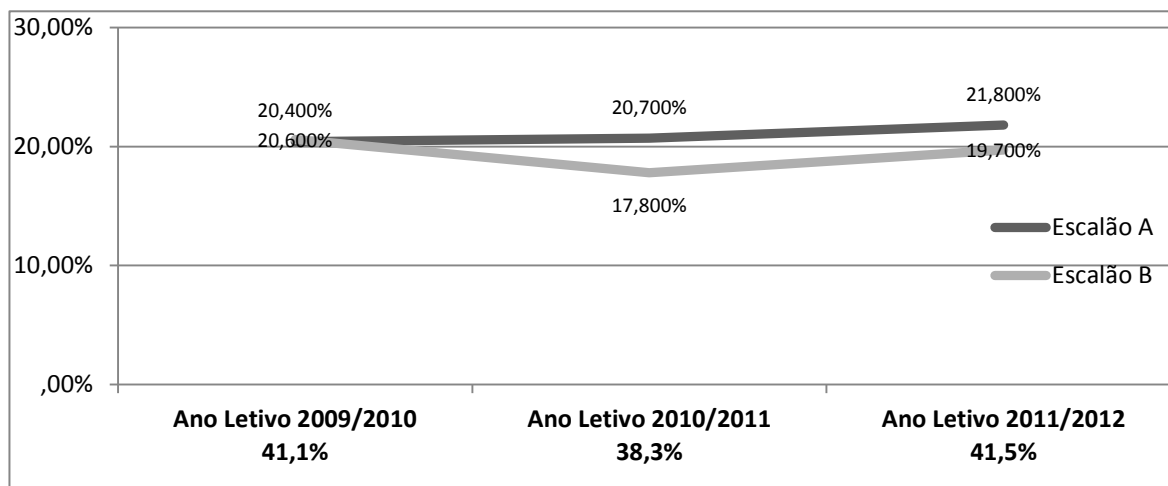
O investimento concretizado em refeições escolares evidencia, assim, a forte intervenção municipal ao nível da ação social escolar. Referindo-nos ao ano letivo 2011/2012, assinala-se o facto de cerca de 39,3% do montante aplicado em refeições escolares ter sido canalizado para assegurar as refeições dos alunos mais carenciados a frequentar a educação pré-escolar e 1.º ciclo. Assim, nesse ano, é de registar a concretização de um investimento em refeições escolares de 724.242,39€, envolvendo um total de 3369 alunos.

Por sua vez, o investimento concretizado para fazer face aos encargos inerentes à aquisição de manuais e material escolar destinado aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico mais carenciados é também merecedor de referência. Assim, abrangendo um total de 1198 alunos, a Câmara assumiu uma comparticipação no valor de 45.050,00€.

Analisando a percentagem de alunos subsidiados face ao universo de alunos afetos a estes dois níveis de ensino, verifica-se que, no ano letivo 2011/2012, houve um acréscimo de apoios concedidos ao nível da alimentação, livros e material escolar, abrangendo 48,8% do número total de alunos do pré-escolar e 1.º ciclo.

Figura 37 - Evolução da percentagem de alunos abrangidos pela ação social escolar afetos à educação pré-escolar

Fonte: Dados da DE referentes à atribuição de subsídios para alimentação, livros e material escolar - anos letivos 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012

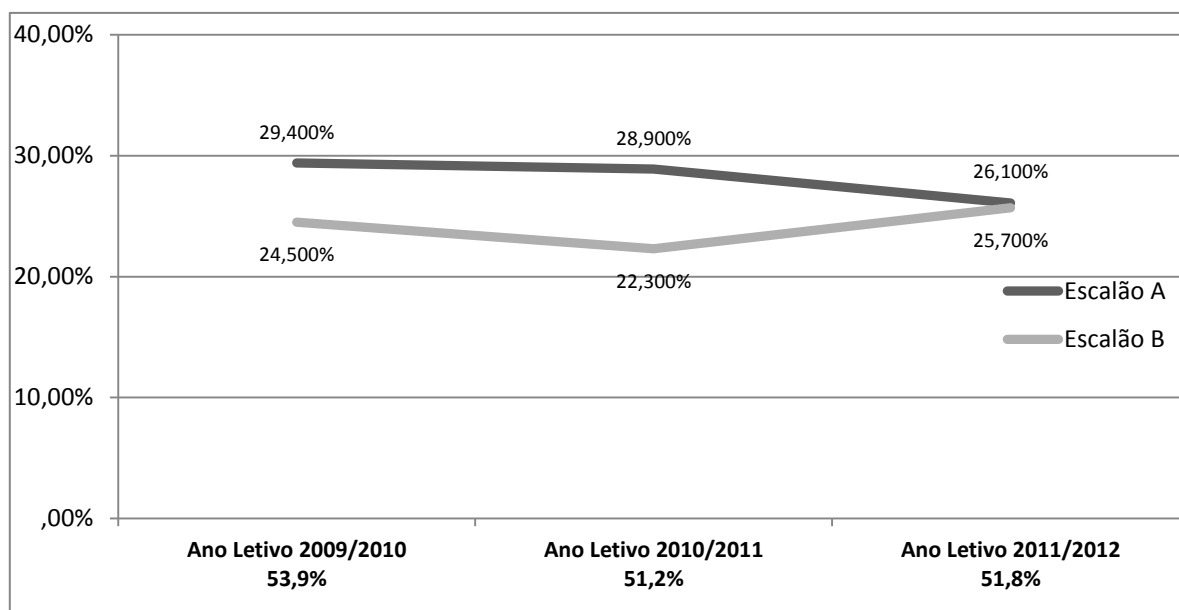


Em termos da distribuição dos alunos subsidiados, por escalão de posicionamento dos auxílios económicos (A e B), ressalva-se a existência de uma situação contrária à tendência geral de aumento e que diz respeito ao número de alunos do 1.º ciclo posicionados no escalão A.

Esta diminuição pode ser explicada pela atualização dos escalões em termos de abono de família, que resultou na diminuição do n.º de famílias posicionadas no escalão 1 (equivalente ao escalão A), que se viram, na sua maioria, direcionadas para o escalão 2 (B).

Figura 38 - Evolução da percentagem de alunos abrangidos pela ação social escolar afetos ao 1.º ciclo

Fonte: Dados da DE referentes à atribuição de subsídios para alimentação, livros e material escolar - anos letivos 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012



Refira-se que, neste documento, não se fará ainda referência aos dados relativos aos 2.º/3.º ciclos e ensino secundários, em resultado de ainda subsistirem situações contraditórias e/ou de falta de informação.

2.2.5.3. Subsídio de transporte escolar

A organização, funcionamento e financiamento dos transportes escolares constituem uma competência das autarquias, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro. Esta transferência de competências foi concretizada atendendo à conjuntura então vigente que, ao nível da escolaridade obrigatória, previa ainda os seis anos de ensino. Nesse sentido, os termos dessa transferência foram condizentes a seis anos de transporte escolar gratuito e a seis de transporte escolar participado a cinquenta por cento.

Em 1986 - com a Lei de Bases do Sistema Educativo (ver também o Despacho n.º 58/ME/90, de 05 de Abril de 1990) e com o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória vertido no Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro - procedeu-se ao alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos e, consequentemente, aumentaram os custos dos Municípios com esta competência.

Apesar desta situação, a Câmara Municipal de Santo Tirso tem continuado a apoiar e a garantir o transporte a todos os alunos residentes no Concelho de Santo Tirso, a frequentar o Ensino Básico, Secundário e Profissional, de acordo com o n.º 1 do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro. Assim, e pese embora essa legislação determinar ser da competência das autarquias a concessão de apoio no transporte aos alunos que residam a mais de 3Km ou 4Km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório, a Câmara Municipal de Santo Tirso entendeu generalizar a condição de residirem a uma distância de 3Km para todos os alunos pretendendo, com essa medida, contribuir para a criação de melhores condições de acesso ao ensino.

Desde que o aluno esteja nas condições gerais definidas no regulamento dos transportes escolares, este é um direito universal que não depende do rendimento do agregado familiar. Assim, o serviço de transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico e participado em 50% para os alunos do ensino secundário.

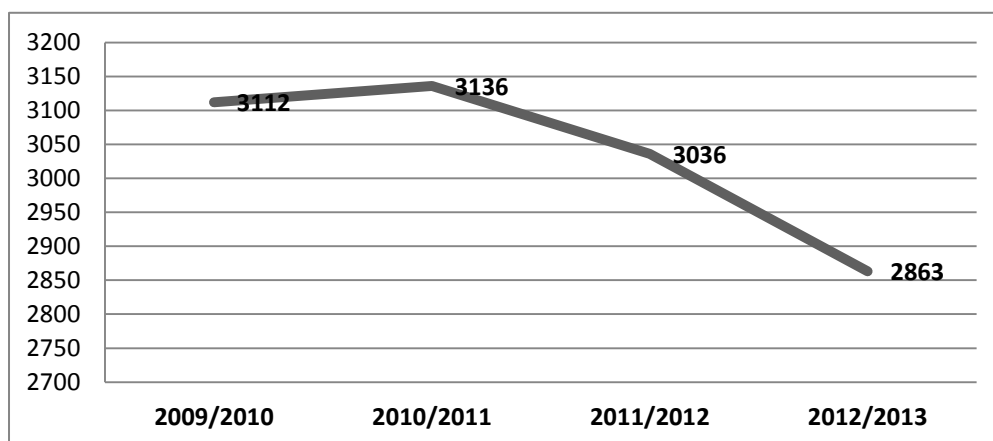
Os percursos são assegurados por carreiras públicas, autocarros privados da edilidade e, em situações particulares, por autocarros alugados e táxis.

No ano letivo 2012/2013, e não obstante esta informação assentar em dados previsionais, pode-se referir que, em média, cada aluno custa cerca de 309€/ano, participando a Autarquia a totalidade do valor aos alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e 50% aos alunos do secundário.

A análise evolutiva do n.º de alunos transportados revela a existência de uma tendência decrescente que vem, assim, refletir a diminuição verificada nos últimos anos ao nível da população estudantil concelhia.

Figura 39 - Evolução do n.º de alunos transportados por ano letivo

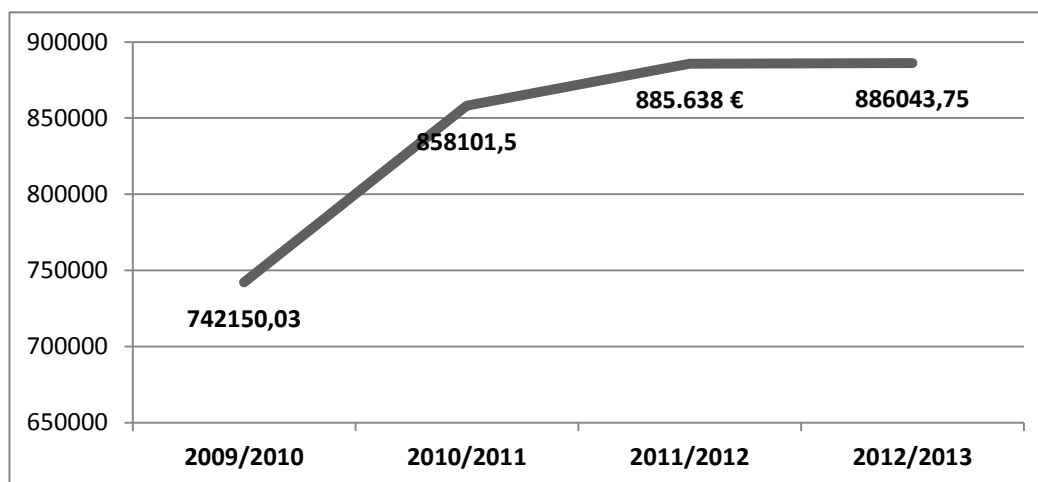
Fonte: Planos de transporte relativos aos anos refletidos no gráfico



Embora o gráfico anterior reflita a diminuição de alunos transportados, o investimento da Câmara tem vindo a aumentar, facto que se deve, possivelmente, ao continuado acréscimo do valor dos passes escolares.

Figura 40 - Evolução do investimento em transportes escolares por ano letivo

Fonte: Planos de transporte relativos aos anos refletidos no gráfico



2.2.5.4. Atividades de apoio à família

A evolução do quadro social e familiar tem feito ressurgir novas necessidades no que concerne aos tempos de permanência dos mais jovens na escola. Assim, se por um lado, exige um repensar da forma de estruturar os tempos passados na escola, por outro lado, demanda que esse acréscimo de horas seja ocupado com

atividades enriquecedoras e pedagogicamente relevantes, favorecedoras de um desenvolvimento integral das crianças.

Este foi o quadro que legitimou o aparecimento de respostas adequadas a estas necessidades. É assim estabelecido o regime de funcionamento de serviços complementares de apoio às famílias, dirigidos a alunos da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, e que permitiram operacionalizar este conceito da “escola a tempo inteiro”: o prolongamento de horário e as atividades de enriquecimento curricular.

A Câmara Municipal, evidenciando o seu comprometimento em investir num serviço educativo de qualidade, promotor de aprendizagens múltiplas e gerador de uma escolaridade efetivamente inclusiva e integradora, assegura assim o funcionamento destes serviços de apoio às famílias.

2.2.5.4.1. Prolongamento de horário

Estas atividades, ao apresentarem uma componente de apoio à família, permitem responder às suas necessidades, cumprindo assim uma dupla necessidade: educativa e social. O complemento de horário, destinado a crianças afetas à educação pré-escolar, vem permitir assegurar o acompanhamento/apoio adequados, durante os seguintes períodos: acolhimento de manhã e prolongamento de horário, após o termos das atividades letivas.

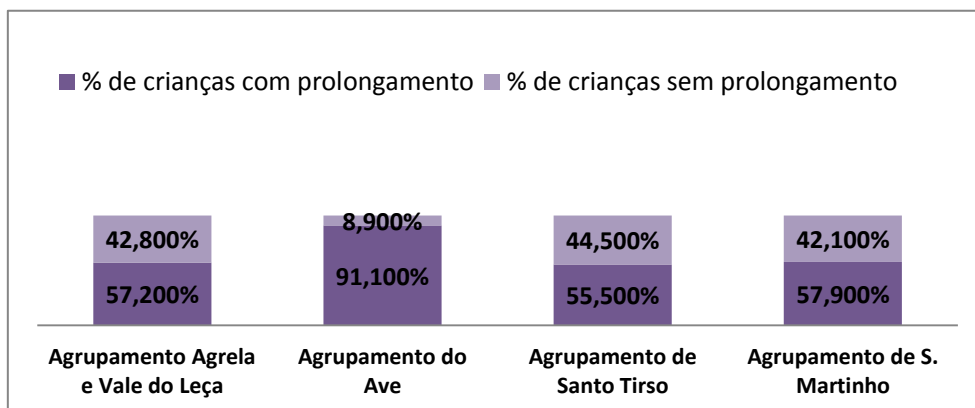
No que se refere ao ano letivo 2012/2013, e abrangendo um total de aproximadamente 894 crianças do ensino pré-escolar, a Câmara Municipal de Santo Tirso encontra-se a assegurar o prolongamento de horário em 30 jardins-de-infância do concelho, recorrendo para o efeito à colocação de 36 técnicas de animação sociocultural.

Considerando, assim, um total de 47 salas destinadas à educação pré-escolar, 44 encontram-se a funcionar com prolongamento de horário, correspondendo a uma taxa de cobertura de 94%, com especial relevo para o agrupamento de escolas do Ave onde, em termos do número de salas com prolongamento, se assinala a existência de uma cobertura de 100%.

Também no que se refere ao número de alunos a frequentar o complemento de horário, assume papel de destaque o agrupamento de escolas do Ave, onde 91,1% do total de alunos afetos à educação pré-escolar frequentam essa componente de apoio.

Figura 41 - % de crianças a frequentar o prolongamento de horário por agrupamento

Fonte: Dados extraídos do acordo de cooperação do pré-escolar



2.2.5.4.2. Atividades de enriquecimento curricular (AEC)

O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular foi criado com o objetivo de assegurar uma escola a tempo inteiro aos alunos do 1.º ciclo, surgindo após a experiência obtida no ano lectivo de 2005/2006 com o lançamento do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 3.º e 4.º anos de escolaridade.

Reconhecendo a importância da continuidade deste projeto, a Câmara Municipal de Santo Tirso renovou, para o ano letivo 2012/2013, as suas atribuições enquanto entidade promotora do programa das atividades de enriquecimento curricular. A operacionalização deste programa, ao possibilitar o acesso a todos os alunos do 1.º ciclo, e de forma gratuita, a um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, vem contribuir para a formação de cidadãos de pleno direito, numa sociedade que se pretende sem exclusões, onde todos possam beneficiar das mesmas oportunidades de formação.

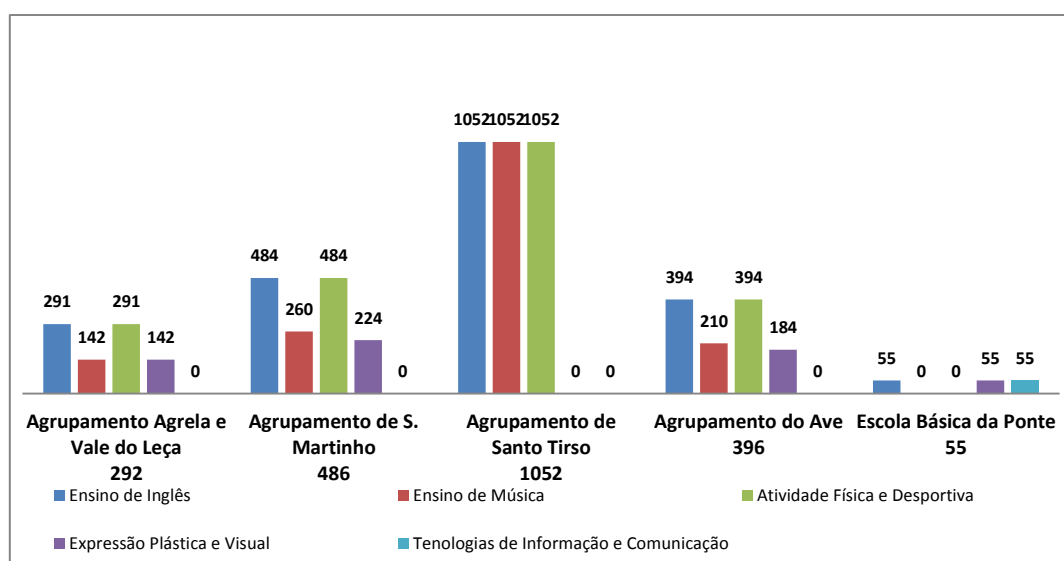
Se por um lado, enquanto Município Educador, há uma preocupação em investir na oferta de oportunidades idênticas de aprendizagem, por outro lado há também a consciência de que a escola deverá refletir as novas necessidades das famílias impostas pela organização social contemporânea, através de um ajustamento dos tempos de permanência na escola. Para a consecução destes dois objetivos, o programa das atividades de enriquecimento curricular assume-se preponderante, pois possibilita às escolas disporem de oferta de atividades de complemento e enriquecimento educativo, ocupação de tempos livres e apoio social.

Em respeito pelas normas instituídas pelo diploma que regula o funcionamento deste programa – Despacho n.º 14460/2008, de 26 de maio, alterado pelo Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho -, e à semelhança dos anos letivos anteriores, a Câmara Municipal de Santo Tirso celebrou, para o ano letivo 2012/2013, acordos de

colaboração com os agrupamentos de escolas D' Agrela e Vale do Leça, Ave, Santo Tirso, S. Martinho e Escola Básica da Ponte.

No ano letivo 2012/13, envolvendo um total de 2281 alunos, o programa compreende as seguintes atividades: Ensino de Inglês; Ensino de Música; Atividade Física e Desportiva; Outras Expressões Artísticas (Artes Plásticas) e Outras atividades (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Figura 42 - Distribuição dos alunos por agrupamento e atividade - Fonte: Plataforma da gestão das atividades de enriquecimento curricular



Conclusões relevantes foram também as que emanaram do estudo desenvolvido pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto sob solicitação da Área Metropolitana do Porto, no decorrer do ano letivo 2011/2012. Neste, foi evidenciada pela equipa de investigadores, que a gestão das AEC, quando da responsabilidade das autarquias, é melhor avaliada em comparação com outros modelos gestionários.

O referido estudo ajudou-nos também a melhor avaliar o impacto social e a implementação das AEC na visão dos vários intervenientes: alunos, pais, professores e funcionários.

Assinala-se o facto de cerca de 40% dos pais inquiridos ter afirmado ser improvável os filhos frequentarem este tipo de ofertas se estas não estivessem disponíveis nas escolas, ou seja, se não tivessem um caráter gratuito.

Outros dos aspetos a merecer reflexão diz respeito à constatação de que a perceção da novidade diminui à medida que vamos avançando nos anos de escolaridade, decaindo em particular na transição do 3.º para o 4.º ano. Tal pode significar a necessidade de se apostar no desenvolvimento de outro tipo de atividades no 3.º e 4.º anos de escolaridade, como por exemplo, a dos “pequenos engenheiros”, experiência que, nos municípios em que foi já implementada, tem recebido uma muito boa aceitação.

2.2.6. Transportes e acessibilidades

As acessibilidades e os transportes do concelho afiguram-se como eixos estratégicos de extrema importância para as práticas espaciais de mobilidade e para o acesso a determinado tipo de bens e serviços, resultando daí a capacidade de inclusão e de inserção das populações num dado modelo societal e esferas de realização de projetos pessoais e familiares de vida. A importância de um equipamento – seja escolar, de apoio social, cultural, desportivo ou de outro âmbito – está diretamente relacionada com a sua disponibilidade face às comunidades locais, que potencialmente dele poderão usufruir nas suas devidas condições de acessibilidade. Considerando que Santo Tirso contempla zonas habitacionais mais ou menos isoladas e dispersas, algumas delas em meios tipicamente ruralizados, esta problemática torna-se ainda mais alarmante. No mesmo sentido, os problemas relacionados com as acessibilidades podem constituir-se como um entrave à prossecução dos objetivos de algumas pessoas, sobretudo se considerarmos a concentração da maior parte dos equipamentos e dos serviços na cidade de Santo Tirso.

Santo Tirso possui uma vasta rede de acessibilidade, que concedem aos seus munícipes o privilégio de facilmente se deslocarem dentro do próprio concelho ou entre as cidades de Porto e de Braga, através da autoestrada A3. Internamente, a área municipal é atravessada por cerca de 100 Km de estradas nacionais que permitem a ligação às sedes dos municípios mais próximos. À rede viária junta-se a linha ferroviária que une o Porto a Guimarães, que também se reveste de uma elevada importância no mapa municipal da mobilidade. A estação dos comboios é coadjuvada pela ponte que estabelece a ligação à estrada nacional 204 e que se constitui como o principal canal de ligação da área norte do concelho ao interface rodo-ferroviário. Esta configuração da rede de acessibilidades pode ser observada, de forma geral, na figura 43, que configura as principais vias estruturantes de Santo Tirso.

No que diz respeito aos transportes, Santo Tirso conta com um Centro Coordenador de Transportes, que funciona como plataforma de ordenamento das deslocações rodoviárias intra e extra concelho. As empresas que asseguram as carreiras para o Concelho e para a Região são auxiliadas por um serviço de transportes puramente urbano, efetuado pelos Transportes Urbanos de Santo Tirso (TUST), cuja trama rodoviária é balizada pelo perímetro urbano de Santo Tirso e foi recentemente reformulada, melhorando os acessos, percursos e horários disponíveis. Os percursos disponíveis podem ser observados na figura 44.

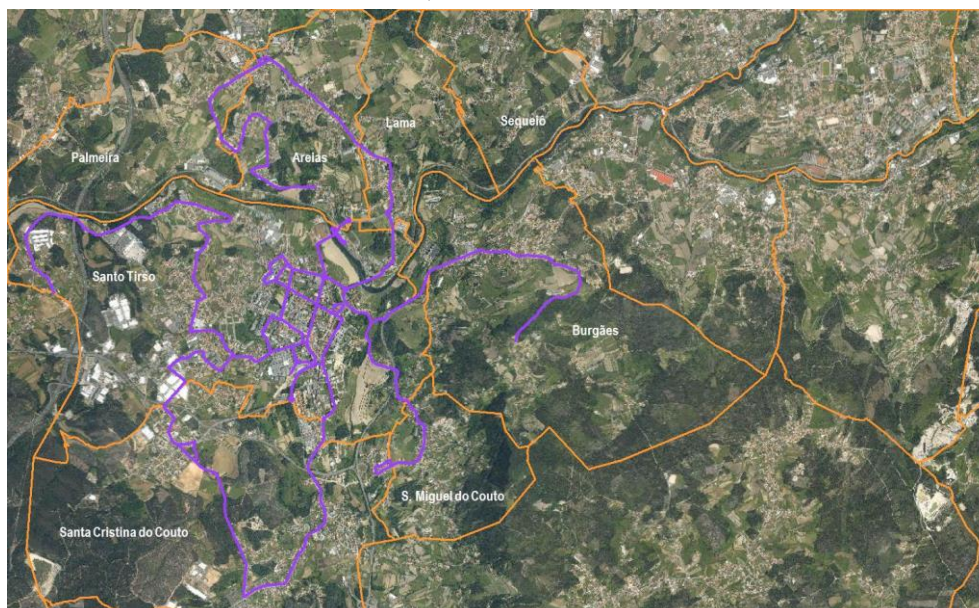
A rede dos TUST pode ainda ser observada na figura 45. No esquema apresentado vislumbra-se uma ligação de todas as carreiras à central de camionagem e percebe-se a passagem por pontos estratégicos do perímetro urbano, como por exemplo a zona industrial, o hospital, o centro de saúde, a estação de comboios, as Caldas, o parque escolar e, naturalmente, o centro da cidade.

Figura 43 - Vias rodoviárias e ferroviária do concelho de Santo Tirso

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, 2013.



Figura 44 - Enquadramento do percurso dos Transportes Urbanos de Santo Tirso no perímetro urbano do concelho
 Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Trânsito, 2013.

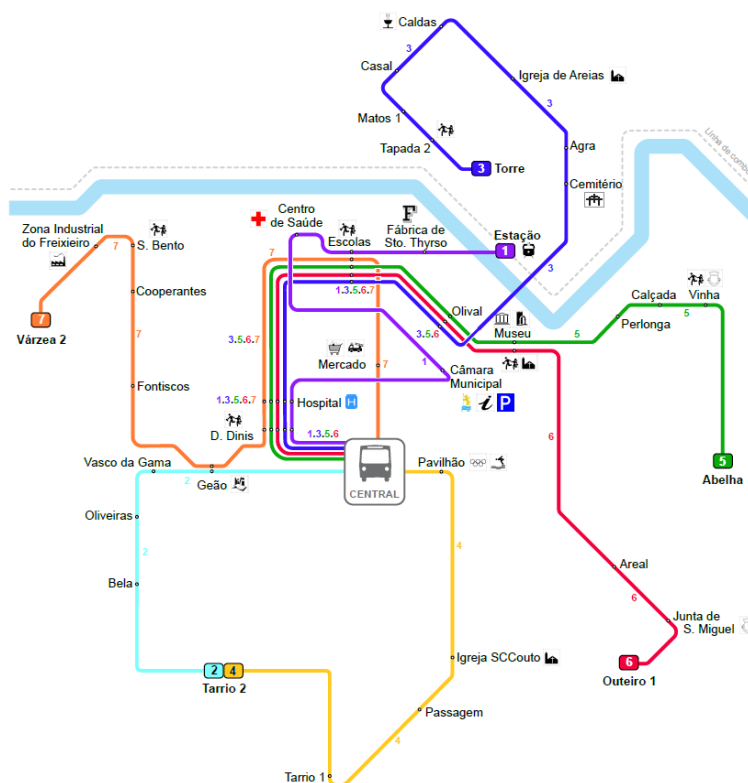


Legenda:

- Percurso dos Transportes Urbanos de Santo Tirso
- Limites das freguesias

Figura 45 - Rede dos Transportes Urbanos de Santo Tirso

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Trânsito, 2013.



Saliente-se a importância de uma planificação global facilitadora dos transportes, que possibilite uma ágil movimentação das pessoas dentro do concelho e para o seu exterior, sobretudo por parte das comunidades mais isoladas e que vivem em zonas de difícil acessibilidade. Vale ainda a pena mencionar a importância do acesso aos pólos universitários do Porto e do Minho, que podem ter um impacto no dinamismo e no desenvolvimento sustentado do concelho.

Analisada a importância de uma boa rede de transportes para a coesão social, é oportuno fazer-se referência ao plano de transportes da Câmara Municipal. Paralelamente, deve-se ter presente que em Santo Tirso a oferta educativa, em termos de estabelecimentos de ensino, vai diminuindo à medida que o nível de escolaridade vai aumentando, corroborando a necessidade de uma boa rede de transportes escolares, sustentada por uma igualmente boa rede de acessibilidades.

Recorde-se que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, as autarquias estão obrigadas a garantir o transporte aos alunos que residem a mais de 4 Km da escola quando esta tem refeitório e a menos de 3 Km, quando não tem. Não obstante, a Câmara Municipal de Santo Tirso tem feito um esforço ao longo dos anos para assegurar o transporte às crianças e jovens cujo percurso casa-escola-casa implique a passagem por estradas de perigo iminente ou com difíceis acessos ao edifício escolar. Esta é uma questão de extrema importância, na medida em que pode ajudar a diminuir o sentimento de medo dos pais em casos como os que acabamos de enunciar. Aliás, esse sentimento de medo pode até resultar em situações de abandono do sistema de ensino e de inserção antecipada no mercado de trabalho, fator que não devemos descuidar, sobretudo se considerarmos que quanto maior for o nível de escolaridade de um indivíduo menor é a sua propensão para cair nas malhas da exclusão social.

A tabela abaixo descreve alguns indicadores do plano de transportes da autarquia entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012, que tem vindo a ser efetuado, na sua quase totalidade, por carreiras públicas e, em número substancialmente mais reduzido, por veículos da própria Câmara Municipal. Esta observação é, na sua essência, produto do transporte que é concedido aos alunos a partir do 2.º ciclo do ensino básico, já que até este nível de ensino é predominantemente por via de veículos da autarquia que o mesmo é garantido (constitui exceção o ensino especial, em 2011/2012).

Pela interpretação da tabela, podem ainda salientar-se outros dados relevantes:

- i) o maior número de alunos transportados é sempre, e com uma grande diferença face aos demais, dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- ii) o número de estabelecimentos de ensino envolvidos sofreu um decréscimo em 2011/2012;

iii) os circuitos realizados têm vindo a diminuir ao longo dos três anos letivos em análise;

iv) observa-se um quebra do número de alunos transportados no ensino secundário, em 2010/2011, que pode ficar a dever-se à cessação de apoio a este nível aos alunos dos Cursos de Educação Formação e dos cursos profissionais.

Tabela 20 - Indicadores do plano de transportes escolares da Câmara Municipal de Santo Tirso, entre os anos letivos 2009/2010 e 2011/2012

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Educação, 2013.

Ano letivo	Tipo de transporte	Estabelecimentos de ensino	Circuitos	Veículos	Ensino especial		1.º Ciclo do Ensino Básico		2.º/3.º Ciclos do Ensino Básico		Ensino Secundário		Total	
					n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
2009/2010	Carreia pública	16	32	0	9	22,5	5	3,3	2144	100	775	100	2933	94,2
	Veículo privado	9	9	9	31	77,5	148	96,7	0	-	0	-	179	5,8
	Total	25	71	9	40	100	153	100	2144	100	775	100	3112	100
2010/2011	Carreia pública	17	55	0	7	17,9	0	-	2397	100	509	100	2913	92,9
	Veículo privado	10	11	6	32	82,1	191	100	0	-	0	-	223	7,1
	Total	27	66	6	39	100	191	100	2397	100	509	100	3136	100
2011/2012	Carreia pública	12	54	0	8	100	0	-	2295	100	570	100	2873	94,6
	Veículo privado	7	8	6	0	-	163	100	0	-	0	-	163	5,4
	Total	19	62	6	8	100	163	100	2295	100	570	100	3036	100

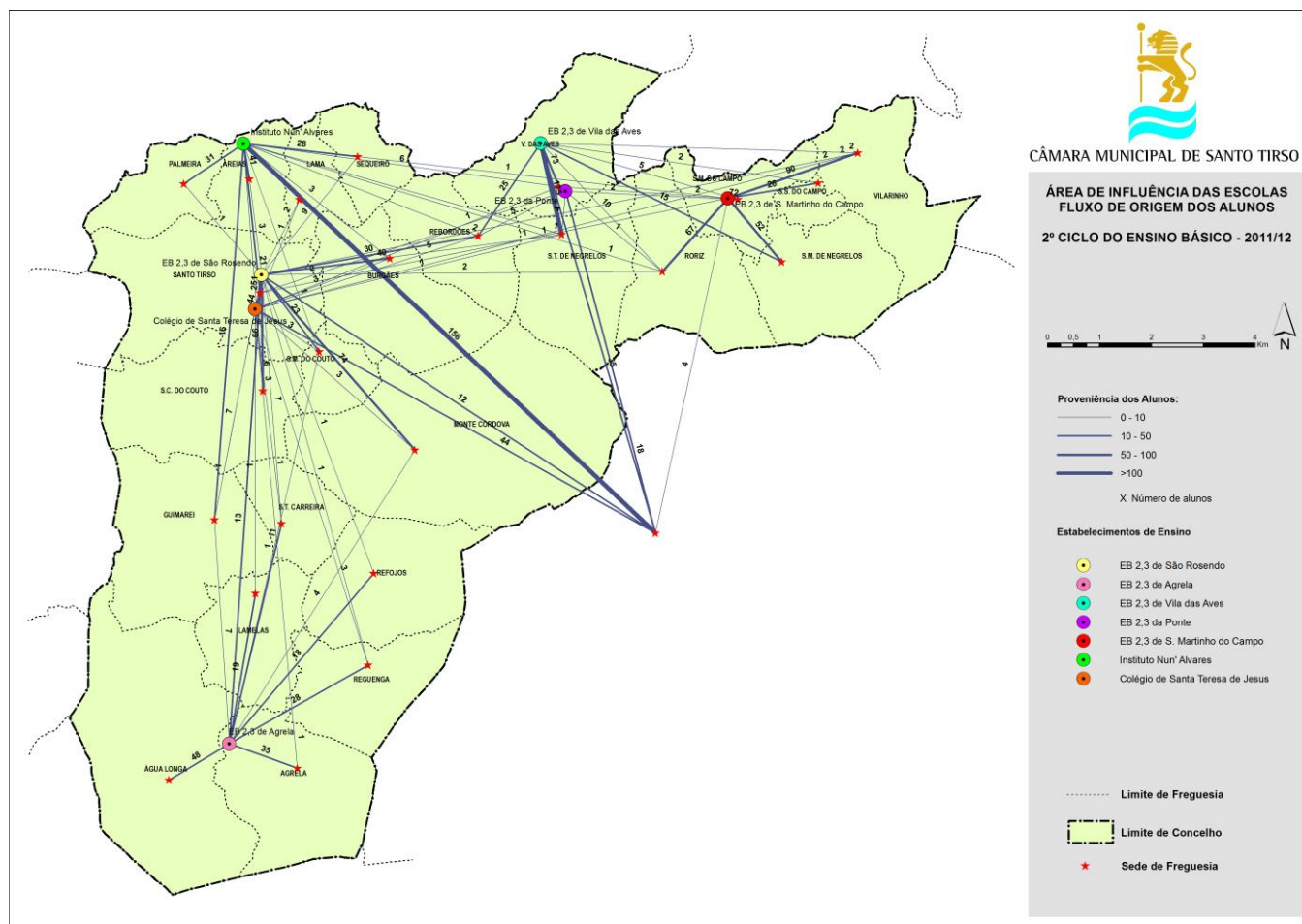
No sentido de se analisar qual a incidência das deslocações diárias realizadas pelos alunos em relação ao seu local de residência, tentou-se estabelecer os fluxos reveladores da sua proveniência em direção ao estabelecimento de ensino frequentado, de forma compreender a existência de eventuais perfis de frequência e de áreas de influência pedagógica por nível de ensino ministrado.

Optou-se por não se englobar a educação pré-escolar e primeiro ciclo, uma vez que nestes casos o nível de cobertura geográfica é total, abrangendo todas as freguesias do concelho. Como tal, consideramos que a área de influência é muito reduzida, pelo que estes estabelecimentos de ensino recebem essencialmente alunos provenientes da respetiva freguesia.

Avançando então para o 2.º ciclo do ensino básico, verifica-se a existência de movimentos reveladores de áreas de influência mais alargada, com maior incidência juntos dos maiores aglomerados populacionais, como é o caso de Santo Tirso e Vila das Aves. Tal facto poderá estar relacionado com os movimentos pendulares realizados pelos familiares (casa/trabalho e vice versa).

Sobressai ainda a existência de um número significativo de alunos a frequentar o Instituto Nun'Alvres proveniente de outros concelhos, situação extensível a outras escolas, embora com uma menor incidência.

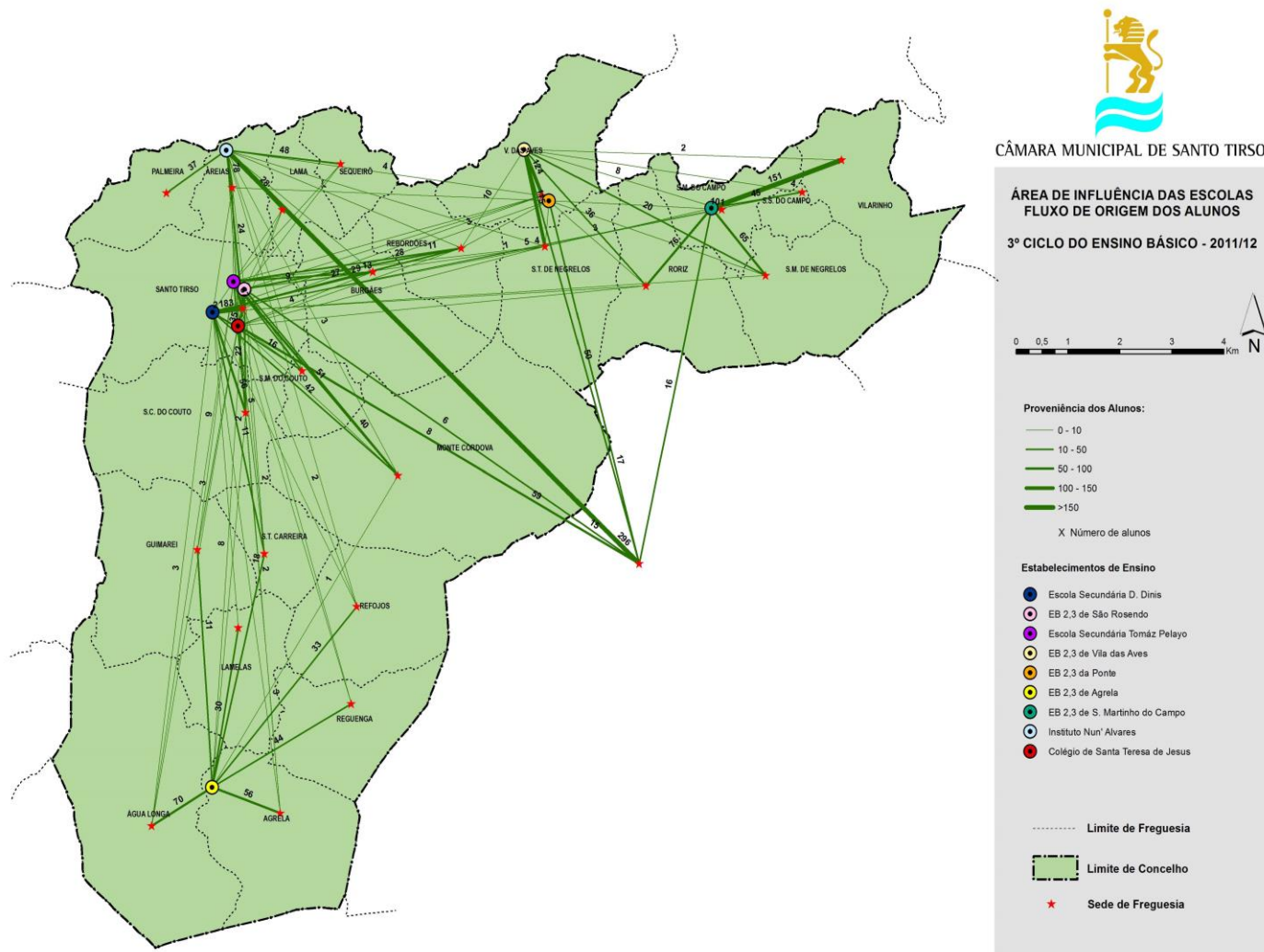
Figura 46 - Fluxos de origem dos alunos para as escolas do 2.º ciclo localizadas no concelho de Santo Tirso



Leitura similar é obtida quando se analisam os fluxos de origem dos alunos a frequentar o 3.º ciclo, verificando-se neste caso a inclusão de mais duas escolas em relação ao ciclo de ensino precedente: Escola Secundária D. Dinis e Escola Secundária Tomaz Pelayo. Estas juntam-se assim ao Instituto Nun' Alvres, compondo as áreas de influência de maior amplitude.

Não obstante, o primado em relação a movimentos extra concelho continua a pertencer ao Instituto Nun'Alvres, há ainda que não descurar o facto de, embora com menor incidência, outras escolas receberem alunos oriundos de outros concelhos limítrofes, fruto da sua localização junto à fronteira com outros municípios, como é o caso de Paços de Ferreira e Vizela.

Figura 47 - Fluxos de origem dos alunos para as escolas do 3.º ciclo localizadas no concelho de Santo Tirso

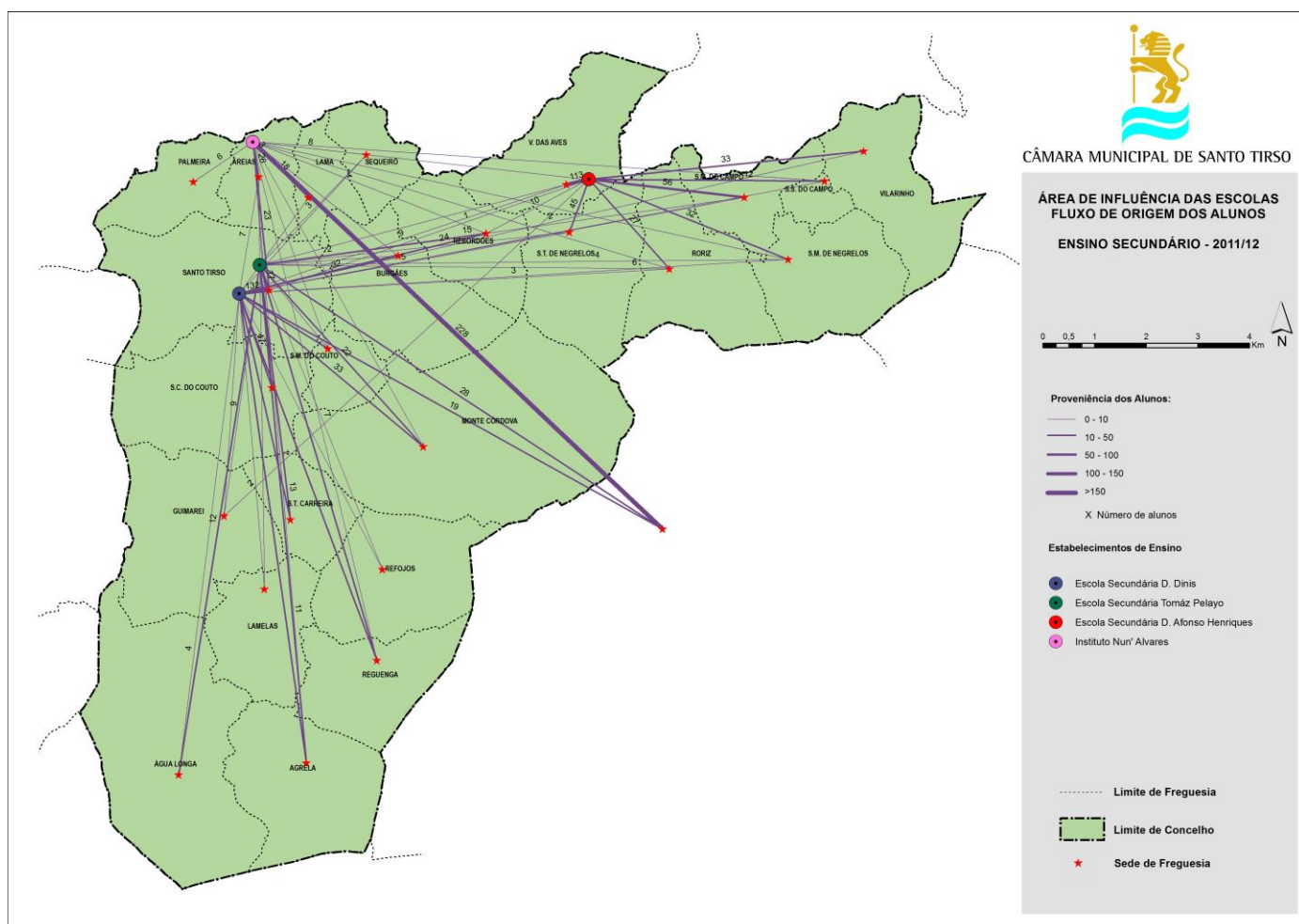


No que se refere ao ensino secundário, as áreas de influência destes estabelecimentos adquirem outros contornos, embora subsista a preeminência do Instituto Nun' Alvares no que concerne a ser a escola com um maior número de alunos provenientes de outros concelhos.

Ao analisar a figura abaixo, constata-se ainda que a escola secundária D. Afonso Henriques é aquela que surge com uma área de influência mais restrita, sendo também a mais distante do centro urbano.

É igualmente notório o sentido dos fluxos realizados, evidenciando-se a existência de movimentos em todas as freguesias em direção às escolas localizadas no perímetro urbano.

Figura 48 - Fluxos de origem dos alunos para as escolas secundárias localizadas no concelho de Santo Tirso



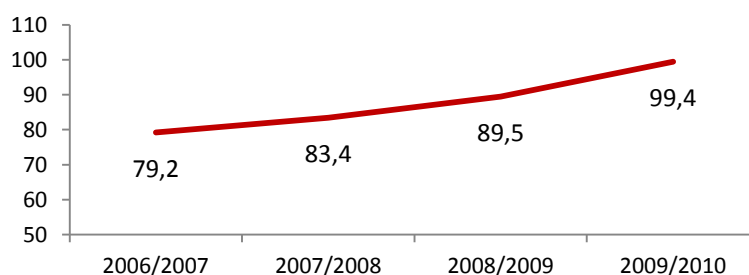
2.3. Indicadores Educativos

2.3.1. Taxa real de escolarização

De acordo com a informação estatística disponível, apenas é possível apresentar a taxa real de pré-escolarização, fornecida pelo INE, relativamente ao ano letivo 2009/10, que se cifra nos 99,4%.

Tendo em conta que este valor tem vindo a subir desde 2006/07, é seguro dizer-se que o concelho tem feito um esforço no sentido de garantir uma cobertura total a este nível, sendo essa já uma realidade observada.

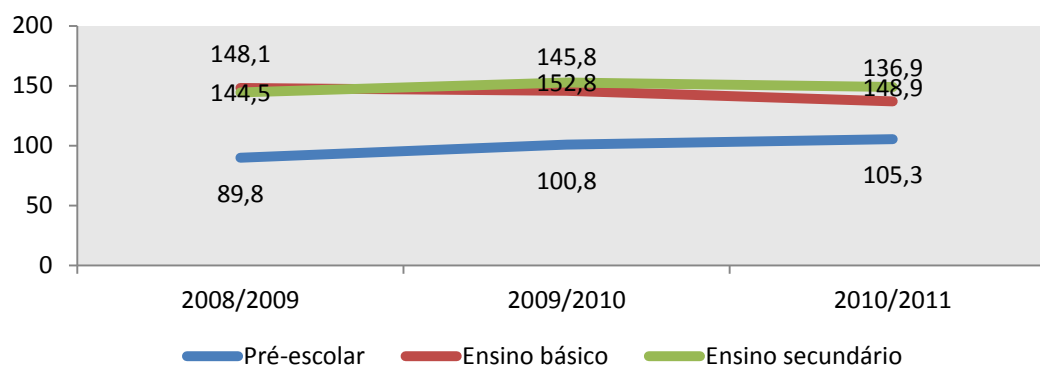
Figura 49 - Variação da taxa real de pré-escolarização segundo o nível de ensino, entre 2006/07 e 2009/10



2.3.2. Taxa bruta de escolarização

A taxa bruta de escolarização remete para um conceito caracterizado por uma boa dose de desinformação, na medida em que não foi possível esclarecer, com precisão, as variações migratórias que o influenciam. Não obstante, parece oportuno mencionar os valores disponibilizados pelo INE, já que através deles é possível afirmar um balanço favorável do ponto de vista da atração do concelho. Dito de outra forma, as taxas – em todos os casos (com exceção ao pré-escolar em 2008/09) – superiores a 100% evidenciam um número de alunos provenientes de diferentes concelhos que optam por vir estudar para Santo Tirso superior ao dos alunos que optam por procurar outras escolas, em outras localidades. É precisamente essa a informação que se pode obter pela leitura do gráfico que se segue, onde se observa também uma ligeira descida destes valores no que respeita aos ensinos básico e secundário.

Figura 50 - Variação da taxa bruta de escolarização segundo o nível de ensino, entre 2008/09 e 2010/11. Fonte: INE



2.3.3. Taxa de transição de ano e taxa de conclusão de ciclo

Um dos indicadores centrais no que ao sucesso educativo diz respeito remete para a taxa de transição de ano e, por consequência, para a taxa de transição de ciclo. Na tabela seguinte pode-se vislumbrar várias oportunidades de melhoria, já que em praticamente todos os níveis de ensino e em todos os ciclos a taxa de transição tem vindo a sofrer uma queda, ao longo dos três anos letivos em análise, apesar dos valores observados serem, globalmente, altos.

No que toca aos ciclos de ensino – assinalados com a cor cinzenta –, o único que revela uma subida ao longo do triénio letivo é o 3.º ciclo, apesar da ligeira descida observada em 2011/12. Todos os outros evidenciam uma descida, sendo o mais preocupante o primeiro ciclo do ensino básico, antevendo-se aqui uma das prioridades concelhias a intervir do ponto de vista do sucesso escolar.

Tabela 21 - Variação da taxa de transição de ano e da taxa de conclusão de ciclo, entre 2008/09 e 2010/11

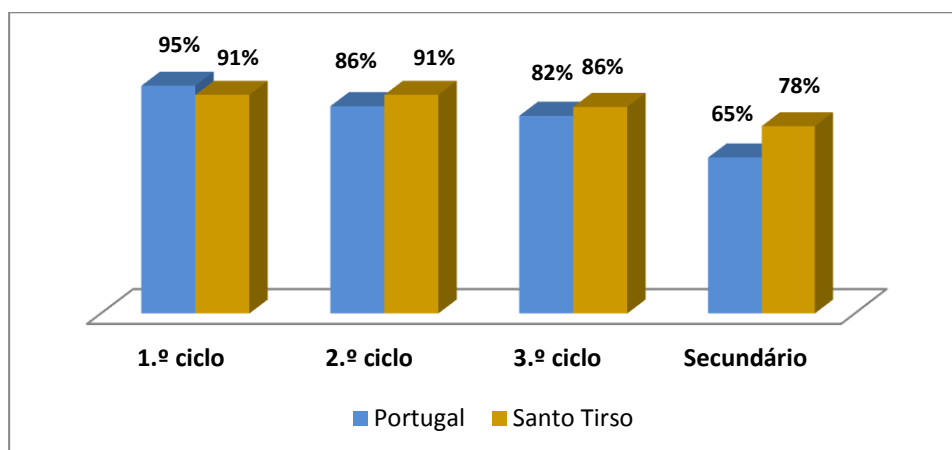
Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Educação. Inquérito às escolas, 2012

Ciclo de ensino	Tipologia	Ano de escolaridade	2009/10	2010/11	2011/12	Taxa de variação 2009-12	
1.º ciclo do ensino básico		1.º	99%	100%	92%	-7,1%	↓
		2.º	94%	94%	88%	-6,4%	↓
		3.º	98%	96%	94%	-4,1%	↓
		4.º	97%	98%	91%	-6,2%	↓
2.º ciclo do ensino básico		5.º	97%	86%	84%	-13,4%	↓
		6.º	95%	86%	91%	-4,2%	↓
3.º ciclo do ensino básico		7.º	89%	89%	85%	-4,5%	↓
		8.º	94%	91%	90%	-4,3%	↓
		9.º	81%	88%	86%	+6,2%	↑
Ensino secundário	Cursos científico humanísticos	10.º	80%	80%	87%	+8,8%	↑
		11.º	92%	89%	88%	-4,3%	↓
		12.º	76%	72%	75%	-1,3%	↓
	Cursos profissionais	10.º	78%	92%	79%	+1,3%	↑
		11.º	80%	82%	91%	+13,8%	↑
		12.º	82%	98%	80%	-2,4%	↓

Se a análise incidir apenas no ensino secundário, e agrupando os cursos científico-humanísticos com os cursos profissionais, apura-se uma taxa de conclusão de ciclo em 2011/12 de 78%. Esta é uma informação carregada de importância, na medida em que as metas para 2015 definidas pela estratégia nacional para a educação apontam para um intervalo balizado por uma taxa mínima de 40% e uma taxa máxima de 70%. Por outras palavras, é seguro afirmar-se que Santo Tirso está, no ano letivo em análise, bem posicionado, com um valor que supera em oito pontos percentuais a meta traçada para o país, em 2015.

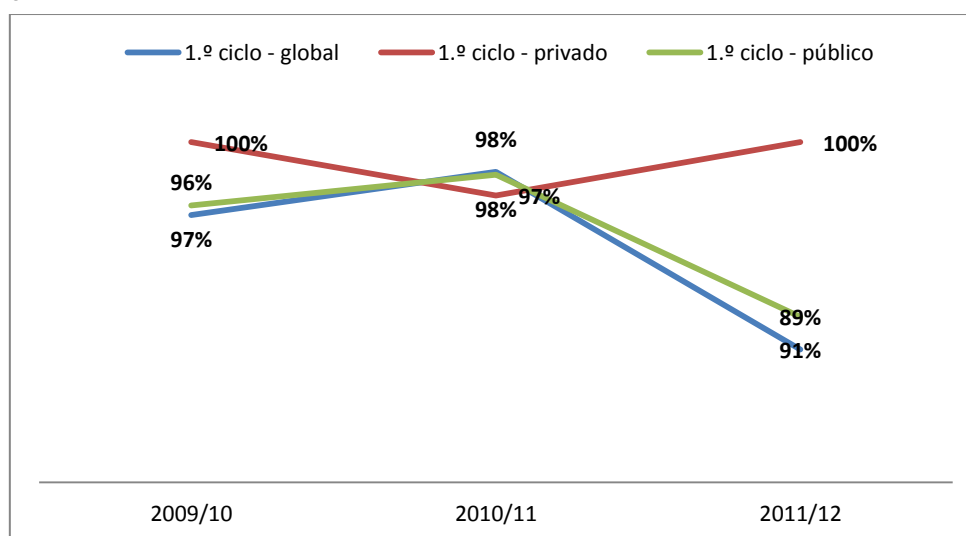
No gráfico que se segue pode-se ainda observar as diferenças entre os resultados observados em Santo Tirso e os que dizem respeito à realidade nacional, denotando-se que apenas no primeiro ciclo esta última se sobrepõe aos valores concelhios.

Figura 51 - Taxa de conclusão de ciclo em Portugal e em Santo Tirso, no ano letivo 2011/12



No sentido de se tentar perceber que outras variáveis poderão interferir nos resultados obtidos ao nível da taxa de conclusão do 1.º ciclo, detalha-se um pouco essa análise de forma a se conseguir uma leitura longitudinal dos valores apresentados, prevendo também uma eventual correlação do tipo de ensino frequentado – público e privado – sobre essa taxa de conclusão. A análise daqui resultante vem corroborar esta última suposição, uma vez que no que diz respeito ao ensino privado, esta taxa tem revelado uma evolução positiva, posicionando-se nos 100% no que se refere ao último ano letivo refletido no gráfico que se segue. Por sua vez, e quando analisado o ensino público isoladamente, este apresenta uma tendência decrescente, em particular, no momento da transição do ano letivo 2010/11 para 2011/12.

Figura 52 - Variação da taxa de conclusão do 1.º ciclo por setor de ensino, entre os anos letivos 2009/10 e 2011/12



2.3.4. Taxa de retenção e desistência

Complementarmente à análise que se acaba de descrever, o inquérito efetuado pela Câmara Municipal de Santo Tirso às escolas do concelho permitiu ainda decifrar a taxa de retenção e desistência em cada um dos ciclos de ensino. Os valores apresentados na tabela abaixo evidenciam três realidades distintas, em função do grau de habilitações literárias que é reportado.

Os primeiro e terceiro ciclos mostram uma variação nula ao longo dos três anos letivos em questão. As percentagens apresentadas não significam necessariamente, porém, que a realidade concelhia esteja aquém das metas previstas para o país, como veremos de seguida.

Quanto ao segundo ciclo, os números mostram que cada vez há mais alunos retidos ou a abandonarem a escola, sendo que a variação de 50% não pode deixar de constituir uma forte preocupação para todos aqueles que, de forma mais ou menos direta, têm responsabilidades a este nível.

Por fim, no que respeita ao ensino secundário, detetam-se duas realidades absolutamente díspares: por um lado, neste triénio letivo há uma variação negativa de 7,7% em relação aos cursos científico humanísticos; por outro, e a contribuir de forma decisiva para os resultados globais do ensino secundário, nos cursos profissionais verifica-se uma redução drástica da taxa de retenção e desistência, que em 2011/12 era já de 2%, equivalente à taxa observada no primeiro ciclo do ensino básico.

Tabela 22 - Variação da taxa de retenção e desistência, entre 2009/10 e 2011/12

Fonte: Câmara Municipal de Santo Tirso – Divisão de Educação. Inquérito às escolas, 2012.

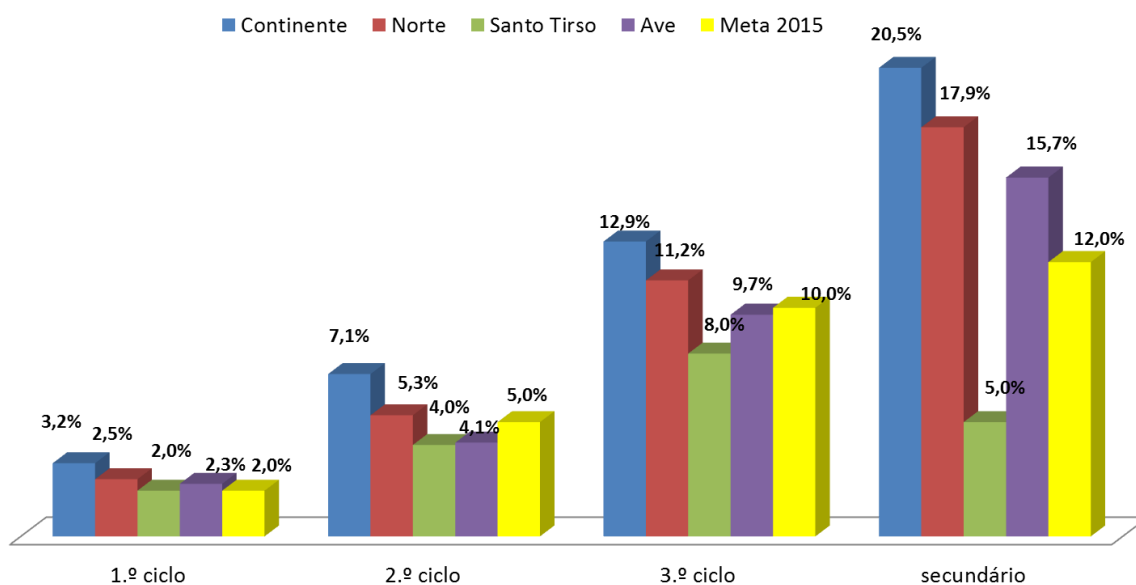
Ciclo de ensino	Tipologia	2009/10	2010/11	2011/12	Taxa de variação 2009-12	
1.º ciclo do ensino básico		2%	2%	2%	0%	↔
2.º ciclo do ensino básico		4%	4%	6%	+50,0%	↑
3.º ciclo do ensino básico		9%	8%	9%	0%	↔
Ensino secundário	Cursos científico humanísticos	13%	8%	14%	+7,7	↑
	Cursos profissionais	6%	3%	2%	-66,7%	↓

Uma análise comparativa com outras nomenclaturas de unidade territorial permite contextualizar a realidade tirsense com os valores de referência. Com dados disponíveis do ano letivo 2010/11, e pela interpretação do gráfico que se expõe de seguida, no qual se assinala a cor amarela uma barra com as metas para 2015, aquilo que é possível vislumbrar remete para cenários animadores, na medida em que o concelho apresenta valores sempre abaixo quer das metas nacionais para 2015, quer das unidades territoriais representadas.

Não se deve, porém, deixar passar em claro o caso singular do ensino secundário, dado que o valor apresentado é sobremaneira influenciado pelo sucesso obtido nos cursos profissionais; como verificado na tabela anterior. Uma análise detalhada revela que os cursos científico humanísticos têm valores de retenção e desistência bem mais elevados, que se aproximam dos valores (e até ultrapassam em 2011/12) previstos na meta para 2015.

Não parece demais reiterar a importância que os cursos profissionais têm no concelho de Santo Tirso, importância essa que, de resto, é expressa em outros momentos do projeto que aqui se apresenta.

Figura 53 - Taxa de retenção e desistência, por unidade territorial, no ano letivo 2010/11

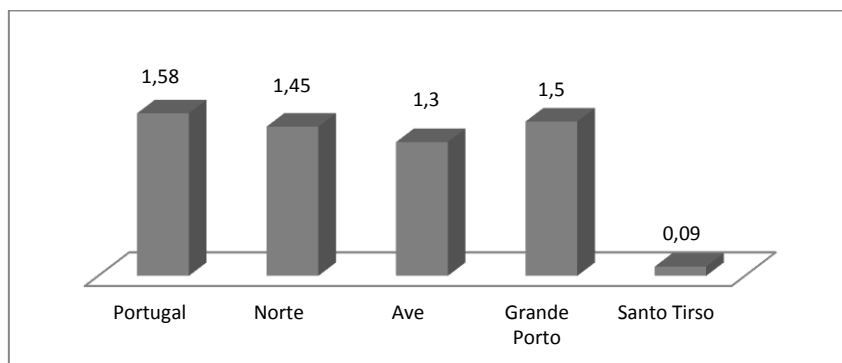


2.3.5. Taxa de abandono escolar

Outros dos indicadores que espelha a importância dada à escola é a taxa de abandono escolar. Num concelho onde é reconhecida a ausência dessa importância por parte de um grande número de famílias – produto da baixa qualificação escolar e profissional de muitas pessoas, sobretudo associadas à indústria têxtil do concelho, e dos condicionalismos inerentes à época vivida por muitas dessas mesmas famílias –, não deixa de ser interessante olhar para o gráfico que se segue e perceber que Santo Tirso apresenta um valor muito próximo do zero e bastante abaixo das demais unidades territoriais. O caminho parece estar a ser o correto, mas os dados apurados abrem ainda espaço para uma melhoria no sentido da meta definida para 2015, que pretende atingir uma taxa de abandono nula.

Figura 54 - Taxa de Abandono Escolar (indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola), no ano letivo 2010/11

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Portugal, Norte, Ave, Grande Porto); Câmara Municipal de Santo Tirso. Divisão de Educação. Inquérito às escolas 2012 (Santo Tirso).



2.3.6. Taxa de abandono escolar precoce

Num momento em que o conhecimento se assume cada vez mais como um importante fator distintivo de pessoas, sociedades e economias, a aposta na qualificação e formação deve sobressair como das áreas mais prementes em termos de intervenção estratégica. Uma sociedade verdadeiramente justa, democrática e solidária só existe se associada a uma efetiva igualdade de oportunidades e acesso à educação.

É neste quadro que surge a promulgação da lei que institui o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade – Decreto-lei n.º 179/2012 de 2 de agosto. A concretização dos compromissos aí firmados vem exigir um reforço do envolvimento e empenho dos diversos intervenientes nesta área, no sentido de se disponibilizar a oferta dos recursos/condições necessários a esta execução, com a ressalva, porém, de que tal terá que ser trabalhado faseadamente e progressivamente.

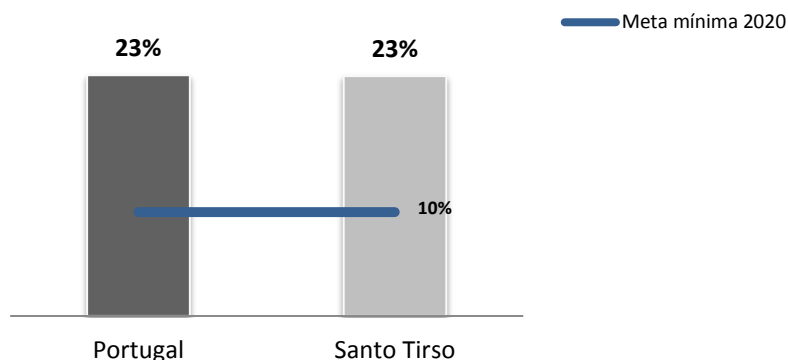
Assim, e considerando a aspiração de proporcionar o acesso à educação e formação ao maior número possível de alunos, Portugal juntou-se aos restantes países da União Europeia e assumiu também ele a meta estabelecida para 2020 de conseguir que a percentagem de alunos que abandonam o ensino e a formação atinja valores inferiores a 10%.

Como tal, não se poderia deixar de referir os resultados alcançados pelo concelho de Santo Tirso no que diz respeito à designada taxa de abandono escolar precoce³ e à posição relativamente às referidas metas. A este respeito, atenta-se desde logo para o facto de se estar ainda muito aquém da meta definida, embora seja este também o cenário a nível nacional. De resto, e tendo por base o valor de registado a nível nacional, o concelho consegue estar ainda ligeiramente abaixo desse referencial.

Estes valores remetem para a importância de se desenvolverem estratégias suscetíveis de levarem os jovens a frequentar a escola, sensibilizando-os para a importância da escola, assente, por exemplo, numa componente de ligação com a vida prática e como isso pode contribuir para a obtenção de sucesso profissional e para o desenvolvimento pessoal.

² Quadro estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e Formação (EF 2020)

³ "População com idade entre 18 e 24 anos, sem o secundário completo, que completou o 3.º ciclo de escolaridade ou não, e que não inserida em qualquer programa de educação/formação" in portada glossário.

Figura 55 - Taxa de abandono escolar precoce

2.3.7. Resultados Académicos

Outro dos indicadores que permite inferir, de algum modo, o nível de sucesso educativo alcançado pelas escolas do concelho de Santo Tirso face às demais e que, mormente, resulta nos rankings amplamente divulgados e conhecidos pela opinião pública em geral, diz respeito aos resultados alcançados nas provas de avaliação externa. Aqui, a harmonização dos conteúdos examinados e dos critérios de correção possibilita a realização de comparação mais justa e próxima do real.

Neste sentido, ao ser administrado o questionário às escolas, pretendeu-se também apurar-se a taxa de sucesso dos exames nacionais, realizados nos diferentes anos de escolaridade.

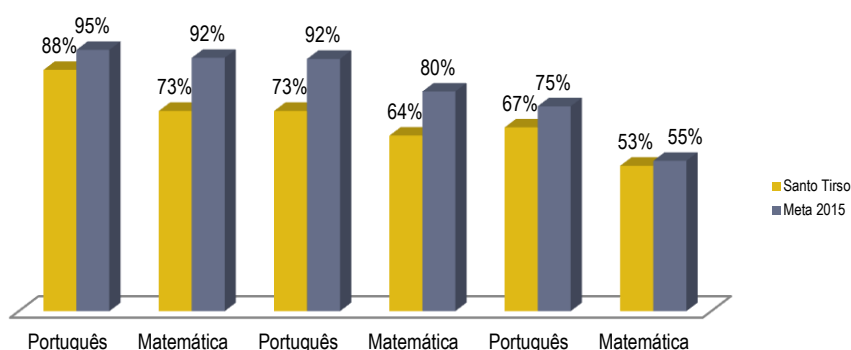
Considerando a análise desses resultados ao nível do ensino básico verifica-se, conforme evidenciado na tabela a seguir apresentada, que os resultados são sempre superiores nas provas de Português, por comparação às provas de Matemática. Do ponto de vista da variação observada ao longo dos três anos letivos em análise, a realidade deixa antever um árduo trabalho a desenvolver na promoção do sucesso educativo, já que em todos os casos, sem exceção, as notas têm vindo a piorar.

Tabela 23- Variação da Taxa de Sucesso nas provas de avaliação externa – Ensino Básico

Ano de escolaridade	2009/10		2010/11		2011/12		Taxa de variação 2009-12	
	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
4.º ano	94%	92%	93%	90%	88%	73%	-6,4%	-20,7%
6.º ano	91%	82%	84%	66%	73%	64%	-19,8%	-22,0%
9.º ano	81%	79%	74%	69%	67%	53%	-17,3%	-32,9%

Esta preocupação acentua-se quando se compara os valores de Santo Tirso com a meta para 2015. O gráfico apresentado abaixo relata valores sempre inferiores a essa mesma meta – em alguns casos, até, significativamente inferiores, quer na disciplina de Português, quer na disciplina de Matemática.

Figura 56 - Taxa de Sucesso nas provas de avaliação externa do ensino básico (2011/2012) Vs. Metas 2015



Particularizando o 4.º ano e estabelecendo-se uma comparação com as médias nacionais (Português: 80%; Matemática: 57%), aquilo que os dados revelam são valores superiores em Santo Tirso, com especial destaque para a Matemática, onde a diferença se afigura substancial.

Figura 57

Taxa de sucesso exames nacionais de matemática do 4.º ano - ano letivo 2011/2012

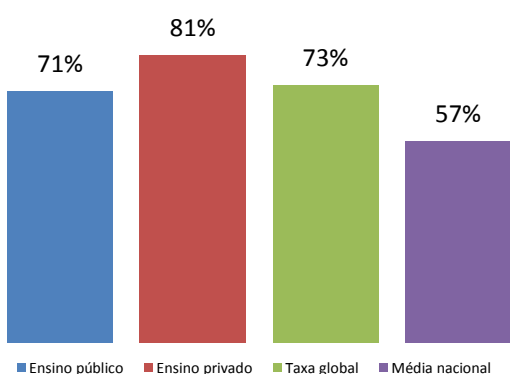
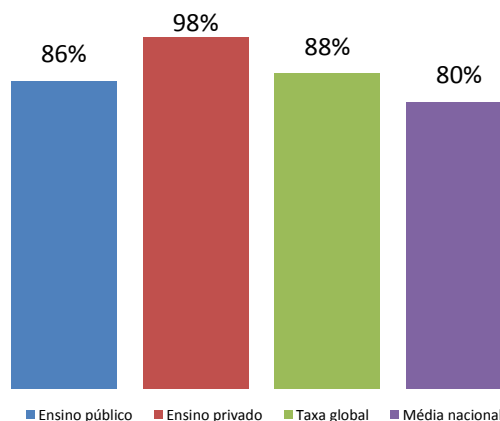


Figura 58

Taxa de sucesso exames nacionais de português do 4.º ano - ano letivo 2011/2012

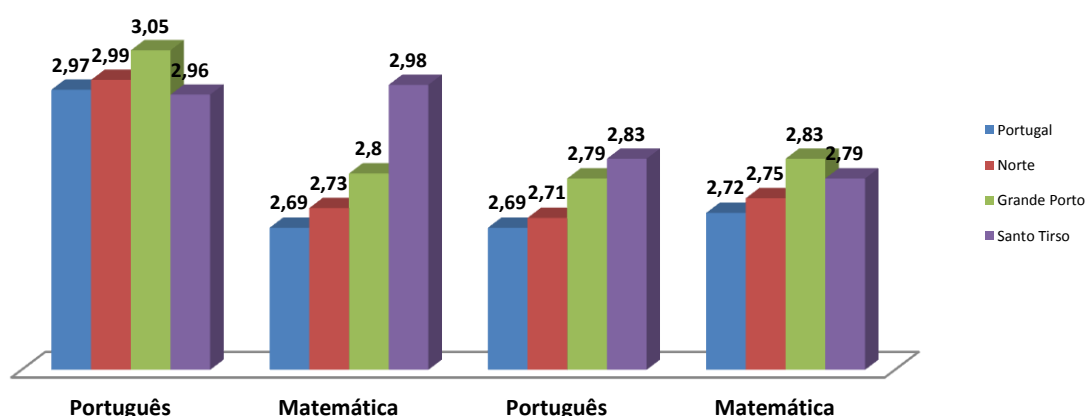


Prosseguindo com a análise dos resultados obtidos relativamente ao ensino básico, e tendo por base os valores de referência nacional, regional e local, constata-se que, contrariamente ao verificado com o 1.º ciclo, neste caso os valores concelhios, em algumas situações, ficam aquém desses valores análogos, designadamente, no que se refere a Português (6.º ano) e Matemática (9.º ano) (cf. Figura 59).

Observa-se ainda que, mesmo no caso em que os valores do concelho superam os das restantes unidades territoriais, todas elas se situam abaixo do valor correspondente a uma classificação positiva, a saber, 3.

Por outro lado, destacam-se os resultados obtidos nos exames nacionais de matemática (6.º ano) que, ainda que se situem abaixo duma classificação positiva, são bem superiores aos valores considerados de referência.

Figura 59 - Média das classificações nas provas de avaliação externa, 6.º e 9.º anos de escolaridade – ano letivo 2011/2012

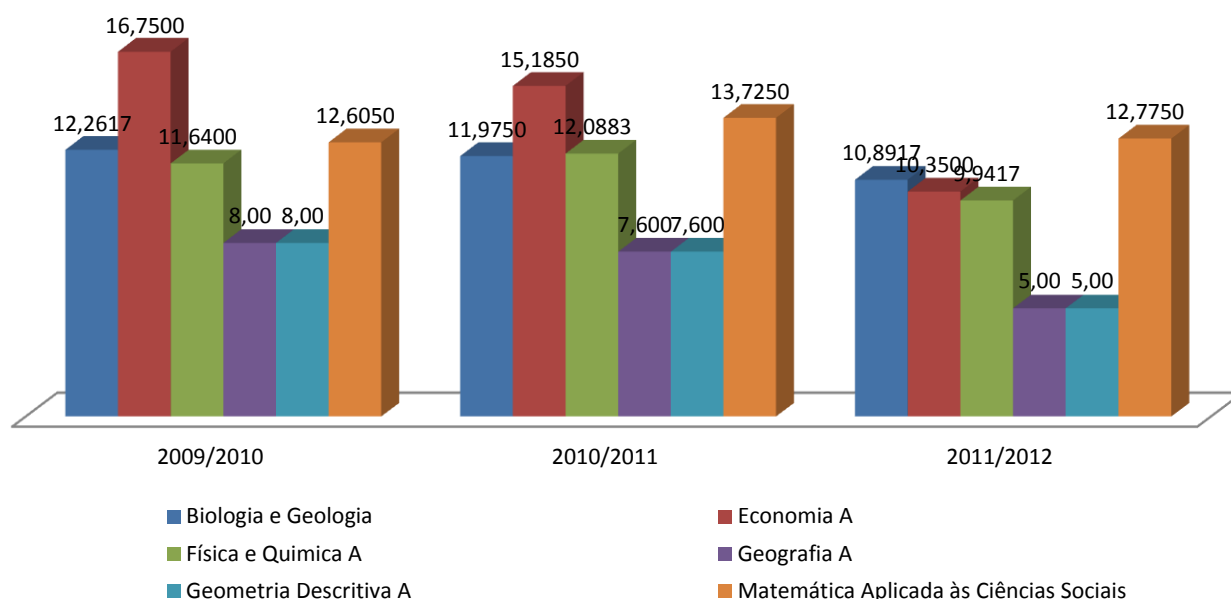


O alargamento da escolaridade obrigatória vem também exigir um outro tipo de respostas pedagógicas, no sentido de se tentar ir ao encontro da diversidade de necessidades educativas, a partir deste momento ainda mais premente.

Como referido previamente, o ensino secundário, em 2011/2012, apresenta uma taxa de retenção e desistência acima dos valores balizados para 2015, designadamente, nos cursos científico-humanísticos. Daí, ser já expectável que, ao nível dos resultados nas provas de avaliação externa, o cenário não seria também ele muito favorável, o que se confirma na análise abaixo.

Considerando os resultados obtidos nos exames nacionais do 11.º ano (cf. Figura 60), verifica-se uma evolução negativa em quase todas as disciplinas e ao longo dos três anos letivos em análise, sobretudo nas disciplinas de Geometria Descritiva A e Geografia A, que apresentam resultados médios muito abaixo do valor correspondente a positiva (10).

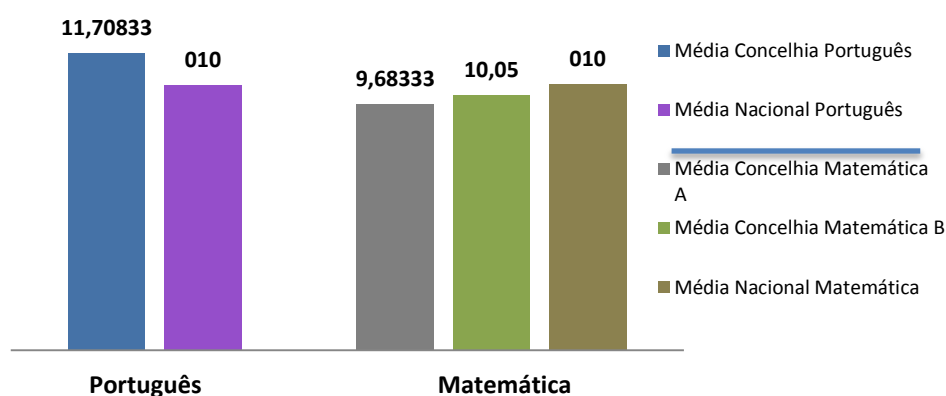
Figura 60 - Variação das médias das classificações obtidas nos exames nacionais do 11.º ano, num total de 6 disciplinas, entre os anos letivos 2009/10 e 2011/12



Considerando a multiplicidade de combinações possíveis em termos de disciplinas sujeitas a exame e que variam de escola para escola no 12º ano optou-se referir apenas duas disciplinas-chave: Português e Matemática. Tal deve-se também ao facto de, sendo estas as únicas áreas transversais à totalidade das escolas analisadas, permitir assim retirar conclusões consideradas mais fidedignas e ajustadas à realidade.

Assim, e partindo para uma análise que levou em consideração os valores médios obtidos a nível nacional, assinalam-se duas leituras em função da disciplina analisada. No que se refere à disciplina de Português, a média concelhia situa-se acima dos valores obtidos a nível nacional. Contrariamente, quer na Matemática A, quer na Matemática B, as médias concelhias ficam aquém os valores nacionais.

Figura 61 - Média classificações exames nacionais do 12.º ano - português e matemática - ano letivo 2011/2012

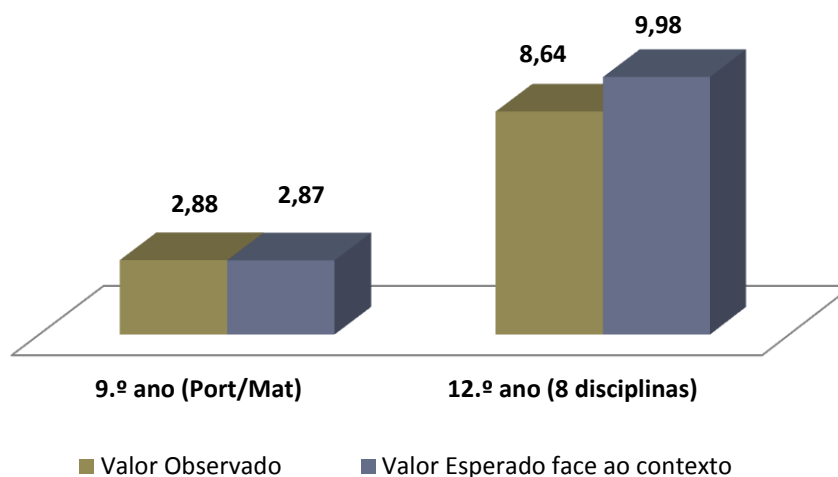


Não invalidando a análise previamente apresentada, sabe-se que há variáveis de contexto que influenciam inequivocamente os resultados escolares, como sejam a habilitação escolar e a profissão dos pais, e a percentagem de alunos que beneficia de ação social escolar. Assim, torna-se necessário ir mais além na análise realizada. Há que atender ao contexto económico, social e cultural do meio onde determinada escola se insere e de onde provêm os seus alunos. Tal irá permitir realizar comparações com escolas situadas em contextos similares, permitindo melhor identificar o desempenho face ao que é contextualmente esperado.

Assim sendo, e tomando por base o modelo desenvolvido pela Universidade Católica, avança-se com a apresentação da leitura dos resultados obtidos nas provas de avaliação externa, segundo o valor observado e aquele que seria esperado face ao contexto geral de localização das escolas do concelho (VEC).

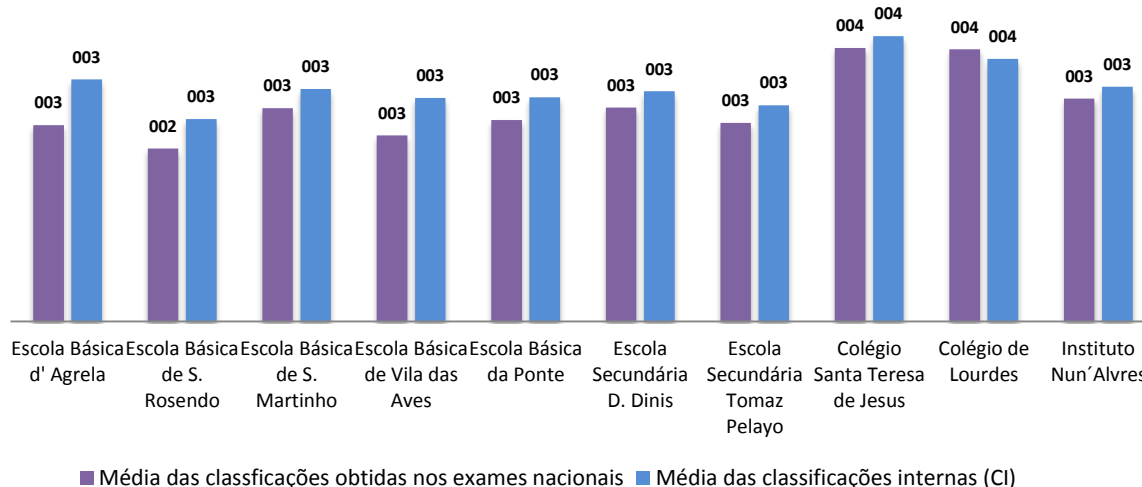
Os resultados apresentados dizem respeito aos exames nacionais realizados ao nível do 9.º e 12.º anos. No que se refere ao 9.º ano, e tendo então por base as referidas variáveis contextuais, as escolas de Santo Tirso, em comparação com outras escolas situadas em contextos similares, estão acima do valor esperado face a esse contexto. O mesmo já não se pode dizer para o nível secundário. Neste caso, e considerando um total de oito disciplinas sujeitas a exame nacional (Matemática/Matemática A; Português/Português B; Biologia e Geologia; Física e Química A; Geografia A/Geografia; História/História A/História B; Economia e Geometria), o valor esperado face ao contexto é superior ao efetivamente observado, conforme evidenciado no gráfico seguinte.

Figura 62 - Média exames nacionais do 9.º e 12.º ano durante o ano letivo 2011/2012 - Valor Observado VS. Valor Esperado



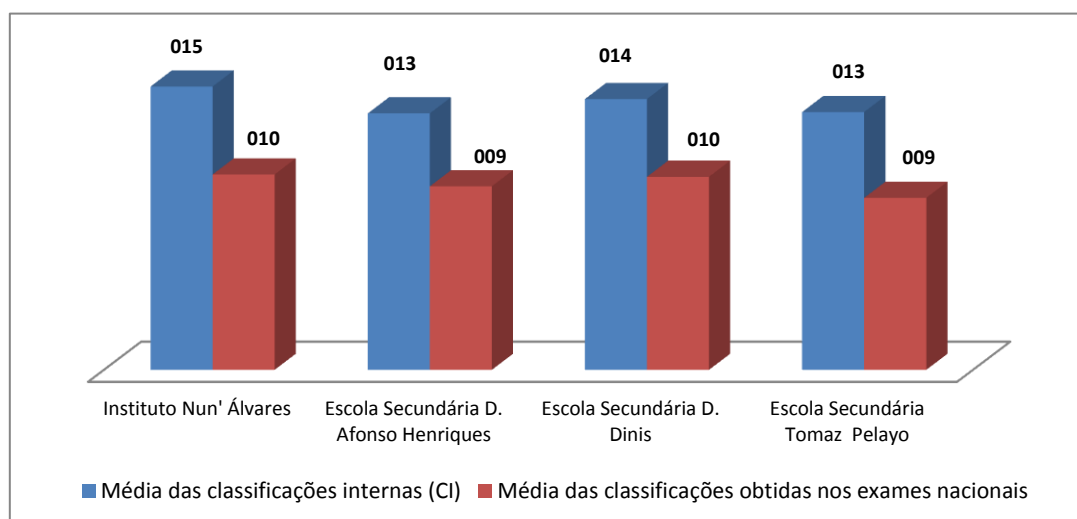
Para comparar os resultados obtidos nas provas de avaliação externa (provas/exames nacionais) com os da avaliação realizada internamente (nota dada pelo professor da disciplina), apresentam-se as figuras 63 e 64. No nível básico, verifica-se que, na maioria das escolas, os resultados da avaliação interna são superiores aos resultados da avaliação externa. A única exceção acontece no Colégio de Lourdes, cujos resultados nas provas de avaliação externa são superiores à classificação interna, no ano letivo em análise (2011/2012).

Figura 63 - Média das classificações internas vs das classificações obtidas nos exames nacionais do 9.º ano (Port. e Mat.) – 2011/2012



No nível secundário (figura 64), a média das classificações internas é sempre superior à médias das classificações externas, quer nas escolas da rede pública, quer nas da rede privada. Não obstante os resultados obtidos nas provas de avaliação externa, saliente-se que, internamente, o sucesso escolar se situa acima dos 10 valores. Na interpretação destes dados, considere-se também os fatores circunstanciais e próprios do momento que caracteriza a realização de um exame de avaliação externa, bastante distintos duma avaliação contínua, realizada ao longo do ano escolar.

Figura 64 - Média das classificações internas (CIF) Vs. Média das classificações obtidas nos exames nacionais do 12.ºano (Português e Matemática) - ano letivo 2011/2012



Esta análise detalhada dos resultados escolares poderá ser um importante elemento de reflexão e compreensão para se definirem metas e atividades, no âmbito do PEM, que promovam o sucesso educativo.

2.3.8. Taxa de analfabetismo

As Nações Unidas definiram a década de 2003 a 2012 como a década da Alfabetização, assumindo-a como um direito humano fundamental, uma necessidade básica de aprendizagem e a chave para aprender a aprender, condição indispensável para o exercício pleno da liberdade, ao favorecer a identidade cultural, a participação democrática, a cidadania, a tolerância, o desenvolvimento social e a paz. Por outro lado, instituiu também o dia 8 de setembro como o Dia Internacional da Alfabetização (UNESCO, 2012).

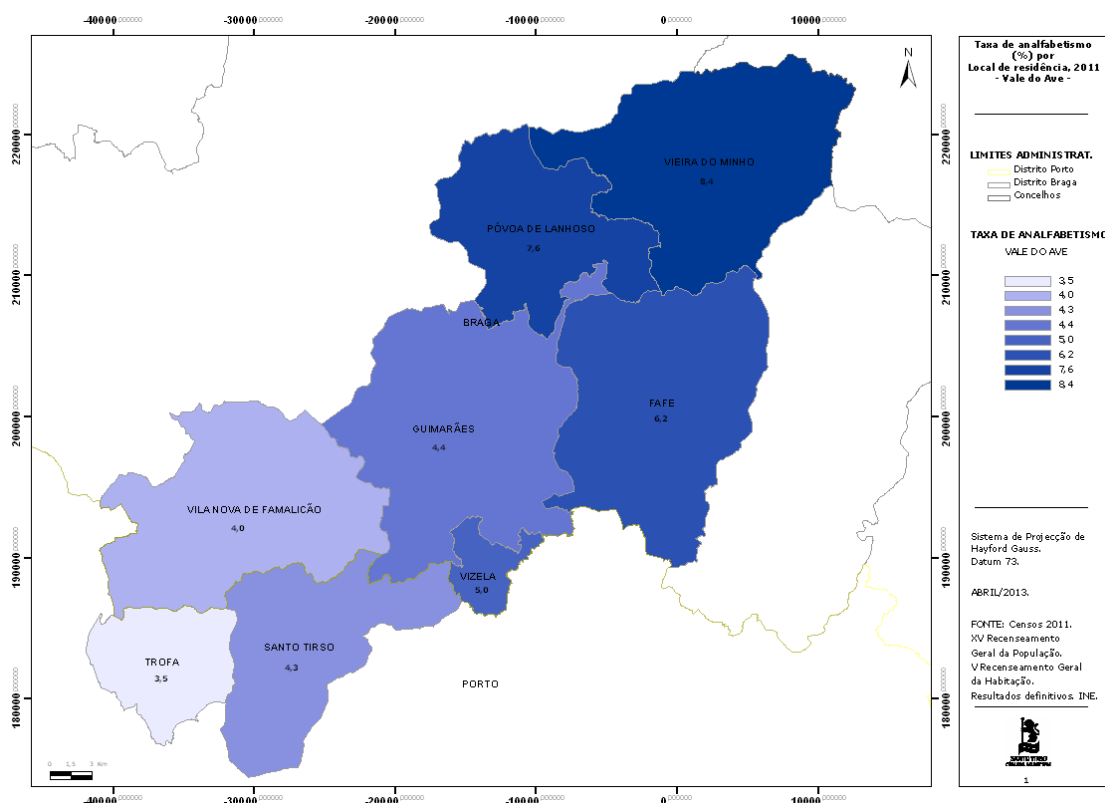
Um dos indicadores essenciais em educação é a taxa de analfabetismo, isto é, a taxa de indivíduos com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa, sobre o total da população do mesmo estrato etário.

Considerando os dados dos últimos censos (INE, 2011), a taxa de analfabetismo em Portugal é de 5,23%, o que significa que cerca de 500 mil portugueses não sabem ler nem escrever. Estes números acentuam-se mais nas mulheres (6,77%) do que nos homens portugueses (3,52%).

A região Norte apresenta uma taxa de analfabetismo inferior à nacional, situando-se, em 2011, nos 5,01% e esta taxa vai diminuindo à medida que se estreita a análise à NUT III Ave (4,66%).

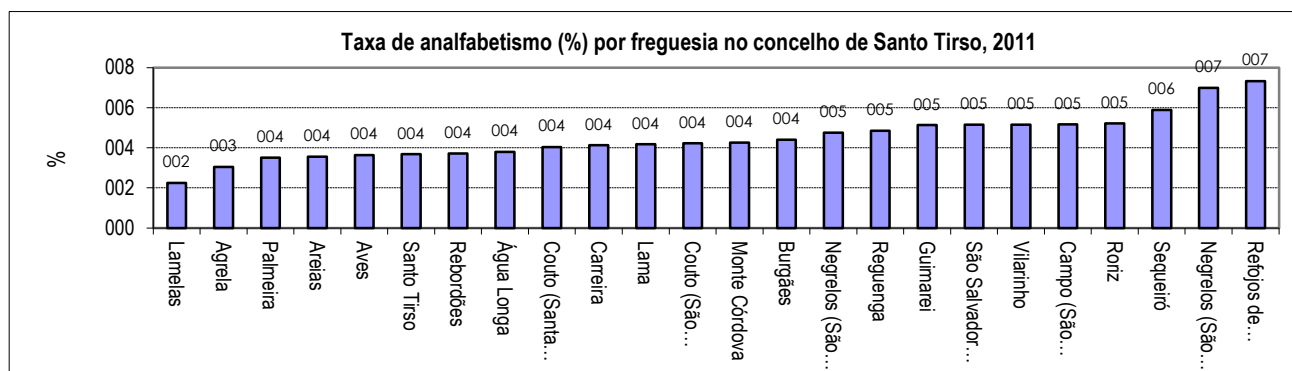
O concelho de Santo Tirso, em 2011, apresenta uma taxa de analfabetismo de 4,29%, inferior à taxa nacional, à da zona Norte e à da NUT III Ave. Santo Tirso é o terceiro município da NUT III Ave com a taxa de analfabetismo mais baixa, a seguir aos concelhos da Trofa e a Vila Nova de Famalicão. Pelo contrário, Viera do Minho, Póvoa de Lanhoso e Fafe são os municípios com a taxa de analfabetismo mais elevada (cf. Figura 65).

Figura 65 - Taxa de analfabetismo (%) por local de residência, 2011, na NUT III Ave.



Numa análise mais detalhada do concelho de Santo Tirso, verifica-se que há três freguesias onde a taxa de analfabetismo se situa acima da média nacional: Refojos de Riba de Ave (7,33%), Negrelos (S. Mamede) (6,99%) e Sequeirô (5,89%). As freguesias de Lamelas (2,25%), Agrela (3,04%) e Palmeira (3,5%) apresentam as taxas de analfabetismo mais baixas do concelho (cf. Figura 66).

Figura 66 - Taxa de analfabetismo (%) por freguesia no concelho de Santo Tirso, 2011.



Na última década, entre 2001 e 2011, a taxa de analfabetismo em Portugal caiu de 9% para 5,2%, uma diminuição acentuada mas ainda insuficiente para tirar Portugal do último lugar da tabela a nível europeu.

Portugal apresenta a taxa de escolarização - a capacidade de ler e escrever em uma determinada idade - mais baixa da União Europeia (95,2%).

Considerando a Figura 67, verifica-se que também a região Norte e os municípios que compõem a NUT III Ave reduziram a sua taxa de analfabetismo na última década. Verifica-se ainda que foi nos municípios de Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Fafe, onde a variação da taxa de analfabetismo de 2001 para 2011 foi maior (cf. Figura 68).

Figura 67 – Taxa de analfabetismo nos concelhos da NUT III -Ave, 2001 e 2011

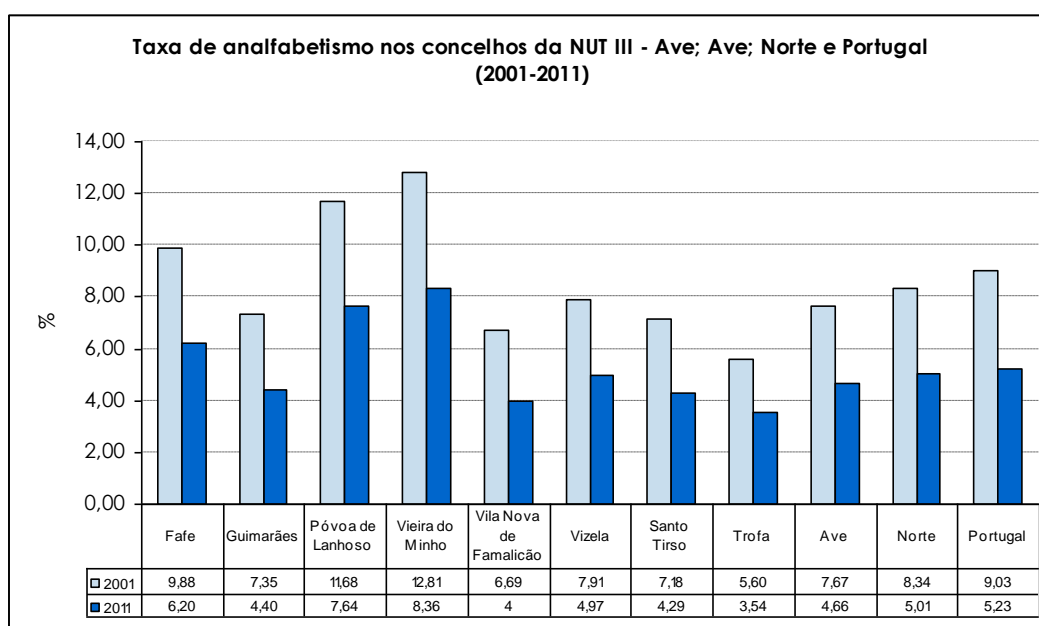
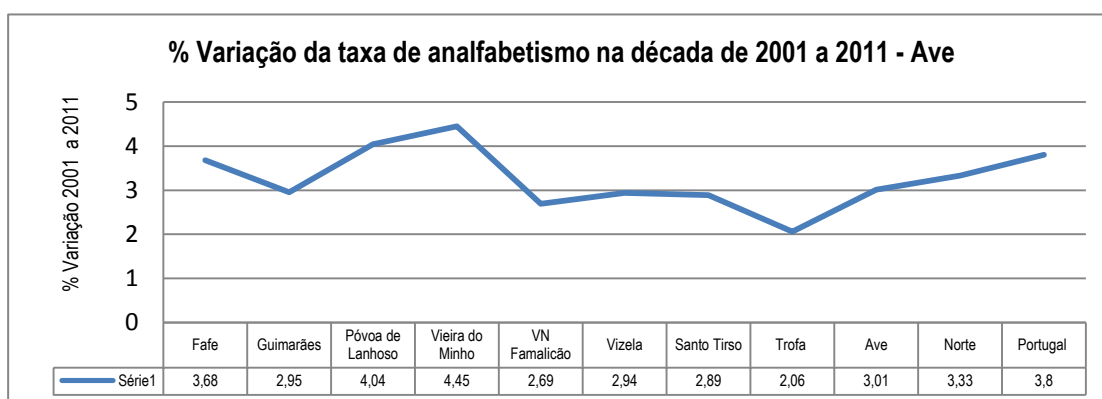


Figura 68 – Variação (%) da taxa de analfabetismo nos concelhos da NUT III -Ave, 2001 a 2011



No município de Santo Tirso, todas as freguesias reduziram, na última década a taxa de analfabetismo (cf. Figura 69). As freguesias onde se observa uma maior variação da taxa de analfabetismo de 2001 para 2011 são: Refojos, Guimarei e Sequeirô (cf. Figura 70).

Figura 69 – Taxa de analfabetismo por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2001 e 2011

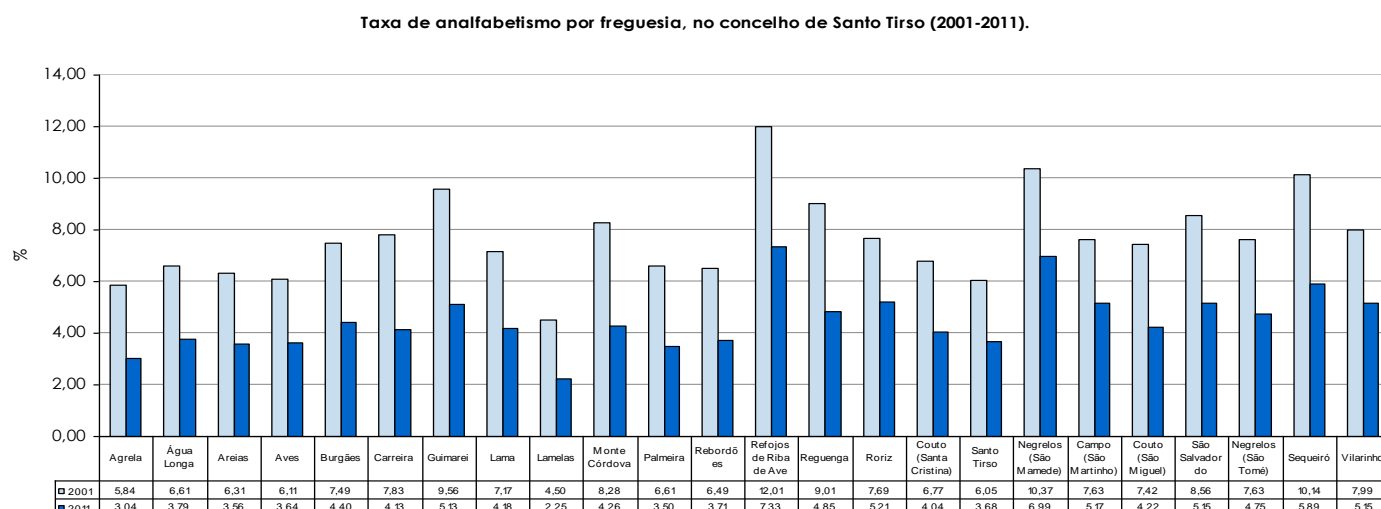
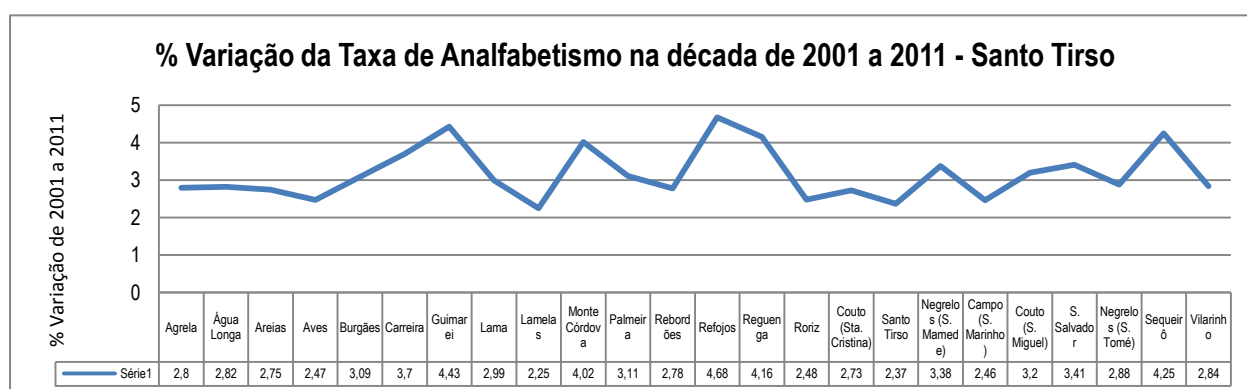


Figura 70 – Variação (%) da taxa de analfabetismo por freguesia, no concelho de Santo Tirso, 2001 a 2011



Considerando as “Metas educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários” (OEI, 2008) refletidas no Parecer nº 5, de 20 de setembro de 2010, a alfabetização e a educação ao longo da vida assumem um papel crucial, refletidos nas metas gerais nº 6 – “favorecer a ligação entre a educação e o emprego através do ensino técnico profissional” - e nº 7 – “oferecer a todas as pessoas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida”. O Conselho Nacional da Educação propõe que Portugal adopte as metas específicas nº 17 – “aumentar o nível de inserção no mercado de trabalho dos jovens provenientes do ensino técnico profissional” e nº 18 – “garantir o acesso à educação a jovens e adultos com maiores dificuldades e necessidades”, com os seguintes objetivos específicos: “assegurar uma taxa de alfabetização na região acima dos 95% em 2015 e que entre 30% e 70% das pessoas recentemente alfabetizadas continuem a estudar em cursos equivalentes à educação básica”.

Considera-se que, no concelho de Santo Tirso, em particular nas freguesias com a taxa de analfabetismo mais elevada, há ainda um trabalho significativo a desenvolver, quer no combate ao analfabetismo, quer no incentivo à aprendizagem ao longo da vida.

2.4. Os projetos educativos das escolas e sua articulação

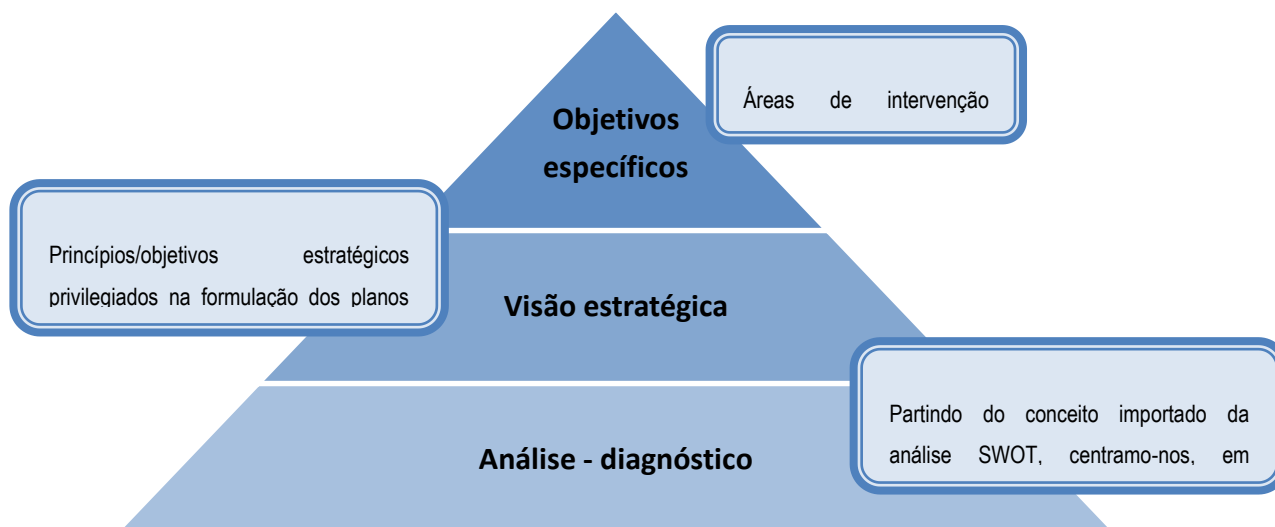
A metodologia utilizada privilegiou a participação de todos os agentes educativos com intervenção a nível local e, neste ponto em particular, parte-se do trabalho já desenvolvido pelas diferentes escolas e agrupamentos de escolas que, beneficiando do contacto próximo com a realidade escolar, detêm um conhecimento mais aprofundado da ação educativa no concelho.

Através da leitura e análise dos diferentes Projetos Educativos das Escolas (PEE) e/ou de Agrupamentos de Escolas, pretende-se encontrar os seus denominadores comuns e as suas especificidades para que auxiliem o desenvolvimento de uma estratégia municipal de intervenção educativa integrada e concertada. De futuro, pretende-se que esta estratégia partilhada se venha a refletir nesses mesmos projetos educativos escolares, respeitando a sua especificidade, mas rentabilizando recursos e sinergias.

Saliente-se que foram analisados os projetos educativos de quatro agrupamentos de escolas, de três escolas secundárias, de duas escolas profissionais, de uma escola privada e de uma escola do ensino básico, designadamente: Agrupamento de Escolas de Santo Tirso; Agrupamento de Escolas do Ave; Agrupamento de Escolas de S. Martinho; Agrupamento de Escolas de Agrela e Vale do Leça; Escola Secundária Tomaz Pelayo; Escola Secundária D. Dinis; Escola Secundária D. Afonso Henriques; Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento; Oficina – Escola Profissional do Instituto Nun' Alvres; Instituto Nun' Alvres; e Escola Básica da Ponte

Para que se alcance um nível de análise aprofundado, em que se coloque em evidência as linhas orientadoras, objetivos e estratégias que norteiam os diferentes projetos das escolas, a informação será organizada em torno de 3 eixos de análise: Diagnóstico; Visão Estratégica e Objetivos Específicos resultantes dos PEE, conforme representado na figura 71.

Figura 71 – Eixos de análise aos projetos educativos de escolas/agrupamentos de escolas



2.4.1. Análise/diagnóstico dos Projetos Educativos de Escola

Este primeiro nível de análise funciona como um catalisador de toda a ação futura, permitindo traçar um primeiro esboço da realidade e depois acompanhar todo o processo de reflexão. Respeitando a especificidade de cada um dos projetos que se constituíram objeto desta análise, procurou-se desconstruir e reconcetualizar cada um deles, numa tentativa de anular os constrangimentos associados ao isolamento e autocentração das instituições escolares sobre si próprias (Amor, 2003).

Desde logo foi possível constatar a ausência de coerência ao nível da estrutura apresentada por cada um dos PEE, fator que dificulta a sua análise conjunta. Assim sendo, o foco inicial recaiu sobre os pontos fortes e fracos associados à prestação do serviço educativo, sintetizando-os sob a forma de oito dimensões de análise:

1. Abandono Escolar/Saída Antecipada;
2. Abertura à Comunidade;
3. Liderança, gestão e estratégia;
4. Redes, parcerias e projetos;
5. Resultados Escolares;
6. Comportamentos e atitudes em relação à escola e às aprendizagens;
7. Oferta Formativa;
8. Contexto escolar, social e económico

Na tabela abaixo, sintetizam-se as principais conclusões em cada uma destas dimensões.

Tabela 23 – Conclusões das dimensões de análise dos projetos educativos de escolas

DIMENSÕES	FORÇAS/OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS/AMEAÇAS
Abandono Escolar/Saída Antecipada	Existência de uma estratégia preventiva, com reflexos na sua redução; Diminuição do abandono escolar precoce.	N.º de alunos que abandonam a escola não tem diminuído como seria desejável; Elevadas taxas de desistência nos cursos profissionais.
Abertura à Comunidade	Dinâmicas implementadas para aumentar a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar; Capacidade de abertura, diálogo e cooperação da direcção; Motivação e empenho da comunidade escolar; Grande expressão ao nível da colaboração das associações de pais.	Alguns constrangimentos na comunicação entre a Escola e as famílias; Menor participação ativa dos pais e encarregados de educação nas dinâmicas da escola; Pouco envolvimento dos encarregados de educação.
Liderança, gestão e estratégia	Gestão eficaz de recursos humanos e materiais; Apoio a alunos com dificuldades económicas; Disponibilidade da Direcção e corpo docente para atendimento de todos os elementos da comunidade; Dinamismo e inovação; Riqueza e variedade de iniciativas do Plano Anual de Atividades, com taxas de execução próximas dos 100%; Existência e abrangência do regulamento da ação social escolar; Escola com vertente ecológica (eco-escola).	Falta de supervisão e acompanhamento generalizados da prática letiva em sala de aula; Reduzida articulação dos documentos estruturantes da ação educativa; Inexistência de uma estratégia sustentada para a consecução das linhas de desenvolvimento futuro do agrupamento; Débil consolidação do processo de auto-avaliação; Reduzida eficácia das medidas de diferenciação e apoio na recuperação dos módulos em atraso; Falta de medidas de prevenção e segurança; Deficiente divulgação das atividades e projetos; Inexistência de estratégias consistentes de acompanhamento, monitorização e

observação direta da atividade letiva em sala de aula;

Inexistência da prática de estabelecimento de metas mensuráveis;

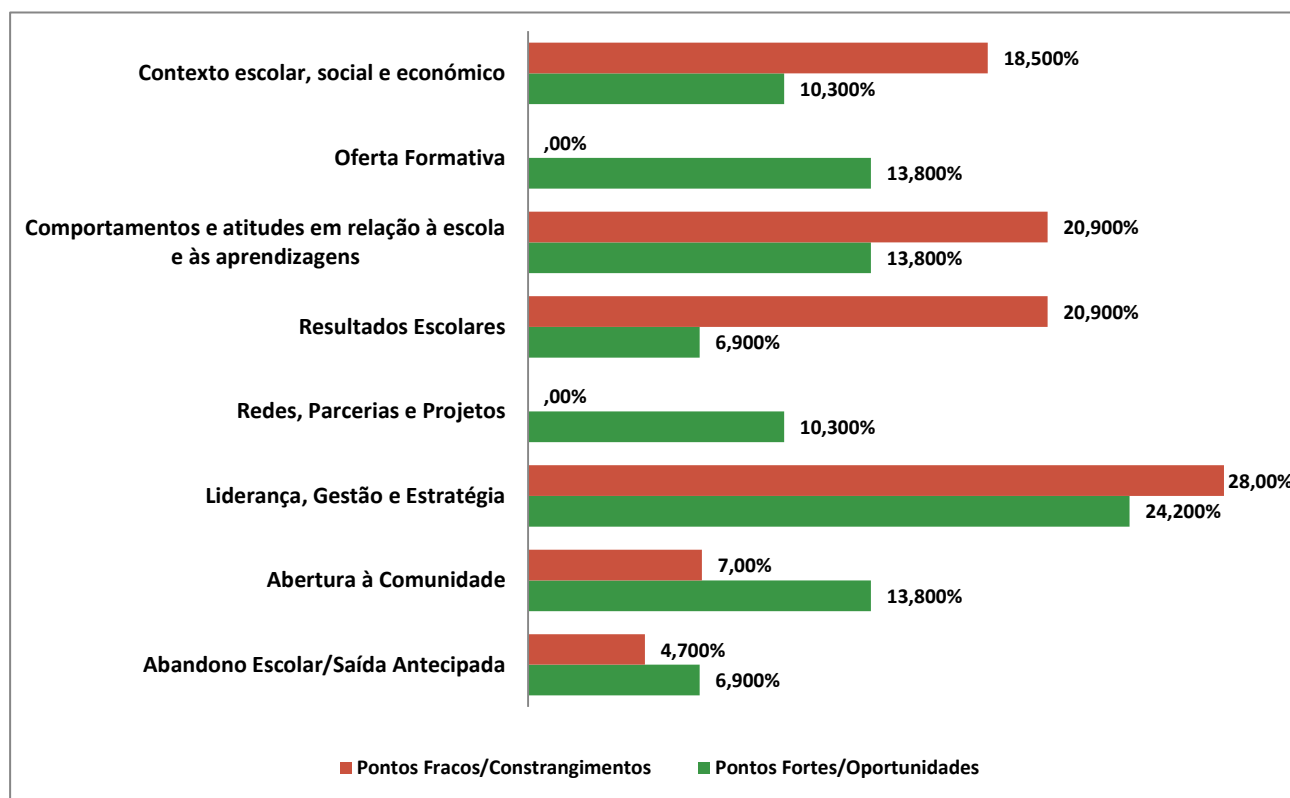
Desatualização do projeto educativo e inexistência de projeto curricular de escola;

Ausência de estratégias de desenvolvimento futuro;

Necessidade de articulação das escolas do agrupamento.

Redes, parcerias e projetos	Diversidade de projetos promotores da melhoria do serviço educativo e das aprendizagens; Multiplicidade de parcerias, protocolos e projetos nacionais e internacionais; Projeção internacional de projetos, parcerias a nível local, regional, nacional e internacional.
------------------------------------	--

Da análise transversal realizada aos diferentes projetos educativos, constata-se quais as dimensões que têm mais aspetos (oportunidades e constrangimentos) referidos pelas escolas: Liderança, gestão e estratégia; Comportamentos e atitudes em relação à escola e às aprendizagens; Resultados escolares; e Contexto social, escolar e económico (cf. Figura 72).

Figura 72 – Denominadores comuns retirados da análise realizada aos projetos educativos das escolas/agrupamentos de escolas

Na dimensão liderança, gestão e estratégia, que simultaneamente tem mais oportunidades e constrangimentos associados, as escolas reconheceram como mérito o trabalho desenvolvido pelas direções escolares, nomeadamente ao possibilitarem o acesso a apoios sociais a alunos com graves carências económicas o que, numa conjuntura de acentuada crise económica, assume uma importância crescente ao contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens. Mas, por outro lado, reconhecem, muitas delas, que não há ainda uma estratégia clara de desenvolvimento futuro.

Na dimensão comportamentos e atitudes em relação à escola e às aprendizagens, verifica-se uma relação entre esta dimensão e a dos resultados escolares. A falta de hábitos e métodos de estudo dos alunos é apontado como uma das principais causas responsáveis pelos índices de insucesso escolar verificados. Merece também referência, no caso de algumas escolas, a questão da indisciplina, ainda que esta surja quase sempre associada a um carácter esporádico e circunscrito a algumas situações concretas. Em contrapartida, o comportamento cívico e responsável revelado pela generalidade dos alunos é também muito realçado.

Na dimensão relativa aos resultados escolares, em que a percentagem de pontos fracos *versus* pontos fortes assinalados é a mais divergente, os constrangimentos diagnosticados devem-se, em grande medida, ao facto dos resultados escolares obtidos nas provas de avaliação externa (provas de aferição e exames nacionais) ficarem aquém das médias nacionais. Tal constatação indicia que esta poderá constituir-se como uma das

áreas de intervenção prioritária, sendo essencial o envolvimento e empenho das escolas e de toda a comunidade educativa.

A dimensão relativa ao contexto escolar, social e económico, ainda que mais relacionada com fatores exógenos à escola, não deixa de a influenciar e ser influenciada por esta e pela comunidade educativa que a circunscreve, numa relação de mútua influência. Assim, a avaliação dos constrangimentos e oportunidades intrínsecos ao contexto em que escola se encontra inserida, é importante para se definirem estratégias de intervenção integradas, concertadas e num horizonte temporal mais alargado, perspetivando o desenvolvimento futuro. Este constitui, aliás, um dos aspetos assinalados como carecendo de melhoria. Considerando que os constrangimentos mencionados se encontram essencialmente relacionados com a atual conjuntura de crise económica, só com a sensibilização para áreas como a responsabilidade social e o empreendedorismo, se poderá minimizar estes efeitos que influenciam negativamente o sucesso escolar.

2.4.2. Visão estratégica revelada pela análise realizada aos projetos educativos

Todas as organizações devem possuir uma visão de si mesmas claramente expressa, conhecida e reconhecida por todos. Esta deve ser perspetivada como um fator de mobilização, como um catalisador de ação educativa.

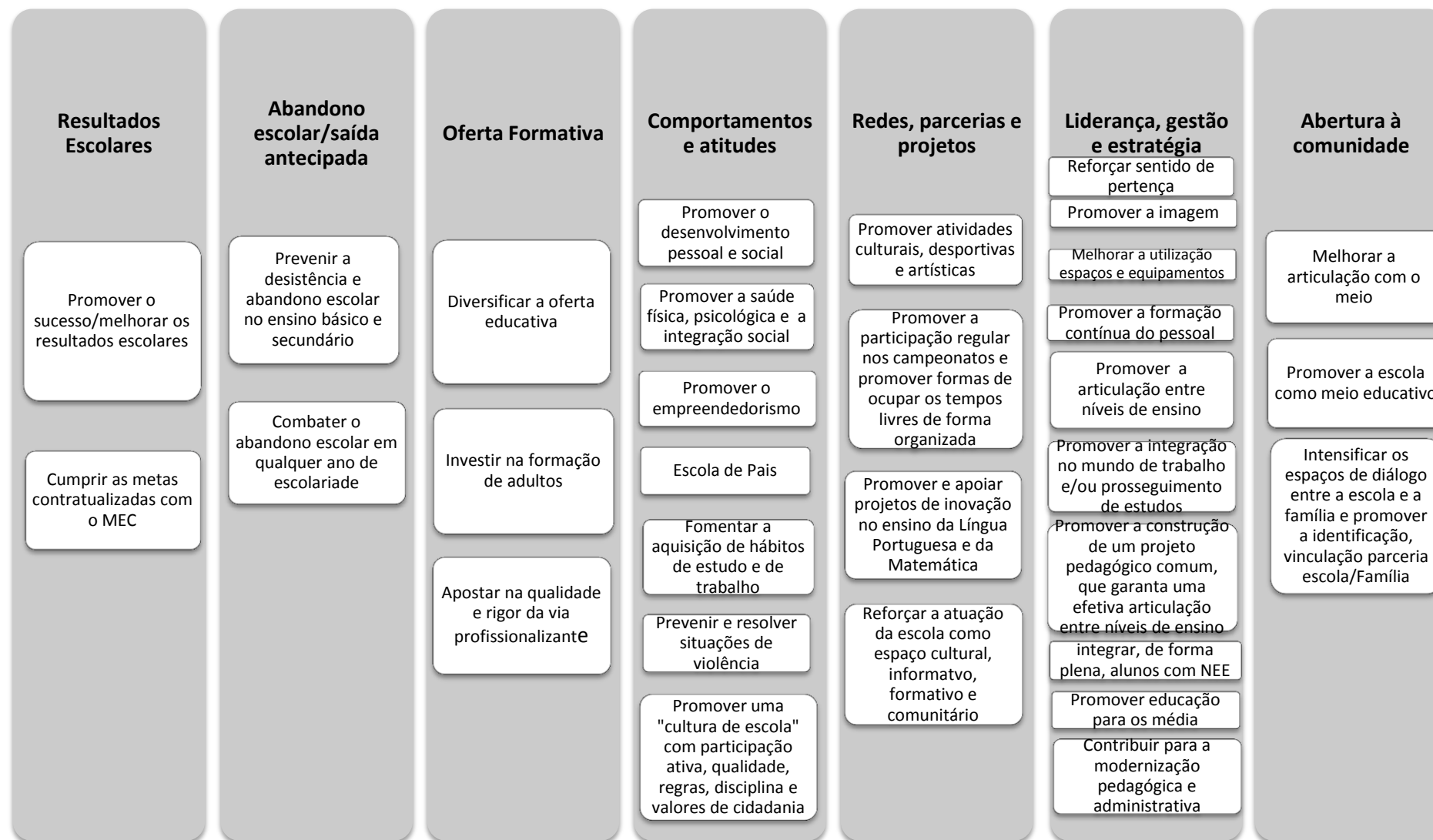
Só conhecendo a estratégia de cada um dos parceiros e educativos e os respetivos projetos arquitetados e/ou em desenvolvimento, se podem empreender soluções verdadeiramente integradas e eficazes.

É assim fundamental conhecer quais os desafios estratégicos priorizados por cada uma das instituições, pois estes irão revelar qual a sua estratégia de desenvolvimento futuro e, conhecendo-a, poderão pensar-se em estratégias locais que contribuam para a execução dos respetivos planos de ação, de modo integrado e articulado.

Assim, e tendo presente as dimensões que resultaram do diagnóstico, procuraram-se organizar os objetivos estratégicos (cf. Figura 73).

No que concerne aos objetivos estratégicos priorizados pelas escolas, estes direcionam a sua intervenção para as áreas diagnosticadas como de maior debilidade, focando essencialmente nas dimensões: comportamentos e atitudes em relação à escola e às aprendizagens e liderança, gestão e estratégia.

Figura 73 - Objetivos estratégicos organizados por dimensão da análise-diagnóstico



Objetivos específicos decorrentes dos projetos educativos das escolas

A organização dos objetivos estratégicos por áreas de intervenção irá facilitar a posterior e subsequente elaboração dos planos de ação. Ao conhecerem-se as áreas eleitas como prioritárias pelas escolas, estas poderão servir de linhas orientadoras, contribuindo para a definição de metas mais condizentes com as reais necessidades educativas sentidas pelas escolas, principais conhecedores dos problemas e dificuldades associadas ao exercício da atividade educativa.

A análise realizada aos objetivos estratégicos eleitos pelas diferentes escolas fez, assim, já emergir as áreas em que deverá ser necessário intervir, concorrendo todas elas para um fim último: promover o desenvolvimento integral do aluno.

Consequentemente, as prioridades reveladas pelos projetos educativos foram estruturadas em seis áreas-chave, que se consideram concorrer para esse objetivo (cf. Figura 74):

- A. Desenvolvimento do sucesso escolar;
- B. Desenvolvimento sustentável;
- C. Desenvolvimento da cidadania;
- D. Desenvolvimento da responsabilidade social;
- E. Desenvolvimento da identidade/sentimento de pertença;
- F. Desenvolvimento da inclusão

Por se tratarem de áreas transversais que permeiam toda a prática educativa, a definição dos respetivos planos de intervenção deverá ser realizada de modo sistemático, contínuo, abrangente e integrado, numa lógica que deverá ser de interdisciplinaridade e subsidiariedade entre as diferentes disciplinas, professores, departamentos, níveis/ciclos de ensino e outras organizações da comunidade educativa.

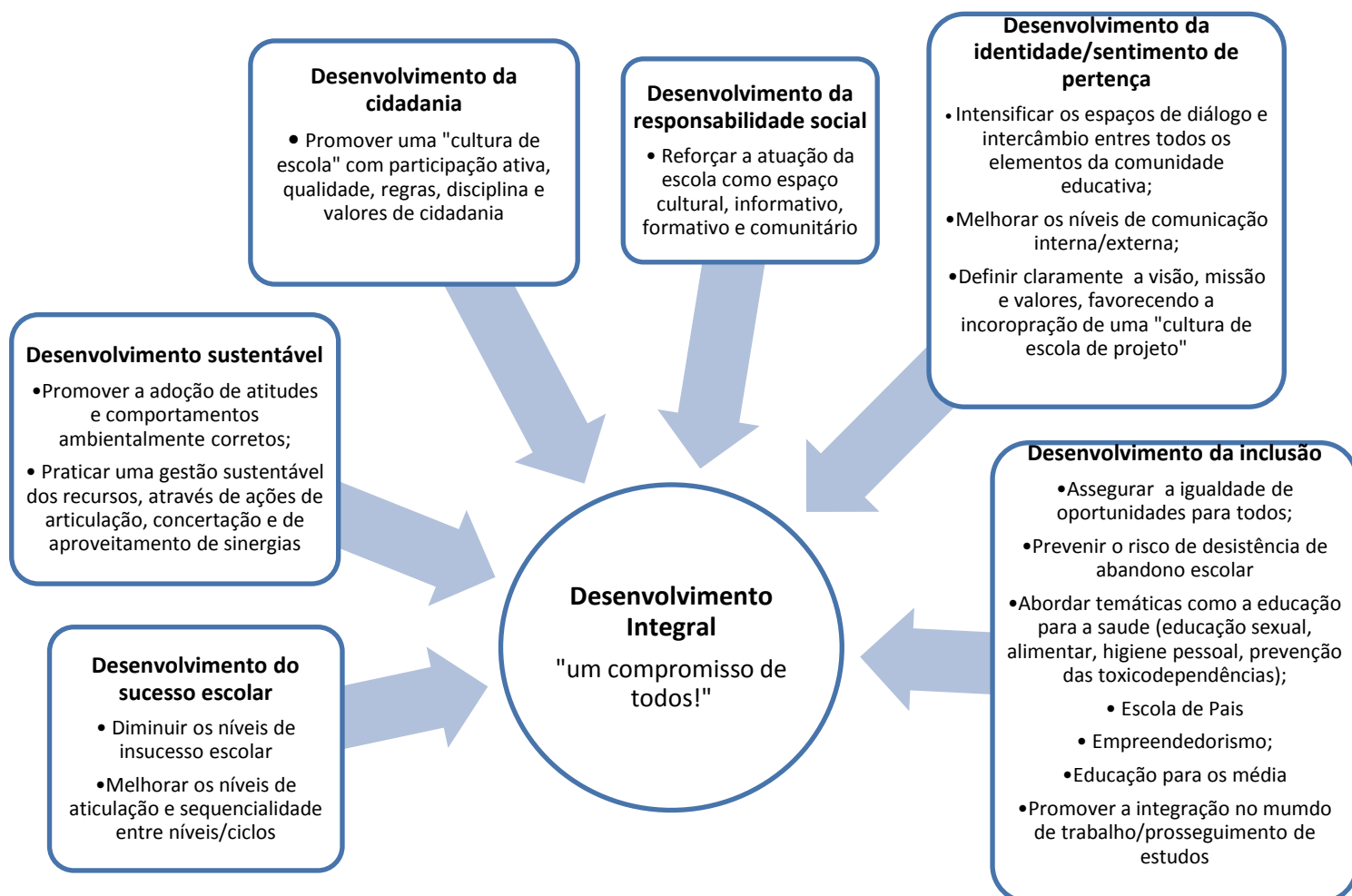
Pese embora as dinâmicas de influência mútua estabelecidas entre as áreas refletidas na figura apresentada, é importante considerar cada uma delas.

Atendendo que a educação deve promover a formação em todas as dimensões constituintes da personalidade humana, esta deixa de ficar circunscrita à esfera de atuação da escola. A responsabilidade de educar passa assim a ser partilhada por toda a comunidade, passa a ser uma responsabilidade de todos.

A educação deixa de estar confinada a um espaço singular, perpassando todas as esferas da vida quotidiana. Assume agora importância não só o conhecimento formal transmitido em contexto de sala de aula, regido por padrões definidos a nível nacional - educação formal-, mas também todo aquele que

dimana de processos de interação, convívio e de outras atividades desenvolvida fora do espaço da escola – educação não formal.

Figura 74 - Objetivos estratégicos organizados por dimensão da análise-diagnóstico



A. Desenvolvimento do sucesso escolar

Tendo presente esta visão holística da aprendizagem, pode-se inscrever o **desenvolvimento do sucesso escolar** num âmbito de intervenção mais formal, dado remeter para o cumprimento de metas e objetivos definidos a nível nacional e europeu, cuja concretização está diretamente dependente dos conhecimentos adquiridos em contexto escolar.

Esta é aliás reconhecida por todos como uma das áreas em que é manifestamente necessário intervir, indo ao encontro do compromisso formulado pelo país aquando da sua participação ativa no programa da União Europeia Quadro Estratégico de Cooperação Europeia em Matéria de Educação e Formação

(EF2020) e do seu envolvimento no Projeto Metas Educativas 2021, decorrente da Organização de Estados Ibero-americanos.

Assim, conforme revelado no programa nacional Educação 2015, toda a intervenção educativa deverá convergir para o enalce dos seguintes resultados, a seguir analisados por indicador de sucesso escolar:

Taxa de Sucesso Escolar

- Ensino Básico - Reduzir, até 2021, entre 10 e 20% a percentagem de alunos com baixo rendimento e aumentar entre 10% e 20% os alunos com melhores níveis de rendimento
- Elevar, até 2015, em quatro pontos percentuais as percentagens de classificações positivas às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (ensino público), nas diversas provas e exames nacionais, tomando por base os valores verificados no ano letivo 2009/2010.

Tabela 24 – Metas 2015 para as classificações avaliação externa, de Português e Matemática

Disciplina	Ano de Escolaridade	2015
Língua Portuguesa	4.º Ano	95,3%
Matemática	4.º Ano	92,4%
Língua Portuguesa	6.º Ano	92,0%
Matemática	6.º Ano	80,1%
Língua Portuguesa	9.º Ano	74,7%
Matemática	9.º Ano	54,8%
Português	12.º Ano	64,4%
Matemática A	12.º Ano	69,8%

Taxa de Conclusão

- Ensino Básico - Conseguir que, em 2015, entre 80% e 100% dos alunos do 1.º e 2.º ciclos de ensino terminem com a idade correspondente e, que em 2021, mais de 90% destes alunos terminem com a idade estabelecida. Em relação ao 3.º ciclo, espera-se que entre 40% e 80% destes alunos terminem este nível de escolaridade em 2015 e, que em 2021, esse valor esteja entre os 60% e os 90%.
- Ensino Secundário – Conseguir que as taxas de conclusão estejam entre 40% e 70% em 2015, e assegurar que, até 2021, entre 60% a 90% de jovens terminem o ensino secundário

Taxa de Escolarização

- Ensino Básico – Conseguir que, em 2015, 100% dos alunos esteja escolarizado no 1.º e 2.º ciclos, e que entre 60% a 95% dos alunos esteja escolarizado no 3.º ciclo, devendo este número evoluir para entre 70% e 100% em 2021.

Taxa de Pré-escolarização

- Conseguir que entre 50% e 100% das crianças dos 3 anos aos 6 anos frequentem a educação pré-escolar, e 100% em 2021

Taxa de Repetência

- Reduzir, até 2015, a percentagem do número de alunos que não transita para o ano de escolaridade subsequente relativamente ao total de alunos matriculados e avaliados num determinado ano de escolaridade, para os seguintes valores por ciclo de ensino.

Tabela 25 – Metas 2015, taxa de retenção por ano de escolaridade

Ciclo de Ensino	2015
Primeiro ciclo	2%
Segundo ciclo	5%
Terceiro ciclo	10%
Secundário	12%

Taxa de Desistência

- Reduzir, até 2015, a percentagem de alunos matriculados no sistema público de ensino aos 14, 15 e 16 anos e que não se matricularam, no mesmo sistema, no ano letivo subsequente

Tabela 26 – Metas 2015, taxa de desistência por dos 14 aos 16 anos

Nível Etário	2015
14 Anos	<1%
15 Anos	<2%
16 Anos	<4%

Taxa de Abandono Escolar Precoce

- Até 2020, a percentagem de alunos que abandonam o ensino e a formação deverá ser inferior a 10%

Por sua vez, também os resultados divulgados pela direção-geral de estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC), no que diz respeito às médias obtidas nas provas de avaliação externa, são reveladores da necessidade de se intervir na melhoria deste indicador.

Assim, tendo sido estabelecido um valor esperado em função de variáveis contextuais e em comparação com outras escolas de contexto análogo verifica-se, pela análise das estatísticas divulgadas, que grande

parte das escolas do concelho apresentam resultados, quer nas provas de aferição, quer ao nível dos exames nacionais, abaixo das médias nacionais.

Referindo-nos ao ensino básico, apenas duas escolas se situam acima do valor esperado em contexto (VEC) – Escola Secundária D. Dinis e EB de S. Martinho do Campo. Numa análise ao posicionamento face ao valor esperado estabelecido para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, verifica-se que, não obstante no que diz respeito à disciplina de Língua Portuguesa, três das sete escolas consideradas nesse estudo, se encontrarem abaixo desse valor, é na Matemática que se verificam mais e maiores diferenças entre o valor esperado (VEC) e observado (VO).

Tabela 27 – Valor esperado e observado, por escola

Escolas	Geral (às duas disciplinas)			Língua Portuguesa			Matemática		
	VO	VEC	Diferencial	VO	VEC	Diferencial	VO	VEC	Diferencial
Escola Básica d' Agrela	2,67	2,75	-0,08	2,61	2,76	-0,15	2,73	2,73	=
Escola Básica de S. Rosendo	2,35	2,75	-0,4	2,41	2,76	-0,35	2,30	2,73	-0,43
Escola Básica de S. Martinho do Campo	2,90	2,67	+0,23	2,81	2,68	+0,13	3,00	2,65	+0,35
Escola Básica de Vila das Aves	2,53	2,75	-0,22	2,61	2,76	-0,15	2,45	2,73	-0,28
Escola Básica da Ponte	2,74	2,78	-0,04	2,89	2,77	+0,12	2,58	2,78	-0,2
Escola Secundária D. Dinis	2,91	2,78	+0,13	2,98	2,77	+0,21	2,85	2,78	+0,07
Escola Secundária Tomaz Pelayo	2,70	2,75	-0,05	2,81	2,76	-0,05	2,59	2,73	-0,13

O mesmo cenário se repete no caso do ensino secundário. No cômputo geral, apenas uma das três escolas analisadas - Secundária D. Dinis - superou o valor esperado nos exames nacionais, tendo por base as médias obtidas nos exames nacionais do 12.º ano a oito disciplinas: Matemática; Português; Biologia e Geologia; Físico-Química; Geografia; História; Economia e Geometria.

Analisando o valor esperado definido para as disciplinas de Português e Matemática, os resultados continuam aquém do que seria desejável:

Tabela 28 – Valor esperado e observado exames nacionais, por escola

Escolas	Geral (às oito disciplinas)			Língua Portuguesa			Matemática		
	VO	VEC	Diferencial	VO	VEC	Diferencial	VO	VEC	Diferencial
Escola Secundária D. Dinis	9,94	9,49	+0,45	10,58	10,19	+0,39	12,96	9,87	+3,09
Escola Secundária D. Afonso Henriques	9,45	9,47	-0,02	10,30	10,23	+0,07	9,42	9,83	-0,41
Escola Secundária Tomaz Pelayo	8,86	9,69	-0,83	9,09	10,23	-1,14	9,48	9,83	-0,35

Face ao exposto, o desenvolvimento do sucesso escolar assume-se como das áreas que deverá sustentar toda a estratégia educativa local, pelo que se procurará fundamentar a importância desta ser analisada numa lógica transversal, dado permear todas as restantes áreas de intervenção prioritária a que se aludiu anteriormente.

B. Desenvolvimento sustentável

Uma dessas áreas diz respeito ao **desenvolvimento sustentável**. A educação não poderá ser plena se não integrar esta consciencialização para questões de cariz ambiental e de aproveitamento de recursos, tão fundamentais para o exercício de uma cidadania responsável. Tal remete para a importância da formação integrar não só saberes, mas sobretudo competências assentes em comportamentos, atitudes e valores.

Esta vertente está também bem presente nos objetivos e respetivos planos de ação previstos dos diferentes projetos educativos analisados. Por sua vez, estes também reconhecem que, para o desenvolvimento destes comportamentos e atitudes, é necessário não descuidar os processos de educação não formal, remetendo para importância do trabalho em rede e do envolvimento de todos os parceiros educativos para a obtenção de avanços significativos nesta área.

Estabelecendo novamente paralelismos com as metas consignadas nos documentos orientadores da estratégia educativa nacional e local, considera-se que esta área reflete a importância que é reconhecida à prática de uma educação para os valores. Assim, analisados os planos de ação definidos pelas escolas, verifica-se que priorizam o desenvolvimento de atividades que promovam a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente corretos. Não obstante também reconhecerem os avanços significativos a este nível, ainda que salientem a necessidade de práticas mais generalizadas e consistentes.

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável entronca também no objetivo considerado transversal às diferentes áreas: o de procurar sempre concertar, partilhar e articular recursos. Só desta forma se poderá ver potenciados os resultados das ações que possam vir a realizar no âmbito desta e de outras áreas de intervenção.

C. Desenvolvimento da cidadania

Por sua vez, o desenvolvimento de atitudes e comportamentos ambientalmente responsáveis irá também confluir para o exercício de uma cidadania plena, a qual a escola deverá procurar refletir nas próprias dinâmicas de funcionamento interno. Esta é aliás instituída como uma área transversal que deve ser abordada em todas as disciplinas – decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

O referido diploma destaca assim a função da escola de formar pessoal e socialmente os seus alunos, referindo que esta deve “desenvolver projetos e atividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, designadamente educação cívica, educação para a saúde, educação financeira, educação para os media, educação rodoviária, educação para o consumo, educação para o empreendedorismo e educação moral e religiosa” (artigo 15.º do referido diploma), todas estas componentes fundamentais para uma educação/ formação que se pretende integral.

Partindo da dinamização destes e de outros projetos/atividades, entende-se assim que qualquer estratégia educativa local deverá passar pela promoção de uma “cultura de escola”, com participação ativa, qualidade, regras, disciplina e valores da cidadania.

Mas, se por um lado, este objetivo de formar integralmente o indivíduo e de, simultaneamente, proporcionar-lhe o acesso a percursos educativos de qualidade, faz elevar sobremaneira as responsabilidades assumidas pelas escolas, por outro lado vem também implicar e comprometer toda a comunidade envolvente.

D. Desenvolvimento da responsabilidade social

Assim, à escola convirá reforçar a sua atuação como espaço cultural, informativo, formativo e comunitário – desenvolvimento da responsabilidade social. Mas também será desejável que articulem a sua ação com as organizações que intervêm a esses níveis, uma lógica integrada e concertada.

E. Desenvolvimento da inclusão

Para além de proporcionar respostas educativas integradas e de qualidade, outra das áreas prioritárias de intervenção das escolas deverá ser garantir uma igualdade efetiva de oportunidades, consagrando alternativas adequadas e flexíveis, que preparem os jovens para a vida. Daí a importância de se

delinearem planos de ação que favoreçam a promoção de uma efetiva inclusão escolar, social e profissional, - desenvolvimento da inclusão - como:

- Combate ao abandono escolar precoce, através da criação de novas respostas educativas e/ou do encaminhamento escolar de crianças e jovens para respostas já existentes;
- Desenvolvimento de competências pessoais, sociais e cognitivas por via da educação formal e não formal, através, por exemplo, da abordagem de temáticas como a educação para a saúde (educação sexual, alimentar, higiene pessoal, prevenção das toxicodependências);
- Corresponsabilização dos familiares no processo de supervisão parental, através da dinamização de atividades inseridas no âmbito de atuação da designada “Escola de Pais”;
- Criação de respostas educativas/percursos formativos flexíveis e adaptados às necessidades individuais de cada aluno, ora direcionadas para o prosseguimento de estudos, ora favorecedores de uma maior inserção profissional;
- Melhorar a inclusão educativa dos alunos com necessidades educativas, proporcionando apoios educativos especializados a cada situação
- Atividades que promovam o desenvolvimento de competências e a sensibilização para áreas de importância emergente, tais como a inclusão digital e o empreendedorismo.

Intervindo ao nível das áreas conducentes ao desenvolvimento da inclusão, dever-se-á ainda procurar atingir as seguintes metas previstas nos referidos documentos estratégicos em matéria de educação e formação:

Taxa de Inserção Profissional

- Cursos profissionais e CEF – Em 2021, entre 50% e 75% dos jovens que terminam estas formações sejam inseridos no mercado de trabalho em áreas associadas à formação frequentada;
- Conseguir que, em 2015, entre 30% a 70% dos alunos do ensino técnico profissional realizem estágios nas empresas e entre 70% e 100% o façam em 2021.

Taxa de Escolarização dos Alunos com NEE

- Conseguir que, em 2015, entre 30% e 60% destes alunos esteja integrado na escola regular e que, em 2021, essa percentagem oscile entre 50% e 80%.

Taxa de Alfabetização

- Assegurar uma taxa de alfabetização na região acima dos 95% em 2015 e que entre 30% a 70% das pessoas recentemente alfabetizadas continuem a estudar

Aprendizagem ao Longo da Vida

- Conseguir que 20% dos jovens e adultos participam em atividades de formação em 2021.

É necessário também levar em linha de conta que a participação, o envolvimento e o comprometimento da comunidade educativa no encalce dos objetivos e metas a definir para cada área de intervenção prioritária, estão intimamente relacionados e dependentes da identificação que possam vir a desenvolver para com esses objetivos e metas. Estes devem, assim, perspetivar que foram também ouvidos e considerados, contribuindo para a sua definição e formulação. Por outro lado, devem também rever-se nesses objetivos, identificando claramente quais as suas responsabilidades na respetiva concretização.

F. Desenvolvimento da identidade/sentimento de pertença

Para favorecer o **desenvolvimento** desta **identidade/sentimento de pertença**, poder-se-á optar por dinamizar atividades que permitam a intensificação dos espaços de diálogo e intercâmbio entre todos os elementos da comunidade educativa e, por inerência, a melhoria dos níveis de comunicação interna e externa.

Pese embora os contributos que resultaram da análise aos projetos educativos das escolas identificadas, a definição das áreas prioritárias de intervenção e dos correspondentes objetivos e planos de ação terão que impreterivelmente envolver uma negociação e concertação entre todos os parceiros.

O que se procurou aqui foi desvendar e denunciar uma possível direção para os caminhos a trilhar, não obstante de também se reconhecer que, ao longo do percurso, esta poderá ser sempre alterada e/ou ajustada em função de uma melhor prossecução dos objetivos estratégicos a que o concelho de Santo Tirso se propuser.

2.5. Estruturas locais/municipais de apoio e redes de parcerias e projetos socioeducativos existentes no Município

2.5.1. Santo Tirso Cidade Educadora

O Município de Santo Tirso pertence, desde 2010, à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), e por inerência à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE).

O designado movimento das Cidades Educadoras teve início no ano de 1990, em Barcelona, onde um grupo de cidades, com o objetivo de trabalhar conjuntamente em projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, outorgou uma série de princípios, assumindo-os como modelo de atuação e sintetizados na Carta das Cidades Educadoras (1994).

Esta Declaração de Princípios, assinada por cada município aderente, é o marco para a definição de políticas integradas, partilhadas, de âmbito global, que visam a qualidade de vida dos cidadãos, agentes interventores na cidade ao longo da vida.

Não obstante, e considerando a natureza transversal da função de educar que está presente nas diversas políticas e atuações desenvolvidas nas cidades, entende-se que esta deverá ser assumida igualmente pelas diversas outras instituições públicas e privadas, agentes educadores não formais e informais que estão na cidade e que são a cidade.

Este é o desafio das sociedades modernas: garantir que estas instituições trabalhem em rede, de forma articulada, de modo a garantir o acesso de todos à rede educadora, à rede da informação, e que a educação chegue a todos e de igual forma ao longo da vida.

Ser cidade educadora é um compromisso de todos (municípios, sociedade civil pública e privada), na construção de uma cidade mais educadora, cidadã, democrática e solidária, assente na premissa de que a Educação é um direito e uma responsabilidade de todos.

O Município de Santo Tirso, subscrevendo os princípios consignados na Carta das Cidades Educadoras, firmou o compromisso de, através das suas políticas, procurar desenvolver as suas potencialidades educativas, contribuir para o debate e partilha de ideias, problemáticas e experiências entre as cidades educadoras e colaborar com os restantes parceiros nos projetos de estudos e atividades a desenvolver neste âmbito.

Ao integrar a Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras o município participou já em 6 boletins através da elaboração de artigos sobre diversos projetos socioeducativos desenvolvidos no município pela autarquia ou outras parceiros, nomeadamente escolas e outras instituições.

No âmbito deste compromisso e, na qualidade de Cidade Educadora, o município de Santo Tirso participou já em diversas iniciativas, designadamente, no XII Congresso Internacional das Cidades Educadoras, abril de 2012 - Comunicação: *“Santo Tirso, Município Eco XXI”*; no IV Congresso Nacional das Cidades Educadoras, maio de 2011- Comunicação: *“Parceria para a Regeneração Urbana”*; no V Congresso Nacional das Cidades Educadoras, maio de 2013 - Comunicação: *“Projeto Incluir Educando na Esteira da Igualdade de Género na autarquia de Santo Tirso”*.

Reconhecendo os desafios colocados às sociedades modernas, Santo Tirso tem assim procurado empreender uma estratégia integrada, consistente, com vista ao bem-estar social e à melhoria da qualidade do ambiente, concretizando muitos dos princípios, consignados na Carta das Cidades Educadoras. Em termos operacionais, e em resultado de um processo participativo que envolveu toda a comunidade do município, o projeto desencadeou diversas iniciativas com o objetivo de desenvolver Santo Tirso como Cidade Educadora e Sustentável, Cidade Educadora e Verde e Cidade Educadora e Criativa.

O município de Santo Tirso, na qualidade de Cidade Educadora e enquanto promotor de um desenvolvimento integrado, equitativo e sustentável, em todas as suas dimensões, nomeadamente, social, económica, ecológica, cultural, urbanística, política e ambiental, e que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, compromete-se a:

- Promover a cidadania
- Educar para a informação
- Educar para a formação
- Criar boas práticas ambientais e sustentáveis
- Promover a qualidade de vida
- Promover o conhecimento
- Criar uma sociedade mais justa e inclusiva
- Potenciar a criatividade de base tecnológica e cultural
- Fomentar as parcerias entre entidades
- Valorizar os espaços públicos
- Consciencializar o Presente rumo a um Futuro sustentável

2.5.2. Projetos Socioeducativos dinamizados pela Autarquia

A Câmara Municipal de Santo Tirso, consciente do seu papel na promoção de Santo Tirso como Cidade Educadora, aposta na definição de políticas com impacto local e regional, nas diversas áreas de desenvolvimento: social, cultural, urbanístico, ambiental, físico e, naturalmente, educacional. Esta aposta assenta nos princípios da igualdade, inovação, qualidade e qualificação.

Com o Programa Agenda 21 Local, em 2005, teve início a definição conjunta de prioridades para um desenvolvimento sustentável do concelho nas vertentes: social, ambiental e económica.

A realização de parcerias e protocolos com entidades públicas e privadas é já uma prática enraizada na autarquia, no sentido de promover uma articulação e uma coresponsabilização entre os diferentes agentes sociais intervenientes no desenvolvimento socioeconómico da região e na procura de soluções que proporcionem melhores condições de vida aos munícipes.

Refira-se ainda que a autarquia investiu também na criação, recuperação e requalificação de espaços físicos e culturais com uma forte componente socioeducativa, nomeadamente, a Biblioteca Municipal, o Museu Municipal Abade Pedrosa, o Centro Cultural de Vila das Aves, o Centro Interpretativo do Monte Padrão, a Nave Cultural, o Centro Interpretativo da Fábrica do Teles, a Cooperativa de Apoio e Integração do Deficiente (CAID) e o Parque Urbano da Rabada e o Parque Urbano da Ribeira do Matadouro.

Em suma, a autarquia, em cooperação com outras instituições e entidades, desenvolve projetos socioeducativos de intervenção ao nível da educação, da ação social, da saúde, desporto e estilo de vida saudável, da cultura e preservação do património, do ambiente e do desenvolvimento sustentável, do urbanismo e qualidade de vida e do empreendedorismo e inovação.

2.5.2.1. Projetos socioeducativos – Educação

Universidade Júnior

Este projeto, fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a Universidade do Porto (UP), tem como objetivos auxiliar os jovens alunos a escolher e a construir os seus percursos académicos e contribuir para a redução do abandono escolar.

Assim sendo, tem em vista a participação de estudantes do ensino básico e secundário do Concelho de Santo Tirso nos Cursos de Verão que a UP realiza. Esta pareceria visa desenvolver espaços de cooperação entre as escolas básicas e secundárias e a UP, para motivar os jovens para a área das ciências e das humanidades. De acordo com as cláusulas deste protocolo, a UP compromete-se, na medida da capacidade disponível, a aceitar estudantes do Concelho de Santo Tirso, que sejam selecionados pelas Escolas e apoiados pela Câmara Municipal.

Cabe à UP a divulgação da oferta, nomeadamente na Internet (<http://universidadejunior.up.pt>). A CMST compromete-se a apoiar os jovens na divulgação do programa nos estabelecimentos de ensino e a garantir-lhes o transporte gratuito entre a zona de residência e as Faculdades da Universidade do Porto onde decorrem as atividades.

Aos alunos interessados em participar na Universidade Júnior caberá, naturalmente, a responsabilidade de formalizarem a respetiva inscrição individual na Universidade Júnior, o maior programa nacional de aproximação da Escola à Universidade.

2.5.2.2. Projetos socioeducativos – Ação social

Projeto In'Tegr@r

A Câmara Municipal de Santo Tirso, em parceria com a Câmara Municipal da Trofa, e sob a coordenação e gestão da Cooperativa de Apoio e Integração ao Deficiente (CAID), concluiu, recentemente, o projeto In'Tegr@r (Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social- CLDS), cujo objetivo é promover a inclusão social dos cidadãos através de metodologias fundadas em processos participados e de parcerias, mediante o desenvolvimento de atividades com caráter multidimensional. Este projeto incluiu ações de intervenção obrigatória relacionadas com necessidades identificadas no diagnóstico e nos planos de desenvolvimento social dos concelhos de Santo Tirso e Trofa. O plano de ação/intervenção teve ainda em linha de conta o facto de este projeto ser desenvolvido num território industrializado e com forte desqualificação. A lógica de intervenção, com base na concentração de recursos, processou-se em quatro eixos: Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação; Eixo 2 – Intervenção familiar e parental; Eixo 3 – Capacitação da comunidade e das instituições; Eixo 4 – Informação e acessibilidade.

Ao nível do Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação, esteve em funcionamento o Gabinete de Apoio ao Emprego e Empregabilidade (GAEE) que ofereceu atendimento na área de empregabilidade para acompanhamento do processo de inserção e/ou qualificação ou requalificação profissionais e apoio ao empreendedorismo, nomeadamente através de outros programas e instrumentos de apoio, tais como

empresas de inserção, cooperativas e microempresas; o desenvolvimento de ações de incentivo à articulação entre empregadores e potenciais empregados, escolas profissionais e centros de formação, e de sensibilização e informação dirigidas aos agentes económicos. A dinamização deste gabinete, revelou-se de extrema importância e necessidade, dado que o aumento da taxa de desemprego é um dos principais problemas que afeta o território de intervenção. Com este serviço pretendeu-se dar as respostas, possíveis, a este flagelo social dirigindo-se, sobretudo, à população desempregada. Para além dos atendimentos, foram dinamizadas sessões de Ativação para a Empregabilidade, inseridas no Programa Ativ_@rte (programa de formação geral do Projeto In'Tegr@r). Com estas sessões pretendeu-se desenvolver competências pessoais para uma procura de emprego mais eficaz, sem esquecer as questões da autoestima e da imagem pessoal, passando pelos programas de incentivo à criação do próprio negócio.

No Eixo 2 – Intervenção Familiar e Parental, assumiu particular importância o Centro de Recursos e Qualificação (CRQ), sendo que este tem como objetivo o apoio à comunidade e às famílias, nomeadamente ao nível do planeamento familiar, informação-formação-educação para a cidadania e direitos humanos, grupos de autoajuda, atividades para o desenvolvimento pessoal, treino de competências sociais e pessoais, gestão doméstica, definição de projetos de vida, identificação e diagnóstico de fatores de stress e de risco nas famílias e intervenção em situações de crise. Relativamente às atividades desenvolvidas neste eixo, o Centro de Recursos e Qualificação, com ação em cada um dos concelhos envolvidos, assume-se como um espaço que disponibiliza à população, nomeadamente junto de famílias problemáticas, uma panóplia diversificada de informação e atividades suscetíveis de eliminar/minorar fatores geradores de situações de risco social e de as capacitar no sentido da sua autonomização face aos serviços de apoio social. Das atividades previstas para este eixo de intervenção foram desenvolvidas sessões para ativação da cidadania, nomeadamente, sessões em parceria com a PSP de Santo Tirso sobre “Segurança Pessoal na Deficiência”, sessões sobre direitos do Consumidor, em parceria com o CIAC (Centro de Informação Autárquico ao Consumidor), Educação Parental, de (in)formação e sensibilização dirigidas a jovens, constituição do Grupo de alcoólicos Abstinentes em Santo Tirso.

Quanto ao Eixo 3 – Capacitação da Comunidade e das Instituições – as ações definiram-se em 3 níveis distintos: capacitação das instituições locais; capacitação das comunidades locais; atividades de expressão artística. Ao nível da capacitação das instituições locais pretendeu-se intervir junto de algumas IPSS's do concelho de Santo Tirso e de Comissões Sociais de Freguesia da Trofa, com vista à adoção de novas práticas de ação ao nível da sua gestão, melhoria e inovação dos seus serviços e da satisfação do público-alvo. Na capacitação das comunidades locais foram dinamizadas atividades em 4 níveis distintos e visavam capacitar: 1. Moradores dos complexos habitacionais com vista à aquisição de competências

de reabilitação de espaços exteriores; 2.Cuidadores e técnicos de intervenção com idosos e pessoas com deficiência tendo como objetivo a melhoria dos cuidados prestados; 3.Grupos de voluntariado tendo em vista a dinamização dos mesmos; 4.Formação em puericultura; Em Santo Tirso foi ainda dinamizado um grupo de expressão teatral com os utentes da CAID. O Eixo 4 – Informação e Acessibilidades – contemplou, essencialmente, ações de formação e ações facilitadoras do acesso às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) orientadas para pessoas de todos os estratos etários. Em Santo Tirso, muitas actividades foram desenvolvidas em alguns centros de dia e nos conjuntos habitacionais de gestão municipal, com recurso à net.sobre_rod@s, uma unidade móvel adaptada às TIC. Para além da formação desenvolvida nesta unidade, foi também dada formação em sala, nomeadamente num centro de convívio.

2.5.2.3. Projetos socioeducativos – Saúde, desporto e estilo de vida saudável

Regime de Fruta Escolar

O Município de Santo Tirso congratula-se com o facto de ter sido um dos primeiros a aderir ao Regime de Fruta Escolar (RFE). O RFE é fundamental para ativar a adoção de hábitos de alimentação mais saudáveis e promover a mudança de comportamentos desde a infância. O RFE reveste-se de maior importância se atendermos ao facto de que Portugal está, neste momento, entre os países europeus com maior número de crianças com excesso de peso, transformando a obesidade infantil num dos grandes problemas de saúde pública, que urge combater, sob pena de levar à obesidade na idade adulta, com inúmeros problemas de saúde a ela associados.

A recetividade verificada, ao longo da implementação desta iniciativa, é também reflexo da forma como tem vindo a ser acompanhado todo o processo, fazendo com que as crianças se sintam parte ativa e participativa no seu próprio processo de alimentação.

No ano letivo 2011/2012 este programa foi dirigido a 2.301 alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e envolveu uma verba de €25.200,00, desde o início do ano letivo até ao seu término, correspondente a 2 entregas semanais, em regime contínuo, traduzindo-se no total de unidades em 157.500 peças de fruta diversificadas (maçã, pera, clementina, tangerina, banana, laranja, tomate e cenoura). Neste ano letivo, foi dada continuidade ao RFE na Educação Pré-Escolar, nos mesmos moldes do 1º Ciclo, a 957 alunos, envolvendo a quantia de €8.640,00, 2 entregas semanais, em regime contínuo, traduzindo-se o total de unidades em 54.000 peças de fruta igualmente diversificadas.

Jornadas Desportivas Interescolas

As Jornadas Desportivas Interescolas têm como principal objetivo a promoção da atividade física junto dos jovens e potenciar um estilo de vida saudável. Estas são promovidas pela Câmara Municipal de Santo Tirso e envolvem toda a população estudantil. Neste projeto são dinamizadas atividades físicas e desportivas, nomeadamente, caminhadas em percursos pedestres concelhios, corta-mato concelhio onde participam alunos oriundos das escolas básicas e secundárias do Concelho.

2.5.2.4. Projetos socioeducativos – Cultura e património

A poesia está na rua

Previamente descrita na parte referente à caracterização cultural do município, a iniciativa *A Poesia Está na Rua* destaca-se pela visibilidade que dá à poesia. Saliente-se que este projeto foi apresentado no Seminário Internacional Projetos Inovadores em Educação e Formação – Dinâmicas de participação, implicação e inovação educacional, realizado na Universidade Católica Portuguesa, em maio de 2013.

A Semana da leitura

A Semana da Leitura é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal que consiste na realização de ações de promoção do livro e da leitura, na Biblioteca Municipal e em articulação com as Bibliotecas Escolares com o principal objetivo de valorizar a leitura e a sua prática, no sentido de estimular a imaginação e a criatividade, junto das crianças e jovens, mas também da população adulta. Neste sentido, cada Escola/Biblioteca dinamiza atividades de promoção de leitura que envolvam as crianças, os jovens e a comunidade.

As Rodas de Leitura

Com o mesmo intuito, a Câmara Municipal promove ainda a iniciativa As Rodas de Leitura, desenvolvida na Biblioteca Municipal e que consiste na realização de sessões conduzidas por um convidado especial, seja um autor, um ator, um crítico, um professor de literatura ou um especialista das mais diversas ciências ou áreas de conhecimento que, juntamente com os participantes, procuram compreender melhor um tema, uma obra ou um autor. O principal objetivo é criar um espaço aberto ao debate e à reflexão, dirigido a pais, educadores, professores, técnicos de biblioteca e outros mediadores da leitura.

Comunidade de Leitores

A Comunidade de Leitores nasceu a partir dos livros, do prazer de os ler e falar deles. Atividade promovida pela Câmara Municipal de Santo Tirso que desenvolve a discussão e troca de opiniões entre os seus participantes, em encontros quinzenais realizados no Centro Cultural de Vila das Aves. Esta iniciativa é aberta à comunidade local e conta também com a participação de alunos de cursos diurnos e noturnos do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques.

Hora do Conto

Iniciativa desenvolvida no Centro Cultural de Vila das Aves que engloba espetáculos de narração orientados para os mais pequenos, mas também para os adultos, nomeadamente, pais e avós. Este projeto iniciou no presente ano uma atividade em articulação com a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe. Esta atividade é também realizada em articulação com as escolas do 1º ciclo.

Ciclo de Teatro para a Infância

O investimento cultural dirigido ao público infantil tem sido uma preocupação constante da Câmara Municipal de Santo Tirso, com o objetivo de, desde muito cedo, despertar e motivar o interesse dos mais jovens pelas artes. Neste sentido realiza-se este ano o V Ciclo de Teatro para a Infância, a decorrer no Centro Cultural de Vila das Aves, que se traduz na apresentação regular de peças de teatro dirigidas em especial aos mais novos, possibilitando-lhes, desta forma, um primeiro contacto com esta arte de palco e, ao mesmo tempo, desenvolver o gosto pelo teatro.

O Ciclo de Teatro para a Infância é também uma forma de dar a conhecer o trabalho de diversas companhias de teatro que, cada vez mais, têm apostado na produção de espetáculos dirigidos a crianças e jovens, numa tentativa de formação de novos públicos.

Apresentados aos sábados de manhã, os espetáculos que integram este ciclo são também um convite para que, não apenas os mais novos, mas também os pais e avós partilhem com os primeiros essas experiências artísticas.

Ciclo de Jazz de Santo Tirso

Iniciado em 2008, o Ciclo de Jazz de Santo Tirso decorre no Centro Cultural de Vila das Aves e tem por objetivo promover o gosto pelo jazz, através da promoção de concertos com os mais destacados instrumentistas e cantores de jazz do panorama nacional e internacional, assim como, a realização de workshops, formações e outras iniciativas sobre este género musical.

Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso

Previamente descrito na parte referente à caracterização cultural do município, o Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso resulta da estreita parceria entre a Câmara Municipal de Santo Tirso e a ARTAVE - Escola Profissional Artística do Vale do Ave, criada em 1989. Saliente-se que esta é uma instituição pioneira no ensino profissional artístico, sendo um modelo de sucesso no ensino da música em Portugal, com resultados ao mais alto nível e carreiras profissionais de sucesso.

De realçar a componente educativa do formato deste festival que integra não só concertos, como também a realização de cursos/workshops. Esta vertente do trabalho prático junto de mestres credenciados é muito relevante para os jovens músicos que, deste modo, podem privar e aprender com professores de reconhecido mérito, assim como, contactar com outros métodos pedagógicos e outras dimensões técnicas e artísticas, fundamentais para o desenvolvimento da sua maturidade musical.

Museu Internacional de Escultura Contemporânea (MIEC)

Previamente descrito na parte referente à caracterização cultural do município, o projeto do *Museu Internacional de Escultura Contemporânea* (MIEC) de Santo Tirso, que tem por missão desenvolver um espaço de diálogo e confronto de várias correntes artísticas contemporâneas, de divulgação da arte contemporânea e de debate do papel da arte pública; para além da realização de simpósios, desenvolve um conjunto de outras atividades de carácter lúdico-pedagógico.

2.5.2.5. Projetos socioeducativos – Ambiente e desenvolvimento sustentável

“Municípios ECO XXI”

Desde 2005 que o Município de Santo Tirso se candidata ao projeto “Municípios ECO XXI” da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). Este projeto visa distinguir as boas práticas desenvolvidas a nível local, nomeadamente nos aspetos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade. Inspirado nos objetivos da Agenda 21, procura, através de um sistema de 23 indicadores e diversos subindicadores, avaliar diversas vertentes da sustentabilidade desde a gestão de recursos, à informação aos munícipes passando pela energia, mobilidade, floresta, resíduos, conservação da natureza e biodiversidade, turismo, ordenamento do território, qualidade do ar e da água, agricultura sustentável, emprego, entre outros. As boas práticas de sustentabilidade no concelho de Santo Tirso valeram à autarquia, nos últimos cinco anos (2008, 2009, 2010, 2011 e 2012) a atribuição do Galardão ECOXXI (Bandeira Verde).

Programa Eco-Escolas

O Eco-Escolas é um Programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável coordenado em Portugal pela Associação da Bandeira Azul da Europa (ABAE)/Fundação para a Educação Ambiental (FEE). A Autarquia de Santo Tirso é um município parceiro neste programa, que se destina a todos os graus de ensino e visa encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade; estimular o hábito de participação envolvendo ativamente as crianças e os jovens na tomada de decisões e implementação das ações; motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário; fornecer formação, enquadramento e apoio a muitas das atividades que as escolas desenvolvem; divulgar boas práticas e fortalecer o trabalho em rede a nível nacional e internacional; contribuir para a criação de parcerias e sinergias locais na perspetiva de implementação da Agenda 21 Local. A metodologia seguida pelo Programa é fortemente influenciada pelo processo da Agenda 21 constituída por 7 etapas: 1.Criação do Conselho Eco-Escolas; 2.Realização de um Auditoria Ambiental; 3.Elaboração do Plano de Ação; 4.Monitorização/Avaliação; 5.Trabalho curricular; 6.Informação e Envolvimento da Comunidade; 7.Elaboração do Ecocódigo. Em termos temáticos deverão ser tratados por todas as Eco-Escolas os temas base, um tema do ano, e ainda, opcional mente outros temas. Uma escola que pretenda ser reconhecida com a Bandeira Verde Eco-Escolas deverá apresentar a sua candidatura na qual demonstrará o cumprimento da metodologia e dos temas de trabalho propostos, bem como das ações programadas. No ano letivo 2011/2012 foram galardoados 15 estabelecimentos de ensino do concelho.

Clubes de Proteção Civil: *A nossa escola - Antes que seja tarde*

O projeto “Clube de Proteção Civil” surgiu da parceria entre a Câmara Municipal de Santo Tirso, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e as escolas do concelho. A constituição dos clubes nos estabelecimentos de ensino permite o envolvimento da comunidade educativa e desempenham um importante papel na educação para a cidadania e na formação de cidadãos responsáveis, nomeadamente ao: Informar a população escolar sobre os riscos coletivos; Educar para as medidas preventivas e de autoproteção; Promover atitudes e comportamentos adequados em situações de emergência; Incentivar ao voluntariado em prol de uma sociedade mais solidária e responsável; Envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança. Neste contexto e no âmbito do projeto de sensibilização “...Antes que seja tarde...”, promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso são desenvolvidas várias atividades e sessões de sensibilização relativas aos planos de prevenção e emergência de proteção civil de estabelecimentos de ensino do concelho. Trata-se de um projeto anual, com comemoração do evento “Dia da Proteção Civil”, em parceria com a Autoridade Nacional de

Proteção Civil, dirigido à população escolar e em que participam as escolas aderentes ao projeto "Clubes de Proteção". O concelho conta já com 14 clubes de proteção civil em funcionamento nas escolas e 1764 jovens participaram no projeto "Vigiar para Preservar", desde 2008.

Futuro – Projeto das 100.000 Árvores da AMP

A Câmara Municipal de Santo Tirso aderiu ao projeto "FUTURO- Projeto das 100.000 árvores na Área Metropolitana do Porto". Este projeto intervém ao nível da sustentabilidade ambiental, cuja palavra-chave é: FUTURO, porque não existe futuro sem árvores. Este projeto nasceu no contexto do Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE.Porto) e é coordenado pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa e pela Área Metropolitana do Porto.

Este projeto visa criar floresta nativa nos 16 municípios da região e também promover a cidadania metropolitana em prol da sustentabilidade ambiental. Esta intervenção resulta da necessidade de enriquecer, nesta zona, a biodiversidade, sequestrar carbono, melhorar a qualidade do ar, proteger os solos e contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Em suma, o objetivo central deste projeto é o de aumentar e melhorar a qualidade da área de floresta autóctone na Área Metropolitana do Porto (AMP) através de um processo colaborativo no qual têm um papel fundamental as autarquias, os cidadãos, os proprietários florestais, as associações, as instituições de ensino, as entidades governamentais e as empresas.

O projeto tem uma duração de cinco anos e visa promover ações de sensibilização no município, dirigidas a toda a população. Realizam-se também ações interventivas, nomeadamente, plantação de árvores, ações de cuidado do bosque nativo recentemente plantado em Santo Tirso (Castro de Monte Padrão), desde a realização de caldeiras em torno das árvores plantadas, à limpeza entre caldeiras e à avaliação da taxa de sobrevivência das árvores plantadas na área do Castro do Monte Padrão. Só no Castro Padrão foram já plantadas (entre outubro de 2011 e fevereiro de 2012) cerca de 3.500 pilriteiros, aveleiras, carvalhos e medronheiros. A Câmara Municipal de Santo Tirso desenvolve esta atividade em parceria com a ASVA (Associação de Silvicultores do Vale do Ave) e integra o programa oficial do "*Fascination of Plants Day*".

Semana da Energia e do Ambiente à velocidade do sol

A Câmara Municipal dinamiza a Semana da Energia e do Ambiente à velocidade do sol, em parceria com a AdePorto (Agência de Energia e do Ambiente do Porto), período durante o qual decorrem várias iniciativas, desde oficinas de escultura com água, mostras de cinema e animação e baile dos gordos no âmbito das ações de animação do Parque Urbano da Rabada (PRU) e outros locais do concelho.

Semana Europeia da Mobilidade

O município participou também na prova intermunicipal Corrida com Carrinhos Solares que permitiu apurar os 3 vencedores que representaram nesta final o respetivo Município. Nesta final estiveram envolvidos 93 alunos, 21 Professores e 21 estabelecimentos de ensino de 3º ciclo e secundário dos Municípios Associados da AdEPorto – Agência de Energia do Porto (Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde) tendo como principal objetivo a conceção e construção de carrinhos solares. Santo Tirso venceu a Final Intermunicipal do 'À Velocidade do Sol'. O primeiro lugar do pódio foi ocupado pela equipa do 'ESDAH Solar' concebido pelos alunos do 10º ano da Escola Secundária D. Afonso Henriques em Santo Tirso.

2.5.2.6. Projetos socioeducativos – Urbanismo e qualidade de vida

Parceria para a Regeneração Urbana (PRU)

A Câmara Municipal desenvolveu uma parceria que uniu várias entidades (Direção Regional da Educação do Norte, a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, o Café do Rio, a Fundação Santo Thyrsó e a Associação Recreativa da Torre) em torno de um objetivo comum: a Regeneração Urbana da Margens do Ave. Surge assim a Parceria para a Regeneração Urbana (PRU), projeto pioneiro, que visa uma intervenção transversal nos fins (material e imaterial) e no meio (parceria), ao nível da revitalização e qualificação das margens do Ave na cidade de Santo Tirso. Pretende tornar as frentes ribeirinhas do Rio Ave um espaço de sociabilidade e fruição para todos os habitantes, turistas e visitantes.

Este projeto visa intervir ao longo de toda a zona ribeirinha do coração do concelho, no sentido de devolver o rio à cidade. A união das entidades nesta parceria tornou possível uma intervenção de 10 milhões de euros, em 251 ha ao longo de 3,5 km de frente ribeirinha, abrangendo oito freguesias: Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, São Miguel do Couto, Burgães, Sequeirô, Lama, Areias e Palmeira. A intervenção a que a frente ribeirinha está a ser sujeita é transversal no tipo de obras a realizar, no tipo de destinatários das mesmas e tem como fator inovador o facto de à intervenção física ser acrescentada a vertente imaterial e muitas vezes esquecida, mas fundamental para que o investimento realizado seja vivido pela população: a ANIMAÇÃO, O VIVER O RIO. A PRU-Margens do Ave está a revolucionar o conceito de viver o Rio Ave e a revitalizar toda uma região fundamental e de uma importância incomensurável para a cidade: a sua origem, o Rio Ave. Este projeto é um transversal cuja intervenção, dada a sua amplitude e transversalidade, está a revolucionar o conceito de viver Santo Tirso. Ao longo de

toda esta área desenvolvem-se inúmeras atividades e projetos de carácter socioeducativo, nomeadamente, desde aulas de ginástica, concursos de pesca, entre outros.

Projeto “Inventar a Cidade”

O Município de Santo Tirso viu aprovada a sua candidatura ao concurso “Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano”, do Eixo IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional – POVT/ Quadro de Referência Estratégico Nacional, (aprovadas 13 candidaturas) com a designação “Inventar a Cidade”. As candidaturas às Ações Inovadoras inserem-se na Política de Cidades POLIS XXI, que visa assegurar que as cidades sejam territórios de inovação e competitividade, de cidadania e coesão social, de qualidade de ambiente e de vida, bem planeados e bem governados. Estas candidaturas são feitas em concursos abertos, com objetivos e montantes predefinidos. Com a Candidatura apresentada pela Autarquia vão realizar-se os seguintes projetos: Projetos de execução da proposta vencedora EUROPAN 9 para o desenvolvimento do Vale da Ribeira do Matadouro; Obra de Beneficiação da Praça General Humberto Delgado e área envolvente; Ações de formação para a animação dos espaços públicos da cidade; Animação do espaço público. Este projeto visa criar soluções inovadoras, promover hábitos de vida saudáveis, dinamizar a vida urbana, valorizar a Identidade e a paisagem urbana, envolver os cidadãos e incentivar à sua participação social, em suma, utilizar de forma sustentável o espaço público com vista à melhoria da qualidade de vida da população.

A título de exemplo, a criação do Parque Urbano da Ribeira do Matadouro tem como finalidade requalificar ambientalmente uma área com fortes aptidões paisagísticas, em terrenos que integram a antiga “Quinta do Tapado”, uma unidade agrícola encaixada no vale da ribeira do Matadouro. Esta área que se insere na proposta de estrutura verde urbana da cidade e estrutura ecológica municipal colmata a zona central da cidade de Santo Tirso, e constitui conjuntamente com os terrenos pertencentes ao Mosteiro de S. Bento e do vale do Rio Ave uma cintura verde da área construída. Pretende-se criar um espaço verde voltado para a interpretação da Natureza, aberto à população e estimulando formas ativas e passivas de recreio. Vão ser criados percursos interpretativos, uma ciclovia, estruturas interpretativas em fibra de vidro, centro de pedagogia e ambiente, que se inserem na “Rota das Esculturas”, conceito enquadrado nas orientações da “Agenda 21 Local.

O projeto é particularmente sensível no que se refere à preservação da vegetação arbórea existente e à integração dos equipamentos existentes e a construir. Pretende-se ainda a articulação deste espaço com o Museu Internacional de Escultura Contemporânea.

2.5.2.7. Projetos socioeducativos – Empreendedorismo e inovação

Projeto Fábrica de Santo Thyrsó

Fundada em 1898, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó foi uma das mais emblemáticas fábricas do Vale do Ave, coração da Indústria Têxtil e do Vestuário portuguesa. Localizada na margem esquerda do Rio Ave, e próxima do centro da cidade, a fábrica constitui uma referência incontornável na memória coletiva de Santo Tirso e um espaço fundamental na compreensão do desenvolvimento da região e da indústria. É neste espaço de elevado simbolismo que está a ser concretizado um importante processo de regeneração urbana traduzido no desenvolvimento de um Quarteirão Cultural e Criativo em torno do sector Moda, agora designado Fábrica de Santo Thyrsó.

O projeto Fábrica de Santo Thyrsó inspira-se em algumas das mais interessantes políticas e estratégias de revitalização e desenvolvimento urbano atuais, com uma aposta clara na articulação entre o fomento de indústrias culturais e criativas nas cidades e os processos de regeneração urbana.

Os diferentes projetos que se inserem no processo de regeneração deste Quarteirão pretendem torná-lo simultaneamente, num espaço de trabalho, de negócios, de experimentação e inovação, de cultura, de fruição e lazer. Através desta dinâmica conjunta, diversificada e multifuncional (reunindo serviços, comércio e restauração) é possível favorecer um espaço criativo, sólido e atrativo, na Fábrica de Santo Thyrsó, tendo por base atividades ligadas à área da Moda.

A aposta e o investimento no Quarteirão Cultural e Criativo da Fábrica de Santo Thyrsó afiguram-se determinantes para projetar Santo Tirso e o Norte de Portugal como eixo cultural, comercial e turístico no âmbito da Moda e do Design.

Da Fábrica de Santo Thyrsó e considerando a vertente empreendedorismo, destacam-se os seguintes projetos:

- **Incubadora de Moda e Design (IMOD)**

O projeto de criação da Incubadora de Moda e Design visa a criação de uma plataforma, associada à moda, design e indústrias criativas, destinada à incubação, investigação, prestação de serviços, formação e programação/divulgação cultural.

Surge no âmbito da Fábrica de Santo Thyrsó e insere-se num processo de exigente e qualificada regeneração urbana, que se traduz no desenvolvimento de um Quarteirão Cultural e Criativo em torno do setor da Moda.

A IMOD tem quatro objetivos principais:

1. A criação de uma estrutura profissional, altamente qualificada, que permita, através da valorização de recursos materiais e humanos existentes, explorar sinergias entre os parceiros da Incubadora, garantindo uma resposta (ao nível da prestação de serviços, investigação e desenvolvimento, consultoria, formação e programação cultural) mais rápida, eficaz e sustentada, potenciando a criação de novos projetos.
2. Colaborar no programa de requalificação do Quarteirão Cultural e Criativo/Fábrica de Santo Thyrsso, através da criação, comunicação e gestão da futura incubadora que se pretende que venha a ser um espaço de referência nacional e internacional ao nível da moda, do design, do empreendedorismo e do turismo cultural.
3. Integrar e criar redes institucionais, ligadas às áreas da moda, inovação e criatividade, que possam gerar novas fontes de financiamento, promover o trabalho desenvolvido e criar formas de valorização das instituições parceiras e da indústria local.
4. A realização de eventos e a criação de um espaço de animação e consumo criativo, associada à divulgação de iniciativas de âmbito internacional, numa estratégia de afirmação e promoção do projeto e das empresas a ele associadas.

- **Incubadora de Empresas de Base Tecnológica**

A funcionar desde 2009, a Incubadora de Santo Tirso é uma iniciativa da Fundação de Santo Thyrsso, instituição privada, sem fins lucrativos, criada pela Câmara Municipal de Santo Tirso em Setembro de 2006, com a finalidade de contribuir para a promoção da Inovação e do Empreendedorismo e a criação de Emprego Qualificado, apoiando a criação de negócios de características inovadoras com impacto no rejuvenescimento, modernização e competitividade do tecido económico regional e nacional.

Através da ação do seu Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica, a Fundação pretende fomentar a criação de empresas inovadoras, com grande potencial de crescimento e com ligação ao tecido económico e empresarial da Região, proporcionando aos empreendedores um ambiente propício à concretização dos seus projetos empresariais e apoiando de forma sólida e constante o crescimento e projeção externa dessas iniciativas. Nesse sentido, a Incubadora de Santo Tirso disponibiliza aos promotores dos projetos, espaços equipados para instalação das suas empresas, a partilha de espaços e serviços de utilização comum, apoio ao desenvolvimento e consolidação da ideia de negócio e a sua implementação, ligação a Instituições do Sistema Científico e Tecnológico e a entidades ligadas ao

financiamento de projetos empresariais, nomeadamente Sociedades de Capital de Risco e Business Angels, além de aconselhamento sobre programas de incentivos no âmbito do QREN.

- **Centro de Inovação Social Metropolitano – polo de Santo Tirso**

Integrado na estratégia de capacitação das instituições, a Área Metropolitana do Porto (AMP) tem vindo a desenvolver um projeto direcionado para o empreendedorismo social. Neste âmbito, foi recentemente apresentado e lançado o Centro de Inovação Social Metropolitano (CIS-M) – polo de Santo Tirso, que materializa uma visão estratégica de excelência da AMP para a área Social. Com os CIS-M pretende-se dar novas respostas aos novos desafios sociais, criando a oportunidade aos empreendedores de desenvolverem ideias inovadoras do ponto de vista social e possibilitando a amplificação do seu impacto social na AMP.

O início da atividade deste centro passará, em grande medida, pelo lançamento de um concurso de ideias, cujos vencedores poderão ter os seus projetos incubados no CIS-M e, desse modo, encontrar a rota certa, não apenas para a vertente puramente empreendedora, mas também para a minimização do impacto que um determinado problema pode causar em várias pessoas e/ou famílias. Esta será, com toda a certeza, uma forma também ela inovadora de combater a anemia social a que muitas vezes assistimos, na medida em que o empreendedorismo é colocado ao serviço das pessoas e da resolução de algumas das suas carências ou dificuldades.

Paralelamente à implementação e desenvolvimento destes projetos, a autarquia, em articulação com outras entidades, tem desenvolvido ao longo dos anos diversos eventos no domínio das artes do palco, música, teatro, dança, cinema (concertos, festivais, peças, espetáculos...), da museologia (exposições e projetos museológicos), da investigação científica nas áreas da arqueologia, património industrial e ambiental (encontros de divulgação científica, congressos, seminários, jornadas...), da área editorial (edição de livros e apoio editorial), da animação cultural (festivais, cortejos, gemações, feiras de artesanato), dos eventos ligados à promoção da leitura e à divulgação das letras em geral (serviços bibliotecários e de apoio à rede de leitura, apresentação de livros e escritores, apoio a ateliês de escrita, feiras do livro), das atividades lúdico-desportivas (torneio de gira-vólei, natação...) e, por último, do desenvolvimento do comércio e turismo.

2.6. Projetos Socioeducativos dinamizados por outros Agentes de Desenvolvimento Local

A educação deve ser assumida numa perspetiva pluridimensional e global, uma vez que o seu campo de intervenção e os seus efeitos não se restringem à instância social e podem ter implicações a nível económico, político, ideológico, cultural, demográfico, ambiental, entre outros. Trata-se portanto de um fenómeno social total e, por sua vez, qualquer plano estratégico de ação neste domínio não pode ser delineado à margem desta evidência.

Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de uma política educativa concertada que respeite a interdependência, a interdisciplinaridade e a complementaridade de todos os intervenientes educativos. Por tudo isto e por se reconhecer que a realidade de hoje é diferente da do passado, que a educação já não é competência única e exclusiva das famílias e das escolas, e porque o projeto educativo se estende a todos os estratos etários e grupos sociais, incluindo não só a educação formal, mas também a não formal, foi dinamizada uma reunião, numa lógica de *Steering Group*, em que se sentaram à mesa vários parceiros sociais que desempenham uma papel fulcral neste domínio, com o objetivo de partilhar e refletir sobre as diferentes experiências na intervenção socioeducativa desenvolvida no concelho.

Ao longo desta dinâmica de grupo foram abordadas questões relacionadas com a missão de cada entidade, as estratégias de atuação delineadas, as temáticas de enfoque, os projetos desenvolvidos, os objetivos definidos, os públicos alvo, os territórios de atuação, a planificação de ações, as dificuldades de implementação, o trabalho em rede, as parcerias, as necessidades sentidas no terreno e as apostas futuras.

Para esta reunião foram convidados os seguintes parceiros sociais: Associação de Solidariedade e Ação Social (ASAS), Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe (AMCHR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR), Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), Cruz Vermelha, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e a Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Da dinamização deste *Steering Group* resultaram as seguintes conclusões:

- Relevo e diversificação de projetos socioeducativos existentes;
- Necessidade de definição de uma estratégia concertada e articulada ao nível da política socioeducativa local, para maior eficiência e eficácia dos projetos e ações;

- Importância de uma intervenção integradora, sustentada (com base no diagnóstico das necessidades) e de co-responsabilização;
- Relevância da divulgação das iniciativas;
- Pertinência da avaliação do impacto das intervenções e dos projetos propriamente ditos (devido à ausência desta de forma sistematizada);
- Importância da especialização no sentido de evitar sobreposição de ofertas;
- Potencialização do desenvolvimento humano, dada a ausência de uma cultura cívica generalizada, que passa pela desresponsabilização dos pais na educação dos filhos, por comportamentos e atitudes desajustados e até de risco, entre outras situações, identificadas e detetadas no terreno por parte destes parceiros.

Dadas as especificidades de cada um dos parceiros sociais envolvidos, decorrentes da sua própria natureza institucional e da diversidade das áreas e territórios de intervenção (não só educativos), definiu-se que cada um disponibilizaria informação sobre os projetos e/ou ações de carácter socioeducativo que desenvolve, para análise e inclusão no diagnóstico do Projeto Educativo Municipal. Após análise da informação enviada verificou-se que cada parceiro social tinha a sua forma específica de seleção e organização de dados, o que dificultava a análise comparativa dos vários projetos/ações de carácter socioeducativo desenvolvidos por cada um deles. Em virtude desta evidência, considerou-se pertinente criar um instrumento uniforme para recolha de informação de forma a possibilitar uma análise comparativa com base nos mesmos parâmetros de avaliação. Foi então criada uma grelha simplificada sobre os projetos socioeducativos em vigor no ano de 2013, preenchida por cada parceiro social em causa, com base nos seguintes parâmetros: público alvo, locais de intervenção, identificação do projeto e/ou ação (temática), objetivos, parcerias e outras informações, calendarização/duração do projeto/ação (cf. Anexo XIV). Com base na informação recolhida, sintetizam-se os principais projetos desenvolvidos pelas diferentes instituições.

2.6.1. Agrupamento de Centros de Saúde (ACES)

O ACES tem por missão garantir à população o acesso à prestação de cuidados de saúde, adequando os recursos disponíveis às necessidades e cumprir e fazer cumprir políticas e programas de saúde na sua área de intervenção. O ACES Santo Tirso/Trofa desenvolve no concelho o Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) que incluiu as seguintes temáticas: Saúde Individual e Coletiva; A Inclusão Escolar; O Ambiente Escolar; Os Estilos de Vida. Este programa é desenvolvido nos jardins-de-infância, escolas do ensino básico e secundário e instituições, com intervenção na população, e dirigido a toda a comunidade educativa, nomeadamente, educadores de infância, professores, auxiliares de ação educativa, alunos,

pais, encarregados de educação e todos os outros profissionais das escolas. Os objetivos deste programa são: promover e proteger a saúde e prevenir a doença na comunidade educativa; apoiar a inclusão escolar de crianças com necessidades de saúde e educativas especiais; promover um ambiente escolar seguro e saudável; reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis; contribuir para o desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras de saúde.

2.6.2. Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe (AMCHR)

A AMCH desenvolve, em colaboração com a Câmara Municipal e outras entidades, diversas iniciativas de carácter social, desportivo e cultural dirigidas a públicos diferenciados e sinalizados naquele espaço de intervenção e nas zonas limítrofes. São exemplo:

- sessões de acompanhamento de processos no âmbito do Rendimento Social de Inserção e Ação Social;
- sessões de apoio à inserção social e profissional;
- sessões de apoio psicológico aos utentes e avaliação psicológica dos menores com manifesta necessidade do mesmo;
- Programa Comunitário Apoio Alimentar a Carenciados – PCAAC;
- feira Social;
- sessões formativas de competências básicas de empregabilidade;
- semana do emprego;
- formação nas TIC;
- ações de educação parental;
- ações de sensibilização e prevenção rodoviária;
- ateliers de competências de gestão doméstica e de defesa do consumidor;
- atividades de ocupação dos tempos livres (desporto, teatro, dança, comemoração de festividades, hora do conto, cantinho sénior).

Estas ações visam minimizar as problemáticas que afetam os agregados familiares; colmatar carências (alimentares e outras); articular políticas de emprego e formação e as políticas de inclusão social; apoiar os indivíduos em situação de desfavorecimento no seu processo de integração no mercado de trabalho; contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos o pleno exercício da sua cidadania, relativamente aos seus direitos e obrigações; incrementar o recurso às novas tecnologias como forma de combate à infoexclusão; dotar os indivíduos de competências e recursos facilitadores da sua inserção profissional e de uma gestão mais eficaz, dos recursos materiais e económicos que possuem, como consumidores; ajudar os pais e encarregados de educação a adotar estratégias para lidar com os

problemas comportamentais dos menores; dinamizar a vida social e cultural da população; estimular o interesse pelas artes e promover o interesse pela leitura dos mais novos e progenitores; combater a solidão da população sénior; potenciar estilos de vida saudáveis; fomentar as relações de companheirismo e solidariedade entre moradores e reforçar a relação existente entre a AMCHR e os seus clientes diretos.

2.6.3. Associação de Solidariedade de Santo Tirso (ASAS)

A ASAS é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, cuja missão é promover e contribuir para a proteção e apoio de grupos da população local mais carenciados e desfavorecidos, principalmente as crianças e os jovens. Durante o ano de 2013 estão a ser desenvolvidos por esta instituição os seguintes projetos ao nível da intervenção socioeducativa:

PROGRAMA com Teresa Magalhães

Grupo de reflexão/ debate para uma Escola de sucesso que visa a realização de um diagnóstico sobre as causas do insucesso e a elaboração de projetos inovadores. Este programa destina-se a toda a Comunidade educativa do concelho. Os objetivos deste programa são: Refletir sobre novas formas de promover a proteção da criança, reconhecendo na escola um agente fundamental neste domínio e sobre as questões do insucesso escolar, nível de formação/informação nas escolas acerca da proteção da criança e jovem; encontrar soluções para os constrangimentos que se colocam no terreno às suas equipas e encontrar soluções para a eficácia das intervenções; promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que afetem os direitos e interesses da criança e do jovem; Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco, bem como na constituição e funcionamento de uma rede de respostas sociais adequadas; encontrar soluções para os constrangimentos que se colocam no terreno às equipas da ASAS; encontrar soluções para a eficácia das intervenções.

Escolas de Pais

Destinam-se à sensibilização de pais/encarregados de educação e professores para temáticas inerentes ao desenvolvimento bio-psico-emocional dos filhos/crianças, no sentido de adquirirem conhecimentos e estratégias parentais e particularmente educacionais, ajustadas à faixa etária das crianças. Promover o envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos, e consequentemente, fomentar uma relação mais próxima entre os diferentes agentes educativos.

Programa “Em Busca do Tesouro das Famílias”

Com este programa pretende-se prevenir problemas de abuso de substâncias e problemas de ajustamento nos jovens; promover o bem-estar das famílias e seus elementos numa perspetiva integrada (físico, social, psicológico e espiritual); aumentar processos de resiliência familiar (sistemas de crenças e significados, processos organizacionais e comunicação/resolução de problemas).

Programa Adolescentes – programa de promoção de competências sócio emocionais

Este programa é desenvolvido no âmbito do CAFAP_ Santo Tirso, Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental “Crescer em Família”. Esta valência tem como objetivo apoiar famílias de risco social, a partir do seu meio natural de vida, dotando-as de todo um conjunto de competências sócio parentais. O grupo-alvo de intervenção são as crianças e os jovens em situação de risco e suas famílias, podendo estas ser encaminhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, pelas Equipas de Assessoria aos Tribunais do Centro Distrital do Porto ou por outras entidades. O principal objetivo deste programa é treinar competências sócio emocionais das crianças e jovens entre os 12 e os 16 anos de idade.

2.6.4. Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)

A CVP presta assistência humanitária e social – em especial aos mais vulneráveis – prevenindo e reparando o sofrimento, e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. De acordo com os propósitos desta missão, a delegação de Santo Tirso desenvolve atualmente no concelho o programa *Prevenção de uma exposição solar excessiva*. Esta campanha, desenvolvida pela Área de Projetos de Juventude, tem como objetivo alertar os jovens portugueses para os riscos associados a uma exposição solar excessiva e o afogamento. A campanha visa, ainda, a sensibilização para um comportamento ambientalmente correto. As atividades propostas desenvolvem-se nas escolas do concelho e têm um enfoque na faixa etária entre os 6 e os 12 anos.

2.6.5. Guarda Nacional Republicana (GNR)

A GNR desenvolve no concelho, no âmbito da sua missão, várias ações de carácter socioeducativo. Trata-se de ações de informação e sensibilização que visam, essencialmente, a prevenção de situações de risco e a resolução de problemas sociais que afetam a população e, especialmente, as crianças, os jovens e os idosos. Estas ações têm como principais objectivos dar a conhecer a missão e as competências da GNR, promover a aproximação entre esta entidade e a população e sensibilizar toda a comunidade para uma quantidade de riscos inerentes:

- à segurança e circulação rodoviária;

- ao consumo e tráfico de drogas;
- ao uso das tecnologias (multibanco, internet, telemóvel...)
- ao meio ambiente;
- à segurança pessoal, à segurança em casa, na escola e na rua (situações de assaltos, burlas e furtos à comunidade sénior e aos comerciantes...)
- à violação dos direitos humanos e em especial das crianças.

As ações destinam-se a diferentes públicos-alvo (alunos, professores, encarregados de educação, funcionários, população sénior, comerciantes) e decorrem em vários locais, nomeadamente, escolas, juntas de freguesia, centros de dia e auditórios locais.

2.6.6. Polícia de Segurança Pública (PSP)

A PSP desenvolve nas escolas do concelho várias ações de informação e sensibilização relacionadas com os perigos associados ao uso de artifícios pirotécnicos (bombinhas de Carnaval) e como utilizar corretamente o serviço 112 em caso de acidentes; a violência no namoro como um problema social/sociológico; as diferenças entre bullying e violência escolar e a compreensão destes fenómenos e dos efeitos psicológicos nas vítimas e agressores; o conhecimento dos sinais e regras de trânsito e de como circular em segurança na via pública; os perigos inerentes a uma utilização descuidada da Internet (e.g. Redes Sociais e salas de conversação); a existência de drogas “legais e ilegais” no contexto escolar (Portugal e outros países); consequências legais (consumidor /traficante); a aproximação dos alunos à PSP enquanto experiência profissional. Durante o ano de 2013 as ações desenvolvem-se nas escolas básicas e secundárias do concelho, desde o ensino básico ao secundário, e alusivas às seguintes temáticas:

- Bombinhas Carnaval & 112;
- Violência no Namoro;
- Bullying em contexto escolar;
- Prevenção Rodoviária;
- Gincana de Bicicletas (sinais e regras de trânsito);
- Segurança na Internet;
- Consumo de Substâncias Psicotrópicas.
- Polícia por um dia.

2.6.7. Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso

A Santa Casa da Misericórdia desenvolve no concelho diversos projetos e ações de carácter socioeducativo, nomeadamente:

“Educação para uma Alimentação Saudável”

Este projeto é direcionado às crianças do pré-escolar e 1.º e 2.º ciclos (inscritas em CATL) através do protocolo com a Escola Superior Paula Frassinetti (Estagiárias do curso de Educadora de Infância ao longo do ano letivo) e do protocolo com a Escola Secundária Tomaz Pelayo (alunas do Curso de Apoio à Comunidade). O objetivo geral do projeto é sensibilizar os utentes e respetivos cuidadores para a importância de uma alimentação saudável. Os objetivos específicos são: promover corretos hábitos de higiene alimentar; despertar na criança o interesse por alimentos saudáveis; alertar as crianças para os riscos dos erros alimentares; sensibilizar e envolver os cuidadores uma alimentação correta. Este projeto visa também, e no âmbito da temática em causa, promover atividades de lazer e ocupação lúdica e pedagógica dos tempos livres (dinamização de atividades culturais, desportivas, expressão plástica, musicoterapia, informática, culinária, passeios e visitas, colónia de praia, entre outras).

Educação Parental “Mais Família, Mais Criança”

A Santa Casa da Misericórdia desenvolve, no âmbito do Projeto In'tegr@r, o projeto de Educação Parental “Mais Família, Mais Criança”, dirigido a mães/pais de crianças com idade até aos 9 anos. Os objetivos deste projeto são: capacitar os pais de estratégias para lidar com os problemas comportamentais dos menores residentes em Santo Tirso, sinalizados por esta entidade no âmbito dos processos de RSI, CPCJ ou encaminhados por outras entidades; orientar os pais a compreender as suas necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos, bem como contribuir para a melhoria da qualidade nas relações entre eles.

Atelier de competências pessoais e familiares ao nível da gestão e organização habitacional

Com este atelier pretende-se dotar a população alvo de competências para uma gestão mais adequada dos recursos materiais e económicos que possuem, bem como promover hábitos de higiene e organização habitacional. Esta iniciativa é direcionada aos utentes acompanhados no âmbito do RSI ou CPCJ, residentes em Santo Tirso e sinalizados por esta Entidade ou encaminhados por outras Entidades.

Sessão de formação “Educação para uma alimentação saudável”

O principal objetivo desta formação é promover o desenvolvimento de competências ao nível de cuidados alimentares: confeção e higienização adequada dos alimentos. Esta iniciativa é dirigida aos utentes acompanhados no âmbito do RSI ou CPCJ residentes em Santo Tirso e sinalizados por esta entidade ou encaminhados por outras entidades.

Gabinete de atendimento à vítima

O Gabinete de atendimento à Vítima desenvolve, no âmbito do Projeto Iris (Medida 7.7 do P.O.P.H.), a metodologia GAM (Grupo de Ajuda Mutua). Esta é uma metodologia inovadora de intervenção em grupo com mulheres vítimas de violência doméstica, que se encontram em situação de violência ou que tenham saído recentemente Vítimas de violência doméstica, residentes no concelho de Santo Tirso e áreas limítrofes. Esta intervenção pretende colmatar necessidades identificadas no âmbito da proteção e assistência a vítimas de violência doméstica do concelho e áreas limítrofes; apoiar, atender e acompanhar nas áreas social, psicológica e jurídica as vítimas de violência doméstica, proporcionando informação acerca dos direitos que lhes assistem, conferindo suporte formal e orientado no uso do sistema judicial e circuitos institucionais.

Atividades Ocupacionais - Seniores autónomos

Estas atividades visam a ocupação da população sénior com o objetivo de estimular as capacidades físicas e cognitivas; proporcionar momentos de interação, convívio e lazer; minimizar o isolamento social dos seniores e melhorar a qualidade de vida.

São exemplo destas iniciativas as Artes manuais e decorativas “*Atelier Mãos que Sabem*”; passeios e visitas culturais; musicoterapia; estimulação cognitiva; atelier de informática; culinária, colónia de praia, entre outras.

2.6.8. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)

O SICAD (ex- IDT) tem por missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências. Para este efeito, desenvolve ações em várias locais e, nomeadamente, nas escolas, dado tratar-se de um contexto de atuação prioritário para a intervenção precoce. Esta entidade desenvolve nas escolas do concelho de Santo Tirso os seguintes projetos socioeducativos:

Trilhos e Pistas

Programas de promoção de competências pessoais e sociais através de atividades estruturadas em 4 componentes (informativa, regulação emocional, tomada de decisão e competências de comunicação) eleitas em função da eficácia demonstrada (NIDA) a implementar em contexto escolar por professores formados para o efeito. Estes programas têm como principal objetivo promover competências de vida em contexto escolar que se sabe contribuir para a resiliência e potenciarem um desenvolvimento saudável. O primeiro é direcionado a alunos do 3º ciclo e segundo aos do 2º ciclo de escolaridade.

Adaptações do Programa TRILHOS

Englobamos nesta categoria genérica diferentes adaptações do Programa TRILHOS que se mostraram inevitáveis perante a dificuldade de algumas escolas na implementação da sua versão integral. Trata-se assim de versões reduzidas que, nalguns casos, integram conteúdos ligados ao desenvolvimento de competências de prevenção de comportamentos de risco ligados à sexualidade. Este programa destina-se aos alunos do 3.º ciclo e visa também promover competências de vida em contexto escolar que se sabe contribuir para a resiliência e potenciarem um desenvolvimento saudável.

Eu e os Outros

Adota o formato de jogo interativo, tendo por base 8 narrativas que abordam temas ligados ao desenvolvimento pessoal e social. Pressupõe a exploração de um suporte informático em grupo, dinamizado por um adulto a partir de um conjunto de instruções reunidas no respetivo Manual. Com este programa pretende-se promover a reflexão em grupo sobre temas do desenvolvimento ligados à adolescência, criando uma dinâmica de grupo geradora de crescimento pessoal e social, dirigido a jovens entre os 10 e os 18 anos.

2.6.9. Conclusões da análise aos projetos socioeducativos

Da análise desta informação constatou-se a existência de:

- Diversidade temática dos projetos/ações. Da análise realizada verifica-se que os parceiros sociais procuram diversificar a oferta e estender a sua atuação a mais do que um público-alvo, desenvolvendo projetos nas mais variadas áreas, desde violência doméstica, violência no namoro, bullying, inclusão social e empregabilidade, saúde e nutrição, vacinação, saúde oral, prevenção do cancro, educação parental, gestão doméstica, prevenção rodoviária, prevenção de acidentes em meio escolar, prevenção de furtos, burlas e roubos, segurança na escola, segurança na internet, tecnologias de informação e comunicação (TIC), segurança individual, abuso de drogas e toxicodependências.
- Diversidade de públicos-alvo. Em virtude de se tratar de parceiros sociais com um acentuado cariz social e uma forte componente de serviço público cada um deles define projetos/ações para mais do que um público-alvo, desde crianças, jovens, adultos e idosos. Assim como, públicos específicos, nomeadamente, beneficiários do RSI, vítimas de violência, portadores de dependências e de necessidades especiais.
- Sobreposição de temáticas. Existem temáticas que são trabalhadas por mais do que um parceiro social. Neste sentido, seria pertinente pensar-se numa lógica de especialização. Apesar de se verificar a incidência de determinados projetos/ações dirigidos a públicos-alvo específicos de

acordo com a própria missão da instituição em causa, constata-se que muitas vezes essa especialização não é tão notória.

- Incidência sobre o mesmo público-alvo. Apesar da diversidade de públicos-alvo, a maioria dos projetos/ações são dirigidos a crianças e jovens.
- Centralidade da escola enquanto local de intervenção. A maioria dos projetos/ações são desenvolvidos nas escolas e em articulação com estas.
- Trabalho em parceria. Muitos dos projetos/ações são desenvolvidos em parceria e/ou decorrem de protocolos de cooperação. Foram referidas várias entidades parceiras.
- Articulação da calendarização. Em virtude da grande maioria dos projetos/ações se dirigirem às crianças e jovens e do principal local de intervenção ser a escola, os parceiros sociais ajustam o desenvolvimento destes ao plano de atividades escolar definido para o ano letivo.

2.7. Auscultação de outros agentes educativos concelhios através de entrevistas

Recuando para a fase de recolha da informação que sustentou a elaboração do presente diagnóstico, e conforme já afluído anteriormente, esta consistiu na aplicação de um conjunto diferenciado de técnicas e métodos, envolvendo uma diversidade de participantes intervenientes. Tendo presente a necessidade de convocar e chamar para este processo o maior número possível de elementos da comunidade educativa a fim de avançarmos com definição das políticas e estratégias educativas concelhias onde todos se pudessem rever, foram realizadas sessões de trabalho por grupos temáticos, perpassando quer a esfera interna à Câmara Municipal, quer numa a esfera externa, procurando abranger todos as modalidades de educação: formal, não-formal e informal.

Assim, começamos por auscultar internamente os diferentes departamentos municipais que desenvolvem projetos socioeducativos, no sentido de tentar concertar e articular toda essa oferta e delinear formas de a divulgar de um modo mais intencionado e organizado à comunidade em geral. Por outro lado, e porque estes também teriam uma implicação na concretização do plano de ação, havia também que procurar envolvê-los desde logo na construção dos principais eixos estratégicos, objetivos e ações a implementar para esta operacionalização.

Por outro lado, e sob um ponto de vista mais estratégico, foi também levado a efeito uma entrevista semiestruturada com a Sra. Vereadora da Educação, a qual acabaria por revelar-se como determinante para a construção de uma visão holística sobre a situação da educação no concelho, dos principais constrangimentos/desafios que se avizinham e do posicionamento da Câmara face esses elementos conjunturais, nomeadamente em relação a tudo o que emerge do atual cenário de crise económica e social. Pese embora a presença desses constrangimentos, foram também assinaladas as atribuições/responsabilidades assumidas pela autarquia e seu importante e crescendo contributo em prol da garantia de iguais oportunidades de acesso à qualidade e sucesso educativos.

Face ao exposto, e na sequência de uma análise de conteúdo realizada ao teor da entrevista realizada à Sra. Vereadora da Educação, Eng.^a Ana Maria Ferreira, destacamos os seguintes contributos:

- Inexistência do Conselho Municipal de Educação;
- Importância da atualização da Carta Educativa;
- Boa relação mantida com as escolas;
- Existência de diversos projetos educativos promovidos pela CMST: desporto, cultura, ambiente, ação social, emprego...;

- Necessidade de articulação desses diversos projetos;
- Competências exercidas ao nível da ação social escolar (educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico);
- Promoção das atividades de enriquecimento curricular, contribuindo para que a Escola a Tempo Inteiro seja hoje uma realidade;
- Responsabilidades assumidas ao nível do desenvolvimento da educação pré-escolar: gestão do pessoal não docente e promoção do prolongamento de Horário (em articulação com as associações de pais/juntas de freguesia);
- Importância de concertação da oferta formativa;
- Importância da educação para a cidadania e participação cívica;
- Importância de monitorizar os indicadores educativos;
- Importância de divulgar boas práticas educativas;
- Importância de articular oferta formativa e setor empresarial local

Avançando para um âmbito de intervenção exógeno à Câmara Municipal, foram também auscultados outros parceiros locais com reconhecido interesse para a definição da estratégia educativa local. Neste sentido, e considerando o papel estratégico que o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) assume no que respeita à dinamização de estratégias formativas que permitam melhor responder às necessidades do tecido empresarial, foi também realizada uma entrevista, também esta semiestruturada, com o Diretor do Centro de Emprego do Baixo Ave, Dr. Manuel Sousa e a respetiva Diretora Adjunta, Dra. Ana Paula Ferreira.

O tratamento da informação dimanado desta entrevista, serviu já para vislumbrar possíveis linhas estratégicas para a construção do nosso plano de ação, conforme evidenciado pelos itens a seguir elencados:

- Papel crucial do IEFP na educação e formação de adultos;
- Importância da concertação da oferta formativa;

- Necessidade de ligação estreita entre a oferta formativa e setor empresarial local;
- Importância da educação para o empreendedorismo;
- Importância da educação para a inclusão social.

2.8. Conclusões / Análise SWOT

Da análise aos documentos e indicadores estratégicos que permitiram a caracterização do território e o diagnóstico da educação no concelho, extrai-se um conjunto de conclusões que se sintetizam através de uma análise SWOT - Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Esta análise permite aferir um conjunto de forças e fraquezas decorrentes de fatores internos ao município, e um conjunto de oportunidades e ameaças decorrentes de fatores externos a Santo Tirso, que se sintetizam abaixo:

Forças:

1. Santo Tirso é o 3.º Município do Ave com maior número de habitantes;
2. Aumento do setor terciário no concelho, entre 2001 e 2011;
3. Crescimento do terceiro setor, nomeadamente da economia social;
4. Desenvolvimento de outras indústrias, nomeadamente a metalomecânica, a indústria química e a do plástico;
5. O concelho é constituído por 48% de zona verde, evidência da sua riqueza em recursos naturais;
6. Potencial do concelho de Santo Tirso no turismo sénior;
7. O município tem um enorme potencial paisagístico, patrimonial e cultural;
8. Candidatura do Mosteiro Conde S.Bento a património da humanidade (fator de atração turística)
9. Santo Tirso tem um ensino profissional de excelência, motor de desenvolvimento regional;
10. Oferta formativa diversificada, no que se refere aos cursos profissionais;
11. Forte atratividade exercida pelas escolas profissionais do concelho, evidenciada pela elevada percentagem de alunos provenientes de concelhos limítrofes;
12. Tendência de crescimento positivo do número de alunos a frequentar o ensino profissional;
13. No que se refere à rede escolar, o município tem apostado na renovação do Parque Escolar e tem a sua Carta Educativa 100% concretizada;

14. A taxa de cobertura da Rede de Educação Pré-escolar está nos 100%;
15. Boa relação entre a Câmara Municipal, Estabelecimentos de Ensino (rede pública, privada e cooperativa), Associações de Pais, Juntas de Freguesia e demais agentes socioeducativos, assente no diálogo e colaboração;
16. Atuação reforçada nos diversos domínios de intervenção socioeducativa, para além das competências que, por Lei, são atribuídas ao município;
17. Oferta apresentada ao nível da formação da população sénior – Universidade Sénior;
18. Aumento do número de diplomados observado no espaço intercensitário;
19. Redução significativa da taxa de analfabetismo no concelho;
20. O abandono escolar aproxima-se da meta definida;
21. Média concelhia das classificações obtidas no exame nacional do 12.º ano, à disciplina de Português, situa-se acima dos valores registados a nível nacional;
22. Existência de diversos projetos educativos promovidos pela CMST, em áreas como: desporto, cultura, ambiente, ação social, emprego;
23. Importância dada pelo município à Ação Social Escolar;
24. No 1º Ciclo do Ensino Básico a Escola a Tempo Inteiro é uma realidade em todo o concelho;
25. Importância que o município reconhece à Educação e Formação de Adultos;
26. Experiência /know-how desenvolvidos ao nível da educação e formação de adultos (Santo Tirso foi o segundo município do país a criar um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), posteriormente denominado Centro Novas Oportunidades);
27. Sensibilidade de diferentes instituições locais para a importância da educação para a cidadania e para a inclusão social;
28. Existência de diversos projetos socioeducativos, promovidos por diversas instituições do concelho, quer para as escolas, quer para a comunidade;
29. Existência de projetos educativos inovadores em várias escolas do município;

30. Existência do Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica e de uma incubadora de Moda e Design (Apoio e incentivo ao empreendedorismo);
31. Celebração de um protocolo com a Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos, para o funcionamento de uma pós-graduação em Design de Moda;
32. Existência de um Centro de Inovação Social Metropolitano (CISM);
33. Constituição de uma equipa multidisciplinar, responsável por acompanhar as diferentes fases que sustentaram a construção do PEM, assim como refletir sobre os indicadores educativos concelhios;
34. Adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras e, por inerência, à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

Fraquezas:

1. Diminuição de 1,23% da população residente no concelho, entre 2001 e 2011;
2. Baixa escolaridade da população residente, com acentuada predominância do 1.º CEB;
3. Envelhecimento da população concelhia;
4. Distribuição territorial populacional assimétrica (fixação preferencial no Norte do concelho em oposição à área Sul, e especialmente, Este);
5. Elevada taxa de desemprego (17,37%), acima dos valores nacionais (13,18%), regionais (14,47%); e do Ave (15,13%) (dados dos censos 2011), com especial incidência nos jovens e nas mulheres;
6. Baixa qualificação da população desempregada, com acentuada predominância do 1.º CEB;
7. Necessidade de atualizar a Carta Educativa, publicada em 2007;
8. Decréscimo acentuado do nº de alunos, evidente sobretudo ao nível da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico;
9. Diminuição da taxa de transição de ano em praticamente todos os níveis e ciclos de ensino;

10. Taxa de conclusão do 1º CEB abaixo da média nacional;
11. Taxa de retenção e desistência, no que se refere aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, revela um acréscimo de 50% na transição de 2009/10 para 2011/12;
12. Taxa de abandono escolar precoce bastante acima da meta mínima definida para 2020;
13. A taxa de Retenção e Desistência no nível secundário (nos Cursos Científico-Humanísticos) está acima da meta esperada;
14. Variação negativa da taxa de sucesso nas provas de avaliação externa do ensino básico (4.º, 6.º e 9.º anos), aquém das metas definidas para 2015;
15. Médias das classificações obtidas nas provas de avaliação externa a Português (6.º ano) e Matemática (9.º ano) abaixo dos valores de referência nacionais, regionais e locais;
16. Evolução negativa dos resultados obtidos nos exames nacionais do 11.º ano a quase todas as disciplinas;
17. Médias das classificações obtidas nos exames nacionais do 12.º ano, às disciplinas de Matemática A e Matemática B, ficam aquém os valores nacionais;
18. Valor esperado face ao contexto, no que se refere às médias nos exames nacionais do 12.º ano, é superior ao efetivamente observado;
19. Insuficiência das respostas (recursos físicos e humanos) para alunos com necessidades educativas especiais que frequentam o 2.º e 3.º ciclos;
20. Necessidade de, precocemente, dever ser realizado um diagnóstico destas necessidades que permita uma intervenção logo desde a primeira infância;
21. Inexistência do Conselho Municipal de Educação;
22. Articulação deficitária na divulgação dos diferentes projetos educativos promovidos pela CMST junto da comunidade escolar;
23. Ausência de uma visão estratégica de desenvolvimento futuro denunciada após análise dos projetos educativos de grande parte das escolas;

24. Ausência de monitorização geral e contínua dos indicadores educativos no concelho;
25. Ausência de divulgação sistemática de boas práticas educativas no e do concelho;
26. Necessidade da concertação da oferta formativa ser aprimorada e sustentada quer nas necessidades do tecido empresarial, quer na realidade social do concelho;
27. Baixa qualificação escolar, nomeadamente na população desempregada, associada a fraca educação cívica e participação social;
28. Lacunas na articulação e na avaliação dos diversos projetos socioeducativos, promovidos por diversas instituições do concelho, quer para as escolas, quer para a comunidade;
29. Concentração da maior parte dos equipamentos e dos serviços na cidade de Santo Tirso.

Oportunidades:

1. Boa localização geográfica - concelho de charneira entre o Grande Porto, o Tâmega e o Ave;
2. Rede de acessibilidades diversificada;
3. Dupla inclusão na NUT III Ave e na NUT III Grande Porto permite uma atenção a duas realidades regionais e pode potenciar projetos concelhios;
4. Valorização nacional do turismo, nomeadamente em espaço rural, área com potencial no concelho;
5. Crescente valorização nacional da agricultura, nomeadamente da agricultura biológica, área com potencial no concelho;
6. Valorização crescente do empreendedorismo, nomeadamente nos jovens;
7. Adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras e, por inerência, à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras;
8. Candidaturas ao abrigo do POPH, nomeadamente no eixo da Educação para a cidadania;
9. Proximidade do novo quadro comunitário de apoio.

Ameaças:

1. O facto de, para efeitos estatísticos, o município estar integrado na NUT III Ave dificultou a comparabilidade aos municípios da Área Metropolitana nos dados referentes à caracterização de Santo Tirso;
2. Reorganização administrativa do território das freguesias, espelhada na Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro;
3. Dificuldades associadas à baixa autonomia das empresas de transporte para alterarem os seus trajetos em função de novas necessidades detetadas;
4. Duplo envelhecimento da pirâmide etária a nível local e nacional;
5. Aumento excecional da emigração, sobretudo dos jovens com menos de 30 anos, considerados como o verdadeiro capital de uma nação;
6. Baixa e precária empregabilidade no setor primário;
7. Diminuição acentuada da indústria têxtil;
8. Grave cenário de crise económica, política e social;
9. Criação, por imposição legal, de Mega Agrupamentos;
10. A DREN (atual DGEsTE) terminou com as reuniões de concertação da oferta formativa e, este ano, a mesma foi realizada de forma bastante abrupta e precária;
11. Falta de consenso entre a DGEsTE e os agentes educativos no que respeita às prioridades definidas para a formação profissional;
12. Encerramento massivo dos Centros Novas Oportunidades e ausência de oferta estruturada na Educação de Adultos;
13. Revisão da estrutura curricular, instituída pelo Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, o qual determina o termo da educação para a cidadania como área isolada e obrigatória;
14. Portugal, quando comparado com os seus parceiros europeus, apresenta uma baixa participação social e cívica.

3. Plano de ação

Efetuada a caracterização social, demográfica, económica, cultural e escolar do município, assim como o tratamento de dados dos inquéritos, entrevistas, projetos educativos (escolares e outros) e outras metodologias aplicadas (reuniões de trabalho, *Steering Group* e *Focus Group*) concluiu-se assim o diagnóstico e dá-se início à fase seguinte do Projeto Educativo Municipal, referente ao Planeamento. Para a elaboração do diagnóstico foi fundamental a colaboração e a disponibilidade de todos os agentes educativos envolvidos, sobretudo no fornecimento de informações e documentação. O pós-diagnóstico implica igualmente o envolvimento de todos os agentes educativos para que, conjuntamente, analisem os resultados do diagnóstico e procedam à reflexão e ao debate, no sentido de, com base nas conclusões elencadas, construir o plano de ação.

Pretende-se que o plano de ação do projeto educativo municipal seja um documento estratégico para a melhoria constante da educação no concelho, assumindo, para esse efeito, um carácter dinâmico e flexível, atento às necessidades locais e às mudanças que se operam no território.

Na construção deste plano de ação é importante fomentar o seu carácter operacional, tornando-o exequível aos olhos dos diferentes agentes educativos responsáveis pelo seu desenvolvimento.

3.1. Linhas orientadoras do projeto educativo

Para a construção do plano de ação do PEM de Santo Tirso, realizaram-se 8 *focus-group* com os agentes educativos que compõem o tecido institucional concelhio, nomeadamente, os conselhos gerais de todas as escolas, escola da Ponte, escolas privadas e profissionais, as associações de estudantes e vários parceiros sociais, nomeadamente, a Cruz Vermelha, a Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso, a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (ex Instituto da Droga e da Toxicodependência), o Agrupamento de Centros de Saúde, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e os presidentes de junta.

Estas reuniões de trabalho resultaram em momentos de reflexão e debate, em torno do diagnóstico e das áreas estratégicas dele resultantes, que permitiram perspetivar a realidade do concelho e a sua situação atual, a nível económico, político e social e, sobretudo, as repercussões no domínio da educação.

Em termos gerais, conclui-se que o município atravessa um período controverso, devido à atual conjuntura económica, política e social, que se vive na Europa, no país e, em especial, no território local.

Este é um tempo de grandes mudanças e transformações, que levarão certamente a novas reconfigurações dos tempos, dos espaços e das relações humanas. Desta reflexão, resultou também a necessidade de potenciar e reforçar o trabalho conjunto e concertado de todos, apelando-se, mais uma vez, à corresponsabilização e ao contributo de todos na melhoria das atuais condições de vida e garantia dos recursos futuros.

O diagnóstico permitiu responder a duas questões elementares, nomeadamente, “onde estamos” e “o que somos”. Com o planeamento refazem-se estas duas questões, pressupondo uma tomada de consciência coletiva relativamente aos objetivos e metas a alcançar, ou seja, “onde gostaríamos de estar” e “o que gostaríamos de ser”.

A metodologia definida teve como principal objetivo, delinear, de forma concertada, um caminho a seguir, para resolver ou minimizar, os problemas assinalados, assim como, lançar novos desafios. O recurso aos *focus-group* revelou-se, do ponto de vista dos recursos físicos, humanos e temporais disponíveis, a melhor opção técnica para a auscultação de todos os agentes envolvidos neste processo.

Durante as sessões que promovemos, os trabalhos foram divididos em três momentos: o primeiro constituiu a devolução dos principais resultados do diagnóstico e a consequente discussão em torno dos problemas sinalizados.

O segundo momento passou pela concertação dos eixos estratégicos de intervenção, que haviam resultado de uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats*) efetuada no momento de diagnóstico. Do debate promovido resultou uma afinação das estratégias contempladas, com destaque para ligeiras alterações de denominação. O resultado final – composto não apenas pelos sete eixos definidos, mas também pelos indicadores de diagnóstico que conduziram a esses mesmos eixos – são apresentados na tabela que se segue (cf. Tabela 30). Nesta fase, a sua apresentação não teve por base qualquer critério de hierarquização de prioridades.

Tabela 29 - Eixos de intervenção do Projeto Educativo Municipal de Santo Tirso e respetivos indicadores de diagnóstico

Eixo de intervenção	Indicadores de diagnóstico
SUCESSO EDUCATIVO	<ul style="list-style-type: none"> . Taxa de transição de ano diminuiu . Taxa de conclusão do 1º CEB abaixo da média nacional . Sucesso escolar nas provas de avaliação externa do ensino básico abaixo das metas para 2015 . A média das classificações internas é superior à média das classificações obtidas nos exames nacionais (9º ano e 12º ano) . Elevada taxa de retenção e desistência no nível secundário, nos cursos científico-humanísticos . Média dos exames nacionais de matemática no ensino secundário abaixo da média nacional . Abandono escolar aproxima-se da meta definida . Projetos educativos das escolas salientam a importância do sucesso nas aprendizagens . Projetos educativos das escolas conscientes da relação entre ausência de métodos eficazes de estudo, indisciplina e insucesso nos resultados escolares . Projetos educativos das escolas conscientes de que os resultados escolares obtidos nas provas de

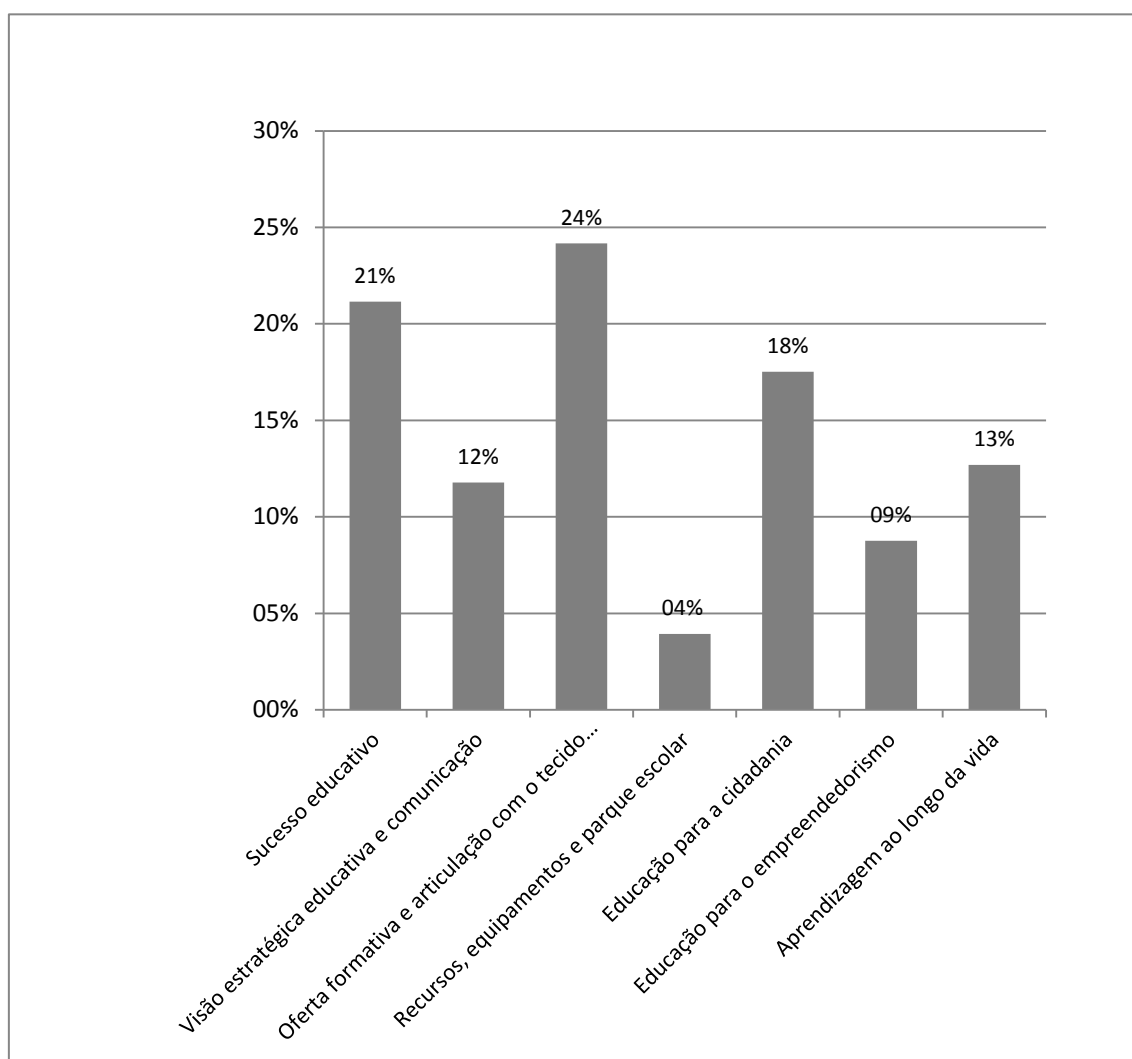
	avaliação externa ficam aquém dos valores de referência
EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	<ul style="list-style-type: none"> . Atual conjuntura económica e social . Elevado desemprego . Elevado desemprego nos jovens . Vários agentes educativos alertam para a importância da educação para o empreendedorismo . Articulação entre escola e comunidade . Importância da ligação estreita com o Setor Empresarial Local
VISÃO ESTRATÉGICA EDUCATIVA E COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> . Inexistência do Conselho Municipal de Educação . Novos desafios devido à criação recente de Mega Agrupamentos . Existência de diversos projetos educativos promovidos pela autarquia (desporto, cultura, ambiente, ação social, emprego...) . Necessidade de articulação dos diversos projetos . Importância de monitorizar os indicadores educativos . Projetos educativos das escolas reveladores da ausência de uma estratégia clara de desenvolvimento futuro . Decréscimo acentuado do nº de alunos (pré-escolar e 1º CEB) . Importância do Ensino Profissional no concelho . 1º CEB: Escola a Tempo Inteiro, uma realidade . Articulação entre estabelecimentos de ensino . Apostar em projetos educativos inovadores . Divulgar boas práticas educativas no e do concelho . Abertura da escola à comunidade e envolvimento da mesma . Atual conjuntura económica e social . Elevado desemprego . Desenvolvimento do 3º setor da economia e da economia social
EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO	<ul style="list-style-type: none"> . Atual conjuntura económica e social . Elevado desemprego . Elevado desemprego nos jovens . Vários agentes educativos alertam para a importância da educação para o empreendedorismo . Articulação entre escola e comunidade . Importância da ligação estreita com o Setor Empresarial Local
OFERTA FORMATIVA E ARTICULAÇÃO COM O TECIDO EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> . Importância de concertação da Oferta Formativa, visível através da análise da oferta formativa dos últimos anos; . Vários agentes educativos alertam para a importância da concertação da oferta formativa; . Vários agentes educativos alertam para a importância da necessidade de ligação estreita entre Oferta Formativa e Setor Empresarial Local . Necessidade de articulação dos diversos projetos . Importância de monitorizar os indicadores educativos . Elevado desemprego
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	<ul style="list-style-type: none"> . Importância da redução da taxa de analfabetismo . Importância da ligação estreita com o Setor Empresarial Local . Baixa qualificação da população adulta . Importância da educação de adultos . Atual conjuntura económica e social . Elevado desemprego . Envelhecimento da população
RECURSOS, EQUIPAMENTOS E PARQUE ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> . Importância da atualização da Carta Educativa . Atual conjuntura económica e social . Elevado desemprego . Ensino Profissional de excelência . Desenvolvimento do 3º setor da economia e da economia social . Novos desafios devido à criação recente de Mega Agrupamentos

Por fim, a terceira fase do trabalho desenvolvido nos *focus-group* foi orientada para a priorização da intervenção a promover nos próximos dois anos e para o delineamento das ações a concretizar. Para o

feito, adaptaram-se alguns contributos da técnica de recolha de informação *metaplan*, solicitando aos vários participantes que identificassem aqueles que, na sua opinião, constituem as três prioridades de intervenção, colando, numa lista previamente elaborada em papel de cenário, três círculos autocolantes, num exercício em que cada um deles representaria uma prioridade. Os resultados das prioridades definidas pelo conjunto de parceiros auscultados estão representados no gráfico que se segue.

Das 8 sessões de *focus group* resultaram os resultados ilustrados na tabela 31 e na figura 75.

Figura 75 – Eixos Estratégicos Prioritários – Auscultação dos Agentes Educativos



Analisando a figura 75 verifica-se que os três eixos estratégicos mais votados foram: a oferta formativa e articulação com o tecido empresarial (24%), o sucesso educativo (21%) e a educação para a cidadania (18%), considerando-se estas as três principais prioridades de intervenção no panorama concelhio.

Tabela 29 – Pontuações obtidas nas linhas estratégicas

Agentes Educativos Eixos Estratégicos	Sessões de <i>Focus Group</i>											
	Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Aves	Agrupamento de Escolas D. Dinis, Santo Tirso	Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso	Agrupamento de Escolas de S. Martinho	Escolas Privadas	Escolas Profissionais, IEFP, ACIST	Parceiros Sociais	Presidentes de Junta	Associações de Estudantes	Câmara Municipal de Santo Tirso	Total	%
Sucesso educativo	9	15	15	15	4	2	3	6	1	0	70	21,1
Visão estratégica educativa e comunicação	9	5	5	6	2	1	0	6	0	5	39	11,8
Oferta formativa e articulação com o tecido empresarial	17	15	9	13	3	4	4	8	1	6	80	24,2
Recursos, equipamentos e parque escolar	1	0	0	2	0	2	0	7	1	0	13	3,9
Educação para a cidadania	13	5	5	16	2	1	6	5	0	5	58	17,5
Educação para o empreendedorismo	7	1	5	2	1	0	3	5	3	2	29	8,8
Aprendizagem ao longo da vida	3	7	9	0	3	2	5	11	0	2	42	12,7

Aproveitando o recurso a técnicas de visualização, foi pedido aos diversos agentes socioeducativos que, dentro das linhas estratégicas prioritárias, definissem objetivos estratégicos para dois anos, apontando as respetivas metas a alcançar e as consequentes ações a empreender, através do preenchimento concertado de uma Matriz de Enquadramento Lógico (MEL). A fotografia seguinte, resultante de um dos *focus group*, espelha o método de trabalho reportado.

Figura 76 – Foto de um dos *Focus Group* para eleição dos eixos de intervenção prioritária



Todavia, por questões que se prendem, por um lado, com os limites temporalmente definidos para a elaboração do Projeto Educativo Municipal, e, por outro, com a complexidade associada à definição de um plano concertado no curto espaço de tempo disponível para a promoção dos *focus-group*, foi solicitado a cada um dos parceiros o envio de contributos que considerem vitais para a operacionalização do plano de ação e, concomitantemente, para a promoção de um concelho cada vez mais educador. As propostas apresentadas serão alvo de uma análise rigorosa e deverão ser sistematizadas e materializadas na referida MEL, trabalho que precederá a apresentação pública deste projeto.

3.2. Plano de Ação por eixos estratégicos de intervenção

O Plano de Ação a seguir apresentado estrutura-se de acordo com os eixos estratégicos delineados e assenta na apresentação dos objetivos gerais e específicos, concretizando-se em ações desenhadas com base em metas a que os envolvidos se propõe.

Eixo estratégico: Oferta educativa e formativa e articulação com o tecido empresarial

Prioridade PEM: 1.^a (em 7)

N.º de ações definidas: 7

Objetivos gerais	Objetivos Específicos	Metas	Ações	Descrição das Ações	Destinatários	Responsabilidade	Prazo	Indicadores de medida	Fontes de verificação
Aproximar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial	Caracterizar o tecido empresarial do concelho e efetuar o levantamento das necessidades de formação e emprego qualificado.	Elaboração do diagnóstico das necessidades do tecido empresarial e IPSS do concelho ao nível da qualificação	Elaborar a caracterização do tecido empresarial e das IPSS quanto ao setor de atividade	Caraterização do tecido empresarial e IPSS, ao nível do concelho e o levantamento das necessidades de qualificação e emprego qualificado	Empresários e diretores de IPSS	. CMST (SCGF) . Fundação Santo Thyrsó (Incubadora de base tecnológica) . IEFP; . ACIST.	fevereiro 2014	. N.º de empresas por dimensão/tipo/setor de atividade . N.º de IPSS por área de intervenção . N.º de trabalhadores qualificados	. Documento elaborado e publicado com a listagem e classificação das empresas/IPSS e suas necessidades de pessoal qualificado
	Verificar a empregabilidade e/ou prosseguimento dos estudos dos alunos que realizaram cursos profissionais no concelho	Realizar anualmente o follow up dos alunos que concluem o ensino profissional	Realizar um estudo sobre a taxa de empregabilidade e/ou percurso dos diplomados dos cursos profissionais no concelho	Criar o observatório para fazer o seguimento dos alunos no ano seguinte à conclusão de um curso profissional no concelho, avaliando a taxa de empregabilidade e/ou prosseguimento dos estudos, com o apoio dos estabelecimentos de ensino.	Todos os alunos diplomados com cursos profissionais – 12º ano	. CMST . Escolas com cursos profissionais	dezembro de 2014 (a realizar anualmente)	. N.º de alunos que obtêm emprego após conclusão do 12.º ano via profissional e em que área . N.º de alunos que ingressam no ensino superior após conclusão do 12.º ano via profissional	. Inquérito por questionário . Checklist

	Promover a concertação da oferta formativa entre escolas e empresas através de reuniões de trabalho	Elaboração de uma proposta concertada e articulada de oferta formativa	Realizar uma reunião de concertação e articulação da oferta educativa e formativa (eixo jovens e eixo adultos)	Reunir a Câmara Municipal, os estabelecimentos de ensino, de formação e o IEF, para definição das ofertas formativas	CMST, Instituições de ensino e de formação IEFP ACIST	. CMST (Coord.) . Instituições de ensino e de formação . IEF . ACIST . Empresas	. março de 2014 . março de 2015	. N.º de candidaturas a ofertas formativas/áreas por escola . N.º de turmas por oferta formativa e por escola	. Ata da reunião (com proposta da oferta formativa) . Registo fotográfico
		Atualizar anualmente a rede de oferta educativa e formativa concelhia articulada com a rede metropolitana (eixo jovens e eixo adultos)	Efetuar o levantamento anual da oferta educativa e formativa existente no concelho (eixo jovens/eixo adultos) e elaborar um catálogo e/ou brochuras com a oferta formativa existente no concelho para	Constituir, desenvolver e monitorizar uma rede de educação e formação (VET) concelhia articulada com a rede metropolitana, que seja apoiada por uma	Alunos, trabalhadores, empresas e comunidade educativa em geral	. CMST (Coord.) . Instituições de ensino e de formação . IEF . ACIST	. Maio de 2014 . Maio de 2015	. N.º de ofertas formativas/áreas por escola . N.º de turmas por oferta formativa e por escola	. Catálogo da oferta formativa . Brochuras com a oferta formativa

			divulgação junto do tecido empresarial, escolas e restante comunidade;	plataforma integrada da gestão de oferta e procura de formação.					
Construir as pontes entre a escola e indústria para potenciar um desenvolvimento sustentável do concelho através da aproximação entre as potencialidades sócioeconómicas e a oferta de educação e formação.	Desenvolver iniciativas que videm aproximar os jovens estudantes e a comunidade educativa ao mundo do trabalho	Realizar anualmente uma feira das profissões e mostra de formações do concelho	Realizar uma feira das profissões/formações no concelho, organizada por uma escola rotativamente e permitindo o intercâmbio entre escolas.	Realizar uma feira de orientação e de divulgação da oferta de emprego e formação, tipo " Qualifica" com a participação de empresas, centros de formação, IEFP, ACIST. Realizar-se de forma rotativa de forma a promover o intercâmbio interescolar.	Alunos, Encarregados de Educação e restante comunidade	.Escolas de nível secundário	.2014 .2015	N.º de participantes (empresas, centros de formação) N.º de fichas de inscrição para ofertas de emprego	Inscrições para ofertas de emprego . Registo fotográfico . Relatório da atividade



				Deverá ter ações de sensibilização dirigidas também aos encarregados de educação.					
	Divulgar a oferta educativa e formativa e a caracterização do tecido empresarial do concelho e das necessidades das empresas nas escolas e comunidade.	Realizar pelo menos uma sessão de divulgação e esclarecimento por agrupamento/Escolas profissionais do concelho	Realizar sessões de divulgação e esclarecimento sobre a caracterização do tecido empresarial do concelho e das necessidades das empresas ao nível da qualificação profissional.	Estas ações visam informar e divulgar as ofertas formativas e as necessidades empresariais. As ações de sensibilização são dirigidas aos alunos do 9º ano, encarregados de educação e restante comunidade educativa.	Alunos, encarregados de educação e comunidade educativa.	.IEFP	.2014 .2015	.N.º de alunos envolvidos .N.º de encarregados de educação presentes .N.º total de presenças	.Folha de presenças .Documentos de apoio à sessão .Documentos para divulgação .Registo fotográfico
	Promover o contacto dos alunos com o mundo do trabalho e a realidade	Realizar anualmente visitas dos alunos às	Realizar visitas a empresas, IPSS e centros de I&D com	Realizar visitas a empresas, IPSS e centros de I&D com o	Alunos, empresários, diretores de IPSS e outros profissionais de	.Escolas . Incubadora de Base	.2013/2014 .2014/2015	.N.º de Escolas aderentes	. Planos de atividades das escolas . Registo das instituições envolvidas . Registos de

	empresarial do concelho.	empresas, IPSS e e centros de I&D do concelho,	projetos inovadores e que reforcem o potencial do concelho, nomeadamente no sector primário e no turismo.	objetivo de aproximar as duas realidades, o mundo do trabalho e escola	outras instituições de relevo	Tecnológica		.N.º de visitas de alunos a empresas, IPSS e outras instituições; .N.º de empresas e outras instituições envolvidas e caracterização .N.º de alunos envolvidos	Presenças/Turmas . Registo fotográfico
	Divulgar experiências empresariais e profissionais junto da comunidade educativa	Realizar anualmente visitas de empresários e profissionais às escolas profissionais e outras	Realizar visitas entre alunos, empresários e outros profissionais para divulgação e partilha de experiências	Convidar empresários e outros profissionais a divulgarem e a partilharem experiências com os alunos e comunidade educativa, com o objetivo de aproximar a realidade do mundo do trabalho. Esta	Alunos, empresários, diretores de IPSS e profissionais de outras instituições de relevo	. Escolas	.2013/2014 .2014/2015	.N.º de Escolas aderentes .N.º de encontros entre profissionais e alunos .N.º de empresas e outras instituições envolvidas e	. Planos de atividades das escolas . Registo das empresas/instituições envolvidas . Registos de Presenças/Turmas . Registo fotográfico



				participação envolve profissionais de empresas e outras instituições, tais como, PSP, GNR, IPSS, ACES, Hospital, etc.				caracterização .N.º de alunos envolvidos	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

Eixo estratégico: Sucesso educativo

Prioridade PEM: 2.^a (em 7)

N.º de ações definidas: 7

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Metas	Ações	Descrição da Ações	Destinatários	Responsabilidade	Prazo	Indicadores de medida	Fontes de verificação
Melhorar o sucesso educativo, compreendendo os fatores que lhe estão associados	Envolver toda a comunidade educativa em sessões de discussão sobre a problemática do insucesso escolar e dos fatores que lhe estão direta ou indiretamente associados, no sentido de ser avaliado o impacto das estratégias já desenvolvidas pelos diferentes agentes educativos e, em função disso, poderem ser	Compreender as principais causas do insucesso escolar na realidade concelhia e promover estratégias concertadas de atuação	Realização de encontros de reflexão sobre o sucesso educativo.	Realização anual de um seminário de reflexão sobre práticas de promoção do sucesso educativo, indisciplina e suas consequências	Toda a comunidade educativa	CMST; Escolas	No decorrer do ano letivo 2013/14	.Avaliação do nível de interesse/pertinência do seminário realizado pelos participantes no mesmo	.Inquérito aplicado no final da realização do seminário

	delineadas eventuais ações a desenvolver no âmbito do projeto educativo municipal.								
<p>Atingir as metas definidas pelo Ministério da Educação para 2015, no ensino básico e secundário</p>	<p>Agir preventivamente sobre as causas do insucesso escolar, garantindo uma intervenção precoce, logo desde a primeira infância e disponibilizando recursos e respostas adequadas a cada etapa do percurso escolar, de forma a permitir uma melhor preparação para as provas de avaliação externa e uma orientação vocacional direcionada às aptidões/competências</p>	<p>Elevar a taxa de conclusão do 1.º ciclo para 95%;</p>	<p>Identificar e sinalizar crianças dos 2 aos 10 anos, que apresentem sinais de atraso de desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem;</p>	<p>Desenvolvimento de respostas de intervenção terapêutica ao nível da intervenção precoce e desenvolvimento infantil de forma a identificar e intervir nas situações de atrasos de desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem associadas ou não à deficiência no sentido de facilitar às crianças do concelho, a integração no meio escolar e o seu sucesso educativo</p>	<p>Crianças dos 2 aos 10 anos que apresentem sinais de atraso de desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem</p>	<p>Estabelecimentos de educação pré-escolar; e 1.º ciclo do ensino básico; ACES/Hospital</p> <p>Rede Social</p> <p>Instituições de relevo com resposta na área da intervenção precoce</p>	<p>Final de 2015</p>	<p>.N.º de casos e natureza das situações diagnosticadas;</p> <p>.N.º de instituições a participar nesse diagnóstico</p>	<p>.Relatórios</p>
			<p>Identificar respostas de intervenção/apoio na comunidade para as</p>						

	efetivamente reveladas.		necessidades diagnosticadas						
		<p>Melhorar as taxas de sucesso obtidas ao nível das provas de avaliação externa do ensino básico</p> <p>(Português 4.º ano – 95%; Matemática 4.º ano – 92%; Português 6.º ano – 92%; Matemática 6.º ano – 80%; Português 9.º ano – 75%; Matemática 9.º ano – 55%);</p>	<p>Aulas de preparação para provas finais de ciclo e Exames nacionais;</p>	<p>Promover aulas de preparação para os exames nacionais de 6.º, 9.º ano e 11.º e 12. Anos;</p>	<p>Alunos do 6.º, 9.º, 11.º e 12.º anos</p>	<p>Escolas do 2.º/3.º ciclos e secundárias</p>	<p>Ano letivo 2013/14</p>	<p>.Análise da variação percentual das médias dos resultados obtidos nos exames nacionais</p>	<p>.Relatórios</p>
		Melhorar em 10% os							

		resultados obtidos nas provas de avaliação externa no ensino secundário, tendo como referência os valores relativos ao ano letivo 2011/12.							
		Diminuir a taxa de retenção e desistência do ensino secundário (cursos científico-humanísticos) para 12%	Rentabilização dos recursos existentes no Município de modo a facilitar a existência de serviços especializados nas escolas, por exemplo, serviço de psicologia.	Recorrer aos técnicos da área da psicologia, de forma a permitir a criação de um projeto de orientação vocacional que contemple a intervenção com os alunos do 6.º ano e 9ºano de escolaridade, os docentes e os pais;	Alunos das escolas com 2.º/3.º ciclos do ensino básico	CMST; Escolas; Universidades	Ano letivo 2013/14	.Avaliação realizada pelos alunos sobre a importância da orientação/intervenção na escola da área para prosseguimento de estudos	.Análise dos resultados do inquérito aplicado aos alunos



Melhorar os níveis de articulação vertical entre os diferentes ciclos de ensino (pré-escolar/1º ciclo; 1º ciclo/2º ciclo, 3º ciclo e secundário).	Implementar ações que favoreçam a prática de uma maior e mais consolidada articulação entre níveis e ciclos de ensino distintos, incitando à partilha de sinergias, espaços, recursos, objetivos entre os intervenientes em cada um desses estágios do ensino.	Promover pelo menos uma ação com o propósito de melhorar a articulação vertical	Construir um calendário de reuniões para os diferentes departamentos, com o propósito de promover essa articulação programática entre diferentes níveis de ensino;	Propor às Direções das diferentes escolas a elaboração de um calendário de reuniões de articulação vertical;	Escolas (do 1.º ciclo ao ensino secundário)	Professores titulares, coordenadores de estabelecimento; diretores de turma; educadores de infância, coordenadores de departamento; Diretores dos agrupamentos	3º período (para preparação do próximo ano letivo).	.N.º de reuniões realizadas;	.Atas das reuniões realizadas;
			Promover atividades que envolvam alunos e professores de diferentes níveis de ensino	Plano de atividades deverá integrar pelo menos uma atividade por cada ano letivo que envolva alunos/professores de diferentes níveis de ensino				.N.º de atividades transversais a mais de que um nível de escolaridade vertido no Plano Anual de Atividades	.Plano de atividades

Eixo estratégico: Educação para a cidadania

Prioridade PEM: 3.^a (em 7)

N.º de ações definidas: 13

Objetivo geral	Objetivos específicos	Metas	Ações	Descrição da ação	Destinatários	Responsabilidade	Prazo	Indicadores de medida	Fontes de verificação
Envolver a comunidade educativa na auscultação e reflexão sobre potenciais oportunidades educativas a desenvolver no âmbito da educação para a cidadania	Promover a concertação entre os parceiros socioeducativos acerca da oferta de projetos de cidadania dirigidos à comunidade escolar	Elaborar um documento anual que defina uma estratégia concertada de oferta de projetos de cidadania dirigidos à comunidade escolar	Realizar uma reunião anual com todos os agentes socioeducativos	Reunir anualmente com todos os agentes socioeducativos para que possam, concertadamente, definir o campo de atuação de cada um ao nível de ações a desenvolver nas escolas	. Parceiros socioeducativos . Rede Social	CMST (Rede social)	Outubro de cada ano	. N.º de parceiros envolvidos . Tipologia das ofertas socioeducativas	. Ata da reunião . Folhas de presenças . Registo fotográfico . Relatório da concertação da oferta definida
	Promover a concertação entre as escolas para definir	Todos os agrupamentos e escolas não agrupadas têm que definir, pelo menos, uma	Realizar uma reunião com as escolas para definir as oportunidades/prioridades	Reunir anualmente com todas as escolas para que tomem conhecimento da oferta existente ao nível de ações	. Rede Social . Escolas	CMST (Rede social)	Outubro de cada ano	. N.º de escolas envolvidas . Tipologia das ofertas	. Ata da reunião . Folhas de presenças

	quais os projetos e ações socioeducativas a desenvolver no âmbito de cidadania	oportunidade/prioridade educativa, no âmbito da cidadania	educativas no âmbito da cidadania a incluir no plano de atividades para o ano letivo seguinte	socioeducativas e a respetiva concertação para a inclusão no plano de atividades de cada escola				socioeducativas definidas	. Registo fotográfico . Relatório da concertação da oferta definida
Fomentar a articulação e o trabalho em rede entre as instituições locais de cariz educativo e social para desenvolvimento, monitorização e avaliação de projetos e ações socioeducativas no âmbito da cidadania	Promover a aproximação entre escolas e parceiros socioeducativos no âmbito de projetos de cidadania dirigidos à comunidade escolar	Realização de, pelo menos, uma mostra de projetos socioeducativos (parceiros sociais) por agrupamento	Realizar encontros para divulgação dos projetos socioeducativos nas escolas	Criar um espaço/tempo em que os parceiros sociais apresentem aos agrupamentos e escolas não agrupadas toda a oferta existente ao nível de projetos socioeducativos	. Parceiros socioeducativos . Escolas do Concelho	. CMST (Rede social e DE) . Escolas do Concelho	Fevereiro de 2014	. N.º de escolas participantes . N.º de parceiros expositores . N.º de projetos apresentados	. Registo fotográfico . Folha de presenças . Grelha de observação
	Monitorizar e avaliar a implementação de iniciativas socioeducativas incrementadas pelo agrupamento/escola	Elaboração de um relatório que evidencie a concretização da monitorização e avaliação dos projetos e ações socioeducativas incrementadas por cada agrupamento/escola	Desenvolver um ciclo de reuniões com as escolas	Reunir com as escolas para monitorizar e avaliar a implementação dos projetos e ações socioeducativas no âmbito da cidadania	. Escolas do Concelho	. CMST (Rede Social e DE) . Escolas do Concelho	Ao longo dos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015	.N.º de Escolas envolvidas .N.º de Projetos e ações monitorizados e avaliados .N.º de alunos envolvidos	.Relatórios de monitorização e avaliação

								.N.º de parceiros sociais envolvidos .Identificação dos parceiros sociais envolvidos	
	Promover a articulação e o trabalho em rede entre as escolas e as instituições locais de cariz educativo e social	Integração dos agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas nas estruturas de participação criadas no âmbito da rede social (Conselho Local de Ação Social)	Integrar os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas na parceria do Conselho Local de Ação Social	Endereçar um convite aos agrupamentos de escolas e às escolas não agrupadas para integrarem o Conselho Local de Ação Social, apresentando as propostas daí emergentes ao plenário da parceria	. Parceiros socioeducativos . Rede Social . Escolas do Concelho	CMST (Rede Social)	Até dezembro de 2013	N.º de agrupamentos e escolas não agrupadas que passaram a integrar o Conselho Local de Ação Social	. Fichas de adesão ao Conselho Local de Ação Social devidamente preenchidas . Ata do CLAS, demonstrativa da adesão dos parceiros
Promover os afetos e o relacionamento interpessoal e intergeracional	Reforçar as relações entre a escola e a comunidade, promovendo os afetos entre as gerações	Conseguir envolver pelo menos um Centro de Dia e uma Escola Básica do 1.º ciclo neste projeto	Dinamizar o Projeto "Postais". Troca de correspondência entre crianças do 1º CEB e idosos de um lar de idosos.	Contactar o responsável pelo projeto. Selecionar escola e centro de dia interessados.	. Crianças do 1.º CEB . Idosos de um Centro de dia	. CMST (DE) . Agrupamento de Escolas	Ano letivo 2013/2014	. N.º de reuniões realizadas . N.º de escolas envolvidas . N.º de centros de dia	. Atas das reuniões . Folhas de presenças . Relatórios da avaliação



				Promover a implementação do projeto e sua divulgação.		. Centro de dia		envolvidos . Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação do projeto	. Registo fotográfico
Sensibilizar a comunidade educativa para as questões ambientais	Desenvolver projetos que visem envolver e incentivar a comunidade educativa a assumir atitudes e comportamentos de proteção e preservação ambiental	Conseguir uma participação de 60 % dos agentes socioeducativos locais em iniciativas de sensibilização ambiental	Realizar fóruns participativos abertos à comunidade educativa sobre os espaços	Exemplo: Fóruns "Este espaço verde também é meu"	. Comunidade escolar . População em geral	. CMST (DE e DPA), . Escolas . Juntas de Freguesia	Anos letivos 2013/2014 2014/2015	. N.º de escolas envolvidas . N.º de parceiros socioeducativos envolvidos . Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação das oportunidades educativas	. Relatórios das atividades
		Constituir um grupo de pessoas/parceiros que trabalhe a sensibilização das questões relacionadas com o ambiente	Criar a rede "Amigos do Espaço Verde"	Partilhar, através de uma rede a criar, conhecimentos e experiências, bem como dinamizar atividades relacionadas com a preservação e a proteção ambiental		. CMST (DE e DPA), . Escolas . Parceiros Sociais . Comunidade	Dezembro 2013	. N.º de escolas envolvidas . N.º de parceiros envolvidos . Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação das oportunidades educativas	. Protocolo para criação da rede . Relatório da atividade Registo fotográfico da celebração do protocolo

		Conseguir uma participação de 50% da comunidade educativa em iniciativas de sensibilização ambiental	Realizar encontros na Natureza	Envolver as escolas no conhecimento dos espaços verdes: espaços promotores de aprendizagem, espaços de exploração pedagógica e lúdica ao serviço da comunidade educativa, em contexto formal ou informal.			Anos letivos 2013/2014 2014/2015	. N.º de escolas envolvidas . N.º de parceiros envolvidos . Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação das oportunidades educativas	. Relatórios das atividades
		Agrupamento de Escolas de S. Martinho do Campo propõe-se a ter um clube Eco-Escolas e respetivos conselhos Eco-Escolas em 100% das suas escolas.	Criação de clubes Eco-Escolas em todas as escolas do agrupamento e respetivos conselhos Eco-Escolas	Fazer um levantamento das escolas que não têm clube eco-escolas; Promover a articulação entre escolas que têm e que não têm clubes Eco-Escolas; Promover a existência de grupo eco-escolas em todas as escolas do agrupamento e respetivos conselhos Eco-Escolas. Promover em todos os clubes Eco-Escolas a recolha de tampinhas e outros produtos recicláveis.	Escolas	. CMST . Agrupamento . Escolas	Até Julho de 2015	. N.º de escolas com clube eco-escola . N.º de reuniões realizadas . N.º de escolas envolvidas . Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação do projeto	. Relatório do levantamento efetuado . Atas das reuniões . Folhas de presenças . Relatórios da avaliação . Registo fotográfico
		100% dos agrupamentos de	Criação de hortas pedagógicas	Fazer um levantamento dos agrupamentos		. CMST	Até Julho de	. N.º de escolas envolvidas	. Relatório do



		escolas do concelho deverão ter uma horta pedagógica	em cada agrupamento	de escolas que não têm uma horta pedagógica; Promover a articulação entre escolas que têm e que não têm horta pedagógica; Promover a existência de hortas pedagógicas em todos os agrupamento.		. Agrupamentos . Escolas	2015	. Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação do projeto	levantamento efetuado . Folhas de presenças . Relatórios da avaliação . Registo fotográfico
Promover nas escolas a educação para a saúde, de forma lata e abrangente	Desenvolver iniciativas de inclusão da educação para a saúde	Que no ano letivo 2015/2016 haja disponibilidade de créditos horários para a educação para a saúde em 100% dos agrupamentos de escolas	Criar um espaço onde os agentes socioeducativos possam realizar as suas ações de educação para a saúde na escola	Avaliar e concertar estrategicamente com os diretores dos agrupamentos a inclusão prioritária de educação para a saúde	Comunidade Escolar	. ACES . CMST . Agrupamentos de Escolas	Ano Letivo 2014/2015	. N.º de escolas envolvidas . Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação do projeto	. Folhas de presenças . Relatórios da avaliação . Registo fotográfico
Implementar projetos que possibilitem trocas interculturais entre Escolas e a sociedade civil;	Promover a participação cívica da das escolas em iniciativas que visem o desenvolvimento da cidadania e da inclusão	Participação de 100% das escolas do concelho em iniciativas que visem o desenvolvimento da cidadania e da inclusão	Incluir no Plano de Atividades a participação, das escolas, em iniciativas que visem o desenvolvimento da cidadania e da inclusão	Criar as sinergias necessárias para que no Plano de Atividades das escolas conste a participação prevista para o ano letivo em iniciativas/funções que sejam desenvolvidas por Associações Culturais, Recreativas e Solidárias do Concelho	Comunidade Escolar	. Representante de cada Escola /Agrupamento . Representante de cada Associação de	Ano Letivo 2013/2014 2014/2015	. N.º de escolas, associações e instituições envolvidas . Avaliação <i>on-going</i> e <i>ex-post</i> da implementação do projeto	. Relatórios da avaliação . Registo fotográfico



<p>promovendo interações que desenvolvam a capacidade de cada um agir e intervir no respeito por outras culturas, pela diversidade e pela diferença.</p>						<p>Pais</p> <p>. Representante de cada Associação de Alunos</p> <p>. Representante da CMST</p>			
	<p>Formar cidadãos ativos e participativos, com consciência cívica e inclusiva, numa política de respeito dos direitos/deveres humanos e igualdade de oportunidades</p>	<p>Realizar um encontro anual.</p>	<p>Realizar encontros de formação em torno do tema Cidadania e Inclusão</p>	<p>Realizar encontros de formação abertos a toda a comunidade educativa, convidando agentes com experiências no âmbito da Cidadania e da Inclusão</p>	<p>Comunidade educativa</p>	<p>Parceiros sociais</p>	<p>Ano Letivo</p> <p>2013/2014</p> <p>2014/2015</p>	<p>. N.º de Parceiros envolvidos</p> <p>. N.º de Participantes/formandos</p> <p>. Temáticas abordadas</p>	<p>. Folhas de presenças</p> <p>. Relatórios da avaliação</p> <p>. Registo fotográfico</p>

Eixo estratégico: Aprendizagem ao longo da vida

Prioridade PEM: 4.^a (em 7)

N.º de ações definidas: 6

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Ações	Descrição das Ações	Destinatários	Responsabilidade	Prazo	Indicadores de medida	Fontes de verificação
Incentivar a qualificação da população adulta	Desenvolver estruturas e ofertas de qualificação de adultos no concelho	Criação de pelo menos um Centro de Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) no concelho	Criar um Centro de Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) no concelho	Desenvolver todas as diligências necessárias à criação de um CQEP;	População adulta com baixa qualificação do concelho	CMST (Coord.)	De Julho 2013 a Set. 2014	. N.º de candidaturas submetidas para a criação do CQEP	. Relatório do processo de criação do CQEP . Instalações do CQEP . Atividade do CQEP . Atividade do IIEFP . Registo das inscrições . Registo de reuniões . Registos fotográficos
		Criação de pelo menos uma oferta em cada uma das modalidades de qualificação	Criar Cursos EFA, RVCC, RVCC-Pro e Cursos de Dupla Certificação	Articulação entre Escolas e IIEFP para o desenvolvimento de cursos EFA; RVCC, RVCC-Pro e Cursos de Dupla Certificação		Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques IIEFP		. N.º de CQEP's criados . N.º de cursos EFA em curso . N.º de adultos inscritos em RVCC . N.º de adultos inscritos em RVCC Pro . N.º de adultos inscritos em Cursos EFA	

	Eliminar o analfabetismo funcional, nomeadamente em contextos não formais de educação de adultos	Baixar a taxa analfabetismo existente no concelho para 0%	Crear cursos de Alfabetização	Desenvolver as parcerias e diligências necessárias com vista à realização de cursos de alfabetização e escolarização direcionados a utentes de RSI (turmas de 15 a 20 alunos)	População adulta com baixa qualificação do concelho	Representante do Ministério da Educação Professor(a) Técnicos do Núcleo Local de Inserção Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo	Anos letivos 2013/14 2014/15	. N.º de reuniões de articulação realizadas . N.º de cursos de alfabetização em curso . N.º de adultos inscritos em cursos de alfabetização	. Atas das reuniões . Folhas de presenças . Relatório da atividade . Registos de caracterização socioeconómica dos alunos . Registos fotográficos
Valorizar os conhecimentos e a experiência de vida	Aproximar as diferentes gerações e promover a troca de conhecimentos	Implementar pelo menos 1 iniciativa que que promova a experiência de vida e o intercâmbio geracional	Dinamizar uma iniciativa que envolva a população com diferentes experiências de vida e a comunidade escolar	Crear o «livro humano» através de reuniões com diferentes parceiros para definição de estratégias de aproximação da população envolvida	Comunidade escolar e população adulta/idosos	CMST (Biblioteca Municipal) Misericórdia Escolas	Até ao final do ano letivo 2014/15	. N.º de parceiros envolvidos . N.º de reuniões/encontros efetuadas . Estratégias definidas . N.º de iniciativas implementadas . N.º de pessoas com	. Atas das reuniões/Registo dos encontros . Folhas de presenças . Registos fotográficos . Listagem das estratégias definidas . Documentação associada à criação da iniciativa locais de

								vasta experiência de vida envolvidas . N.º de alunos envolvidos	emprego . Curriculum vitae/história de vida
Promover a formação contínua do pessoal docente e a qualificação do pessoal não docente das escolas	Dinamizar formação acreditada em práticas pedagógicas.	25% do pessoal docente e não docente frequenta ações de formação profissional	Realização de um diagnóstico prévio das necessidades de formação, no pessoal docente e não docente. Promover ações de formação para pessoal docente/não docente em articulação com os centros de formação	Desencadear um conjunto de ações que permitam fazer esse levantamento nas escolas públicas do concelho e criar mecanismos de resposta à formação profissional, através de parcerias com centros de formação	Comunidade Escolar – pessoal docente e não docente	Agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas/CMST	Ano letivo 2014/15	. Natureza e número das necessidades de formação diagnosticadas; . Avaliação do nível de aplicabilidade/pertinência das ações de formação realizadas . Rácio do número de pessoal docente e não docente existente e o de pessoal docente e não docente a frequentar ações de formação profissional	. Diagnóstico das necessidades de formação; . Análise dos resultados do inquérito aplicado no final da realização da(s) ação(ões) de formação . Mapas de pessoal das escolas . Registo de presenças nas ações de formação profissional

Eixo estratégico: Visão estratégica educativa e comunicação

Prioridade PEM: 5.^a (em 7)

N.º de ações definidas: 10

Objetivo geral	Objetivos específicos	Meta	Ação	Descrição da Ação	Destinatários	Responsabilidade	Prazo	Indicadores de medida	Fontes de verificação
Promover, a nível municipal, o desenvolvimento de uma política educativa, concertada e articulada, envolvendo toda a comunidade educativa (agentes educativos, parceiros sociais, encarregados de educação, alunos...), no funcionamento e	Criar estruturas de coordenação e articulação da política educativa ao nível local	Conselho Municipal de Educação criado e em funcionamento efetivo	Constituir o Conselho Municipal de Educação	Desenvolver todas as tarefas necessárias à constituição do Conselho Municipal de Educação e à regulamentação do seu funcionamento	Comunidade Educativa	. CMST (DE) . Agrupamentos de Escolas	Até final do ano letivo 2013/14	. N.º de agentes educativos envolvidos no processo de criação do conselho . Formalização do Conselho Municipal de Educação . N.º de entidades que integram o Conselho Municipal de Educação . N.º de reuniões do Conselho Municipal de Educação desde a sua constituição	. Relatório das diligências efetuadas para a criação do Conselho Municipal de Educação . Ata da constituição do Conselho Municipal de Educação . Regulamento Interno do Conselho Municipal de Educação . Atas do Conselho Municipal de Educação
	Desenvolver iniciativas de concertação e divulgação entre os	Construção de um plano de atividades da câmara municipal com projetos educativos	Elaborar um plano de atividades anual com os projetos educativos	Realizar, no mês de janeiro, uma reunião de concertação entre os diferentes serviços/divisões da câmara	Comunidade Educativa	CMST	Até ao mês de maio de cada ano	. N.º de reuniões realizadas. . N.º de técnicos presentes nas reuniões . N.º de chefias presentes nas reuniões . N.º de atividades planeadas e inscritas	. Registo das reuniões de trabalho . Folhas de presenças das reuniões de trabalho . Registo fotográfico . Plano de atividades

acompanhamento do sistema educativo e na realização de ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia.	diferentes serviços/divisões da câmara municipal para a construção do plano de atividades das diversas entidades educativas pela comunidade educativa do concelho		promovidos pela CMST e diligenciar a respetiva divulgação pela comunidade educativa do concelho	municipal para a construção do plano de atividades. Elaborar desdobráveis para divulgação do plano de atividades e disponibilizá-lo no <i>site</i> da câmara municipal				no plano	
		Divulgação e disponibilização do plano de atividades das diversas entidades educativas (e respetiva articulação entre parceiros) à comunidade educativa do concelho						. N.º de desdobráveis produzidos . N.º de artigos de divulgação colocados no site da câmara municipal . N.º de visitas ao site para consulta do plano de atividades . N.º de visitas ao site para acesso à newsletter . N.º de parceiros/pessoas a quem é enviada a newsletter por e-mail	. Requisição de desdobráveis . Desdobrável em suporte papel . Desdobrável em suporte informático . Página da câmara com o plano disponível . N.º de acessos ao site da câmara para consulta do plano . Nota de imprensa
		Divulgação dos projetos socioeducativos inovadores desenvolvidos no concelho	Organizar uma mostra anual de projetos socioeducativos inovadores	Organizar uma mostra de posters alusivos a projetos inovadores, aproveitando a recolha da informação realizada para o PEM e para a <i>newsletter</i> trimestral	Comunidade Educativa		Até final do ano letivo 2013/14	. N.º de projetos divulgados . Instituições socioeducativas envolvidas;	. Relatórios . Nota de imprensa . Registo fotográfico
	Consolidar práticas	Criação de estruturas e	Constituir a equipa	Esta equipa terá como	Comunidade Educativa	. CMST (Divisão de	Até final do	. N.º de Elementos da equipa	Ata de reunião da constituição da equipa PEM .Registo de Presenças



	de monitorização, avaliação e divulgação da educação no concelho	instrumentos para monitorização, avaliação e divulgação da educação no concelho	de trabalho do PEM	funções a monitorização, a avaliação e a divulgação da educação no concelho e será composta por elementos da CMST e da comunidade escolar concelhia		Educação)	ano de 2013	. N.º de Instituições/Serviços representados que constituem a equipa PEM (Caracterização da equipa PEM)	da reunião
			Monitorizar anualmente todos os indicadores educativos do concelho	Recolha e tratamento de dados		. Agrupamentos de Escolas . Instituições com Projetos	Até final do ano letivo 2013/14	Indicadores educativos atualizados por ano	. Relatórios . Emails de recolha de dados
			Criar uma plataforma digital de exportação de dados;	Plataforma digital de monitorização dos indicadores educativos de todas as instituições de ensino no concelho		Educativos	Até 2015	Indicadores educativos atualizados por ano	. Plataforma

			Criar uma newsletter digital	Elaborar uma newsletter trimestral (Santo Tirso – cidade educadora) para divulgação de projetos educativos do concelho pelos vários agentes educativos e disponibilizar o seu acesso na internet			Trimestral a partir de Janeiro 2014	. N.º de projetos divulgados . Instituições socioeducativas envolvidas . N.º de acessos on-line à newsletter	. Newsletter; . Relatórios . Back office do site
	Melhorar o envolvimento/participação dos pais na vida escolar dos seus educandos	Criação de uma Federação Concelhia de Associações de Pais e Encarregados de Educação	Reunião com todas as Associações de Pais e Encarregados de Educação no sentido de encetar o processo de criação de uma Federação	Reunir todas as associações de pais para a criação de uma federação que promova, de uma forma concertada, ações, projetos e que se responsabilize pelo acompanhamento/monitorização dos indicadores do sucesso educativo.	Pais e Encarregados de Educação	. CMST . Associações de Pais e Encarregados de Educação	Ano Letivo 2013/14	. N.º de Associações de Pais e Encarregados de Educação envolvidas no processo de constituição da Federação Concelhia . N.º de reuniões . N.º de presenças nas reuniões	. Atas das Reuniões . Folhas de presenças . Registo fotográfico

			concelhia.						
		Conseguir que os planos anuais de atividades de todas as escolas integrem atividades dirigidas aos pais e encarregados de educação	Desenvolvimento de atividades temáticas para os Pais e Encarregados de Educação, no sentido de valorizar a sua participação/envolvimento no sucesso educativo dos seus educandos	Existência de orientações/diretivas para que os planos anuais de atividades das diferentes escolas contemplem, pelo menos, uma atividade direcionada aos pais e encarregados de educação	Pais e Encarregados de Educação	. Escolas/agrupamentos de escolas; Associações de Pais e Encarregados de Educação dos diferentes estabelecimentos de ensino . CMST	Ano letivo 2014/2015	. N.º de planos anuais de atividades que integram atividade(s) dirigida(s) aos Pais e Encarregados de educação	. Planos Anuais de Atividades
	Melhorar o envolvimento/participação dos estudantes nas estratégias educativas locais	Criação de uma federação concelhia de Associação de Estudantes que promova, de uma forma concertada, ações, projetos e que se	Reunião anual com os representantes das Associações de Estudantes do concelho	Reunir todas as Associações de Estudantes e Encarregados de Educação concelhias no sentido de encetar o processo de criação de uma Federação concelhia.	Associações de Estudantes	. Escolas/agrupamentos de escolas . Associações de Estudantes . CMST	Novembro 2013/2014/2015	. N.º de estudantes . N.º de reuniões . N.º de presenças nas reuniões . Instituições socioeducativas envolvidas . Divulgação efetuada	. Relatórios . Atas das reuniões . Folhas de presenças . Nota de imprensa . Registo fotográfico

		responsabilize pelo acompanhamento/monit orização dos indicadores do sucesso educativo							
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Eixo estratégico: Educação para o empreendedorismo

Prioridade PEM: 6.^a (em 7)

N.º de ações definidas: 4

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Ações	Descrição das Ações	Destinatários	Responsabilidade	Prazo	Indicadores de medida	Fontes de verificação
Aproximar os jovens estudantes do mercado de trabalho, promovendo a autoempregabilidade e o empreendedorismo jovem	Criar estruturas de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo jovem	Criação de 1 gabinete de apoio ao empreendedorismo jovem	Criar um gabinete de apoio aos projetos pessoais e profissionais dos jovens estudantes, que ajude a divulgação de iniciativas empresariais e potencie a inserção dos jovens ao mercado de trabalho.	Desenvolver todas as tarefas necessárias à criação deste gabinete de apoio aos jovens em contexto escolar, recorrendo a parcerias com o tecido empresarial e institucional do concelho	Jovens estudantes	<ul style="list-style-type: none"> . Câmara Municipal de Santo Tirso . Todas as escolas secundárias do concelho 	Até setembro de 2015	<ul style="list-style-type: none"> . Tarefas concretizadas para a criação do gabinete . N.º de escolas envolvidas . N.º de estudantes envolvidos . N.º de parceiros envolvidos . Setor de atividade dos parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> . Relatório da atividade . Atas de reuniões . Folhas de presenças . Registo fotográfico . Instalações do gabinete . Processos registados dos jovens . Dossiê das parcerias

								. N.º de jovens integrados profissionalmente a partir da intervenção do gabinete . N.º de projetos decorrentes da intervenção do gabinete	
Publicitar /divulgar/ promover a conceção e desenvolvimento de projetos inovadores/ e de cariz social, através do intercâmbio escola - incubadora - centro de inovação social e respetivos apoios e incentivos	Envolver todas as escolas de ensino secundário com a atividade da incubadora da Fábrica de Santo Thyrsó e com o Centro de Inovação Social Metropolitano	Desenvolvimento de, pelo menos, uma iniciativa anual por escola secundária	Realizar sessões de informação sobre a incubadora e o centro de inovação social, envolvendo todas as escolas secundárias e concursos de empreendedorismo patrocinados pelas empresas locais	Realizar, na escola, sessões de informação sobre o potencial da incubadora, direcionadas para as turmas dos 10.º e 11.º anos		. Responsável pela incubadora de base tecnológica . Responsável pelo Centro de Inovação Social . Responsável pela escola . Responsável pelos estudantes	Anos letivos 2013/14 e 2014/15	. N.º de sessões de informação . N.º de escolas secundárias envolvidas . N.º de turmas participantes . N.º de alunos participantes	. Folhas de presenças . Registo fotográfico . Relatório da atividade . Dossiê dos projetos



						.Coordenadores/Orientadores de PAP		. N.º de projetos apresentados	
			Dinamizar visitas das turmas à incubadora de Santo Tirso e ao centro de inovação social	Realizar visitas de estudo com as turmas do 12.º ano à incubadora, visualizando projetos que lá estejam a ser implementados e assistindo a uma sessão de informação sobre o potencial da incubadora		.Acompanhantes da FCT, dos cursos profissionais		. N.º de visitas de estudo . N.º de escolas secundárias envolvidas . N.º de turmas participantes . N.º de alunos participantes . N.º de projetos apresentados	
	Promover a construção e a Divulgação de projetos inovadores/empreendedor	Realização de, pelo menos, uma ação de divulgação de projetos inovadores	Realizar uma mostra anual/concurso de projetos inovadores elaborados	Divulgar, através de uma exposição, os projetos inovadores ou de		. Câmara Municipal de Santo Tirso	Final do ano letivo 2013/2014	. N.º de escolas secundárias envolvidas	. Folhas de presenças . Registo fotográfico e de



	smo social pelos jovens e adultos	elaborados pelos alunos	pelos alunos	empreendedorismo social desenvolvidos no concelho por jovens estudantes		. Fundação de Santo Thyrsó . Todas as escolas secundárias do concelho		. N.º de turmas participantes . N.º de alunos participantes . N.º de projetos . N.º de projetos apresentados e selecionados . Critérios de avaliação	vídeo . Relatório da atividade . Grelha de avaliação do concurso . Resultados do concurso
--	-----------------------------------	-------------------------	--------------	---	--	--	--	--	--

Eixo estratégico: Recursos, equipamentos e parque escolar

Prioridade PEM: 7.^a (em 7)

N.º de ações definidas: 4

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Metas	Ações	Descrição das Ações	Destinatários	Responsabilidade	Prazo	Indicadores de medida	Fontes de verificação
Otimizar a gestão integrada e sustentada dos recursos (materiais e humanos) /equipamentos	Desenvolver os procedimentos necessários para atualização da caracterização do parque escolar	Concretização da revisão da Carta Educativa	Atualizar e divulgar a carta educativa do concelho	Desenvolver a investigação necessária com vista à caracterização do parque escolar do concelho (equipamentos, recursos físicos, recursos humanos, ...) e à sua apresentação pública	Comunidade Escolar	CMST (DE)	Até junho de 2015;	<ul style="list-style-type: none"> . N.º de reuniões de trabalho . N.º de parceiros envolvidos . N.º de técnicos envolvidos . N.º de relatórios produzidos . Documento final de apresentação 	<ul style="list-style-type: none"> . Dossiê da carta educativa . Registos/atas das sessões de apresentação da Carta Educativa . Listagem dos convites enviados . Carta educativa atualizada . Diversidade de locais de divulgação (internet,

								. Métodos de divulgação da Carta Educativa	imprensa, etc.) . Registo fotográfico
	Elaborar propostas para reorganização da rede escolar	Diminuição, para 50%, do número de turmas mistas existentes ao nível do 1.º ciclo do ensino básico	Promover reuniões para definição dos parâmetros para reorganização da rede escolar, nomeadamente, a redução de turmas mistas	Reunir e auscultar todos os agentes estratégicos com responsabilidade ao nível de uma possível reorganização da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico para evitar a persistência de turmas mistas, no que se refere ao 1.º ciclo do ensino básico		.Escolas .CMST . MEC/DGESTE	Em vigor em 2014/2015	.N.º de reuniões realizadas .N.º de escolas do 1.º ciclo do ensino básico sem turmas mistas em 2014/2015 em relação ao ano letivo anterior	.Atas de reuniões .Relatórios
		Distribuição equilibrada de escolas por agrupamentos, tendo em conta o número de alunos	Elaborar 1 proposta ao Ministério da Educação e Ciência para reestruturação dos	Encetar um conjunto de reuniões com diversos parceiros para elaboração de uma proposta		. CMST . Escolas	Até final do ano letivo 2014/15	. N.º de reuniões efetuadas . N.º de parceiros envolvidos	. Atas das reuniões . Folhas de presenças

			agrupamentos de escolas	concertada de reestruturação dos agrupamentos, relativamente à redistribuição das escolas por agrupamento		. MEC . Conselho Municipal de Educação (quando criado)		. Grau de envolvimento dos parceiros . Melhoria das condições propostas	. Registo fotográfico. . Grelha de observação . Proposta consensual
Monitorizar e gerir os recursos /equipamentos das escolas	Construir as ferramentas necessárias para a monitorização dos recursos/equipamentos escolares	Elaboração de planos e relatórios de atividades anuais	Criar 1 grupo de trabalho da Câmara Municipal de Santo Tirso para gestão integrada dos recursos/equipamentos	Realizar duas reuniões anuais com os diferentes serviços e promover a monitorização/gestão dos recursos/equipamentos das escolas da gestão da autarquia (pré-escolar e 1º ciclo) através de dispositivos criados para o efeito	CMST (DE, DOP, Informática, Compras)	setembro e junho (início e fim de cada ano letivo)		. N.º de técnicos e dirigentes envolvidos . N.º de reuniões realizadas . Periodicidades/datas das reuniões	. Atas das reuniões . Folha de presenças . Registo fotográfico e de vídeo
			Criar um sistema de informação interno	Construção de bases de dados, canais de comunicação interno ou				. N.º de ferramentas criadas para a monitorização dos	. Suporte informático e/ou físico das ferramentas de monitorização criadas



				outros procedimentos que permitam a gestão da informação interna respeitante aos recursos/equipamentos escolares				recursos/equipamentos escolares	
--	--	--	--	--	--	--	--	---------------------------------	--

4. Execução do plano de ação

Definidas as linhas estratégicas orientadoras do projeto educativo municipal e delineadas as respetivas ações, importa criar as condições necessárias à execução das mesmas, envolvendo as diversas instituições e os agentes educativos estratégicos, num trabalho que se quer em rede, articulado e flexível às necessidades encontradas.

Considera-se que a sua boa execução depende da definição clara de responsabilidades e da constante monitorização temporal do prosseguimento dos trabalhos.

Tal deverá acontecer já no ano letivo 2013/2014, conforme delineado no plano de ação apresentado previamente. O planeamento de grande parte das ações obedece ao calendário escolar, por envolver direta ou indiretamente a comunidade escolar. Este plano de ação tem como limite temporal o ano de 2015, altura em que se deverá implementar a avaliação final do mesmo e delinear novas estratégias de atuação, assente na realidade educativa concelhia nessa altura.

5. Avaliação do projeto educativo

A avaliação é um processo complexo, nomeadamente pelas diferentes dimensões que engloba (o que se avalia? porque e para que se avalia? quem avalia? quando se avalia? como se avalia?). Sendo uma componente do processo de planeamento, a avaliação assume um conjunto de procedimentos destinados a julgar os méritos de uma intervenção e a fornecer informação sobre os seus fins, a sua gestão e funcionamento, as suas expectativas, os seus resultados, os seus impactos e os seus custos. Trata-se de um momento fulcral para o sucesso daquilo que foi planeado, uma vez que, independentemente dos resultados parcelares das ações a implementar, só com uma monitorização e avaliação eficazes se consegue melhorar e/ou corrigir os aspetos menos positivos da sua execução.

Por conseguinte, o recurso a um processo de avaliação eficaz no PEM de Santo Tirso permitirá medir os resultados das ações e, por essa via, ajudar nas tomadas de decisão, na identificação das condições de sucesso e de aspetos críticos das intervenções – ajudando a melhorá-las –, na otimização de recursos e, ainda e na sua consolidação - ajudando a divulgar resultados, a assumir compromissos e a atribuir responsabilidades. Neste contexto, a avaliação deste PEM entrará em linha de conta com os seguintes critérios:

- Coerência interna/adequação das ações – as ações são coerentes na sua construção interna face aos objetivos a atingir?;
- Pertinência - as intervenções são oportunas e relevantes face ao contexto, problemas e desafios?;
- Coerência externa - as intervenções são justificáveis no contexto das políticas e estratégias do organismo, do serviço, do governo,...?;
- Eficácia - em que medida os objetivos foram atingidos e as ações previstas foram realizadas?;
- Eficiência - os resultados correspondem ao emprego mais económico e satisfatório dos recursos que foram utilizados?;
- Equidade - que tipo de distribuição dos recursos foi feita entre os indivíduos, os grupos, as regiões?;
- Impacto - que alterações ocorreram (ou irão, prospetivamente, ocorrer) no contexto educativo/ territorial da intervenção e em que medida essas alterações se podem atribuir à mesma?.

Dentro deste enquadramento, deverá ser conduzido um processo que combine estrategicamente a avaliação *on-going* com a avaliação *ex-post*.

Na avaliação *on-going* pretende-se, através do seu acionamento, analisar as primeiras realizações da intervenção, os constrangimentos que podem ser ultrapassados e o que pode ser feito para melhorar a sua aplicabilidade, o esquema organizativo e a qualidade da monitorização. Nesta fase, deverá ainda ser incluído um exercício prospetivo acerca dos resultados finais e da medida em que os objetivos podem ser atingidos. Saliente-se que das conclusões desta avaliação podem resultar alterações de diversa natureza à intervenção.

A avaliação *ex-post* realiza-se após a conclusão da intervenção e servirá para recapitular e analisar a operacionalização do plano: a eficiência na utilização dos recursos, a eficácia e os impactos. Esta avaliação incide sobre os fatores de sucesso e de fracasso, sobre a sustentabilidade dos resultados e dos impactos, devendo, ainda, fornecer conclusões aplicáveis a outros programas ou planos.

Subjacentes a ambos os momentos de avaliação estão as fontes de verificação descritas no plano de ação, as quais constituem o meio necessário para a verificação dos indicadores de medida que sustentarão o sucesso ou o insucesso das iniciativas programadas. Sempre que julgue adequado, podem acrescentar outros momentos de avaliação, sobretudo no que toca a informações de cariz mais qualitativo, que, não sendo mensuráveis, não deixam de ser monitorizáveis e de se revelar um complemento precioso à desejada avaliação do impacto da intervenção.

Quer se trate da avaliação *on-going*, quer da avaliação *ex-post*, serão elaborados relatórios de avaliação, relativamente aos quais deverá ser dado conhecimento a todos os *stakeholders* deste projeto.

A dinamização do processo de avaliação é da responsabilidade da Câmara Municipal de Santo Tirso, sem prejuízo das corresponsabilidades atribuídas aos agentes educativos mais diretamente envolvidos no PEM.

6. Glossário

Abandono escolar

Indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola.

Abandono Precoce de Educação e Formação

População com idade entre 18 e 24 anos, sem o secundário completo, que completou o 3.º ciclo de escolaridade ou não, e que não inserida em qualquer programa de educação/formação.

Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas ou métodos mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Trata-se de um método de análise textual que se utiliza em questões abertas de questionários e (sempre) no caso de entrevistas. Utiliza-se na análise de dados qualitativos, na investigação histórica, em estudos bibliométricos ou outros em que os dados tomam a forma de texto escrito.

Aprendizagem ao longo da vida

Toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento (lifelong) e em todos os domínios da vida (lifewide), com o objectivo de melhorar os conhecimentos, capacidades e as competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego (Comissão Europeia, 2001).

Carta Educativa

É um instrumento de planeamento, como metodologia de intervenção no planeamento e ordenamento da Rede Educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, a qual tem como meta a atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social.

Centros de Novas Oportunidades

São unidades orgânicas da iniciativa de entidades formadoras com um conjunto de valências diversificadas no âmbito da resposta às necessidades de qualificação da população adulta. Compete-lhes o encaminhamento de adultos para ofertas de educação e formação ou para o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, para efeitos escolares e/ou profissionais.

Conselho Municipal de Educação

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, define o Conselho Municipal de Educação (CME) como sendo “uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”

Conselho Geral

O conselho geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Curso de Educação e Formação

Curso destinado a jovens com idade superior a 15 anos que lhes permite concluir o 3.º Ciclo do Ensino Básico ou o 12.º ano de escolaridade, através de um percurso flexível, concretizando um projeto profissional, sem prejuízo do prosseguimento de estudos.

Curso de Educação e Formação de Adultos

Oferta de Educação e Formação de adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se através de percursos de dupla certificação, ou de habilitação escolar quando se revele

adequado ao perfil e história de vida dos adultos. Destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que pretendam completar o 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano de escolaridade ou desejem obter uma qualificação profissional. Certificam habilitação académica e/ou profissional conforme o tipo de percurso prosseguido.

Curso Profissional

Curso conducente a uma qualificação profissional que facilita o ingresso no mercado de trabalho e simultaneamente garante uma habilitação escolar que permite o prosseguimento de estudos. Atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 4. Ainda existem a funcionar Cursos Profissionais que atribuem nível 2 de qualificação profissional e 9.º ano de escolaridade, mas são todos referentes à saída profissional de “Instrumentista”.

Dupla Certificação

O reconhecimento de competências para exercer uma ou mais atividades profissionais e de uma habilitação escolar, através de um diploma.

Educação Formal

Educação escolar. Modalidade da educação centrada nas escolas e no sistema educativo institucionalizado, legitimado pelo Ministério da Educação.

Educação Informal

Esta modalidade de educação engloba tudo aquilo que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos, das pessoas com quem nos relacionamos, informalmente, dos livros que lemos, ou da televisão que vemos, da multiplicidade de experiências que vivemos diariamente com mais ou menos intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem. A educação informal não é orientada confunde-se com o processo de socialização dos indivíduos.

Educação Não Formal

Modalidade da educação que opera fora da estrutura do sistema educativo formal e obedece a uma estrutura e organização distintas da escola podendo, no entanto, levar a uma certificação. Pode assumir uma perspetiva de complemento ou suplemento à educação escolar. Esta modalidade da educação pode acontecer em diferentes locais tais como: Associações, Comissões, Centros de saúde, Bibliotecas, Creches, ATL's, IPSS, Autarquias, projetos de luta contra a pobreza e exclusão social, CPCJ, Instituições (juvenis, recreativas, profissionais, de voluntariado), entre outros.

Educação para a cidadania democrática

“É (...) um conjunto de práticas e atividades desenvolvidas como abordagem ascendente, que procura ajudar os alunos, os jovens e os adultos a participar de forma ativa e responsável nos processos de tomada de decisões das respectivas comunidades. A participação é crucial para a promoção e o reforço de uma cultura democrática baseada na consciencialização e no compromisso em relação a valores fundamentais partilhados, como os direitos humanos e as liberdades, a igualdade da diferença e o Estado de Direito.” (<http://www.coe.int/t/education/edc/>).

Educação Pré- Escolar

Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

Ensino Básico

Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento

posterior de estudos ou a inserção na vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino Privado

Ensino promovido sob iniciativa e responsabilidade de gestão de entidade privada com tutela pedagógica e científica do Ministério da Educação ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Católica Portuguesa.

Ensino Profissional

Ensino que tem por objetivo imediato a preparação científica e técnica para o exercício de uma profissão ou ofício, privilegiando assim a qualificação inicial para entrada no mundo do trabalho e permitindo ainda o prosseguimento de estudos.

Ensino Público

Ensino que funciona na direta dependência da administração central, das regiões autónomas e das autarquias.

Ensino Recorrente

Modalidade de educação escolar a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do ensino básico e do ensino secundário. Constitui uma segunda oportunidade para os que abandonaram precocemente o sistema educativo e os que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional e uma primeira oportunidade para os que nunca frequentaram a escola, atenuando, assim, os desequilíbrios existentes entre os diversos grupos etários, no que respeita aos níveis educativos. Com organização curricular, metodologias e avaliação específicas, atribui diplomas e certificados equivalentes aos do ensino regular.

Ensino Regular

Conjunto de atividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei.

Ensino Secundário

Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.

Ensino Superior

Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas

Focus Group

O uso de *focus groups* ou grupos de discussão é um método de investigação social já consolidado, que assume a forma de uma discussão estruturada que envolve a partilha progressiva e a clarificação dos pontos de vista e ideias dos participantes. A técnica tem particular interesse na análise de temas ou domínios que levantam opiniões divergentes ou que envolvem questões complexas que precisam de ser exploradas em maior detalhe. O *focus group* faz parte de um conjunto de métodos de discussão baseados em grupos. O formato típico envolve um grupo relativamente homogéneo que se reúne por um período de cerca de uma hora e meia a duas horas. A interação do grupo é moderada por um avaliador ou investigador que estabelece os tópicos ou perguntas para discussão.

Fonte (de dados)

Origem de um determinado conjunto de dados/base de dados. Tendo em conta o método de recolha de dados, existem dois tipos de fontes: fonte administrativa e inquérito.

Formação Modular

Formação cujos conteúdos são organizados em unidades de formação independentes - módulos - e que podem ser combinados de maneira a constituírem um itinerário de formação adaptado, nomeadamente, às necessidades dos indivíduos, a desenvolvimentos técnicos, tecnológicos e organizacionais ou à estrutura ocupacional

Grupo Etário

Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

Idade Ativa

Idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.

Indicador

Variável que representa um dado estatístico, referente a um determinado período de tempo, local e a outras características. O período de tempo pode referir-se a um momento no tempo ou a um intervalo de tempo.

Índice de Envelhecimento

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Inquérito

Investigação sobre determinadas características de uma população através da recolha de dados de uma amostra dessa população e posterior estimação dessas características através de recurso sistemático a metodologias estatísticas.

Investigação-Ação

A investigação-ação (IA) caracteriza-se pela forma interativa como se desenvolve, ou seja, permite a produção de saberes ao longo de todo o processo e a todo o grupo participativo. Distingue-se de todas as investigações que têm como principal objetivo a produção teórica de saberes, dando assim uma grande importância à reformulação das práticas, embora as conclusões das investigações sejam necessárias para questionar a ação e lhe conferir sentido. Dessa forma, utiliza uma abordagem mais paralela à investigação, distanciando-se da abordagem clássica na qual o investigador utiliza a prática para provar a hipótese. A IA permite um equilíbrio instável entre investigação (enquanto concetualidade teórica e rigor metodológico) e ação (pela compreensão e orientação de práticas). É relevante para áreas práticas, (como o ensino, por exemplo), visto que tem como objetivo a solução de problemas e não impõe a sua utilização imediata.

Necessidades Educativas Especiais (NEE)

Limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social (n.º 1, artigo 1.º, capítulo I do Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro).

Nível de Ensino

Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior

Nível de Escolaridade

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Nível de Instrução

Grau de ensino mais elevado atingido pelo indivíduo (completo, incompleto, frequência).

NUTS

A Nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS) é uma nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A NUTS foi estabelecida pelo Eurostat com o intuito de fornecer uma divisão uniforme das unidades territoriais para produção de estatísticas regionais na UE. A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional.

Período de referência

Período de tempo a que a informação se refere. Pode ser pontual (um dia específico) ou um intervalo de tempo (p.ex.mês, trimestre, ano fiscal, ano de calendário).

População Ativa

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População Residente

Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1.º ao 4.º anos)

Exemplos de correspondências anteriores: “Primário” (1.ª à 4.ª classes); “Básico Primário” (1.ª à 4.ª classes); “Básico Primário Elementar” (1.ª e 2.ª fases); “Básico Primário” (1.ª e 2.ª fases).

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Processo que permite ao indivíduo com, pelo menos, 18 anos de idade o reconhecimento, a validação e a certificação de competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida.

Segundo Ciclo do Ensino Básico (5.º e 6.º anos)

Exemplos de correspondências anteriores: “Secundário Liceal – 1.º ciclo”; “Escolas Comerciais e Industriais – Ciclo Preparatório”; “Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Direto e Telescola)” (1.º e 2.º anos); “Primário” (5.ª e 6.ª classes); “Básico Primário” (5.ª e 6.ª classes); “Básico Preparatório (Direto e Telescola)” (1.º e 2.º anos); “Básico Primário Complementar” (5.ª e 6.ª classes).

Steering group

Grupo de orientação/acompanhamento que organiza os estágios iniciais de um projeto e que garante que este progrida de forma satisfatória, monitorizando a sua operacionalização.

Taxa Bruta de Escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos. Educação Pré-Escolar 3-5 anos; Ensino Básico – 1.º Ciclo 6-9 anos; Ensino Básico – 2.º Ciclo

10-11 anos; Ensino Básico – 3.º Ciclo 12-14 anos; Ensino Secundário 15-17 anos; Ensino Superior 18-22 anos. (Glossário – GIASE/ME).

Taxa de Alfabetização

Taxa de indivíduos com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, o indivíduo incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa, sobre o total da população do mesmo estrato etário.

Taxa de Conclusão

Proporção de alunos transitados no ano correspondente ao fim de um determinado ciclo de escolaridade, tomando como referência o total de alunos matriculados nesse mesmo ano de escolaridade.

Taxa de conclusão de ciclo

Relação percentual entre o número de alunos que, no termo de um ano letivo, obtêm aproveitamento no fim do ciclo de ensino, ou seja, no 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Taxa de Crescimento Efetivo

Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes)

Taxa de Desemprego

Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa

Taxa de Inserção profissional

Índice de entrada dos indivíduos no mercado de trabalho após a sua passagem pelo sistema de educação/formação

Taxa de sucesso escolar

Percentagem de alunos com classificações positivas às provas de avaliação externa face ao número total de provas realizadas

Taxa real de escolarização

Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Taxa de Retenção e Desistência

Relação percentual entre o número de alunos que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados e avaliados, nesse ano letivo.

Taxa de Sucesso Escolar ou seja a proporção de alunos com sucesso relativamente ao total de alunos, pode ser escrita na forma

Taxa de Transição

Proporção de alunos transitados num dado ano de escolaridade, tomando como referência o total de alunos matriculados nesse mesmo ano de escolaridade.

Terceiro Ciclo do Ensino Básico (7.º ao 9.º anos)

Exemplos de correspondências anteriores: “Secundário Liceal – 2.º ciclo” (3 anos); “Escolas Comerciais e Industriais – Cursos de Formação, Cursos Complementares de Aprendizagem, Cursos de

Aperfeiçoamento e Cursos de Mestrança”; “Secundário Geral Unificado” (7.º ao 9.º anos); “Cursos Profissionais” (nível 2)

Valor Esperado face contexto (VEC)

Média de resultados dos exames nacionais de escolas em contextos similares.

Variação Populacional

Diferença entre os efetivos populacionais no final e no início de um determinado período.

Variável

Característica de uma unidade estatística ou população, que pode assumir diferentes conjuntos de valores, e à qual se pode atribuir uma medida numérica ou categorias de uma classificação (por exemplo: rendimento, idade, peso, profissão, atividade económica, etc.).

7. Bibliografia

- Alpoim, N. (2000). Mudar a escola, mudar os municípios. *In* Autonomia, contratualização e Município: atas do Seminário do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Braga, 24 Mai. 2010 (p.55).
- Amor, T. (2003). *Diagnóstico das expectativas dos atores sociais locais no concelho de Odivelas – relatório final*. Departamento de planeamento estratégico da Câmara Municipal de Odivelas, pp. 5-151.
- Azevedo, R. et al (2011). *Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação - Guião de apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P., 1.ª edição.
- Baixinho, A.F. (2011). Educação e autarquias. Lógicas de ação do poder autárquico face ao poder central e aos micro-poderes locais. *Revista Lusófona de Educação*. 18, 81-95.
- Cerca, I. (2007). *Poder local e educação: que relação? A descentralização de competências educativas para o poder local*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Coutinho, C.P.; Sousa, A.; Dias, A.; Bessa, F.; Ferreira, M.J. & Vieira, S. (2009). Investigação-Ação: Metodologia Preferencial nas Práticas Educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*. 13(2), 455-479.
- Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de Março. *Diário da República nº 57/1984, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei nº 144/08, de 28 de Julho. *Diário da República nº 144/2008, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação.
- Delors, J.; Al-Mufti, I.; Amagi, I.; Carneiro, R.; Chung, F.; Geremek, B.; Gorham, W.; Kornhauser, A.; Manley, M.; Quero, M. P. Savané, M.A.; Singh, K.; Stavenhagen, R.; Suhr, M. W. & Nanzhao, Z. (1996). Educação

um Tesouro a Descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Portugal: UNESCO/Edições ASA.

Lei nº 159/99, de 14 de Setembro. *Diário da República* nº 215/1999, I-A Série. Assembleia da República.

Louro, P. (1999). Educação e autarquias: da legislação às práticas. *Análise Psicológica*. 1(17), 153-162.

Marques, M. (2000). Domínio de intervenção dos municípios. In *Autonomia, contratualização e Município: atas do Seminário do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Braga, 24 Mai. 2010* (103-112).

Morais, A.M. & Neves, I.P. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*. 20 (2), 75-104. CIEd - Universidade do Minho.

Morgan, D.L. (1998). *The Focus Group Guidebook*. California: Sage Publications.

Neto-Mendes, A. N. (2007). A participação dos municípios portugueses na educação e na reforma do estado – elementos para uma reflexão. Acedido Abril 5, em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/40.pdf.

Plano Municipal de Educação do Porto: uma melhor educação para melhor colorir o futuro (2011). *Câmara Municipal do Porto*. Acedido em 25.03.201, em http://www.cm-porto.pt/files/pme/Plano_Mun...pdf

Rainho, P. Uma outra face da escola. Eixo temático 2 – Perspetivas: Escola, Identidade e Profissionalismo. Acedido em 08.04.2013, em <http://recil.grupolosofona.pt/bitstream/handle/10437/2852/UMA%20OUTRA%20FCE%DA%20ESCOLA.pdf?sequence=1>

- Rosário, M.L. (2009). *O contributo das autarquias na educação: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Portugal.
- Sanches, I. (2005). Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação ação à educação inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*. 5, 127-142.
- Santos, B. R. (2007). *Comunidade Escolar e Inclusão. Quando todos Ensinam e Aprendem com Todos*. Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Silva, A. (2009). *Novos saberes básicos dos alunos, novas competências dos professores: um estudo no âmbito da supervisão da formação de professores do 1º ciclo do ensino básico na Universidade de Aveiro*. Tese de doutoramento. Universidade de Aveiro, Portugal.
- Silva, C.M. (2012). A expressão da reforma de António Rodrigues Sampaio no município de Lisboa ou a afirmação de um “governo dos assuntos educacionais”. *Educação e Filosofia Uberlândia*. 26 (52), 449-464.
- UNESCO. (2012). High-Level International Round Table on Literacy “Reaching the 2015 Literacy Target: Delivering on the promise”. UNESCO Headquarters, Paris, 6-7 September 2012.
- Vieira, I. (2013). *Os territórios como espaços de integração e desenvolvimento pessoal e social: a intervenção de Roser Coppini no Seminário Internacional PEM – breves notas*. Acedido em 25.03.2013, em <http://terrear.blogspot.pt/os-territorios-como-espacos-de.html>

8. Anexos

Anexo I – Constituição da equipa técnica municipal do PEM

Anexo II – Apresentação pública de lançamento do PEM - PowerPoint

Anexo III – Apresentação pública de lançamento do PEM – entidades convidadas e presentes

Anexo IV – Apresentação pública de lançamento do PEM – Notícia Jornal de Santo Thyrso

Anexo V – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas EB1/Jardins de Infância

Anexo VI – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas EB2/3

Anexo VII – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas Secundárias

Anexo VIII – Questionário de recolha de dados para o PEM – Escolas Profissionais

Anexo IX – Questionário de recolha de dados para o PEM – IPSS / Escolas privadas

Anexo X – Questionário de recolha de dados para o PEM – Centros de Formação

Anexo XI – Guião entrevista semiestruturada à Vereadora da Educação da CMST

Anexo XII – Guião entrevista semiestruturada ao Diretor do IEFP

Anexo XIII – Guião entrevista semiestruturada à Gestora da Escola Básica da Ponte

Anexo XIV – Grelhas síntese dos projetos socioeducativos

Anexo XV – Apresentação do Diagnóstico do PEM e Construção do Plano de Ação_PowerPoint

Anexo XVI – Apresentação do Diagnóstico do PEM e Construção do Plano de Ação_Grelha Apoio

Anexo XVII – Apresentação do Diagnóstico do PEM e Construção do Plano de Ação_Calendarização Focus Group